

Documentos para Disseminação

Memória Institucional

25



# BIBLIOTECAS DO IBGE



80 anos de disseminação  
e democratização de  
informações sobre  
o Brasil

Presidente da República  
**Jair Messias Bolsonaro**

Ministro da Economia  
**Paulo Roberto Nunes Guedes**

Secretário Especial de Fazenda  
**Waldery Rodrigues Junior**

## **INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE**

Presidente  
**Susana Cordeiro Guerra**

Diretor-Executivo  
**Fernando José de Araújo Abrantes**

### **ÓRGÃOS ESPECÍFICOS SINGULARES**

Diretoria de Pesquisas  
**Eduardo Luiz G. Rios Neto**

Diretoria de Geociências  
**João Bosco de Azevedo**

Diretoria de Informática  
**David Wu Tai**

Centro de Documentação e Disseminação de Informações  
**Marise Maria Ferreira**

Escola Nacional de Ciências Estatísticas  
**Maysa Sacramento de Magalhães**

### **UNIDADE RESPONSÁVEL**

Centro de Documentação e Disseminação de Informações

Gerência de Biblioteca e Acervos Especiais  
**Claudia Rodrigues do Prado**

Ministério da Economia  
**Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE**  
Centro de Documentação e Disseminação de Informações  
Gerência de Biblioteca e Acervos Especiais

## **Documentos para Disseminação**

**Memória Institucional 25**

# **Bibliotecas do IBGE**

80 anos de disseminação e democratização de informações  
sobre o Brasil



Rio de Janeiro  
2019

## **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE**

Av. Franklin Roosevelt, 166 – Centro – 20021-120 – Rio de Janeiro – Brasil

ISSN 0103-6335 **Documentos para Disseminação**

ISSN 0103-6459 **Memória institucional**

Divulga textos sobre aspectos históricos do IBGE e/ou de seus estudos e pesquisas bem como sobre personalidades que contribuíram para a história do Instituto.

ISBN 978-85-240-4501-1

© IBGE. 2019

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade do(s) autor(es), não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do IBGE.

Este volume foi organizado por Claudia Rodrigues do Prado, Gerlaine Braga e Leandro M. Malavota, servidores lotados na Gerência de Biblioteca e Acervos Especiais - GEBIS do Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI.

### **Capa**

Marcos Balster Fiore - Coordenação de *Marketing*/  
Centro de Documentação e Disseminação de Infor-  
mações - CDDI

### **Ilustração**

Aldo Victorio Filho e Aline Carneiro Damacena -  
Gerência de Editoração/Centro de Documentação e  
Disseminação de Informações - CDDI

### **Ficha catalográfica elaborada pela Gerência de Biblioteca e Acervos Especiais do IBGE**

Bibliotecas do IBGE : 80 anos de disseminação e democratização de  
informações sobre o Brasil / IBGE, Gerência de Biblioteca e Acervos  
Especiais ; [organizado por Claudia Rodrigues do Prado, Gerlaine  
Braga e Leandro M. Malavota]. - Rio de Janeiro : IBGE, 2019.  
192p. - (Documentos para disseminação. Memória institucional,  
ISSN 0103-6459 ; 25).

ISBN 978-85-240-4501-1

1. Bibliotecas especializadas. 2. História. 3. Biblioteca Isaac  
Kerstenetzky. 4. IBGE. 5. Disseminação de informações. 6. Desenvol-  
vimento da coleção. 7. Coleções especiais. 8. Memória. 9. Preservação  
pela digitalização. 10. Redes de informação. 11. Rede de Bibliotecas  
do IBGE. 12. Disseminação de informações. I. IBGE. Gerência de  
Biblioteca e Acervos Especiais. II. Prado, Claudia Rodrigues do. III.  
Braga, Gerlaine. IV. Malavota, Leandro M. V. Série.

CDU 026(091)  
IBGE

Impresso no Brasil/*Printed in Brazil*

# Sumário

- 5**    **Apresentação**
- 7**    **Introdução**
- 11**   **Por uma história das bibliotecas do IBGE:  
uma primeira aproximação**  
*Leandro M. Malavota*  
*Claudia Rodrigues do Prado*
- 47**   **A Biblioteca Isaac Kerstenetzky:  
uma apresentação de sua trajetória**  
*Catarina Felix*  
*Danielle Barreiros*  
*Gerlaine Braga*  
*Luciana F. Lau*  
*Suzane Lima Conceição*
- 107**   **Formação do acervo e coleções,  
uma biblioteca especializada para retratar o Brasil**  
*Catarina Felix*  
*Gerlaine Braga*  
*Luciana F. Lau*
- 127**   **Memória IBGE: a coleção histórica (1986-2019)**  
*Fábio Mauro de Carvalho Leite*  
*Vera Lucia Cortes Abrantes*
- 139**   **A história que aqui contamos vem da preservação feita  
na memória pela qual continuamos a zelar**  
*Ricardo da Silva Lopes*

- 147 Biblioteca da Escola Nacional de Ciências Estatísticas: a Biblioteca Universitária do IBGE**  
*Antonio Sergio Loyola Polo*  
*Marcelo Reis Lobato*
- 161 Relatos sobre a Rede de Bibliotecas do IBGE: a experiência das Supervisões de Documentação e Disseminação de Informações - SDIs**
- 162 Biblioteca Teixeira de Freitas: sua participação na socialização da informação no Ceará**  
*Rita de Cássia Alencar*
- 165 Informações para a cidadania: da referência à mediação e ao letramento**  
*Sonia Regina Zanotto*
- 167 Relato de experiência: Biblioteca da Unidade Estadual de São Paulo**  
*Nadya Maria Deps Miguel*  
*Denísia de Oliveira Martins*
- 169 O bibliotecário e a biblioteca do futuro no IBGE: desafios do presente e um olhar para a história**  
*Sueni Juraci de Mello dos Santos*
- 173 Cronologia**
- 177 Memória visual**

#### Convenções

|                 |   |
|-----------------|---|
| -               | Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento;  |
| ..              | Não se aplica dado numérico;  |
| ...             | Dado numérico não disponível;   |
| x               | Dado numérico omitido a fim de evitar a individualização da informação;                               |
| 0; 0,0; 0,00    | Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente positivo; e |
| -0; -0,0; -0,00 | Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente negativo.   |

# Apresentação

Em um mundo cada vez mais digital, emerge a discussão sobre os novos papéis a serem cumpridos pelo livro e pelas bibliotecas. Até que ponto, em uma sociedade que progressivamente se virtualiza, as bibliotecas tradicionais e seus acervos físicos ainda encontram espaço e função? Ou de outro modo, em que medida as instituições voltadas à construção e difusão do conhecimento devem se transformar para se adequarem à nova realidade que se descortina? Questões de tal tipo, obviamente, povoam o cotidiano dos profissionais envolvidos em atividades de disseminação de informação. E os ibgeanos, particularmente, não se furtam a enfrentá-las.

Tratamos nesta obra de um aspecto específico das atividades de disseminação: os serviços bibliotecários. Entendemos que na sociedade contemporânea, na qual a habilidade de gerar, armazenar, processar e transmitir informações torna-se potencialmente aplicável a todas as atividades humanas, a biblioteca cumpre um papel importante, atuando como ferramenta de democratização do acesso à informação. E acrescentamos que, na medida em que as demandas por informação se tornam cada vez mais complexas, bem como os suportes de informação sejam cada vez mais variados, as funções desempenhadas pelas bibliotecas se expandem, extrapolando em muito a dimensão da oferta de informações bibliográficas. Os serviços bibliotecários organizam, sistematizam e dão acesso a informações de distintos gêneros, proporcionando a facilitação de sua absorção pelo usuário e contribuindo para que as mesmas se transformem, de fato, em conhecimento socialmente consolidado. Na medida em que as necessidades dos usuários se transformam, a ação do profissional bibliotecário é, portanto, ampliada e aprofundada. Além dos acervos tradicionais, ainda relevantes, surge o desafio ainda maior de gerir documentos, informações, dados e microdados de acesso remoto. E no IBGE, em função da própria essência e natureza da instituição, essa mudança no perfil das bibliotecas se evidencia a cada dia.

O presente volume da série Memória Institucional propõe-se a abrir uma oportunidade para reflexão e debate sobre os serviços prestados pela Rede de Bibliotecas do IBGE à sociedade brasileira, tomando-se a história como referência para a análise. O propósito da obra não é fazer um inventário do passado, mas a

partir de uma perspectiva diacrônica avaliar o presente e planejar o futuro. O que fazem as bibliotecas? Qual a sua importância? Quais são os seus públicos? De que forma contribuem para o cumprimento da missão institucional? Como seus serviços podem ser aprimorados? Que biblioteca queremos? De que biblioteca o usuário do IBGE precisa?

Concebemos a Rede de Bibliotecas do IBGE como uma das mais visíveis portas de entrada da instituição, uma de suas mais importantes interfaces com a sociedade. Urge abandonar o velho e ultrapassado estereótipo da biblioteca como depósito de livros e percebê-la como uma entidade multifuncional inserida no contexto da sociedade da informação. Nosso desafio é o de construir as condições necessárias para o aprofundamento de seus vínculos com a sociedade, proporcionando um eficiente atendimento de suas demandas por informações. Pretendemos, enfim, consolidar a imagem da biblioteca como um espaço de construção e exercício da cidadania e como diferencial estratégico para gestão da informação produzida pelo IBGE. O caminho, decerto, é árduo e cheio de desafios. Mas ainda assim continuará sendo trilhado com firmeza por uma instituição há 83 anos comprometida em servir ao Brasil.

*Marise Maria Ferreira*

Coordenadora-Geral do

Centro de Documentação e Disseminação de Informações

# Introdução

Ao pensar em celebrar os 80 da Biblioteca do IBGE através de uma publicação que contasse a sua história e discutisse o seu futuro, a Gerência de Biblioteca e Acervos Especiais - GEBIS se dispôs a enfrentar um enorme desafio. Não se vislumbrava exatamente para onde essa pesquisa nos levaria, mas sempre houve a certeza de que uma trajetória extremamente rica seria desvelada, que nos encheria de orgulho de fazer parte deste trabalho de organização e disseminação das informações produzidas pelo IBGE e de integrar um órgão pelo qual passaram centenas de pessoas comprometidas em cumprir uma relevante missão.

O primeiro ponto constatado: não iríamos falar de uma Biblioteca do IBGE, mas sim de várias. A biblioteca que hoje se encontra no Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI, sendo batizada como Biblioteca Isaac Kerstenetzky – em homenagem ao ilustre economista, presidente do IBGE no período de 1970 a 1979 – é resultado das diversas mudanças estruturais pelas quais o IBGE passou ao longo dos anos, sendo hoje responsável pela Rede de Bibliotecas do IBGE que está capilarizada por todo o País.

Na presente publicação abordamos a história da Biblioteca Isaac Kerstenetzky, desde a criação da primeira unidade que lhe deu origem, em 1939, até suas perspectivas para o futuro, passando pelo desenvolvimento de suas coleções. Também retratamos a trajetória da Biblioteca da Escola Nacional de Ciências Estatísticas - ENCE, subordinada ao IBGE, e as experiências de ibgeanos que trabalham nas bibliotecas presentes em quatro das vinte sete Unidades Estaduais do IBGE.

No capítulo intitulado *Por uma história das bibliotecas do IBGE: uma primeira aproximação*, os autores Leandro M. Malavota e Claudia Rodrigues do Prado, respectivamente historiador e Gerente da GEBIS, abordam a evolução das bibliotecas do IBGE, contextualizando historicamente o processo de criação e transformação das unidades prestadoras de serviços bibliotecários dentro da instituição. O texto identifica as mudanças no perfil profissional ocorridas nas últimas décadas, tendo em vista o atendimento das demandas dos usuários, bem como discute as feições e funções assumidas pela Rede de Bibliotecas do IBGE na contemporaneidade.

As bibliotecárias atuantes no Setor de Tratamento de Disseminação de Informações - GEBIS/TDI, Catarina Felix, Danielle Barreiros, Gerlaine Braga, Luciana F. Lau e Suzane Lima Conceição, desenvolvem, no capítulo intitulado *A Biblioteca Isaac Kerstenetzky: uma apresentação de sua trajetória*, uma discussão sobre as transformações ocorridas nas bibliotecas do IBGE ao longo de 80 anos, enfocando os aspectos técnicos da Biblioteconomia e os recursos tecnológicos que exercem impactos na atuação das bibliotecas. Além disso, fazem uma reflexão sobre as futuras ações da Biblioteca Isaac Kerstenetzky para continuar sua história de vanguarda na área biblioteconômica.

A montagem do acervo da biblioteca desde os seus primórdios até a atualidade é tratada no capítulo *Formação do acervo e coleções, uma biblioteca especializada para retratar o Brasil*, escrito por Catarina Felix, Gerlaine Braga e Luciana F. Lau, bibliotecárias da GEBIS/TDI. Nele as autoras discutem como se deu a organização de cada uma das coleções deste importante patrimônio bibliográfico do País e suas principais características.

Dando continuidade às coleções que compreendem o acervo da GEBIS, em *Memória IBGE: a coleção histórica (1986-2019)*, Fábio Mauro de Carvalho Leite e Vera Lucia Cortes Abrantes, integrantes do Setor Memória IBGE, fazem um breve histórico da formação desse acervo documental e analisam detalhadamente o seu processo de organização. Também discutem a recente preocupação de entidades públicas e privadas com a preservação da memória institucional, levando à criação e multiplicação de Centros de Memória no País.

A seguir, no capítulo *A história que aqui contamos vem da preservação feita na memória pela qual continuamos a zelar*, Ricardo da Silva Lopes, chefe do Setor de Produção e Tratamento Digital - PTDA da GEBIS, apresenta um ensaio sobre a digitalização de documentos, partindo de relatos de servidores e de suas próprias impressões e experiências. O autor tece ainda considerações sobre o processo de microfilmagem de material bibliográfico, atividade que veio a ser incorporada pela biblioteca nos anos 1980 e que é considerada como origem do atual PTDA, responsável pela digitalização do acervo da Biblioteca Isaac Kerstenetzky e gerenciamento de seus arquivos digitais.

Já a Biblioteca da ENCE é assunto do capítulo *Biblioteca da Escola Nacional de Ciências Estatísticas: a Biblioteca Universitária do IBGE*, escrito pelos bibliotecários Antonio Sergio Loyola Brandão e Marcelo Reis Lobato. O texto traz informações acerca da sua criação, histórico, acervo, objetivos e atividades. Os autores também apresentam uma breve discussão sobre a história e as funções cumpridas pela ENCE, além de refletirem sobre o papel das bibliotecas universitárias e sua importância na formação e qualificação de pesquisadores e demais profissionais da área de estatística.

Finalmente, no último capítulo temos quatro relatos de experiências de bibliotecárias que atuam nas Supervisões de Disseminação de Informações - SDIs das Unidades Estaduais do Ceará, do Rio Grande do Sul, de São Paulo e de Santa Catarina. No primeiro texto, intitulado *Biblioteca Teixeira de Freitas: sua participação na socialização da informação no Ceará*, Rita de Cássia Alencar descreve as ações da Biblioteca da SDI-CE, tipificando-a como um ente que promove a integração dos servidores da UE e o atendimento aos seus usuários internos e externos. Já Sonia Regina Zanotto, em seu texto *Informações para a cidadania: da referência à mediação e ao letramento*, ressalta a evolução dos processos de atendimento ao usuário, começando pelos suportes físicos em papel nos anos que antecederam a era digital, perpassando pelas mudanças na atuação do profissional da informação ao longo dos anos. Nadya Maria Deps Miguel e Denísia de Oliveira Martins, em *Relato de experiência: Biblioteca da Unidade Estadual de São Paulo*, destacam nas suas atuações a preocupação constante de capacitação dos usuários. No último testemunho, *O bibliotecário e a biblioteca do futuro no IBGE: desafios do presente e um olhar para a história*, Sueni de Melo dos Santos conta histórias sobre o seu ingresso no IBGE, as funções e atividades das bibliotecas das Delegacias do IBGE nos idos dos anos 1980 e, tomando como referência o Estado de Santa Catarina, tece comentários sobre a importância da atuação do bibliotecário como profissional da informação.

Destacamos que as análises propostas nesta obra não pretendem ser exaustivas. Constituem somente um primeiro esforço em busca de uma reflexão mais ampla e sistemática acerca dos serviços prestados pela Rede de Bibliotecas do IBGE, apresentando-se como uma experiência enriquecedora para os profissionais nela envolvidos. A obra consiste em um exercício visando ao aprimoramento da gestão da informação no âmbito das bibliotecas do IBGE, lançando luzes às funções cumpridas pelos servidores que nelas atuam. Partindo do estudo do nosso passado pretendemos estabelecer uma reflexão sobre a nossa prática e sua inserção no contexto social e político atual.

Como visto, esta obra só foi possível graças ao trabalho coletivo dos servidores que hoje atuam na Rede de Bibliotecas do IBGE, porém com contribuições valiosíssimas daqueles que os precederam. Sem seus relatórios, artigos, pareceres, ofícios e até mesmo simples notas manuscritas deixadas no fundo de gavetas, dificilmente esta história estaria tão ricamente documentada nas páginas que se seguem. Salientamos também a importância dos depoimentos prestados ao projeto História Oral do IBGE, gerando um acervo com mais de 250 horas de entrevistas gravadas. Saudamos e homenageamos, de tal forma, os inúmeros ibgeanos e ibgeanas que compuseram os quadros dessas diversas bibliotecas, contribuindo com seu trabalho e dedicação para o cumprimento da missão institucional. Agradecemos, portanto, pelos relevantes serviços que prestaram ao IBGE e à sociedade brasileira ao longo dos últimos 80 anos. E esperamos que esta obra inspire outros bibliotecários e profissionais da informação a se posicionarem diante das questões e desafios que se levantam no contexto atual, não se furtando a ocupar novos espaços científicos e profissionais.



# Por uma história das bibliotecas do IBGE: uma primeira aproximação

Leandro M. Malavota\*

Claudia Rodrigues do Prado\*\*

## Introdução

Embora a historiografia brasileira seja rica em estudos sobre o livro, a palavra escrita e a sua circulação, ainda são escassos os trabalhos voltados a análises do processo de criação, disseminação e consolidação das bibliotecas no Brasil. Conforme acrescenta Azevedo (2012), também no campo da biblioteconomia são parcas as investigações existentes, não tendo até então a temática atraído a atenção do grosso dos pesquisadores da área. Uma das dificuldades que encontramos neste trabalho, portanto, repousa na estreita base referencial de que pudemos dispor. Nada, no entanto, que esmoreça o nosso ânimo de promover uma discussão sobre a história das bibliotecas do IBGE, aproveitando a efeméride do 80º aniversário da criação de sua primeira unidade, a Biblioteca Central do Conselho Nacional de Estatística - CNE. Convidamos os leitores a se unirem a nós nessa empreitada, ainda que antecipadamente nos desculpemos pelo caráter ensaístico da abordagem e pela incipiência das reflexões aqui desenvolvidas. Em nossa defesa, afiançamos que este constitui apenas o passo inicial de um grande esforço a ser realizado pela Gerência de Biblioteca e Acervos Especiais - GEBIS, no intuito de prestar contínua contribuição aos trabalhos de pesquisa histórica desenvolvidos pelo IBGE, bem como às atividades visando à preservação de sua memória institucional. Esse é o desafio assumido.

A despeito das poucas referências disponíveis, alguns apontamentos identificados na literatura especializada mostram-se dignos de registro, servindo como ponto de partida para a nossa reflexão. No que concerne à história geral das bibliotecas, autores como Martins (1996) afirmam que a função religiosa predominava entre os estabelecimentos criados no Ocidente até a Renascença. Desde a formação dos acervos até as práticas de guarda e acesso às obras passavam por propósitos ligados à dimensão do sagrado e objetivavam garantir uma

\* Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense – UFF. Analista do IBGE, lotado no Setor Memória IBGE, da Gerência de Biblioteca e Acervos Especiais - GEBIS.

\*\* Mestre em Ciência da Informação pela Universidade de São Paulo -- USP. Gerente de Biblioteca e Acervos Especiais do IBGE.

permanente vigilância sobre a sua circulação. Em outras palavras, ainda segundo o autor, pelo menos até o Baixo Medievo a biblioteca funcionava basicamente como um depósito de livros – e, conseqüentemente, de informação e conhecimento – controlado e monopolizado por uma reduzida elite letrada (MARTINS, 1996).

A transição para a modernidade é marcada por um progressivo rompimento dos laços entre os planos social e natural. O homem suplanta a natureza e passa a ser tomado como o centro de referência para a ordenação do mundo, lançando mão da possibilidade de controle sobre si (autodeterminação da vontade) e sobre a realidade exterior. Esse processo de autonomização do sujeito e a paulatina consolidação do antropocentrismo como elemento primário de uma nova concepção de mundo expressam-se nas mais distintas dimensões da experiência social, inclusive nas relações entre o homem e os documentos escritos. Pouco a pouco, a biblioteca, assim como o próprio livro, assumem novas funções, laicizando-se e universalizando-se. Em suma, o irromper da sociedade moderna marca uma inflexão na trajetória das bibliotecas, tornando-as instituições de novo tipo (MARTINS, 1996). Abandona-se o paradigma medieval – no qual a biblioteca, enquanto instituição social, cumpria as funções de repositório de obras escritas e de controle sobre sua circulação – e inaugura-se uma fase mais ativa, em que a biblioteca imiscui-se à realidade social. Para além de um espaço frequentado e regulado por segmentos sociais restritos, ela passa a ser tomada como um agente disseminador do saber e da cultura, um instrumento voltado à difusão da informação, cumprindo papel educador e civilizatório.

É nesse mesmo contexto que surge, por conseqüência, o conceito de “biblioteca pública”. Como tal tomamos não apenas instituições mantidas pelos recursos do Estado, mas todas as entidades prestadoras de um serviço – o de disseminação do conhecimento – à população em geral. Nesse sentido, embora possamos defini-la a partir de distintos vieses interpretativos, optamos por conceber a biblioteca pública como uma ferramenta voltada à universalização e democratização do acesso à informação, contribuindo para a formação de cidadãos intelectualmente emancipados (SUAIDEN, 2000).

Outro fenômeno inaugurado pela modernidade é a progressiva especialização dos serviços prestados pela biblioteca. Uma vez que seus públicos progressivamente se expandiam, essa nova biblioteca, leiga e civil, passava a lidar com gamas cada vez mais diversificadas de usuários. A especialização não deixa de constituir uma resposta a essa diversificação da demanda, criando-se, com isso, coleções especificamente voltadas ao atendimento das necessidades específicas de determinados segmentos sociais. Em outras palavras, a especialização é forçosamente uma conseqüência da universalização. “Daí as diversas espécies de biblioteca: esse nome, que antes era unitário e respondia a uma classe única, é hoje apenas um gênero de que as diversas bibliotecas especializadas são espécies” (MARTINS, 1996, p. 324).

Nosso objeto privilegiado de estudo, as bibliotecas do IBGE, apresentam justamente tais características. Bibliotecas públicas, de acesso gratuito, especializadas nas áreas de atuação do instituto – as ciências estatísticas e as geociências. Têm como objetivo atuar como instrumentos de disseminação de informações demográficas, socioeconômicas, geográficas, cartográficas, geodésicas e ambientais, prestando com isso uma contribuição fundamental, a partir de sua atuação técnica específica, ao pleno cumprimento da missão legalmente atribuída ao IBGE: *Retratar o Brasil com informações necessárias ao conhecimento de sua realidade e ao exercício da cidadania*<sup>1</sup>. Bibliotecas dotadas de historicidade, formando-se e transformando-se ao longo do tempo consoante o devir e as vicissitudes da própria sociedade brasileira. Tratemos do assunto, contudo, com mais vagar.

<sup>1</sup> A missão institucional do IBGE está definida no Art. 2º de seu Estatuto, aprovado pelo Decreto nº 4.740, de 13.06.2003.

## Breves apontamentos sobre a história das bibliotecas no Brasil

Conforme argumenta Santos (2010), estima-se que os primeiros acervos bibliográficos tenham começado a ser formados na América portuguesa na segunda metade do Século XVI, especialmente em Salvador, então sede do Governo-Geral. Essas primeiras coleções concentravam-se principalmente em colégios, mosteiros e demais instituições eclesiásticas, com destaque para os estabelecimentos jesuíticos. Identifica-se também na Colônia a formação de algumas coleções particulares, embora não muito numerosas. Deve-se ressaltar que a proibição da instalação de tipografias no Brasil e a censura régia contribuíam para a escassez de livros no período, criando igualmente obstáculos para a sua circulação.

É somente na segunda metade do Setecentos – momento de emergência do ideário ilustrado na Europa – que o livro passa a adquirir um novo *status* na colônia de além-mar, inserindo-se no cotidiano das elites letradas. Essa mudança, embora restrita a um segmento muito reduzido da população, provocou impactos interessantes sobre a sua cultura material. “Muitas pessoas passaram a reservar mesas e móveis para os livros e, posteriormente um cômodo. [...] A leitura oral, pública ou privada, proliferou e os livros passaram a serem lidos e debatidos” (SANTOS, 2010, p. 53). As bibliotecas privadas se espalhavam particularmente na região das Minas Gerais, onde o crescimento demográfico àquela altura deslanchava, variando-se o tamanho das coleções conforme a riqueza e o refinamento cultural dos proprietários. Surgiam também no período gabinetes de leitura, espaços de sociabilização dessa elite letrada, ambientes restritos dedicados ao debate literário (MORAES, 1979). A despeito de tais mudanças, cabe ressaltar que ao fim do período colonial a maior parte dos acervos bibliográficos permanecia concentrada em instituições eclesiásticas.

A transladação da corte bragantina para as possessões portuguesas na América, concluída em 1808, constituiu um marco importante na história das bibliotecas no Brasil. Como consequência das invasões napoleônicas, o acervo da Biblioteca Real de Lisboa, propriedade da Família Real, foi paulatinamente enviado para o Rio de Janeiro<sup>2</sup>. Tratava-se de uma coleção com mais de 60 000 peças (entre livros, mapas, estampas, entre outros materiais) que deu origem ao acervo da Biblioteca Real do Rio de Janeiro. Esta seria “oficialmente inaugurada no dia 13 de maio de 1811, data de aniversário de D. João, nas instalações do Hospital da Ordem Terceira do Carmo, sendo franqueada apenas aos estudiosos mediante prévia solicitação” (SANTOS, 2010, p. 54)<sup>3</sup>. A partir de 1814 a consulta ao acervo foi franqueada ao público em geral. Com a emancipação política do Brasil, iniciada em 1822, a Biblioteca Real passou a se denominar Biblioteca Imperial e Pública e, a partir de 1876, Biblioteca Nacional (CAMARGO, 2016).

Também em 1811 identificamos outro marco importante, a fundação da Biblioteca Pública da Bahia. Assim como nas Minas Gerais, a elite letrada soteropolitana já desde o Século XVIII promovia grupos e movimentos literários, onde floresciam discussões sobre a criação de bibliotecas públicas (AZEVEDO, 2012). Entretanto, a primeira ação bem-sucedida ocorreria somente durante a governação joanina, impulsionada por um ideário ilustrado emergente. Azevedo (2012) chama a atenção para o caráter civilizatório que fundamentava a criação da biblioteca de Salvador, no qual a instrução, a disseminação da leitura e a circulação de livros eram tomadas como ferramentas aplicáveis à promoção do progresso. Sobre a atuação da intelectualidade baiana, aponta um atrelamento imediato “entre os livros – apesar

<sup>2</sup> Conforme alerta Camargo (2016), ao contrário do difundido pela literatura o acervo da Biblioteca Real não foi de pronto transferido para o Rio de Janeiro junto com a Corte. Boa parte de suas peças foram mantidas em Lisboa, a salvo dos franceses, sendo pouco a pouco encaminhadas em caixotes para a nova capital do Império português. A transferência de todo o material completou-se em 1811.

<sup>3</sup> Quanto à data de inauguração da Biblioteca Real ocorre uma controvérsia na historiografia, havendo muitos autores que consideram o Decreto do Príncipe Regente de 29 de outubro de 1810, que determinava a instalação do acervo nas catacumbas do Hospital do Carmo, como seu marco de fundação. A discussão historiográfica repousa no fato da Biblioteca Real ter entrado ou não em funcionamento antes de 1811.

da censura – já autorizados a serem impressos e uma Biblioteca Pública” (AZEVEDO, 2012, p. 13-4). A Biblioteca Pública da Bahia foi inaugurada em 13 de maio de 1811, embora tenha de fato aberto as suas portas alguns meses depois, contando com um acervo bem menos volumoso do que a sua congênere do Rio de Janeiro. Nesse mesmo período, e também por iniciativa da elite intelectual de Salvador, foi criada a primeira tipografia da cidade.

A despeito dessas ações pioneiras envolvendo a criação de bibliotecas públicas de grande porte, o Império do Brasil não assistiu a muitas iniciativas semelhantes. Decerto a elite letrada seguiu uma tendência inaugurada na Europa de valorização da cultura literária e de fomento à multiplicação de espaços para o seu desenvolvimento, como liceus, sociedades privadas e gabinetes de leitura, geralmente financiados por cabedais particulares. Em alguns casos, governos provinciais também reuniam e mantinham acervos bibliográficos com seus próprios recursos, como no caso da Biblioteca Pública Oficial de São Paulo, fundada em 1825 (ELLIS, 1957). Contudo, a despeito da progressiva penetração do livro no Brasil, este permaneceu inacessível a uma acachapante maioria da população brasileira, predominantemente iletrada. E mesmo as poucas bibliotecas públicas existentes funcionavam com imensas dificuldades. As deficiências estruturais constituíam o padrão no período. “Locais improvisados, acervo desatualizado e composto de doações, instalações precárias, carência de recursos humanos adequados etc. eram as características dessas instituições chamadas bibliotecas” (SUAIDEN, 2000, p. 52). Outra marca dos serviços bibliotecários era a replicação de métodos e processos técnicos desenvolvidos no exterior, muitas vezes inadequados à realidade do usuário nacional. O ambiente, portanto, era pouco adequado ao desenvolvimento dos acervos bibliográficos, constituindo as bibliotecas depósitos de livros frequentados por reduzidíssimos segmentos da sociedade.

A instauração da República não reverteria o quadro, e a situação dos acervos bibliográficos e dos serviços bibliotecários no País permaneceria, no geral, sem grandes alterações. A criação de bibliotecas permanecia dependendo de iniciativas esporádicas dos governos estaduais e municipais. Ainda que em 1910 tenha sido criado o primeiro curso de biblioteconomia no País, promovido pela Biblioteca Nacional, não é possível afirmar que a área foi imediatamente submetida a efeitos transformadores, embora se deva reconhecer que a iniciativa tenha contribuído para a sua organização<sup>4</sup>. Ainda dentro de um paradigma construído no Século XIX, a principal preocupação do curso de formação recaía sobre a preservação de material bibliográfico, a partir de modelos importados da Europa, especialmente da França (MUELLER, 1985). Outro fato digno de nota foi a criação da Biblioteca Municipal de São Paulo (hoje denominada Biblioteca Municipal Mário de Andrade). Fundada em 1925 e inaugurada no ano seguinte – sob inspiração das ideias e propostas que emergiram da Semana de Arte Moderna de 1922 –, sua organização foi pautada em parâmetros mais atualizados, sob influência da biblioteconomia norte-americana, focada na especialização dos serviços técnicos, expansão bibliográfica, formação e treinamento de pessoal, além do estímulo à cooperação interinstitucional (SUAIDEN, 2000). Contudo, mesmo as citadas iniciativas não foram *a priori* suficientes para gerar impactos robustos sobre os serviços bibliotecários prestados no Brasil. As quatro primeiras décadas de regime republicano, em suma, apresentaram poucos avanços.

É no contexto da Primeira Era Vargas (1930-1945) que novos padrões começam a ser de fato introduzidos nas bibliotecas brasileiras, atrelados à construção de um novo projeto de nação, este apartado dos padrões liberais e federalistas da Primeira República. A proposta tinha como pilares o fortalecimento do Executivo central (como contraposição às autonomias estaduais e ao poder político exercido pelas oligarquias regionais), implementação de um projeto de integração nacional, interiorização demográfica e construção de um novo modelo de cidadania, baseado na participação política das massas, na educação cívica, bem como na formação, qualificação e disciplinamento da força de trabalho (GOMES, 1982; BOMENY,

<sup>4</sup> Embora instituído em 1910, o curso teve início somente em 1915, sendo extinto sete anos depois. Foi posteriormente retomado em 1931, ainda que seu programa tenha se submetido a várias modificações, comparando-se ao original de 1915.

1999; VELLOSO, 2011). Em suma, tratamos de um amplo plano de reforma social pautado na “integração racial e reforço da unidade territorial, moral, cultural e política” (CAMARGO, 2008b, p. 372).

Para os ideólogos do Governo Vargas, a formação de uma sociedade de novo tipo exigia a eleição do trabalho como pilar fundamental de novos conceitos de identidade nacional e de cidadania. E a formação de trabalhadores qualificados e disciplinados passava necessariamente pela educação das massas. “A educação surgia como espaço privilegiado para formar não apenas os trabalhadores, mas os cidadãos desejáveis, ao incutir-lhes as ‘virtudes cívicas’, nas quais se fundia a postura de reverência ao Estado, à família e à Igreja (...)” (CAMARGO, 2008b, p. 375). Para isso, não apenas a escola, mas uma série de instituições e ferramentas deveriam atuar de forma articulada, constituindo múltiplos espaços e canais de comunicação, interação e aprendizagem. Esse processo classificado por Camargo (2008b, p. 376) como “difusão espacial da função pedagógica” englobava e igualmente valorizava ambientes que extrapolam o escolar: rádio, teatros, cinemas, laboratórios, estádios, ginásios, praças, clubes. E nesse conjunto assumem destaque as bibliotecas, inserindo-se em uma política educacional pautada no estímulo à alfabetização e à popularização do livro. Um passo importante dado nesse sentido foi, por exemplo, a criação do Instituto Nacional do Livro - INL, em 1937. O órgão tinha como finalidade “propiciar meios para a produção, o aprimoramento do livro e a melhoria dos serviços bibliotecários” (SUAIDEN, 2000, p. 53), atuando em favor da edição e circulação de obras consideradas úteis ao desenvolvimento da educação, da cultura e do civismo no País, bem como da fundação de bibliotecas públicas em todo o Território Nacional.

Outras medidas seriam ainda adotadas no período visando à expansão das bibliotecas no Brasil e a sua maior integração à sociedade. Falaremos doravante sobre uma em especial. É justamente nesse ponto que nossa história começa.

## Considerações sobre a criação do IBGE

Conforme sustentado pela farta historiografia existente sobre o primeiro Governo Vargas, entre seus aspectos mais característicos destacam-se as políticas voltadas à centralização do poder e à expansão da burocracia estatal. Em um esforço de síntese, Diniz (1997) resume os principais objetivos vislumbrados pela estratégia de fortalecimento do Executivo federal no pós-1930: fazer frente aos poderes estaduais e contornar as suas interferências no processo decisório; criar espaços para a representação dos segmentos sociais emergentes envolvidos no movimento civil-militar vitorioso em 1930<sup>5</sup>; viabilizar intervenções que servissem à expansão e diversificação da base econômica do País; aparelhar o Estado para lidar com os conflitos inter e intraclasses. Para que o governo central pudesse de fato exercer e consolidar seu controle sobre o Território Nacional era preciso construir e disponibilizar instrumentos que dessem robustez à sua ossatura material, conferindo os recursos técnicos, administrativos e de poder que garantissem o pleno cumprimento das funções a ele reservadas no novo contexto político.

Considerando que as informações estatísticas constituem subsídios fundamentais ao exercício do poder do Estado, bases para o domínio e atuação sobre a realidade social

<sup>5</sup> O movimento civil-militar de outubro de 1930, que culminou com a deposição do presidente Washington Luís (1926-1930), resultou de uma ação conjunta de grupos sociais descontentes com o modelo político montado na Primeira República, este baseado no federalismo dual, no controle dos mecanismos de acesso ao sistema político pelos grupos hegemônicos nos estados (sistema político fechado) e no controle do executivo federal por segmentos oligárquicos específicos (especialmente os estabelecidos em São Paulo e Minas Gerais). As disputas intraoligárquicas foram determinantes para o processo de ruptura, assim como as pressões das camadas médias urbanas e da corporação militar, em busca da ampliação de seu espaço de representação. Além disso, fatores econômicos – como a crise de 1929 – e ideológicos – com destaque para a ascensão dos ideários antiliberais – também se inscrevem entre os determinantes do processo de derrubada da Primeira República.

(SENRA, 2005), podemos afirmar que a preocupação com esse tema mostrou-se evidente desde os tempos do Governo Provisório. A missão de promover a reorganização e a sistematização dos serviços estatísticos no Brasil teve início em janeiro de 1931, com a criação da Diretoria Geral de Informações, Estatística e Divulgação, no âmbito do Ministério da Educação e Saúde Pública. Cerca de um mês depois seria criado – na estrutura do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio – o Departamento Nacional de Estatística, responsável pela organização de estatísticas territoriais, demográficas e econômicas no País, a partir da reunião de informações produzidas por instâncias dispersas nas esferas federal, estadual e municipal<sup>6</sup>. Poucos anos depois, o rearranjo institucional ganharia novos contornos. Primeiramente, com a criação da Diretoria da Estatística e Publicidade (logo renomeada Diretoria de Estatística da Produção), em 1933, no âmbito do Ministério da Agricultura. Em março de 1934, surge a Diretoria de Estatística Econômica e Financeira, no Ministério da Fazenda. Finalmente, a partir do desmembramento e extinção do Departamento Nacional de Estatística, em julho daquele mesmo ano foram criadas mais duas novas repartições: o Departamento de Estatística e Publicidade, dentro do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e a Diretoria de Estatística Geral, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores (SCHWARTZMAN, 1983).

A despeito desses primeiros passos, na medida em que o novo governo vai sendo montado e os diferentes interesses começam a se acomodar no interior de sua aparelhagem burocrática, um projeto específico acabou por se impor na área da estatística. Este propunha a montagem de um arcabouço jurídico-administrativo de novo tipo, baseado na cooperação entre as unidades federativas e o Governo Federal. O modelo seria primeiramente aplicado no campo das estatísticas educacionais. Em 20 de dezembro de 1931, por iniciativa da Diretoria Geral de Informações, Estatística e Divulgação do Ministério da Educação e Saúde Pública – sob a liderança de Mário Augusto Teixeira de Freitas<sup>7</sup> – foi assinado um convênio interadministrativo, envolvendo a União, os estados, o Distrito Federal e o Território do Acre, objetivando a uniformização e aperfeiçoamento das estatísticas escolares e outras correlatas. O sucesso da iniciativa encorajou o governo a apostar na solução interadministrativa como a mais adequada para o enfrentamento da questão da produção de informações estatísticas no País. A ideia se baseava na manutenção da multiplicidade de agências dispersas nos três níveis de governo, resguardando as suas autonomias, porém as congregando em um sistema único, conectando-as a um núcleo técnico coordenador e as submetendo a um conjunto preestabelecido de regras e procedimentos.

Com base no modelo do convênio interadministrativo de 1931, e no intuito de promover a articulação e harmonização de todos os serviços estatísticos desenvolvidos no País, foi criado, por meio do Decreto n. 24.609, de 06.07.1934, o Instituto Nacional de Estatística - INE. Sua efetiva instalação, contudo, ocorreria cerca de dois anos depois, em 29 de maio

<sup>6</sup> Embora durante a Primeira República o governo federal dispusesse de um órgão central responsável pelo desenvolvimento de serviços estatísticos – a Diretoria Geral de Estatística, ligada ao Ministério da Agricultura –, os mesmos eram desempenhados de maneira ainda precária, muito em razão da descentralização do modelo político. Na prática, cada estado contava com serviços estatísticos próprios, baseados em práticas, metodologias e objetivos diversificados. O Departamento Nacional de Estatística, novo órgão federal criado em 1931, absorveria funções e pessoal da DGE e da Diretoria de Estatística Comercial, repartição estatística do Ministério da Fazenda.

<sup>7</sup> Graduado em Direito pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro, Mário Augusto Teixeira de Freitas (1891-1956) ingressou no serviço público em 1908, assumindo cargo na Diretoria Geral de Estatística, do Ministério da Agricultura, Viação e Obras Públicas. No órgão desenvolveu atividades de pesquisa e atuou ativamente nos trabalhos do Censo de 1920. Posteriormente foi nomeado Diretor do Serviço de Estatística Geral de Minas Gerais, colaborando para a organização dos levantamentos estatísticos naquele estado. Com a ascensão de Vargas ao poder, transferiu-se para o Rio de Janeiro, sendo convidado a assumir a Diretoria de Informações, Estatística e Divulgação do Ministério da Educação e Saúde Pública. Foi o grande idealizador de uma proposta de reorganização da estatística brasileira, atuando como Secretário-Geral do Conselho Nacional de Estatística entre 1936 e 1948 (TEIXEIRA..., 2013).

de 1936, com a posse do primeiro presidente da Instituição, José Carlos de Macedo Soares<sup>8</sup>. A autoridade e a organização do novo órgão foram viabilizadas a partir da assinatura da Convenção Nacional de Estatística, em 11 de agosto de 1936, pela qual as unidades federativas aderiam voluntariamente a um sistema de informações estatísticas, aceitando a subordinação técnica de suas repartições a um núcleo coordenador federalizado, cuja atribuição essencial era de promover a racionalização e padronização do sistema. A competência de promover a orientação e direção superiores das atividades do INE era atribuída ao Conselho Nacional de Estatística - CNE, centro decisório do sistema estatístico nacional. O CNE era composto por uma instância administrativa (Secretaria-Geral), instâncias deliberativas (Assembleia Geral, Junta Executiva Central e Juntas Executivas Regionais) e instâncias opinativas (comissões técnicas e corpo de consultores técnicos). É importante ressaltar a importância do papel desempenhado pela Junta Executiva Central - JEC, órgão colegiado que se reunia quinzenalmente, deliberando por delegação de poder da Assembleia Geral. A JEC era composta pelo presidente do INE, os diretores das cinco repartições ministeriais existentes (repartições centrais) e por representantes dos ministérios da Viação e Obras Públicas, Relações Exteriores, Guerra e Marinha.

Além da produção e organização de informações estatísticas, a ação de expansão e consolidação do governo central no período pós-30 também demandava o levantamento de informações sobre o Território Nacional, especialmente as necessárias à sua mensuração, descrição e controle. O avanço do conhecimento estatístico, portanto, deveria ocorrer em conjunto com o desenvolvimento dos conhecimentos geográfico, cartográfico e geodésico, tomados analogamente como fatores politicamente estratégicos. Em pouco tempo foi proposta a incorporação de um sistema de coordenação dos serviços geográficos à estrutura institucional já existente no campo estatístico. Com isso, em 24 de março de 1937, foi criado o Conselho Brasileiro de Geografia - CBG, órgão autônomo integrado ao INE, entre cujas responsabilidades destacavam-se a reunião e a coordenação, com a colaboração do Ministério da Educação e Saúde, dos estudos sobre a geografia do Brasil, bem como a promoção da articulação dos serviços geográficos oficiais e privados. O CBG foi formado a partir de um núcleo técnico até então instalado na Seção de Estatística Territorial, subordinada à Diretoria de Estatística da Produção do Ministério da Agricultura. Logo ao ser criado, o CBG foi autorizado a ingressar na União Geográfica Internacional (International Geographical Union - IGU), representando o Brasil nesse fórum multilateral. No ano seguinte, por força do Decreto n. 218, de 26.01.1938, o CBG receberia nova denominação, dando lugar ao Conselho Nacional de Geografia - CNG. O mesmo ato legal transformaria o INE em Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. A estrutura interadministrativa coordenada pelo CNE seria reproduzida no campo geográfico, este sob o comando do CNG, completando-se ambos os sistemas com a progressiva incorporação de órgãos da esfera municipal, o que ocorreria mais notadamente a partir dos anos 1940. Tal processo se traduziu na criação e atuação das Agências Municipais de Estatística, repartições locais coletoras de informações. Eram instâncias politicamente subordinadas aos governos municipais, porém tecnicamente vinculadas ao IBGE, por delegação de competência dos municípios.

É preciso ressaltar que todo esse processo de construção de um arcabouço jurídico-institucional voltado à organização e ao funcionamento dos serviços estatísticos e geográficos

<sup>8</sup> Político, advogado, industrial, diplomata, sociólogo e historiador, José Carlos de Macedo Soares (1883-1968) teve destacada atuação na vida pública e no setor privado. Foi presidente da Associação Comercial de São Paulo, tomando parte no levante tenentista de 5 de julho de 1924, em oposição ao governo de Arthur Bernardes (1922-1926). Fez parte da Aliança Liberal, movimento político que apoiou a candidatura de Getúlio Vargas à presidência, em 1930. Com a ascensão e Vargas ao poder, após a deposição de Washington Luiz, assumiu o comando da Secretaria do Interior do Estado de São Paulo. Foi Deputado Federal Constituinte por São Paulo, Ministro das Relações Exteriores (1934-1937; 1955-1958), Ministro da Justiça (1937), Presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB (1939-1968), membro da Academia Brasileira de Letras - ABL (instituição que presidiu entre 1942 e 1943) e membro da Sociedade Brasileira de Geografia - SBG (da qual foi presidente de 1945 a 1951). Também atuou como interventor federal no Estado de São Paulo (1945-1947). Foi o primeiro presidente do IBGE, cargo exercido de 29 de maio de 1936 a 30 de janeiro de 1951. No Governo Kubitschek (1955-1960) foi reconduzido ao cargo por um breve interstício, ocupando-o de 17 de novembro de 1955 a 3 de maio de 1956 (JOSÉ..., 2013).

no Brasil desenvolveu-se paulatinamente, não obstante o forte respaldo do núcleo duro do Governo Vargas. E igualmente reiterar que este grande reordenamento institucional estava estreitamente atrelado a um projeto político mais amplo, voltado a uma reforma social de largo escopo. A criação do INE/IBGE<sup>9</sup> não pode ser concebida fora de seu lugar social específico, no qual um novo projeto de País estava sendo implementado. Conforme alerta Camargo (2008b), o Instituto deveria cumprir uma dupla função. A primeira, de organizar e coordenar os serviços estatísticos e geográficos no Brasil por meio de uma estrutura *sui generis* calcada na cooperação interadministrativa. A outra, a de sustentar, juntamente aos demais aparelhos burocráticos do Estado, um projeto de reorganização político-social de caráter civilizador. Conforme já comentado, entre prioridades de tal projeto observa-se a promoção da efetiva ocupação do Território Nacional e da interiorização demográfica, o fortalecimento dos municípios, a educação e a integração política das massas, além da construção de novos padrões de identidade nacional e cidadania. O IBGE surge como uma instância voltada à viabilização do planejamento estatal por meio da aplicação do conhecimento estatístico e geográfico.

Alguns dos desafios que o governo encontrava para implementar a sua proposta de reforma social eram as resistências oferecidas pelas oligarquias regionais atingidas pelos acontecimentos de 1930. A consolidação do domínio político dos segmentos que agora comandavam o Estado brasileiro passava pelo esvaziamento dos poderes estaduais, desconstruindo-se o federalismo dual instaurado pela constituição de 1891. E além disso, a implementação de um projeto integracionista (território e população), civilizatório (valores e costumes) e desenvolvimentista (economia) pressupunha, na visão dos membros desse novo bloco no poder, a necessidade de um Estado forte e centralizado que conduzisse eficientemente esse processo. Era preciso que esse Estado se fizesse presente em todo o território, que ele se tornasse partícipe do cotidiano da população, atuando diretamente no espaço onde as relações sociais são de fato continuamente construídas: os municípios. Nesse contexto, o fortalecimento político e financeiro dos municípios, desde que devidamente controlado pelo governo federal e em consonância com os seus interesses, funcionava ao mesmo tempo como anteparo ao poder das oligarquias regionais – servindo como instrumento de reforço da governabilidade – e como meio de aprofundamento da ação do Executivo sobre a sociedade brasileira. E era essa função a que claramente se propunha cumprir o IBGE. Como um grande sistema de repartições estatísticas, suas representações deveriam funcionar como braços do governo central espalhados em todo o Território Nacional. “Através de sua estrutura ramificada e complexa, as agências do IBGE facultavam o alargamento da estrutura física do poder central por todos os municípios do País” (CAMARGO, 2008a, p. 38).

Seguindo a interpretação partilhada por autores como Penha (1993), Almeida (2000) e Camargo (2008a), podemos conceber o IBGE, pelo menos em suas três primeiras décadas de atuação, como um agente político ativo, cumprindo um papel de mediador entre as políticas do governo central e os interesses locais. Uma espécie de interlocutor entre o Estado e a sociedade, conferindo ao primeiro a capilaridade e a penetração que até então não possuía. Lançando mão de sua rede de agências, o Instituto deveria exercer, além de sua função propriamente técnica, uma função cívica e pedagógica. Caberia a seus agentes participar ativamente da vida do município, aplicando o seu conhecimento específico no aprimoramento constante de todos os aspectos que envolviam o ambiente social, desde a observação de problemas, gargalos estruturais e falhas organizacionais até a proposição de ações visando à melhoria das condições de vida das comunidades e o alcance do seu desenvolvimento econômico. O agente de estatística deveria representar a essência do servidor público, isto é, aquele que zela pelo bom funcionamento da *res publica* e intervém em prol de seu contínuo progresso.

<sup>9</sup> Doravante chamaremos somente IBGE.

## O IBGE e as suas bibliotecas

Discutido sucintamente esse processo histórico, voltemos então ao nosso objeto principal. Da já citada dupla função cumprida pelo IBGE, comecemos nossa reflexão pela coordenação dos serviços estatísticos e geográficos no Brasil. Decerto seu cumprimento demandava a realização de esforços voltados à organização dos respectivos campos e a construção de acervos bibliográficos especializados mostrava-se, nesse sentido, como ação estratégica, um meio por excelência para a construção e disseminação do conhecimento técnico nas áreas de atuação do Instituto, bem como para a formação de pessoal qualificado. O núcleo fundador do IBGE tinha essa ideia como princípio, o que ficou evidenciado desde cedo em pronunciamentos e decisões de seu corpo diretivo. Desde os primeiros tempos do Instituto a mobilização para a formação de uma biblioteca mostrou-se clara. Durante os trabalhos da 2ª Sessão Ordinária da Assembleia Geral do CNE, em julho de 1938, Teixeira de Freitas chamou a atenção para o empenho que a Secretaria-Geral vinha demonstrando no intuito de viabilizar a criação de uma Biblioteca Central, processo que ganhava novo impulso naquele momento, em que se discutia a sua normatização (CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, 1938). De fato, como resultado dos debates ali travados, foi publicada a Resolução n. 84 da Assembleia Geral do CNE, de 18.07.1938, que criou as bases para a formação de uma biblioteca de grande porte no Instituto, a partir do material que compunha o acervo da antiga Diretoria Geral de Estatística. A norma também facultava ao IBGE solicitar a cessão de obras junto a outros órgãos do serviço público. Teixeira de Freitas interpretou o ato como um passo fundamental para a transformação do Instituto em “um precioso centro de bibliografia especializada”, no qual os estudiosos pudessem “encontrar elementos para desenvolver e manter em dia sua cultura profissional”<sup>10</sup>. Ressaltava, portanto, o papel fundamental que a biblioteca devia cumprir na formação, capacitação e contínuo aprimoramento dos estatísticos do IBGE.

Entre 1938 e 1940 identificamos uma série de ofícios trocados entre o IBGE e universidades, bibliotecas públicas e órgão oficiais de estatística de outros Países, sempre no intuito de promover o estreitamento de laços, a cooperação institucional e o intercâmbio de publicações<sup>11</sup>. A ideia era estabelecer convênios que garantissem um constante fluxo de material bibliográfico entre a Biblioteca Central do CNE, ainda em formação, e outros estabelecimentos congêneres, permitindo tanto a disseminação dos trabalhos produzidos pelo IBGE quanto a contínua alimentação do seu acervo. Outro fato importante nessa fase inicial foi a doação feita por Giorgio Mortara, demógrafo italiano recém-incorporado ao quadro de colaboradores do IBGE, de sua coleção particular de livros, rica em obras nas áreas de demografia e estatística<sup>12</sup>. Pouco tempo depois, após o falecimento de Bulhões Carvalho<sup>13</sup>, um dos maiores nomes da

<sup>10</sup> Arquivo Nacional do Rio de Janeiro (ANRJ). Fundo Mário Augusto Teixeira de Freitas, Série Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, COR. 1, v. 5. (BR RJANRIO RR.0.IBG, COR 1, v.5).

<sup>11</sup> CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (Brasil). Secretaria Geral. *Ofícios/Bilhetes/Cartas/Recados da Secretaria-Geral*. Identificam-se nesse material ofícios enviados a inúmeras instituições, dentre as quais destacamos a Lund University (Suécia), University of British Columbia (Canadá), Universidade de Paris (França), Universidade de Tübingen (Alemanha), Universidade de Michigan (Estados Unidos) e o Bureau de Estatística da Noruega. A lista, no entanto, é muito mais longa. Rio de Janeiro, [19--]. (Acervo Memória IBGE).

<sup>12</sup> Nascido em Mântua, Itália, Giorgio Mortara (1885-1967) era Doutor em Jurisprudência pela Universidade de Nápoles, especializando-se posteriormente na área de demografia. Teve passagens pelas universidades de Berlim, Roma e Messina. Ao fim dos anos 1930, desenvolvia carreira docente na Real Universidade de Milão e na Universidade Comercial L. Bocconi, sendo então reconhecido como um dos mais importantes demógrafos do mundo. Para fugir de perseguições do regime fascista, transferiu-se para o Brasil em 1939, a convite do então presidente do IBGE José Carlos de Macedo Soares, assumindo as funções de assessor técnico do CNE e consultor da Comissão Censitária Nacional (JOSÉ..., 2013).

<sup>13</sup> José Luiz Sayão de Bulhões Carvalho (1866-1940) era médico, demógrafo sanitário, com especialização em estatística. Ingressou no serviço público em 1892, atuando como comissário na Inspetoria Geral de Higiene Pública. Em pouco tempo assumiu a chefia da Seção de Demografia da Instituição, renomeada em 1893 como Instituto Sanitário Federal. Participou da Comissão Central responsável pelo Recenseamento do Distrito Federal em 1906, sendo convidado no ano seguinte a assumir o comando da Diretoria Geral de Estatística - DGE, com a missão de reorganizar os serviços estatísticos promovidos pelo governo federal. Afastou-se do cargo em 1909, sendo reconduzido em 1915. Esteve à frente dos trabalhos do Recenseamento Geral de 1920 e comandou a DGE até 1931. Em 1938, dois anos antes de sua morte, recebeu o título de “Fundador da Estatística Geral do Brasil”, como reconhecimento por décadas de serviços prestados ao País (SANTOS, CD-ROM, 2007).

área das estatísticas oficiais no Brasil, parte de sua coleção privada foi também doada pela família ao IBGE (SECRETARIA..., 1941, p. 187). Assinala ainda Senra (2018) que nesse mesmo período alguns ocupantes da cúpula administrativa do Instituto, como o próprio presidente José Carlos de Macedo Soares, doavam parte de seus emolumentos para a Instituição, tendo em vista reforçar os fundos para aquisição de obras para o acervo bibliográfico.

O período que imediatamente sucedeu a Resolução n. 84 da Assembleia Geral, portanto, constituiu uma fase de organização da Biblioteca Central do CNE. Contribuiu bastante para esse trabalho a incorporação de uma nova profissional aos quadros do IBGE, Maria Luiza Alberto Torres, ao que consta a primeira encarregada dos serviços bibliotecários no órgão, trazida por intervenção direta do próprio Secretário-Geral, Mário Augusto Teixeira de Freitas<sup>14</sup>. Parece-nos claro que esse processo de organização e montagem do acervo foi longo, paulatino, adentrando pela década de 1940. Decerto podemos tomar o dia 1º de setembro de 1939, data de publicação da Resolução nº 78 da JEC, como um marco inicial da Biblioteca Central, posto que o ato oficialmente criou, integrado à estrutura da Secretaria-Geral, um Setor de Biblioteca). Entretanto, a documentação disponível não nos permite afirmar o momento exato em que a mesma entrou em funcionamento e que tipo de serviços foram de pronto prestados. Para o público externo, ao menos, sabe-se que o acesso foi aberto em janeiro de 1940 (BIBLIOTECA..., 1940, p. 182). Observamos que esses primeiros anos foram marcados por dificuldades, grande volume de trabalho e um significativo esforço institucional no intuito de garantir o funcionamento dos serviços bibliotecários. É o que nos sugere, por exemplo, uma carta enviada por Teixeira de Freitas a José Carlos Macedo Soares, em 1º de fevereiro de 1941. Ao tratar de um sério entrevero ocorrido entre dois servidores na Biblioteca Central, o Secretário-Geral argumenta que as providências a serem tomadas deveriam ser extremamente cuidadosas, de modo a não prejudicar ainda mais as já precárias condições em que a biblioteca então atuava<sup>15</sup>.

Temos por certo que ao longo da primeira metade dos anos 1940 a Biblioteca Central do CNE conseguiu regularizar os seus serviços. Desde 1936, ano em que entrou em efetivo funcionamento, o Instituto ocupava interinamente as instalações do edifício A Noite, localizado na Praça Mauá, nº 7, no Centro do Rio de Janeiro. Um dos primeiros registros encontrados sobre a atuação da Biblioteca Central do CNE dá conta que a mesma, em 1940, ocupava três salas no oitavo andar do prédio, com um acervo composto por cerca de 12 000 volumes. Destacavam-se em seu catálogo as obras que compunham a Seção Giorgio Mortara, com cerca de 6 000 volumes, assim como a coleção que formava a Seção Bulhões Carvalho (SECRETARIA..., 1941, p. 187). Quatro anos depois esta mesma biblioteca encontrava-se instalada em uma das salas do Edifício Silogeu Brasileiro, então sede do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB, também na região central do Rio de Janeiro (O INSTITUTO..., 1944, p. 407). À época, Teixeira de Freitas chamava a atenção para a necessidade de melhoria das instalações da Biblioteca Central do CNE, que também constituía a biblioteca da Sociedade Brasileira de Estatística - SBE, e que providências naquele sentido já estavam sendo tomadas pelo IBGE (O INSTITUTO..., 1944, p. 501-502). Também destacava o papel que a biblioteca deveria cumprir como espaço de sociabilização e interação entre os membros da SBE, conclamando-os a colaborarem para o aprimoramento de seu expediente. De fato, um ano depois o CNE ocuparia uma nova sede, então localizada na Avenida Presidente Wilson (em trecho que hoje compõe a Avenida Franklin Roosevelt, também no Centro do Rio de

<sup>14</sup> O esforço pessoal de Teixeira de Freitas para a incorporação da referida profissional aos quadros do IBGE é mencionado em ofício redigido por Alberto Martins, Diretor da Secretaria-Geral, datado de 5 de janeiro de 1939. Não temos, contudo, a confirmação de que Maria Luiza Alberto Torres fosse bibliotecária por formação. As únicas informações de que dispomos são anteriores à sua entrada no IBGE. Primeiramente, dando conta de que a mesma estava lotada em 1930 na Diretoria Geral do Serviço de Indústria Pastoral, órgão do Ministério da Agricultura, exercendo cargo de datilógrafa (ALMANAK..., 1930, p. 321). Já em 1934, aparece lotada na Diretoria Geral de Informações, Estatística e Divulgação do Ministério da Educação e Saúde Pública – sob a chefia do próprio Teixeira de Freitas –, exercendo cargo de 2º oficial (ALMANAK..., 1934, p. 47).

<sup>15</sup> Arquivo Nacional do Rio de Janeiro (ANRJ). Fundo Mário Augusto Teixeira de Freitas, Série Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, COR. 1, v. 8 (BR RJANRIO RR.0.IBG, COR 1, v.8).

Janeiro), mesmo prédio que atualmente abriga a sede do IBGE. A Biblioteca Central seria então mais uma vez transferida, ocupando o seu acervo o subsolo do edifício.

Em termos organizacionais, a Biblioteca Central do CNE foi logo de início subordinada à Seção de Documentação, uma das cinco que compunham a estrutura da Secretaria-Geral – as outras eram as seções de Expediente, Contabilidade, Publicações e Sistematização, esta última funcionando em local distinto das demais, o Edifício Hollerith, localizado na Avenida Graça Aranha (O INSTITUTO..., 1944, p. 407). Após mudanças administrativas ocorridas em 1947, a estrutura da Secretaria-Geral passaria por mudanças, sendo criado o Serviço de Biblioteca e Intercâmbio. A reestruturação foi justificada pela complexificação dos serviços prestados pela Biblioteca Central, tornando-se necessária uma maior autonomia administrativa (IBGE, 1948, p. 225-226).

Paralelamente ao processo de montagem da Biblioteca Central do CNE, outra biblioteca especializada, desta vez na área de geografia e ciências afins, foi construída no âmbito do CNG. Já em 1939, a Resolução nº 31 do Diretório Central do CNG, que estabeleceu o regulamento do Serviço de Coordenação Geográfica<sup>16</sup>, previa que à Seção de Documentação e Informações – uma das quatro seções técnicas que compunham a sua estrutura – caberia organizar e desenvolver uma biblioteca especializada em obras sobre Geografia do Brasil, além de uma mapoteca, uma filmo-fototeca e um arquivo corográfico<sup>17</sup>. Embora os registros encontrados também não permitam a determinação do momento exato em que a Biblioteca do CNG começou a operar, podemos afirmar que ao fim de 1941 ela já se encontrava em funcionamento nas instalações do Edifício Silogeu Brasileiro, que abrigava o Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica, contando com um acervo de cerca de 7 000 volumes (RELATÓRIO..., 1942, p. 397). Completava a documentação mantida pelo CNG cerca de 4 000 mapas, 16 000 fotografias de municípios, além dos mais de 75 000 documentos que compunham o arquivo corográfico.

Após uma reestruturação organizacional da Secretaria-Geral em 1943<sup>18</sup>, a Biblioteca do CNG, então chefiada pela bibliotecária Edna Taunay Leite Guimarães (BOLETIM GEOGRÁFICO, 1943), foi integrada à agora nomeada Seção de Documentação Geográfica. Àquela altura, seu acervo já havia se expandido rapidamente, graças a uma política de estímulo a aquisições, doações e permutas, alcançando mais de 20 000 volumes (O INSTITUTO..., 1944, p. 398-399). Seu público era composto principalmente por professores, oficiais militares e universitários. Embora naquele mesmo ano a sede do CNG tenha se transferido para o Edifício Francisco Serrador, na região conhecida como Cinelândia, no Centro do Rio de Janeiro (O QUARTO..., 1943, p. 167), não encontramos informações que confirmassem se a Biblioteca do CNG foi também deslocada para o mesmo local.

Além dos dois sistemas principais permanentes – o dos serviços estatísticos, coordenados pelo CNE, e o dos serviços geográficos, coordenado pelo CNG –, a estrutura administrativa *sui generis* que dava forma ao IBGE era ainda composta por um sistema de organização periódica: o dos serviços censitários, coordenado pela Comissão Censitária Nacional e tendo o Serviço Nacional de Recenseamento como órgão executor<sup>19</sup>. Este último era formado por uma Direção Central e por Delegacias Regionais, Seccionais e Municipais (SANTOS, 2008, p. 272). Na estrutura da Direção Geral integravam-se o Gabinete, uma Divisão Técnica, uma Divisão Administrativa e uma Divisão de Coordenação de Publicidade, em cuja

<sup>16</sup> O Serviço de Coordenação Geográfica foi constituído como órgão executor do CNG, tendo origem na Seção de Estatística Territorial, da Diretoria de Estatística da Produção do Ministério da Agricultura. Ainda em 1939 o órgão teve a sua denominação modificada, passando a se chamar Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica.

<sup>17</sup> Anexo à Resolução nº 31, de 8 de fevereiro de 1939, art. 6º. Além da Seção de Documentação e Informações, o Serviço de Coordenação Geográfica era formado por uma Diretoria e outras três seções técnicas: Seção da Carta Geral ao Milionésimo; Seção de Cartas Regionais e Municipais; Seção de Estudos Geográficos, Estatísticos, Territoriais e Cartografia Estatística.

<sup>18</sup> CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA (BRASIL). Diretório Central. *Resolução do Diretório Central nº 131, de 18 de maio de 1943*, Art. 6º. Rio de Janeiro, 1943.

<sup>19</sup> A partir do recenseamento de 1950 o Serviço Nacional de Recenseamento passou a se vincular diretamente à Secretaria-Geral do IBGE, não mais à Comissão Censitária Nacional (SANTOS, 2008).

estrutura funcionava, também nos anos 1940, uma Seção de Documentação, que abrigava uma biblioteca de pequeno porte. Entre suas funções destacavam-se a guarda de material bibliográfico, a seleção e classificação de recortes de jornais, o desenvolvimento de estudos de monografias histórico-corográficas dos Municípios e o exame dos relatórios apresentados pelos Delegados, sempre tendo em vista a prestação de suporte para os trabalhos voltados ao planejamento e execução dos censos (IBGE, 1945, p. 23). Essa biblioteca, portanto, era voltada fundamentalmente ao atendimento das demandas internas envolvendo as esferas técnica e administrativa, fornecendo subsídios ao processo de tomada de decisões.

Ao longo dos anos 1940, portanto, o IBGE manteve em funcionamento três bibliotecas especializadas na cidade do Rio de Janeiro. As duas primeiras franqueadas à consulta pública e com catálogo focado nas áreas de atuação do Instituto – uma em estatística e a outra nas geociências. A terceira, por sua vez, voltava-se ao público interno. Tratava-se de bibliotecas independentes, com pessoal e orçamentos próprios, embora os câmbios e a cooperação técnica entre as unidades não fossem incomuns.

Mas não apenas na capital da República concentravam-se as bibliotecas mantidas pelo IBGE. Conforme já comentado, além da coordenação dos serviços estatísticos e geográficos, ao Instituto também cabia o cumprimento de uma segunda função, a de instrumento pedagógico do governo. A atuação do IBGE em todo o Território Nacional por meio das Agências Municipais de Estatística, portanto, inseria-se em um projeto político pautado na interiorização do Estado e no aprofundamento de sua atuação no cotidiano da população. Uma das múltiplas formas pelas quais essa interação poderia se concretizar era a partir da prestação de serviços bibliotecários. Lembremos que a inserção das massas em uma nova ordem social em construção, transformando-se o brasileiro em cidadão trabalhador, produtivo e disciplinado, passava pela educação em larga escala, e que para isso o Estado procurava lançar mão de uma série de meios e espaços de comunicação e aprendizagem. Entre eles, o livro e as bibliotecas assumiam destaque.

De acordo com Santos (2008), a criação de repartições estatísticas nos municípios brasileiros foi uma proposta recorrente desde o Século XIX, embora as primeiras iniciativas sistemáticas e bem-sucedidas só possam ser identificadas nos anos 1920, por ação do Serviço de Estatística de Minas Gerais, então sob o comando de Teixeira de Freitas. Como sabemos, o modelo foi posteriormente aplicado no nível federal. Tanto o Decreto nº 24 609 de 06.07.1934, que criou o INE, quanto a Convenção Nacional de Estatística, de 1936, previam a criação de instâncias responsáveis pelo levantamento de informações estatísticas no nível municipal, elegendo-as como base do Sistema Estatístico Nacional. Estima-se que ao fim dos anos 1930 poucos desses órgãos de fato já existissem, recaindo sobre o IBGE, em tais circunstâncias, a responsabilidade de promover a sua expansão. Esta seria primeiramente estimulada com a criação das Seções de Estatística Militar<sup>20</sup>, em 1942, e finalmente viabilizada com a celebração dos Convênios Nacionais de Estatística Municipal, acordos que, envolvendo as três esferas governamentais (União, estados e municípios), regulavam a criação e o funcionamento das Agências Municipais de Estatística. Além disso, o Decreto-Lei nº 4.181, de 16 de março de 1942 também disponibilizou os meios para o financiamento desta rede de repartições, por meio da Caixa Nacional de Estatística Municipal, fundo formado a partir do recolhimento de impostos sobre diversões públicas (teatros, cinemas, espetáculos esportivos, etc.). Tais recursos, que na prática só começaram a ser recolhidos em 1944, prestavam-se a dar sustentação aos serviços estatísticos nacionais, especialmente no que envolvia a criação e manutenção das agências municipais. Em meados dos anos 1940, portanto, estavam criadas as condições para o deslanchamento do projeto ibgeano, isto é, a plena integração dos municípios ao modelo de cooperação interadministrativa no qual se fundava o Instituto.

<sup>20</sup> Considerando a importância auferida pelas informações estatísticas e territoriais em um contexto de guerra, as Seções de Estatística Militar foram concebidas como instâncias responsáveis pelo planejamento e organização dos levantamentos estatísticos necessários à Segurança Nacional, sendo instaladas em todas as capitais dos estados e submetendo-se à coordenação do IBGE e dos órgãos militares regionais.

As Agências Municipais de Estatística deveriam funcionar como instâncias de representação do Estado em todo o Território Nacional, sendo além de repartições coletoras de informações centros irradiadores dos padrões administrativos, organizacionais, cívicos, morais e culturais. Também deveriam atuar em contínua colaboração com outros órgãos do serviço público, prestando o devido suporte aos seus serviços. É interessante notar que a cúpula institucional, em resolução especial e conjunta de seus órgãos autônomos de direção, declarava em 1945 que o projeto de expansão das agências municipais previa que cada uma delas contasse com uma biblioteca de pequeno porte (ANIVERSÁRIO..., 1945, p. 293). Além disso, a todas caberia colaborar continuamente com a formação e funcionamento de bibliotecas, arquivos e museus municipais, prestando todo o apoio possível às administrações locais. E esse compromisso do IBGE com a disseminação de bibliotecas por ação de sua rede de agências, além de se apresentar como discurso, também se ratificava na dimensão normativa. Por exemplo, a Resolução da JEC nº 190, de 18 de agosto de 1944, que dispunha sobre a execução dos Convênios Nacionais de Estatística Municipal, estabelecia como incumbência das Agências Municipais de Estatística, por meio de seus serviços de divulgação, “executar o plano que vier a ser estabelecido para a organização e manutenção de uma biblioteca especializada de divulgação estatística”<sup>21</sup>. Essa mesma diretriz também era reiterada nos relatórios anuais das atividades da Instituição, afirmando-se que, por força dos Convênios Nacionais de Estatística Municipal, o IBGE obrigava-se com os municípios a “manter, franqueada ao público, uma biblioteca especializada de divulgação estatística, ou colaborar na organização de uma seção a esse fim destinada na Biblioteca Municipal, sempre que esta já exista” (IBGE, 1948, p. 18).

Ao final dos anos 1940 a cúpula do IBGE se encontrava sob forte pressão política, em face da emergência de críticas contra a estrutura de financiamento do Sistema Estatístico Nacional, ou mais especificamente, contra o imposto sobre diversões públicas, popularmente conhecido como “selo de estatística”. Por iniciativa de grupos empresariais ligados ao setor de entretenimento, insatisfeitos com a cobrança, alguns municípios propuseram a denúncia dos Convênios Nacionais de Estatística Municipal, colocando o sistema em xeque. A questão acabou sendo judicializada, tendo ao final a justiça confirmado a legalidade do imposto. De todo modo, em meio a essa disputa, a JEC promoveu uma sessão para debater o assunto e avaliar providências. Na ocasião, Teixeira de Freitas efetuou um grande balanço das ações do IBGE ao longo de uma década, realizando uma defesa de seu legado<sup>22</sup>. Ao elencar os mais importantes resultados obtidos pela Instituição, destacou a produção de uma vasta bibliografia estatística, por meio da publicação de pesquisas, sinopses, anuários, revistas, boletins, etc., bem como a organização e disponibilização dessas informações ao público. Justamente nesse ponto exaltou o papel cumprido pelo IBGE no apoio à criação de bibliotecas, museus e arquivos nos municípios. Para o Secretário-Geral, esta constituía uma contribuição importantíssima do Instituto ao País, evidenciando a eficiência de sua estrutura *sui generis* e comprovando a qualidade dos serviços por ele prestados. Ou seja, no discurso de Teixeira de Freitas, a instalação de bibliotecas nos municípios e o suporte prestado às já existentes eram apresentados como ações comprovadamente benéficas à sociedade brasileira, justificando os recursos que sustentavam o sistema (no caso, o imposto sobre diversões públicas). Logo, em sua argumentação, as reclamações dos municípios que se insurgiam contra os Convênios Nacionais de Estatística Municipal eram infundadas. O trabalho desenvolvido pelo IBGE, inclusive a promoção da expansão dos serviços bibliotecários no País, conferiam aos municípios suficientes retornos pelos tributos por eles prestados.

<sup>21</sup> CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (Brasil). Junta Executiva Central. *Disposições orgânicas para a execução dos convênios nacionais de estatística municipal*. Anexo à Resolução n. 190, de 18 agosto de 1944. cap. III, art. 10. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/1723/rjec\\_1944\\_n172\\_n203.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/1723/rjec_1944_n172_n203.pdf). Acesso em: 1 ago. 2019.

<sup>22</sup> Arquivo Nacional do Rio de Janeiro (ANRJ). Fundo Mário Augusto Teixeira de Freitas, Série Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, COR 1, Vol. 16. Documento encaminhado à JEC, não datado, classificado como urgente e reservado.

Ao irromper dos anos 1950 as bibliotecas do IBGE na capital da República já se encontravam plenamente consolidadas, enquanto pelo País adentro as bibliotecas das agências municipais de Estatística se multiplicavam. No CNE, após nova reestruturação ocorrida em 1952, a Biblioteca Central passou a se subordinar a uma Diretoria de Documentação e Divulgação. Seu acervo foi reforçado com a incorporação de grande parte do material da Biblioteca do Serviço Nacional de Recenseamento, além da intensificação das compras, permutas e doações (IBGE, 1952, p. 178). O cargo de Chefe da Biblioteca Central constituía função gratificada, com provimento feito pelo Presidente do IBGE, mediante indicação do Secretário-Geral do CNE (BOLETIM DE SERVIÇO, 1952). O cargo de bibliotecário era classificado como de carreira, provido por concurso de provas, títulos ou ambos. Formalmente, as funções atribuídas à Biblioteca Central do CNE eram as seguintes: classificação e conservação do acervo bibliográfico; organização e atualização dos catálogos; divulgação do acervo, por meio de boletins e indicações bibliográficas; atendimento a consultas e realização de empréstimos; aquisição das obras, nacionais ou estrangeiras; promoção de permutas intercâmbios e projetos de cooperação (BOLETIM DE SERVIÇO, 1953a, p. 3-4). Em agosto de 1956, a Biblioteca Central do CNE recebeu nova denominação, passando a se chamar Biblioteca Waldemar Lopes, uma homenagem feita ao ex-Secretário-Geral do CNE<sup>23</sup>, em cerimônia que mereceu inclusive nota na imprensa (ESTATÍSTICAS..., 1956). Àquela altura, seu acervo contava com 71 766 volumes registrados e ainda cerca de 4 mil a serem inventariados. O movimento de leitores naquele ano chegou a quase 1 900 pessoas, efetuando-se ao todo 6 313 consultas (BOLETIM DE SERVIÇO, 1956, p. 1-2).

No âmbito do CNG, por força da Resolução nº 443 do Diretório Central, de 28 de maio de 1953, a biblioteca passou a se subordinar a uma Divisão Cultural, compondo uma de suas seções. Sua organização foi então dividida em 3 setores: Catalogação e Referência; Arquivo Corográfico; Hemeroteca (BOLETIM DE SERVIÇO, 1953c). Suas funções eram próximas às então cumpridas pelo estabelecimento congênere do CNE: levantar, reunir e classificar informações sobre a geografia do Brasil; manter e conservar acervo bibliográfico; publicar e atualizar fichas e catálogos; disponibilizar acesso público às obras e orientar os usuários; promover intercâmbios e permutas com bibliotecas nacionais e estrangeiras; elaborar bibliografia geográfica (BOLETIM DE SERVIÇO, 1953b). À época, todos esses trabalhos eram comandados pela bibliotecária Maria Pôrto Samico. Cabe por último apontar que em 1950 a sede do CNG, que desde 1943 ocupava o Edifício Francisco Serrador, foi transferida para o Edifício Iguazu, localizado na Avenida Beiramar, também na região central da cidade<sup>24</sup>. A Biblioteca do CNG, contudo, não foi instalada no mesmo local, ocupando a sobreloja de um prédio localizado na Avenida Calógeras, nº 6-B. Por sinal, toda a Divisão Cultural ficou instalada nesse mesmo prédio, separada das demais divisões do CNG (BOLETIM DE SERVIÇO, 1954).

Como resultado de um grande debate ocorrido no irromper dos anos 1950, envolvendo a eficiência e a qualidade das estatísticas brasileiras<sup>25</sup>, foi criada em 1953, dentro da estrutura do IBGE, a Escola Brasileira de Estatística - EBE, instância voltada à formação de técnicos de nível superior na área de estatística. Se a preparação de pessoal qualificado e o desenvolvimento de novos métodos para o atendimento das cada vez mais complexas demandas da sociedade brasileira por informações constituíam questões importantes a serem então enfrentadas, a criação desse novo espaço visava a preencher algumas lacunas identificadas no Sistema Estatístico Nacional, estimulando a introdução de novas práticas

<sup>23</sup> Waldemar Freire Lopes (1911-2006) foi um dos mais próximos colaboradores de Mário Augusto Teixeira de Freitas, tendo ingressado no IBGE em 1938. Ocupou vários cargos na alta direção do Instituto, entre os quais os de assistente-chefe da Secretaria-Geral (1939), chefe do Serviço de Publicações (1944); Diretor da Secretaria-Geral do CNE (1948), Diretor-Geral do Serviço Nacional de Recenseamento (1951), Diretor de Documentação e Divulgação do CNE (1952) e Secretário-Geral do CNE – este último exercido em dois períodos, o primeiro em 1951 e o último em 1954. Logo depois foi designado para cargo na Organização dos Estados Americanos - OEA, onde atuou até 1976 (SANTOS, 2008).

<sup>24</sup> O local atualmente abriga a sede da Unidade Estadual do IBGE no Rio de Janeiro.

<sup>25</sup> Sobre a chamada “crise da estatística”, controvérsia ocorrida durante a gestão do General Djalma Polli Coelho no IBGE (1951-1952), ver Santos (2008, p. 413-56).

de pesquisa. Em 1954 a EBE receberia nova denominação, tornando-se a Escola Nacional de Ciências Estatísticas - ENCE, nome que carrega até os dias atuais. Como uma instância de natureza acadêmica, a ENCE também foi provida desde cedo de uma biblioteca, constituindo mais um estabelecimento do gênero mantido pelo IBGE<sup>26</sup>. Embora a ENCE tenha ocupado interinamente parte das dependências do Serviço Nacional de Recenseamento, na região da Praia Vermelha, foi transferida em 1956 para um prédio alugado no Centro do Rio de Janeiro, o Edifício Inúbia, situado na Avenida Presidente Wilson, nº 210. Nesse local a biblioteca ficou instalada até o final dos anos 1960, quando a escola se transferiu para novo prédio localizado na Rua André Cavalcanti, também na região central da cidade (BOLETIM DE SERVIÇO, 1968, p. 4). De acordo com regimento aprovado em 1961, esta biblioteca constituía um setor diretamente subordinado ao Diretor da ENCE, tendo como incumbência, reunir “o acervo bibliográfico da Escola, atualizando-o e enriquecendo-o, a fim de proporcionar aos corpos docente e discente as maiores facilidades do ensino e aprendizagem” (BRASIL, 1961, p. 426).

Em meados dos anos 1960, portanto, o panorama das bibliotecas do IBGE parecia bem definido. A Biblioteca Waldemar Lopes estava instalada no prédio da Av. Franklin Roosevelt, sede do CNE, local que ocupava desde 1945. Seu acervo era composto por cerca de 20 000 livros e pouco mais de 4 000 títulos de periódicos, obras predominantemente concentradas nas áreas de estatística e economia (BOLETIM DE SERVIÇO, 1966b). Já a Biblioteca do CNG permanecia na Avenida Calógeras, dispondo de um acervo com cerca de 50 000 volumes e alcançando um número de 8 866 usuários entre 1963 e 1966 (BOLETIM DE SERVIÇO, 1966a, p. 5). A Biblioteca da ENCE, de natureza universitária, constituía o terceiro espaço de prestação de serviços bibliotecários no Rio de Janeiro. Além delas, as Inspetorias Regionais<sup>27</sup> e as Agências Municipais de Estatística, com unidades de pequeno porte, completavam o conjunto de acervos bibliográficos mantidos pelo IBGE em todo o País.

## Novos tempos: a Fundação IBGE e a criação da BICEN

Com o desenrolar do processo de industrialização e a progressiva complexificação da economia, tornavam-se cada vez maiores as demandas da sociedade brasileira por informações estatísticas de qualidade, especialmente as econômicas. Sob tal impulso, adensam-se a partir dos anos 1950 os debates sobre a estrutura e o funcionamento do Sistema Estatístico Nacional, questionando-se a capacidade que o mesmo dispunha para atender a essas necessidades. O modelo construído no primeiro Governo Vargas, baseado na cooperação interadministrativa, passou a ser alvo de ações sistemáticas de avaliação e crítica. Como consequência, foram elaboradas, ao longo de mais de uma década, uma série de propostas visando à reformulação do modelo. Somente a partir do governo Castelo Branco (1964-1967), contudo, as primeiras intervenções mais concretas foram efetuadas, começando pelo fim da vinculação direta do IBGE à Presidência da República<sup>28</sup>. Começava ali a ser esboçado o abandono da estrutura *sui generis* idealizada e implementada nos anos 1930.

As mudanças institucionais em curso enquadravam-se em uma proposta mais ampla de reforma do Estado implementada pela ditadura militar, em sintonia com um discurso modernizador em voga no período. O reordenamento administrativo era apresentado como solução para as deficiências estruturais apresentadas pela burocracia montada no período

<sup>26</sup> Reflexão minuciosa sobre a Biblioteca da ENCE é desenvolvida no capítulo escrito por Antonio Sergio Loyola Polo e Marcelo Reis Lobato, que compõe a presente obra.

<sup>27</sup> As Inspetorias Regionais de Estatística Municipal foram oficialmente criadas em 1944, consistindo em representações que o IBGE mantinha em cada Unidade da Federação. Às Inspetorias cabia a prestação de assessoria técnica às Agências Municipais de Estatística e a fiscalização do recolhimento do imposto sobre diversões públicas, o chamado “selo de estatística”.

<sup>28</sup> Cerca de dois meses depois da posse de Castelo Branco o IBGE tornou-se uma autarquia vinculada ao recém-criado Ministério Extraordinário de Coordenação dos Organismos Regionais.

varguista, considerada pelos ideólogos do novo regime como ultrapassada, ineficiente e inadequada às necessidades de uma economia em rápida transformação. Especificamente no campo dos serviços estatísticos, essa reforma ganhou feições mais claras a partir de 1967, quando da implementação de intervenções significativas na estrutura organizacional do IBGE. A antiga autarquia foi então transformada em uma fundação de direito público – a Fundação IBGE. Com personalidade jurídica própria e independência administrativa e financeira, a Fundação nasceu composta por três órgãos autônomos: Instituto Brasileiro de Estatística - IBE; Instituto Brasileiro de Geografia - IBG; e Escola Nacional de Ciências Estatísticas - ENCE. Posteriormente, em 1971, seria ainda criado um quarto órgão, o Instituto Brasileiro de Informática - IBI, responsável pelo processamento dos dados necessários às atividades da Instituição e pela automação do acesso a informações. A reforma apontou ainda para uma renovação do quadro funcional, que passou a ser regido pela Consolidação das Leis do Trabalho. Outra mudança fundamental ocorreu na própria forma de atuação do IBGE dentro do Sistema Estatístico Nacional. Se a autarquia IBGE funcionara como instância coordenadora de um sistema de informações compostos por órgãos executores federais, estaduais e municipais, a Fundação já assumiria uma função diferente, atuando diretamente como instância produtora de estatísticas.

Junto com as mudanças administrativas surgiam também novidades nas áreas técnica e metodológica. Já no Recenseamento Geral de 1960 tivera início no IBGE o uso de técnicas de amostragem e de novas ferramentas para o processamento dos dados coletados. Destacou-se naquele contexto a aquisição de um computador de grande porte junto à empresa norte-americana Remington Rand, o UNIVAC 1105, apelidado do “cérebro eletrônico”. Essa tendência ganharia força ao longo da década, alicerçando o projeto de reforma que deu origem à Fundação IBGE. Ainda em 1966, um grupo de trabalho foi montado com a missão de estudar e planejar a montagem de um programa nacional de pesquisas domiciliares por amostragem em bases contínuas. Como resultado, no ano seguinte foi iniciada a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, que em pouco tempo estaria consolidada como uma das principais pesquisas estruturais do IBGE, fonte de informações em escala nacional sobre diversos aspectos socioeconômicos que compõem a realidade brasileira. A I Conferência Nacional de Estatística - CONFEST e a I Conferência Nacional de Geografia e Cartografia - CONFEGE, eventos de naturezas técnica, administrativa e política promovidos em 1968, também são fatores representativos desses novos tempos, constituindo oportunidades para a troca de experiências entre produtores e usuários de informações estatísticas e territoriais, bem como para a discussão e deliberação acerca de temas e decisões concernentes às áreas de atuação do IBGE. Nas geociências, começava a ganhar espaço a Geografia Quantitativa – seguindo tendência então em alta nos Estados Unidos e na Europa Ocidental –, refletindo uma crescente utilização das análises espaciais como ferramentas do planejamento socioeconômico. Outro marco importante do período foi a criação da Comissão de Cartografia - COCAR<sup>29</sup>, em 1967, instância inserida na estrutura do IBGE e responsável pela elaboração de uma política nacional de cartografia.

Embora a criação da Fundação IBGE tenha promovido uma grande transformação na estrutura organizacional da Instituição, no tocante às bibliotecas do IBGE as mudanças administrativas em curso não impuseram impactos significativos logo de início. Após um período de transição, marcado por arranjos estruturais provisórios, as funções cumpridas pela antiga Diretoria de Documentação e Informação do CNE foram redistribuídas em um novo desenho organizacional. A Biblioteca Waldemar Lopes ficou subordinada ao recém-criado Centro de Documentação e Informação Estatísticas - CENDIE, órgão do IBE cuja incumbência era de “organizar, manter e tratar o acervo documentário do Instituto Brasileiro de Estatística, realizar pesquisas com vistas à difusão de informações, bem como orientar e coordenar tecnicamente os serviços congêneres dos demais órgãos do IBE e do Sistema Estatístico Brasileiro” (BOLETIM DE SERVIÇO, 1969a, p. 1). Uma das divisões que

<sup>29</sup> A COCAR foi extinta em 1990, no contexto da reforma administrativa promovida pelo Governo Collor de Mello (1990-1992). Em 1994 ela foi reativada com o nome de Comissão Nacional de Cartografia – CONCAR.

compunham o CENDIE era voltada ao tratamento da documentação, sendo esta composta por três setores: Biblioteca; Catálogo Coletivo; Hemeroteca, Fototeca e Arquivo. A Biblioteca Waldemar Lopes era ainda tecnicamente subdividida em quatro seções: Seleção e Aquisição; Catalogação e Classificação; Periódicos e Publicações Seriadadas; Empréstimo e Referência.

Já no âmbito do IBG, também em 1969 foi estabelecida uma nova estrutura, sendo parte das funções cumpridas pela antiga Divisão Cultural do CNG absorvidas pelo recém-criado Departamento de Documentação e Informação Geográfica - DEDIGEO, diretamente subordinado ao Diretor-Superintendente do IBG. A antiga biblioteca do CNG foi incorporada a uma de suas divisões, nomeada Divisão de Sistematização da Informação, então composta por 4 setores: Biblioteca; Arquivo; Mapoteca; Fototeca. Conforme a Resolução do Conselho Diretor nº 138, de 28 de maio de 1969, cabia à Biblioteca “a execução das atividades de documentação bibliográfica (livros e periódicos) de interesse geográfico e cartográfico, para fins de utilização dos técnicos do IBG e do público em geral, através da aquisição e permuta, preparação e conservação do acervo e trabalho de divulgação referente àquela unidade” (BOLETIM DE SERVIÇO, 1969b, p. 1). Nesse novo arranjo, a Biblioteca dividiu-se em três seções: Processamento; Aquisição e Intercâmbio; Referência e Circulação. Pouco tempo depois efetuou-se uma mudança em sua denominação, passando a ser chamada Biblioteca Geográfica do IBGE (ou, oficialmente, Biblioteca da Fundação IBGE - Acervo Geográfico). Em 1973 o acervo passou a ocupar novas instalações, sendo transferido para a sobreloja da recém-inaugurada sede do IHGB, situada na Rua Augusto Severo, n. 8, no Centro do Rio de Janeiro<sup>30</sup>. Estimava-se àquela altura que a biblioteca tivesse o maior acervo bibliográfico do País na área de Geografia e ciências afins (BOLETIM DE SERVIÇO, 1973, p. 13).

Também em 1969 as Inspetorias Regionais foram submetidas a uma ampla reestruturação, passando a se chamar Delegacias de Estatística do IBE - DELESTs. Nas normas que estabeleceram a suas estruturas, determinou-se a manutenção de uma biblioteca em cada uma dessas instâncias. Já na base do Sistema Estatístico Nacional, a reformulação administrativa ganhou força a partir de 1971, com a criação da Rede Nacional de Agências de Coleta. Se no modelo anterior as agências municipais eram instâncias coordenadas e sustentadas pelo IBGE, porém por delegação de competência dos municípios, agora eram institucionalmente absorvidas pela Fundação IBGE, ação que envolveu um rearranjo organizacional que provocou a extinção de muitas dessas repartições. Não encontramos informações sobre o papel cumprido pelas bibliotecas nesse novo contexto. O que se pode intuir, dadas as diferenças conceituais e funcionais existentes entre as Agências Municipais de Estatística, concebidas nos anos 1930, e as agora chamadas Agências de Coleta, é que as bibliotecas tenham perdido o seu protagonismo fora do projeto pedagógico e civilizatório proposto na Era Vargas.

Ao longo da gestão de Isaac Kerstenetzky (1970-1979)<sup>31</sup>, o processo de reformas estruturais no IBGE seria ainda mais aprofundado. Para além de um órgão executor de serviços estatísticos e geográficos, pretendia-se transformar a fundação em peça central de um amplo arcabouço técnico, jurídico e institucional voltado ao planejamento econômico e social, com a função de elaborar estudos e análises a partir da aplicação de métodos científicos. Para isso, além da produção de estatísticas primárias – informações obtidas a

<sup>30</sup> O processo de saída da Biblioteca Geográfica do prédio da Avenida Calógeras foi conflituoso. Segundo reportagem de O Globo, as condições das instalações da biblioteca mostravam-se bastante precárias, em função de vazamentos da tubulação de esgoto que invadiam seus salões. Uma ação judicial de despejo movida pelos proprietários do prédio contra o IBGE impedia a realização dos reparos necessários, situação que colocava em risco o material bibliográfico, os servidores que lá trabalhavam e os usuários. A mudança para as dependências do IHGB acabou surgindo como solução para este sério problema (VAZAMENTO..., 1972).

<sup>31</sup> Isaac Kerstenetzky (1926-1991) era economista, com especialização na área de Planejamento Econômico. Oriundo dos quadros da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-RJ, desfrutava de larga experiência no campo das estatísticas, tendo participado diretamente das discussões sobre a reforma do sistema estatístico ocorridas nos anos 1950 e 1960, na condição de membro da JEC, representante da Fundação Getúlio Vargas - FGV. Em tal Instituição, comandou o Centro de Contas Nacionais (1954-1959) e a Diretoria de Pesquisas do Instituto Brasileiro de Economia - IBRE/FGV (1964 a 1970). Já como presidente do IBGE, foi membro da delegação do Brasil na Conferência de Meio Ambiente, em Estocolmo (1972), na Conferência Mundial de População, em Bucareste (1974), e também atuou como representante do País na Comissão de Estatística das Nações Unidas (1970-1979) (ISAAC..., 2013).

partir do tratamento de respostas aos inquéritos feitos junto a pessoas ou organizações –, a fundação deveria ser devidamente estruturada para a elaboração de estatísticas derivadas, isto é, aquelas geradas por agregação ou cruzamento de variáveis das estatísticas primárias e outras fontes de informação (indicadores e sistemas de referência). A proposta, enfim, era de transformar o IBGE em um elemento de integração entre pesquisa e planejamento, cumprindo também uma função de intérprete da realidade nacional.

Portanto, dentro do novo modelo – ratificado no estatuto da fundação promulgado em 1975 – a missão que a Instituição se prestava a cumprir era a de suprir as demandas governamentais por estatísticas aplicáveis ao planejamento econômico-social e à Segurança Nacional. Um marco importante dentro dos trabalhos desenvolvidos pelo IBGE nessa nova fase foi a realização do Estudo Nacional da Despesa Familiar - ENDEF, entre 1974 e 1975, que colheu informações detalhadas sobre renda, consumo e hábitos alimentares de mais de cinquenta mil famílias brasileiras. Outro trabalho de destaque foi a construção de uma matriz insumo-produto, que sistematizava dados relativos aos principais fluxos reais verificados na economia nacional, cuja publicação deu-se em 1979. Igualmente relevante foi a criação do Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor, em 1978, com a finalidade de disponibilizar instrumentos que permitissem o acompanhamento da variação dos preços de produtos e serviços no País. Também no período foram lançados novos inquéritos sobre saneamento básico, extrativismo vegetal, agropecuária, indústria, comércio e serviços. No campo das geociências, a chamada Geografia Quantitativa ganhou ainda mais impulso, ratificando a união entre os estudos geográficos e de planejamento. Merece também destaque a formação de uma área voltada a estudos sobre recursos naturais e meio ambiente, assim como a criação, em 1975, da Reserva Ecológica do Roncador (três anos depois renomeada Reserva Ecológica do IBGE), nos arredores de Brasília, concebida como uma unidade de conservação e pesquisa científica sobre o cerrado.

Todo esse processo de profundas transformações foi alicerçado em um esforço interno visando à plena integração dos serviços prestados pela Fundação, revogando-se a autonomia absoluta de suas quatro grandes áreas (IBE, IBG, IBI e ENCE). Além de criar novos órgãos de direção e assessoramento superior, o estatuto de 1975 reorganizou as atividades do IBGE em seis diretorias. Uma Diretoria Técnica passou a exercer as funções antes desempenhadas pelo IBE e parte das atividades do IBG (as áreas de Geografia e Recursos Naturais)<sup>32</sup>. Geodésia e Cartografia ficaram em uma diretoria à parte. Foram ainda criadas uma Diretoria de Informática (substituta do IBI), uma Diretoria de Administração, uma Diretoria de Divulgação e uma Diretoria de Formação e Aperfeiçoamento de Pessoal. Cada uma dessas unidades de direção foi subdividida em superintendências, de acordo com a extensão de seus campos de atuação (BRASIL, 1975).

Ora, nesse momento identificamos uma alteração significativa na estrutura das bibliotecas estabelecidas na sede da Fundação IBGE. Se até então cada área finalística possuía a sua própria biblioteca especializada, a diretriz de integração gerou uma mudança de concepção. De tal modo, os acervos da Biblioteca Waldemar Lopes e a da Biblioteca Geográfica do IBGE são fundidos, sendo criada a agora chamada Biblioteca Central - BICEN, inserida na Diretoria de Formação e Aperfeiçoamento de Pessoal.

Institucionalizada nos termos do estatuto de 1975 e organizada conforme a Resolução-PR nº 04, de 20 de maio de 1977, a Diretoria de Formação e Aperfeiçoamento de Pessoal era dividida em três grandes áreas: Superintendência de Ensino, Superintendência de Aperfeiçoamento e Biblioteca Central. À primeira recaía a incumbência de organizar, coordenar e executar todas as atividades de ensino de interesse do IBGE, tendo como principal unidade a ENCE. A segunda, por sua vez, tinha por finalidade o desenvolvimento

<sup>32</sup> A bem da verdade, a Diretoria Técnica foi criada em 1973, por força da Portaria-PR nº 8, de 18 de maio. Pouco tempo depois, conforme determinado pela Portaria-PR nº 14, de 21 de maio daquele mesmo ano, o CENDIE e o DEDIGEO passam a se subordinar à recém-formada diretoria. Tais mudanças, entretanto, só seriam ratificadas dois anos depois no novo estatuto da Fundação IBGE. Nesse ínterim, a Biblioteca Waldemar Lopes e o Biblioteca Geográfica do IBGE ficaram, portanto, subordinadas à Diretoria Técnica, sendo mantidas as suas autonomias.

de atividades de recrutamento, seleção e treinamento de pessoal, em parceria com a área de recursos humanos. Quanto à Biblioteca Central, cabia-lhe a função de desenvolver “as atividades do sistema de documentação, referentes a organização e disseminação do acervo gráfico e audiovisual, para atender a consultas de interessados e a estudos e trabalhos nas áreas de atuação do IBGE, reunindo e preservando a documentação sob sua responsabilidade” (BOLETIM DE SERVIÇO, 1977b, p. 18).

A estrutura organizacional da BICEN mostrava-se mais complexa do que as apresentadas pelas unidades de biblioteca que a precederam. Além de um órgão de direção (com assessoria), contava ainda com 3 departamentos: Aquisição e Registros; Documentação e Referência; Informação. Cada um destes departamentos era ainda organizado em distintas divisões ou setores técnicos.

### **Estrutura orgânica da BICEN (1977)**

#### **I- Direção**

1. Assessoria (ASBIC)

#### **II- Departamento de Aquisição e Registros (DEARE)**

1. Divisão de Aquisição e Intercâmbio (DIDAI)
2. Divisão de Catalogação e Classificação (DICAC)

#### **III- Departamento de Documentação e Referência (DEDER)**

1. Divisão de Referência e Circulação (DIRCI)
2. Divisão de Documentação e Arquivo Técnico (DIDAT)

#### **IV- Departamento de Informação (DEDIN)**

1. Divisão de Informações Correntes (DICOR)
2. Divisão de Informações Especiais (DINES)
3. Setor de Reprografia (SEREP)

Fonte: IBGE. Presidência. *Resolução da Presidência nº 04, de 20 de maio de 1977*. Dispõe sobre a estrutura, competência e atribuições dos órgãos de assessoramento superior, das diretorias e unidades regionais do IBGE e dá outras providências. Rio de Janeiro, 1977. (Acervo Memória IBGE).

Logo após a promulgação do Estatuto de 1975 – ainda antes da formalização da estrutura da BICEN, portanto – tiveram início os esforços para a implantação da Biblioteca Central - BICEN, formando-se um grupo-tarefa no intuito de coordenar o processo de união dos acervos das bibliotecas especializadas, incluindo a eliminação de duplicidades (BOLETIM DE SERVIÇO, 1976, p. 2). Tal processo, diga-se de passagem, estendeu-se por alguns anos, apresentando alto grau de complexidade técnica, uma vez que ambas as bibliotecas, além de possuírem grande volume de obras, utilizavam sistemas de classificação distintos. Decerto a BICEN dispunha àquele tempo de uma equipe numerosa; contudo, segundo Carvalho (2003), os desafios para a organização do novo acervo eram expressivos, assim como a carga de trabalho conferida aos bibliotecários. Nem todos os problemas puderam ser de pronto superados e soluções alternativas, como a utilização paralela de diferentes sistemas de classificação, foram adotadas em certos casos. A proposta de trabalho, contudo, caminhou no sentido de alcançar a unificação da classificação no longo prazo, escolhendo-se como referência a Classificação Decimal Universal - CDU.

A despeito das dificuldades iniciais, as atividades da BICEN foram aos poucos sendo organizadas e executadas, concentrando-se o acervo e o atendimento ao público no já citado prédio da Avenida Franklin Roosevelt. Em 1977, a então Superintendente da Biblioteca Central, Ada Maria Coaracy, comunicava em circular a reabertura do salão de leitura, seu horário de atendimento (11h às 18h) e as condições para consulta, empréstimo, cópia e requisição de material bibliográfico<sup>33</sup>. Entre as demais atividades técnicas desenvolvidas no período

<sup>33</sup> IBGE. Biblioteca Central. *Circular da Biblioteca Central nº 1, de 13 junho de 1977*. Rio de Janeiro, 1977. (Acervo Memória IBGE).

podemos destacar o esforço voltado à recatologação e reclassificação das obras do acervo, a produção de vários manuais de procedimentos, um levantamento de perfil dos usuários, a elaboração de publicações para divulgação do acervo da BICEN, além de distintas atividades de disseminação seletiva (IBGE, 1977). Já em 1978, com a nova estrutura já implementada e consolidada<sup>34</sup>, a BICEN atendeu a 3 488 consultas presenciais, 479 por telefone e 95 por escrito. Seus usuários eram predominantemente estudantes, tanto de nível médio quanto superior. Também foram efetuados 3 556 empréstimos individuais e 408 empréstimos a outras bibliotecas. Estimava-se àquela altura que o acervo contasse com 55 260 volumes, 2 446 títulos de periódicos nacionais, 2 792 títulos de periódicos estrangeiros e cerca de 6 837 mapas. Só naquele ano foram incorporados 451 novas obras e 3 287 fascículos de periódicos (IBGE, 1978). Isso se tornava possível graças à reserva de recursos orçamentários para este fim, garantindo à BICEN a contínua extensão e atualização do seu material bibliográfico. Ainda assim, também se identificam no período iniciativas voltadas ao levantamento de recursos extras aplicáveis à aquisição de novas obras. É o caso de um convênio firmado com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO, envolvendo um montante da ordem de 5 000 dólares para a compra de livros e assinatura de periódicos estrangeiros (IBGE, 1978).

A diretriz que orientava os trabalhos da BICEN ao fim dos anos 1970 era baseada na integração dos serviços bibliotecários, porém não se efetuando a sua centralização. Decerto, sobre alguns procedimentos a BICEN exercia o protagonismo, como no caso das aquisições e da catalogação; a proposta, contudo, não era exatamente de concentrar atividades e decisões em uma só instância, considerando-se o tamanho e a complexidade da estrutura do IBGE, ainda que fosse desejável a padronização de normas e procedimentos técnicos. A reforma organizacional de 1975, portanto, manteve em funcionamento várias unidades de biblioteca. Na ENCE, por exemplo, a sua biblioteca universitária conservou a autonomia, seguindo incorporada à estrutura da escola. Porém, de acordo com a norma que determinava suas competências – Resolução-PR nº 11, de 11 de agosto de 1977 –, a ela também cumpria o dever de atuar em harmonia com os trabalhos da BICEN, contribuindo inclusive no processo de seleção de obras para aquisição e na realização de inventários (BOLETIM DE SERVIÇO, 1977a). Na estrutura de cada Delegacia do IBGE - DEGE<sup>35</sup> também foi preservado um setor de biblioteca, que mesmo subordinado à administração local estava submetido à orientação técnica da BICEN. Cabia a essas bibliotecas, conforme as condições e necessidades de cada estado, a organização e preservação de acervo bibliográfico, a prestação de serviços técnicos relacionados com a aquisição, intercâmbio, catalogação, classificação de obras, além de atividades de atendimento ao público e de disseminação (pesquisa, consultas, divulgação de informações, elaboração de bibliografias, etc.) (BOLETIM DE SERVIÇO, 1977b). Cabe por último ressaltar que desde o biênio 1977-1978 já havia planos para aprofundar a descentralização dos serviços bibliotecários, vislumbrando-se a criação de bibliotecas setoriais na Procuradoria e na Diretoria de Informática (IBGE, 1977). A proposta seria posteriormente concretizada, sendo expandida inclusive para outras áreas nos anos 1980.

Uma característica indelével da atuação da BICEN foi uma constante busca pela modernização e automação dos seus procedimentos. Os anos 1980 foram marcados pelo acelerado avanço das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), não se furtando o IBGE a aderir a essa tendência. Se em um primeiro momento a informatização foi aplicada predominantemente no processamento e armazenamento de dados estatísticos, paulatinamente vai sendo estendida às demais atividades desenvolvidas pelo IBGE,

<sup>34</sup> Como no ano de 1977 o processo de transição para a nova estrutura ainda estava em andamento, houve impactos sobre o desenvolvimento das atividades da BICEN. Considerando-o, por isso, como um ano atípico, optamos por tomar como referência o balanço das atividades de 1978.

<sup>35</sup> Com a reforma do estatuto de 1975, as DELESTs passaram a se denominar Delegacias do IBGE nos estados - DELIBGEs, ainda que tal mudança não tenha sido acompanhada por alterações funcionais e organizacionais significativas. Já em 1977, as DELIBGEs foram submetidas a uma ampla reestruturação em suas atribuições, competências e organização. Na ocasião, embora as suas nomenclaturas tenham sido mantidas, passaram a ser designadas pela sigla DEGE (HISTÓRIA..., 2013).

inclusive aos serviços bibliotecários. De fato com algum atraso, posto que a automação das bibliotecas era um processo que vinha se desenvolvendo no mundo havia cerca de duas décadas, sendo que no Brasil alguns estabelecimentos já estavam com ele comprometidos desde fins dos anos 1960 (IBGE, 1984). Ainda assim, Carvalho (2003) afirma que a BICEN foi uma das primeiras bibliotecas do País a adotar um sistema de registro de informações catalográficas desenvolvido pela FGV, conhecido como Sistema de Catalogação Legível por Computador - CALCO. Também na primeira metade dos anos 1980 foram efetuados os primeiros estudos para a implantação do Sistema de Armazenamento e Busca de Referências Bibliográficas - SABER, aplicado à automação do processo de referenciação. Outras atividades a que a informatização foi aplicada envolviam as aquisições e os empréstimos, com o suporte de ferramenta específica - Sistema AQUEM. Um trabalho igualmente importante que exigiu a introdução de novos meios e recursos envolveu a microfilmagem de parte do acervo, tendo em vista garantir a sua preservação e facilitar o acesso dos usuários às informações nele contidas. Todos esses projetos foram desenvolvidos com a ajuda da Diretoria de Informática e com a eventual participação de outras áreas interessadas (BOLETIM DE SERVIÇO, 1983).

## A biblioteca nos tempos do CDDI

Na primeira metade dos anos 1980 a distensão política iniciada ainda durante a presidência do general Ernesto Geisel (1974-1979) foi aprofundada, a despeito das reações de setores radicais de direita, por vezes ancoradas na intimidação e na violência. Mesmo em meio a atentados e ameaças de bombas em diversas cidades do País – geralmente direcionados a entidades ou espaços ocupados por grupos com suposta orientação de esquerda –, a pressão da sociedade civil organizada impediu que a abertura sofresse um revés. Em 1982 foram realizadas eleições gerais, com vitória das oposições em estados importantes como Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. Pouco tempo depois, as ruas das principais cidades do País foram tomadas na chamada campanha das “Diretas Já”, que mobilizou multidões em favor de eleições diretas para presidente. O Governo Figueiredo (1979-1985), entretanto, conseguiu conter a iniciativa no Congresso. Em 15 de janeiro de 1985, por via indireta, Tancredo Neves foi eleito como o primeiro presidente civil após um período de 21 anos de ditadura militar.

O processo de redemocratização provocou impactos sobre a organização da aparelhagem burocrática do Estado brasileiro, particularmente notados no IBGE. No início da “Nova República”, a Instituição foi chamada a discutir e avaliar seus princípios, funções e propósitos, bem como as suas formas de relacionamento com a sociedade. Todo esse esforço foi consubstanciado na criação, durante a gestão de Edmar Bacha (1985-1986)<sup>36</sup>, da Comissão de Reforma Administrativa - CRA. Entre seus diversos objetivos destacavam-se a revisão da missão institucional, a desburocratização de procedimentos, a descentralização de decisões, a informatização de técnicas e processos, estreitamento de laços com a imprensa, desenvolvimento de práticas de transparência, entre outros.

A reforma administrativa de meados dos anos 1980 provocou um redesenho da estrutura organizacional do IBGE, ganhando destaque a criação de uma nova área: o Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI. Este surge com a finalidade de planejar, dirigir, coordenar e executar as “atividades de documentação e disseminação de informações, bem como o atendimento aos usuários dos produtos e serviços do IBGE” (BOLETIM DE SERVIÇO, 1986, p. 14).

<sup>36</sup> Edmar Lisboa Bacha (1942-) é doutor em economia pela Universidade de Yale. Foi professor e pesquisador em algumas das principais universidades e instituições de pesquisa do Brasil e do exterior, como a FGV, a Universidade de Brasília, a PUC-RJ e as universidades de Harvard e Yale, nos Estados Unidos. Além da presidência do IBGE, ocupou cargos e funções relevantes no serviço público, tendo atuado no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, no Ministério da Fazenda (onde fez parte da equipe responsável pela implantação do Plano Real) e no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, ocupando a sua presidência em 1995 (ISAAC..., 2013). Foi ainda sócio-fundador do Instituto de Estudos de Política Econômica/Casa das Garças - IEPE/CdG (SENRA; FONSECA; MILLIONS, 2016).

A criação do CDDI é um resultado de um novo paradigma institucional, pautado na reconstrução das relações entre o IBGE e seus usuários. A percepção de que as demandas da sociedade por informações aumentavam progressivamente e tornavam-se cada vez mais complexas exigia do IBGE uma adaptação aos novos tempos, evidenciando a necessidade de mudanças nos seus métodos de produção e divulgação. O IBGE é instado a promover uma rápida e eficiente abertura de seus acervos e bancos de dados, disponibilizando ao público novas ferramentas que permitissem acesso mais amplo e ágil à informação. Lembremos que o rápido avanço das TIC no período permitia a elevação do volume de informações produzidas pela Instituição, o aumento da capacidade de processamento e armazenamento de dados, bem como a descentralização de seu processo de entrada, agilizando-o (SENRA; FONSECA; MILLIONS, 2018). Além disso, ampliou as possibilidades para geração de conteúdos de divulgação. O CDDI, portanto, foi concebido como um órgão voltado a promover a inserção do IBGE em um novo modelo de atuação, partindo-se do princípio de que a sua missão não se esgota na produção das informações estatísticas e territoriais, mas só se completa na medida em que estas são absorvidas pelos usuários e disseminadas, transformando-se em conhecimento sobre a realidade social.

Mais uma vez a organização e as funções cumpridas pelas bibliotecas do IBGE vão ser de algum modo impactadas. A reforma de 1986 efetua uma profunda reestruturação dos serviços bibliotecários, que passam a ser regidos pela lógica do atendimento integrado. A BICEN é extinta e suas atividades são distribuídas por distintos setores e divisões do recém-criado Departamento de Documentação e Atendimento - DEDAT, um dos cinco órgãos que compunham o CDDI.

#### **Estrutura do CDDI (1986)**

##### **I - Direção (CDDI/D)**

##### **II - Núcleo de Planejamento e Supervisão (NPS/CDDI)**

##### **III - Núcleo de Atendimento ao Usuário (NAU/CDDI)**

##### **IV - Departamento de Documentação e Atendimento (DEDAT)**

- 1 - Divisão de Processos Técnicos (DIPROC)
  - a - Serviço de Aquisição e Registro (SERAR)
  - b - Serviço de Catalogação e Classificação (SERCA)
  - c - Serviço e Análise e Indexação (SERIND)
- 2 - Divisão de Acervos e Referência (DIARE)
  - a - Serviço de Documentação Cartográfica (SERCART)
  - b - Serviço de Referência (SERREF)
- 3 - Serviço de Documentação Territorial (SERDOT)
- 4 - Serviço de Informações Especiais (SERIE)
- 5 - Divisão de Processamento de Informações (DIPRIN)
  - a - Serviço de Aplicações (SERAP)
  - b - Serviço de Pronto-Entrega (SERPEN)
- 6 - Setor de Microfilmagem (SEMIC/DEDAT)
- 7 - Setor de Apoio Administrativo (SEAP/DEDAT)
- 8 - Bibliotecas Setoriais

##### **V - Gerência de Desenvolvimento e Comercialização (GECOM)**

- 1 - Subgerência de Marketing (GECOM-SG1)
  - a - Serviço de Comercialização (GECOM-SG11)
  - b - Serviço de Promoções (GECOM-SE12)
  - c - Serviço de Avaliação de Mercado (GECOM-SE13)
- 2 - Subgerência de Engenharia de Produtos (GECOM-SG2)
- 3 - Setor de Apoio Administrativo (GECOM-ST3)

Ao DEDAT cabia, portanto, o gerenciamento e a execução das atividades de disseminação das informações produzidas pelo IBGE, a preservação da sua documentação e a representação da fundação nos sistemas nacionais e internacionais de informações (BOLETIM DE SERVIÇO, 1986). Os serviços bibliotecários até então prestados pela BICEN estavam inseridos nessa grande estrutura, imiscuindo-se a outras atividades de disseminação.

Além da continuidade do processo de informatização, o período também foi marcado pelo aprofundamento da tendência de descentralização iniciada anos antes. Com a ajuda dos novos recursos tecnológicos disponíveis, cria-se a Rede de Bibliotecas do IBGE, um conjunto integrado de unidades bibliotecárias espalhadas pelas diversas áreas da Instituição. As chamadas bibliotecas setoriais eram tecnicamente coordenadas pelo DEDAT, embora administrativamente subordinadas às suas respectivas diretorias ou delegacias. Em 1988, essa rede encabeçada pela grande unidade da Av. Franklin Roosevelt era composta por um total de 38 bibliotecas. No Rio de Janeiro funcionavam as bibliotecas da Procuradoria-Geral, ENCE, Diretoria de Pesquisas e Inquéritos - DPE, Diretoria de Informática - DI e Diretoria de Geociências - DGC. Particularmente esta última contava com duas unidades, uma instalada no Núcleo de Documentação e Informação - NDI e outra no Departamento de Recursos Naturais e Estudos Ambientais - DERNA. A DGC mantinha ainda no Distrito Federal, Bahia, Goiás e Santa Catarina seus Departamentos Regionais de Geociências, todos contando com um Serviço de Documentação e Informação, “que consistiam, basicamente, nas bibliotecas setoriais regionais da DGC” (CARVALHO, 1989, p. 15)<sup>37</sup>. As bibliotecas das delegacias completavam o sistema (IBGE, 1989).

Também sob a responsabilidade do DEDAT ficou a coordenação do Projeto Memória do IBGE, voltado ao desenvolvimento de atividades que envolviam a preservação da memória institucional e a organização de um acervo histórico. Decerto desde seus primórdios o IBGE promoveu ações visando à valorização de datas e lugares de memória, preservação de documentos, registro de atos e procedimentos, reforço de valores institucionais e produção de narrativas de origem. Entretanto, talvez a primeira oportunidade em que a Instituição reuniu esforços no sentido de coordenar e sistematizar iniciativas de tal natureza tenha ocorrido em 1985. Naquela ocasião, tendo em vista a preparação das comemorações do quinquagésimo aniversário do órgão, foi formado um grupo especial de trabalho com a finalidade de reunir documentos dos mais distintos tipos produzidos pelo IBGE ao longo de sua existência — textuais, orais, iconográficos, museológicos, etc. — e definir critérios para a sua seleção e organização. A partir da formação e disponibilização de um *corpus* documental robusto, pretendia-se criar condições para a construção de uma memória institucional orgânica e estruturada, a produção de narrativas históricas que estimulassem uma reflexão sobre os serviços prestados pela Instituição e o reforço de identidades coletivas (COSTA, 1992). Um primeiro resultado desse trabalho foi a realização da Exposição do Cinquentenário, inaugurada em 17 de junho de 1986. Montado nas dependências do Palácio Capanema, no Centro do Rio de Janeiro, o evento foi composto por mais de duas centenas de painéis, distribuídos em módulos cronologicamente organizados, nos quais foram apresentados diversos aspectos relativos à trajetória do IBGE, a partir da utilização de fotografias, recortes de jornais, textos, documentos técnicos e outros tipos de recursos audiovisuais.

O sucesso alcançado pela Exposição do Cinquentenário estimulou a continuidade do Projeto Memória do IBGE. As ações de busca, seleção e ordenação de documentos foram mantidas nos anos seguintes. Finalmente em 1990, o projeto se institucionalizou e foi integrado à estrutura formal do CDDI, sendo criado o Setor de Memória Institucional, que sistematizou as diretrizes, responsabilidades e objetivos que compunham a proposta concebida cinco anos antes. Coube desde então à Memória Institucional o desenvolvimento de projetos e atividades relacionados com a preservação da memória histórica e técnica do

<sup>37</sup> Estes Departamentos Regionais de Geociências eram resultados da absorção pelo IBGE do pessoal e do acervo do Projeto RADAMBASIL, um dos maiores trabalhos realizados no País em matéria de mapeamento do território e levantamento de recursos naturais. Sobre o Projeto RADAM/RADAMBASIL, ver Lima (2008) e Malavota e Sarti (2018).

IBGE, englobando atribuições de distintas naturezas: organização e tratamento de acervos documentais; realização de entrevistas com servidores ativos e aposentados, tendo em vista a construção de um acervo de fontes orais (Projeto História Oral); desenvolvimento de projetos de pesquisa; assessoramento a pesquisadores internos e externos; elaboração de projetos editoriais; desenvolvimento de conteúdos audiovisuais; organização e realização de eventos como exposições, seminários e encontros temáticos; entre outras atividades.

Entre 1987 e 1990, o núcleo dos serviços bibliotecários prestados pelo IBGE esteve concentrado na então chamada Gerência de Documentação e Biblioteca - GEDOC, com funções e estrutura parecidas com as da unidade que a precedeu, o DEDAT. Com a implementação de um novo arranjo administrativo em meados de 1990, é criado o Departamento de Documentação e Biblioteca - DEDOC, com o objetivo de maximizar a capacidade de tratamento e disseminação das informações produzidas pelo IBGE (IBGE, 1990). Um fato importante ocorrido à época foi a mudança do acervo do prédio da Franklin Roosevelt para uma nova sede adquirida pelo IBGE no bairro do Maracanã, mais especificamente na Rua General Canabarro, para onde fora deslocado o CDDI. Segundo Carvalho (2003), a transferência da biblioteca para outro local já era algo cogitado havia algum tempo, muito em função de inadequações identificadas nas instalações do Centro, bem como suas limitações de espaço. Entretanto, por sua localização privilegiada, houve a princípio resistências à transferência da biblioteca, tanto por parte de servidores quanto de usuários. Mesmo com oposições, a mudança acabou se concretizando em dezembro de 1990. No ano seguinte, em função do falecimento de Isaac Kerstenetzky, o IBGE resolveu prestar uma homenagem a seu ex-presidente, batizando com o seu nome a principal biblioteca da Instituição. A partir de então, o acervo sob a responsabilidade do DEDOC passava a se chamar Biblioteca Isaac Kerstenetzky, nome mantido até os dias atuais.

Em função da instabilidade econômica que assolava o País e que se refletia na estrutura de funcionamento e financiamento da máquina pública, nos anos 1990 a Rede de Bibliotecas do IBGE esteve sujeita a sérias restrições orçamentárias, o que comprometeu as possibilidades de extensão e atualização dos seus acervos por meio de uma política de aquisições (IBGE, 1994). A despeito da conjuntura adversa, em 1994 o acervo da Biblioteca Isaac Kerstenetzky pôde ser significativamente dilatado. Desde o falecimento do ex-presidente do IBGE, a família pretendia encontrar um novo destino para a sua volumosa coleção particular de livros, composta por mais de 8 000 volumes. Em dezembro de 1992, a viúva do economista, Sara Kerstenetsky, enviou uma correspondência ao então presidente do órgão, Eurico Borba<sup>38</sup>, comunicando sua intenção de encaminhar as obras a alguma instituição interessada, dando preferência ao IBGE<sup>39</sup>. Se em um primeiro momento discutiu-se a compra do material, o desenrolar das negociações acabou levando à sua doação. De tal forma, cerca de dois anos depois, uma parte significativa do acervo privado de Isaac Kerstenetsky foi incorporado à biblioteca que carregava seu nome, passando a integrar uma de suas mais importantes coleções.

Conforme pudemos notar, ao longo dos anos as unidades prestadoras de serviços bibliotecários no IBGE foram submetidas a diversos reordenamentos, tendo suas estruturas e nomenclaturas modificadas conforme as necessidades de cada momento e ao sabor de condicionantes técnicos, administrativos e orçamentários. Não era nossa intenção afogar o leitor em nomes e siglas; o panorama geral que até aqui buscamos traçar tem como único objetivo facilitar a sua imersão no universo das bibliotecas do IBGE por meio da observação de seu devir histórico. Nas últimas duas décadas, outras mudanças importantes foram

<sup>38</sup> Eurico de Andrade Neves Borba (1940- ) formou-se em economia na PUC-RJ, Instituição em que posteriormente abraçou carreira docente, ocupando também diversos cargos de direção. Tendo ingressado no IBGE em 1970, a convite de Isaac Kerstenetzky, foi um de seus principais colaboradores, atuando como chefe do Gabinete da Presidência (1970-1972) e Diretor-Geral (1973-1979). Posteriormente, foi Diretor-Geral da Escola de Administração Fazendária do Ministério da Fazenda (1979-1980) e Secretário-Geral adjunto do Ministério da Educação (1985-1987). Voltou ao IBGE em março de 1992, desta vez para exercer a presidência do órgão, cargo que ocupou até junho do ano seguinte (EURICO..., 2013).

<sup>39</sup> IBGE. Departamento de Documentação e Biblioteca. *Relatórios (1990-1994)*: ofício encaminhado por Sara Kerstenetzky à Presidência do IBGE em 12 dez. 1992. Rio de Janeiro, 1992. (Acervo Memória IBGE).

ainda implementadas, refletindo-se especialmente no processo de digitalização do acervo e na disponibilização de conteúdos e ferramentas de pesquisa na Internet, matéria que será cuidadosamente abordada em outros capítulos que compõem esta obra<sup>40</sup>. Tratemos agora de refletir sobre as feições que nos dias de hoje as bibliotecas do IBGE apresentam, momento em que se configura um novo paradigma técnico-profissional.

## Presente e futuro das bibliotecas do IBGE

Os pioneiros do IBGE, ao pensarem sobre as funções cumpridas pelo órgão, demonstraram preocupação com a disseminação das informações produzidas. De que adianta ter todos os dados relativos aos levantamentos estatísticos e geocientíficos do País sem uma estrutura adequada que permita à sociedade ter a eles acesso? Lançando mão das possibilidades da época, as Agências Municipais de Estatística foram concebidas como instrumentos a serviço não apenas da produção de informações, mas também de sua difusão, cumprindo as suas bibliotecas, nesse sentido, uma função relevante. Ainda que as informações sobre a expansão desses serviços bibliotecários nos municípios sejam escassas, construía-se ali uma forma embrionária do que hoje chamamos de uma rede de bibliotecas voltada à disseminação das informações produzidas pelo IBGE.

Com o passar dos anos, o cenário mudou. As Agências Municipais de Estatística foram transformadas em Agências de Coleta, com funções em certa medida distintas daquelas previstas no projeto original. Posteriormente, foram criadas nas Unidades Estaduais as Supervisões de Disseminação de Informações - SDIs, que entre diversas atribuições também gerenciam unidades de biblioteca. Porém, devido à constante perda de profissionais especializados e à progressiva digitalização do acervo do IBGE, questiona-se hoje se estas bibliotecas devem ou não ser mantidas. Desafios de novo tipo se levantam a todo momento, exigindo dos ibgeanos o seu devido enfrentamento.

A despeito de eventuais dificuldades, a Rede de Bibliotecas do IBGE persiste<sup>41</sup>. Atualmente ela é composta por 3 bibliotecas na sede – a Biblioteca Isaac Kerstenetzky<sup>42</sup>, a Biblioteca da ENCE e a Biblioteca da DGC –, além das 27 bibliotecas e/ou salas de leitura das SDIs. Todas as unidades estão subordinadas tecnicamente à Biblioteca Isaac Kerstenetzky, gerenciadora desta rede.

Pensar no futuro das bibliotecas do IBGE, nas perspectivas para os próximos 80 anos, não é algo trivial. Refletindo sobre a situação atual, percebemos que sua relevância pode parecer declinante, caso predomine o juízo de que suas funções se limitam ao gerenciamento e disseminação de acervos bibliográficos. É preciso se reinventar, inovar, promover uma constante aproximação em relação aos usuários, sejam eles externos ou internos, reiterando que as bibliotecas são capazes de atender às mais variadas demandas através da aplicação de métodos e conhecimentos técnicos específicos. Fazer a tecnologia trabalhar em favor das bibliotecas é a maior aposta a ser feita. Há um universo digital em construção no qual as bibliotecas também se inserem e nele vislumbram novas oportunidades de atuação.

Tendo essas reflexões em mente, estabelecemos nossos princípios, objetivos e público-alvo, a fim de nortear a atuação da Rede de Bibliotecas do IBGE no contexto do Século XXI.

<sup>40</sup> A introdução de novos sistemas de informação e a disponibilização de conteúdos em plataformas digitais são temas particularmente tratados no capítulo subsequente e no ensaio assinado por Ricardo Lopes.

<sup>41</sup> IBGE. Conselho Diretor. *Resolução do Conselho Diretor n.º 25, de 19 de setembro de 2016*. Dispõe sobre a estrutura das bibliotecas do IBGE e sobre a classificação de seus itens. Rio de Janeiro, 2016. *Boletim de serviço*. Rio de Janeiro: IBGE, n. 2836, 23 set. 2016.

<sup>42</sup> A Biblioteca Isaac Kerstenetzky também é conhecida como Biblioteca do CDDI, referência ao órgão de direção a que está administrativamente subordinada.

### Princípios:

- Os serviços e ações da Biblioteca têm por base a imparcialidade e igualdade de acesso para todos, sem privilégios de qualquer tipo.
- Especializada nas áreas produtoras de informações estatísticas e geocientíficas, sem prejuízo das necessidades informacionais das diversas áreas de interesse do IBGE, a coleção deve refletir as tendências atuais e a evolução da sociedade nos temas concernentes ao processo de produção e análise das informações estatísticas e geográficas, fazendo deste acervo referência na área.
- Otimização dos recursos orçamentários em consonância com as necessidades e demandas de informação dos seus usuários.
- Preservação e divulgação da memória da produção de informações estatísticas e geográficas do IBGE. Promoção e valorização dessa memória contida nos diversos materiais bibliográficos em seus diferentes meios.

### Objetivos:

- Desenvolver ações que promovam a gestão estratégica da informação através da criação, uso e disseminação de informações e práticas, favorecendo um espaço organizacional para o conhecimento e compartilhamento de informações.
- Dar suporte à tomada de decisão através da completude do acervo nas diversas áreas de conhecimento concernentes às atividades desenvolvidas pelo IBGE.
- Conhecer o perfil e as necessidades informacionais dos usuários, suas necessidades atuais e projetadas, de modo que a seleção e a disseminação das informações sejam feitas de maneira adequada.
- Assegurar o acesso dos cidadãos aos registros documentais referentes ao processo de produção das informações estatísticas e geográficas do Brasil, desenvolvendo produtos em diversas mídias que possibilitem o melhor uso da informação – criando, inclusive, condições para portadores de necessidades especiais.
- Desenvolver ações de sensibilização para incentivar o hábito de leitura entre os servidores e colaboradores do IBGE.

### Público-alvo:

- Público interno formado por servidores e pesquisadores vinculados ao IBGE.
- Público externo formado por pessoas e instituições sem vínculo direto com o IBGE que, por sua área de atuação ou interesse, demandam informações sobre o processo de produção e análise das informações estatísticas e geográficas.

Apesar de haver hoje em dia uma forte discussão sobre a gratuidade do acesso à informação, no IBGE esta discussão foi há muito superada. A disseminação é uma de suas atividades-fim, ou seja, todos os dados são acessíveis à sociedade em geral. E é importante reiterar que a biblioteca é inegavelmente uma das principais portas de acesso a essas informações. Isso é tão claro aos bibliotecários desta Instituição que foi criado um setor especialmente dedicado a essa tarefa: Tratamento e Disseminação de Informações - TDI, que além de “zelar” pelo acervo em todos os aspectos em que isso possa ser entendido, tem entre seus objetivos a disseminação das informações para a sociedade de maneira rápida e eficaz. Atendemos aos usuários utilizando todas as bases de dados do IBGE, sendo elas desenvolvidas ou não pela biblioteca, digitalizamos nosso acervo visando à democratização do acesso a nossas informações, bem como encaramos isto como uma forma de preservá-la e expandir o seu alcance. Não atuamos apenas com documentos físicos, mas sim com a

informação, dados, metadados e microdados que estão contidos nos mais variados suportes. A biblioteca, portanto, não pode mais ser entendida como um acervo de bens físicos.

A atual Biblioteca Isaac Kerstenetzky teve sua estrutura e nome alterados ao longo de seus 80 anos, porém sempre foi uma biblioteca de vanguarda, atenta às mudanças da sociedade e de sua área. Tanto que em 1995 ela já tinha seu *site* na intranet e em 2006 já contava com um acervo digital disponibilizado na Internet, em um tempo em que poucas bibliotecas no Brasil ofereciam esse tipo de serviço. Nas últimas duas décadas as bibliotecas do IBGE, portanto, caracterizaram-se por uma constante incorporação de novos sistemas de informação, automação de processos técnicos e disponibilização de conteúdos em plataformas digitais. E tudo isso, mesmo sofrendo com a progressiva redução de seu corpo técnico e, por vezes, com uma imagem estereotipada que povoa o senso comum, teimosa em contaminar o processo de tomada de decisões e de seleção das prioridades administrativas.

Podemos afirmar que a partir de 2010, com a chegada de novos servidores, a GEBIS começa a repensar o seu papel na Instituição, somando-se o vigor de uma nova geração de profissionais à expertise dos *ibgeanos* de longa data, técnicos competentes e profundos conhecedores da cultura institucional. Cabe ainda ressaltar que com a publicação da Ordem de Serviço - CDDI n. 001/2011<sup>43</sup>, que determina o envio sistemático de tudo o que é produzido no IBGE para a biblioteca, sua importância acaba sendo reforçada, consolidando-se como repositório legal da fundação.

Atualmente têm sido intensificadas as parcerias com outras áreas do IBGE, contribuindo para uma progressiva mudança de percepção quanto às funções cumpridas pela GEBIS. Aos poucos as bibliotecas vêm ratificando o seu papel no processo de organização das informações produzidas pela Instituição. Exemplos disso é a integração da coleção de fotografia da Biblioteca Isaac Kerstenetzky com o *site* IBGE - Cidades, ocorrida em 2015<sup>44</sup>. Neste mesmo ano, a GEBIS também passou a contribuir com o banco de metadados estatísticos através do acervo de materiais de apoio a coleta. Em 2016, em parceria com a Gerência de Serviços On-line - GEON, responsável pelo portal do IBGE, definiu-se que todo documento a ser publicação no Portal deva ser previamente catalogado na biblioteca, fato que propiciou um ganho significativo na padronização dos elementos documentais das publicações do IBGE, estabelecendo uma maior integração com as Diretorias de Pesquisas e Geociências e, por fim, melhorando a captação dos diferentes documentos produzidos pelas áreas que muitas vezes não chegavam até a biblioteca.

Com essas ações, além de já constituirmos o repositório oficial da Casa, caminhamos rumo ao estabelecimento do Repositório Digital da Instituição, atuando como seus idealizadores e gestores. Decerto sempre haverá resistências e desconfianças em relação a novas práticas e orientações, mas cremos que o resultado final deste trabalho será vital para corroborar a importância dos serviços prestados por uma biblioteca no contexto da sociedade da informação.

A integração com outras áreas, portanto, é essencial. Temos que nos desencastelar, ir até os produtores de informações estatísticas e geocientíficas e mostrar nosso trabalho, convencê-los de que temos importantes contribuições no processo de organização e sistematização de todas essas informações, proporcionando ao público um acesso mais amplo, ágil e eficaz. Além disso, cabe à biblioteca também atuar no sentido da preservação dessas informações, garantindo que as mesmas também estejam disponíveis a gerações futuras.

É ainda necessário utilizar os meios oferecidos pela Instituição para a promoção dos serviços bibliotecários. Apresentar aos usuários atividades como a disseminação seletiva de informações - DSI; oferecer treinamento para a utilização de bases de dados; ampliar as estatísticas que permitam uma melhor compreensão das demandas dos usuários; desenvolver continuamente novos serviços que melhor atendam à sociedade. Uma coisa é certa: há que

<sup>43</sup> IBGE. Centro de Documentação e Disseminação de Informações. Ordem de Serviço do CDDI nº 1, de 20 de abril de 2011 alterada pela Ordem de Serviço do CDDI nº 1, de 15 de maio de 2018.

<sup>44</sup> Ver <<https://cidades.ibge.gov.br/>>.

se disseminar a informação, seja de que forma for. Hoje talvez não se justifique mais o pensamento dos nossos pioneiros de se criar bibliotecas em todos municípios, mas através de bibliotecas digitais podemos fazer nossas informações chegarem aos mais longínquos rincões do País.

Valentim (2017, p. 37) elenca algumas características das bibliotecas contemporâneas. Entre elas, destacamos algumas das que mais se aplicam à Rede de Bibliotecas do IBGE:

- Acesso local [*in loco*] e remoto às coleções/acervo, por meio de catálogos, bancos e bases de dados internos e externos, bibliotecas digitais e repositórios institucionais.
- Armazenamento de conteúdos eletrônicos e digitais em servidores que possibilitam a recuperação da informação em redes de computadores distribuídos.
- Ambiente híbrido composto por mídias, suportes e conteúdos impressos, eletrônicos e digitais.
- Preservação de conteúdos relevantes por meio de digitalização, utilizando para isso de distintos tipos de tecnologia, proporcionando ao público usuário diferentes maneiras de acesso e recuperação.
- Representação de materiais e conteúdos, por meio da aplicação de formatos e modelos que contemplam a cooperação de dados (Z39.50).
- Linguagem documentária e natural, por meio da aplicação de classificações, tesouros, terminologias.
- Administração centrada na gestão da informação e do conhecimento.
- Desenvolvimento da competência em informação na equipe da biblioteca, enfocando a aprendizagem contínua.
- Desenvolvimento de programas de competência em informação no público usuário, propiciando condições para o acesso, apropriação e uso de informação, para a construção de conhecimento.
- Implementação de tecnologias que proporcionam eficiência aos serviços bibliotecários.
- Implementação de tecnologias que proporcionam a autonomia dos usuários, no que tange ao acesso e à recuperação da informação, bem como à interatividade e ao uso do espaço da biblioteca.
- Ambiente customizado, visando privilegiar os espaços de interação entre o usuário e a informação.
- Serviços e produtos informacionais customizados, podendo ser gratuitos ou pagos, dependendo do tipo de público usuário.

Por fim, reafirmamos que a Biblioteca Isaac Kerstenetzky, a antiga e valorizada BICEN, está desde sempre a serviço da sociedade brasileira. Atualmente seu acervo não se limita aos seus materiais bibliográficos impressos. Hoje ele é composto por livros, periódicos, mapas, fotografias, materiais de apoio da coleta, materiais de promoção e divulgação da Instituição, tanto em meio físico como digital, além de dados e metadados disponíveis em inúmeros sistemas da Casa. E todo esse acervo está devidamente catalogado, facilmente recuperável através de seu *site*. Seus profissionais não são apenas os guardiães destas informações, são os agentes que tornam tudo isso disponível para a nossa sociedade contribuindo desta forma para que o IBGE atinja a sua missão institucional: “Retratar o Brasil com informações necessárias ao conhecimento de sua realidade e ao exercício da cidadania.”

## Considerações finais

Concluimos nossa reflexão partindo de uma questão que sempre paira na mente das pessoas quando o assunto se refere ao papel das bibliotecas na contemporaneidade: com o advento das

TICs e com a possibilidade de acesso aos documentos digitais de maneira quase instantânea, estarão as bibliotecas fadadas ao desaparecimento?

Muitos dirão que sim, na ilusão de que o mundo digital e suas ferramentas de busca na Internet bastam para ter acesso a toda e qualquer informação sobre todo e qualquer assunto, tornando desta forma desnecessária a instituição biblioteca e os profissionais que nelas atuam. Porém, essa crença desconsidera que para que todo o conteúdo esteja disponível e acessível na rede, sendo passível de recuperação, não basta uma pessoa disponibilizá-lo. Faz-se necessário que este conteúdo seja descrito corretamente e tenha o tratamento adequado, pois, caso contrário, ele cairá no limbo da rede internacional de computadores, tornando-se inacessível. Deve-se considerar, entretanto, que para que as bibliotecas e os profissionais que nelas atuam possam intervir nesse cenário é preciso uma mudança de paradigma: a biblioteca não pode mais ser vista apenas como um estoque de material bibliográfico em formato impresso. As bibliotecas que continuarem pensando assim, estas sim, podem estar fadadas ao esquecimento.

Tal mudança demanda uma reflexão sobre a sociedade atual e a importância que nela o acesso à informação assume. Começemos por considerá-lo como um dos direitos fundamentais garantidos pela Constituição Federal de 1988.

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II - garantir o desenvolvimento nacional;

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

(...)

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

(...)

XIV - é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional (BRASIL, 1988).

O desafio está posto: como garantir que a sociedade tenha o direito de acesso à informação respeitado?

Partindo da premissa de que as bibliotecas modernas não são meras estantes de livros, mas que têm como sua matéria-prima a informação, elas podem ser um instrumento que possibilite ao cidadão a garantia deste direito. Ou seja, abandonando-se o paradigma das bibliotecas tradicionais, elas devem passar a ser enxergadas como instâncias provedoras de informações nos seus mais diversos suportes, colocando-se, de tal modo, no centro da sociedade da informação.

Diante das mudanças às quais a sociedade está submetida, cabe a biblioteca e aos bibliotecários, profissionais da informação, reverem seus papéis e aproveitarem o desenvolvimento das TICs e as mudanças de perfil dos usuários a seu favor. Para uma recuperação efetiva da informação é necessário fazer uma descrição mínima dos materiais e criar serviços que organizem a informação para que esta seja recuperada de forma eficiente. As bibliotecas e os profissionais da informação que nelas atuam têm competência técnica para atuar como agentes voltados à organização e disseminação dessas informações. Eles podem prestar uma contribuição ímpar para garantir a recuperação eficiente da informação desejada.

Segundo entendimento de Valentim (2004, p.140), o profissional da informação é o "(...) indivíduo que recebeu formação específica para trabalhar com dados, informação e

conhecimento, bem como sua mediação”. A autora também ressalta que o tripé informação, tecnologia da informação e telecomunicações não somente muda a sociedade, como também altera as suas demandas. Assim, o profissional da informação deverá assumir:

[...] uma postura investigativa e crítica, de modo que possa assumir essas mudanças sociais de forma natural. [...] A globalização, fenômeno mundial que afeta profundamente as relações sociais e de trabalho, cria novas situações para o profissional da informação que atua com dados, informação e tecnologia. (VALENTIM, 2004, p. 119)

O profissional da informação pode trabalhar com todo e qualquer tipo de informação, bem como agregar valor à mesma, podendo atuar, por isso, em qualquer tipo de organização, seja pública ou privada. Ele pode inovar ao criar serviços de disseminação específicos atendendo aos objetivos da organização na qual está inserido e aos seus usuários, além de ajudar a criar novos meios para a preservação destas informações, lançando mão da tecnologia como parceira (PONJUÁN DANTE, 2000). É de tal forma, portanto, que concebemos a biblioteca do futuro. É isso que vislumbramos para a Rede de Bibliotecas do IBGE.

## Referências

- ALMANAK LAEMMERT. Rio de Janeiro: Typ. Universal de Laemmert, ano 90, v. 1 (Distrito Federal), 1934. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/313394/per313394\\_1934\\_A00090.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/313394/per313394_1934_A00090.pdf). Acesso em: 14 jul. 2019.
- ALMANAK LAEMMERT. Rio de Janeiro: Typ. Universal de Laemmert, ano 86, v. 1 (Distrito Federal), 1930. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=313394&pesq=>. Acesso em: 14 jul. 2019.
- ALMEIDA, R. S. *A geografia e os geógrafos do IBGE no período 1938-1998*. 2000. 712 p. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, Rio de Janeiro, 2000.
- ANIVERSÁRIO da instalação do IBGE e “dia do estatístico”. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 6, n. 22, p. 291-309, abr./jun. 1945. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/111/rbe\\_1945\\_v6\\_n22.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/111/rbe_1945_v6_n22.pdf). Acesso em: 15 abr. 2019.
- AZEVEDO, F. C de. 200 anos da primeira biblioteca pública do Brasil: considerações histórico-biblioteconômicas acerca dessa efeméride. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, Escola de Ciência da Informação, v. 17, n. 2, p. 2-25, abr./jun. 2012. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/1390/1027>. Acesso em: 15 jul. 2019.
- BIBLIOTECA Central do IBGE. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro: IBGE, ano 1, n. 1, p. 180-188. jan./mar. 1940. Resenha informando que o IBGE decidiu abrir a sua biblioteca ao público em geral. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/111/rbe\\_1940\\_v1\\_n1.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/111/rbe_1940_v1_n1.pdf). Acesso em: 13 jul. 2019.
- BOLETIM DE SERVIÇO. Rio de Janeiro: IBGE, ano 1, n. 22, 13 dez. 1952.
- BOLETIM DE SERVIÇO. Rio de Janeiro: IBGE, ano 2, n. 76, 30 dez. 1953a.
- BOLETIM DE SERVIÇO. Rio de Janeiro: IBGE, ano 2, n. 53, 17 jul. 1953b.
- BOLETIM DE SERVIÇO. Rio de Janeiro: IBGE, ano 2, n. 48, 13 jun. 1953c.
- BOLETIM DE SERVIÇO. Rio de Janeiro: IBGE, ano 3, n. 95, 7 maio 1954.
- BOLETIM DE SERVIÇO. Rio de Janeiro: IBGE, ano 5, n. 217, 7 set. 1956. Suplemento.
- BOLETIM DE SERVIÇO. Rio de Janeiro: IBGE, ano 14, n. 732, 15 jul. 1966a.
- BOLETIM DE SERVIÇO. Rio de Janeiro: IBGE, ano 14, n. 730, 1º jul. 1966b. Suplemento.
- BOLETIM DE SERVIÇO. Rio de Janeiro: IBGE, ano 16, n. 821, 1 abr. 1968.
- BOLETIM DE SERVIÇO. Rio de Janeiro: IBGE, ano 18, n. 893, 18 ago. 1969a.
- BOLETIM DE SERVIÇO. Rio de Janeiro: IBGE, ano 17, n. 882, 2 jun. 1969b.
- BOLETIM DE SERVIÇO. Rio de Janeiro: IBGE, ano 22, n. 1101, 14 set. 1973.
- BOLETIM DE SERVIÇO. Rio de Janeiro: IBGE, ano 25, n. 1250, 23 jul. 1976.
- BOLETIM DE SERVIÇO. Rio de Janeiro: IBGE, ano 26, n. 1305, 12 ago. 1977a.
- BOLETIM DE SERVIÇO. Rio de Janeiro: IBGE, ano 25, n. 1296, 10 jun. 1977b.
- BOLETIM DE SERVIÇO. Rio de Janeiro: IBGE, ano 32, n. 1617, 28 nov. 1983. Suplemento.
- BOLETIM DE SERVIÇO. Rio de Janeiro: IBGE, ano 35, n. 1732, 31 dez. 1986
- BOLETIM GEOGRÁFICO, Rio de Janeiro: IBGE, ano 1, n. 1, abr. 1943. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/19/bg\\_1943\\_v1\\_n1\\_abr.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/19/bg_1943_v1_n1_abr.pdf). Acesso em: 22 maio 2019.

BOMENY, H. M. B. Três decretos e um ministério: a propósito da educação no estado novo. In: PANDOLFI, D. (org.). *Repensando o estado novo*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999. p. 137-166.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*: seção 1. Brasília, DF, v. 126, n. 191-A, 5 out. 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/DOUconstituicao88.pdf](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/DOUconstituicao88.pdf). Acesso em: 8 jun. 2019.

BRASIL. Decreto n. 76.664, de 24 de novembro de 1975. Aprova o Estatuto da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*: seção 1, Brasília, DF, ano 113, n. 226, p. 15728-15731, 25 nov. 1975. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-76664-24-novembro-1975-425324-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 15 jul. 2019.

BRASIL. Decreto nº 51.163, de 8 de agosto de 1961. Dispõe sobre a Escola Nacional de Ciências Estatísticas. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*: seção 1, Brasília, DF, p. 7412, 18 ago. 1961. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-51163-8-agosto-1961-390845-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 15 jul. 2019.

CAMARGO, A. de P. R. Municipalismo e ruralismo: o IBGE e a “organização nacional” na Era Vargas. In: SENRA, N. (org.). *O IBGE na história do municipalismo e sua atuação nos municípios: o pensamento de Teixeira de Freitas e de Rafael Xavier*. Rio de Janeiro: IBGE, 2008a, p. 37-48. (Documentos para disseminação. Memória institucional, 13). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=284508>. Acesso em: 13 jul. 2019.

CAMARGO, A. de P. R. O ideário cívico do IBGE: reformas sociais de base e projeto de Brasil aos olhos da estatística. In: SENRA, N. (org.). *História das estatísticas brasileiras*. Rio de Janeiro: IBGE, 2008b. v. 3. cap. 11. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?acervo=livro&campo=titulo&notqry=&opeqry=&texto=hist%C3%B3ria%20das%20estat%C3%ADsticas&digital=false&fraseexata=1>. Acesso em: 13 jul. 2019

CAMARGO, A. R. Biblioteca Real. In: ARQUIVO NACIONAL. *Mapa: memória da administração pública brasileira*. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em <http://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-periodo-colonial/139-biblioteca-real>. Acesso em 12 abr. 2019.

CARVALHO, M. B. P. A disseminação de informações bibliográficas e documentárias no IBGE. In: SEMINÁRIO DE DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES, 1987, Rio de Janeiro. *Anais [...]*. Rio de Janeiro: IBGE, 1989, p. 15-22.

CARVALHO, M. B. P. *Maria Beatriz Carvalho*: depoimento. Rio de Janeiro: IBGE, 2003. 1 arquivo sonoro (47 min), formato WMV. Entrevista cedida a Francisco Freire e Vera Abrantes em 11 jun. 2003.

CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (Brasil). Assembleia Geral. *Ata da sexta reunião da segunda sessão ordinária da assembleia geral do CNE*. Rio de Janeiro: IBGE, 1938.

COSTA, I. T. *Memória Institucional do IBGE: em busca de um referencial teórico*. Rio de Janeiro: IBGE, 1992. 40 p. (Série Documentos para Disseminação, 4). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv23164.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2019.

DINIZ, E. O estado novo, estrutura de poder, relações de classe. In: FAUSTO, B. (dir.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. t. 3, v. 3, p. 77-120.

EDMAR Lisboa Bacha. In: IBGE. *Memória*. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em <https://memoria.ibge.gov.br/sinteses-historicas/galeria-da-presidentes/edmar-lisboa-bacha.html>. Acesso em: 30 maio 2019.

ELLIS, M. Documentos sobre a primeira Biblioteca Pública Oficial de São Paulo. *Revista de História*, São Paulo: Universidade de São Paulo - USP, Departamento de História, n. 30, p. 387-447, 2. trim. 1957. Disponível em: <http://revhistoria.usp.br/images/stories/revistas/030/A007N030.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2019.

ESTATÍSTICAS educacionais e culturais. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 24 ago. 1956. 1º caderno, p. 13.

EURICO de Andrade Neves Borba. In: IBGE. *Memória*. Rio de Janeiro: 2013. Disponível em: <https://memoria.ibge.gov.br/sinteses-historicas/galeria-da-presidentes/eurico-de-andrade-neves-borba.html>. Acesso em 31 maio 2019.

GIORGIO Mortara. In: IBGE. *Memória*. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <https://memoria.ibge.gov.br/sinteses-historicas/pioneiros-do-ibge/giorgio-mortara.html>. Acesso em: 23 maio 2019.

GOMES, A. M. de C. A construção do homem novo: o trabalhador brasileiro. In: OLIVEIRA, L. L.; VELLOSO, M. P.; GOMES, A. M. de C. (org.). *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio Janeiro: Zahar, 1982. p. 151-166. (Política e sociedade).

HISTÓRIA DAS UES: cronologia da Rede de Coleta. In: IBGE. *Memória*. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <https://memoria.ibge.gov.br/historia-das-ues/cronologia-ues.html>. Acesso em: 30 maio 2019.

IBGE. Biblioteca Central. *Relatório de Atividades, 1977*. Rio de Janeiro, 1977.

IBGE. Biblioteca Central. *Relatório de Atividades, 1978*. Rio de Janeiro, 1978.

IBGE. Centro de Documentação e Disseminação de Informações. *Informativo CDDI*, ano 1, n. 0, p. 4-6, jul./ago. 1990. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/140/infocddi\\_1990\\_n0\\_jul\\_ago.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/140/infocddi_1990_n0_jul_ago.pdf). Acesso em: 15 mar. 2019.

IBGE. Centro de Documentação e Disseminação de Informações. *Relatório de 1988*. Rio de Janeiro, 1989.

IBGE. Centro de Documentação e Disseminação de Informações. *Relatório de 1993*. Rio de Janeiro, 1994.

IBGE. Diretoria de Formação e Aperfeiçoamento de Pessoal. *Programa de Trabalho para 1984*. Rio de Janeiro, 1984.

IBGE. *Relatório de 1944 apresentado ao Excelentíssimo Senhor Doutor Getúlio Vargas, Presidente da República*. Rio de Janeiro, 1945.

IBGE. *Relatório de 1947 apresentado ao Excelentíssimo Senhor General Eurico Gaspar Dutra, Presidente da República*. Rio de Janeiro, 1948.

IBGE. *Relatório de 1950 apresentado ao Excelentíssimo Senhor General Eurico Gaspar Dutra, Presidente da República*. Rio de Janeiro, 1952.

ISAAC Kerstenetzky. In: IBGE. *Memória*. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <https://memoria.ibge.gov.br/sinteses-historicas/galeria-da-presidentes/isaac-kerstenetzky.html>. Acesso em: 31 maio 2019.

JOSÉ Carlos de Macedo Soares. In: IBGE. *Memória*. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <https://memoria.ibge.gov.br/sinteses-historicas/galeria-da-presidentes/jose-carlos-de-macedo-soares.html>. Acesso em 23 maio 2019.

LIMA, M. I. C. *Projeto RADAM: uma saga amazônica*. Belém: Paka-Tatu, 2008.

MALAVOTA, L. M.; SARTI, T. P. (org.). *Desbravar, conhecer, mapear: memórias do Projeto RADAM/RADAMBRASIL*. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. (Documentos para disseminação).

Memória institucional, 24). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101614.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2019.

MARTINS, W. *A palavra escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca: com um capítulo referente à propriedade intelectual*. 2. ed. il., rev. e atual. São Paulo: Ática, 1996. 519 p. (Temas, v. 49).

MORAES, R. B. de. *Livros e bibliotecas no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Secretaria da Cultura, 1979. 234 p. (Biblioteca Universitária de Literatura Brasileira, Série A, v. 6).

MUELLER, S. P. M. O ensino de Biblioteconomia no Brasil. *Ciência da Informação*, Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - Ibict, v. 14, n. 1, p. 3-15, jan./jun. 1985. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/222/222>. Acesso em: 3 maio 2019.

O INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 5, n. 19, p. 387-413, jul./set. 1944. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/111/rbe\\_1944\\_v5\\_n19.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/111/rbe_1944_v5_n19.pdf). Acesso em: 3 maio 2019.

O QUARTO aniversário da criação do Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 4, n. 13, p. 167-169, jan./mar. 1943. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/111/rbe\\_1943\\_v4\\_n13.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/111/rbe_1943_v4_n13.pdf). Acesso em: 3 maio 2019.

PENHA, E. A. *A criação do IBGE no contexto da centralização política do estado novo*. Rio de Janeiro: IBGE, 1993. 124 p. (Memória institucional. Documentos para disseminação, 4). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv66104.pdf>. Acesso em: 3 maio 2019.

PONJUÁN DANTE, G. Perfil del profesional de información del nuevo milenio. In: VALENTIN, M. L. P. (org.). *O profissional da informação: formação, perfil e atuação profissional*. São Paulo: Polis, 2000. p. 91-105. (Coleção Palavra-chave, 10) Disponível em: [http://abecin.org.br/data/documents/VALENTIM\\_Org\\_Profissionais\\_da\\_informacao.pdf](http://abecin.org.br/data/documents/VALENTIM_Org_Profissionais_da_informacao.pdf). Acesso em: 15 abr. 2019.

RELATÓRIO da Presidência do IBGE referente ao ano de 1941, apresentado ao chefe do governo. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro: IBGE, ano 4, n. 2, p. 390-401, abr./jun. 1942. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg\\_1942\\_v4\\_n2.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1942_v4_n2.pdf). Acesso em: 30 mar. 2019.

SANTOS, J. M. Bibliotecas no Brasil: um olhar histórico. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, São Paulo: Federação Brasileira de Associação de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições - Febab, v. 6, n. 1, p. 50-61, jan./jun. 2010. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/132/168>. Acesso em: 13 jul. 2019.

SANTOS, M. A. M. Bulhões Carvalho, um doutor em estatística. In: SENRA, N. (org.). *Bulhões Carvalho, um médico cuidando da estatística brasileira*. Rio de Janeiro: IBGE, 2007, p. 7-18. (Documentos para disseminação. Memória institucional, 11). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv36869.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2019.

SANTOS, M. A. M. Waldemar Lopes: um poeta à frente do IBGE. In: SENRA, N. (org.). *História das estatísticas brasileiras*. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. v. 3: Estatísticas organizadas (c. 1936 - c. 1972). Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv31573\\_3.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv31573_3.pdf). Acesso em: 13 jul. 2019.

SCHWARTZMAN, S. (org.). *Estado novo, um auto-retrato: (arquivo Gustavo Capanema)*. Brasília, DF: Ed. UnB, 1983. 623 p. (Coleção temas brasileiros, v. 24).

SECRETARIA geral do instituto. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro: IBGE, ano 2, n. 5, p. 186-187, jan./mar. 1941. Resenha. Apresenta, entre outras, uma seção dedicada à Biblioteca Central na qual são informadas as suas principais ações em 1940. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/111/rbe\\_1941\\_v2\\_n5.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/111/rbe_1941_v2_n5.pdf). Acesso em: 13 jul. 2019.

SENRA, N. (org.). *O saber e o poder das estatísticas: uma história das relações dos estatísticos com os estados nacionais e com as ciências*. Rio de Janeiro: IBGE, 2005. 330 p. (Estudos e análises. Documentação e disseminação de informações, n. 1). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv83121.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2019.

SENRA, N.; FONSECA, S. M.; MILLIONS, T. C. *Brasil em pauta: a trajetória da comunicação no IBGE*. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101611.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2019.

SENRA, N.; FONSECA, S. M.; MILLIONS, T. C. *O desafio de retratar o País: entrevistas com os presidentes do IBGE no período de 1985 a 2015*. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv97302.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2019.

SUAIDEN, E. J. A biblioteca pública no contexto da sociedade da informação. *Ciência da Informação*, Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - Ibtic, v. 29, n. 2, p. 52-60, maio/ago. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v29n2/a07v29n2.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2019.

TEIXEIRA de Freitas. In: IBGE. *Memória*. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <https://memoria.ibge.gov.br/sinteses-historicas/pioneiros-do-ibge/mario-augusto-teixeira-de-freitas.html>. Acesso em: 23 maio 2019.

VALENTIM, M. L. P. Equipes multidisciplinares na gestão da informação e conhecimento. In: BAPTISTA, S. G.; MULLER, S. P. M. (orgs.) *Profissional da informação: o espaço de trabalho*. Brasília: Thesaurus, 2004. p. 154-176.

VALENTIM, M. L. P. O perfil das bibliotecas contemporâneas. In: RIBEIRO, A. C. M. L.; FERREIRA, P. C. G. (orgs.). *Biblioteca do século XXI: desafios e perspectivas*. Brasília: IPEA, 2017. p. 19-42. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/170105\\_biblioteca\\_do\\_seculo\\_21.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/170105_biblioteca_do_seculo_21.pdf). Acesso em: 8 jun. 2019.

VAZAMENTO de esgoto no IBGE destrói a biblioteca. *O Globo*, Rio de Janeiro, 6 out. 1972. Caderno Vestibular, p. 3.

VELLOSO, M. P. Os intelectuais e a política cultural do estado novo. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. (org.). *O Brasil republicano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p.145-179. v. 2: *O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do estado novo*.



# A Biblioteca Isaac Kerstenetzky: uma apresentação de sua trajetória

Catarina Felix\*  
Danielle Barreiros\*  
Gerlaine Braga\*  
Luciana F. Lau\*  
Suzane Lima Conceição\*

## Introdução

Baseado em pesquisa documental realizada no acervo da própria Biblioteca e nos arquivos do Acervo Memória do IBGE, este capítulo pretende apresentar ao leitor a trajetória da Biblioteca Isaac Kerstenetzky desde sua criação até os dias de hoje, destacando seu papel dentro do IBGE enquanto importante agente de disseminação das informações produzidas pelo Instituto. Abordará de que maneira a Biblioteca e seus bibliotecários têm se adaptado aos desafios trazidos pelo mundo moderno e repensado seus produtos e serviços de forma a atender com excelência às novas demandas por informação de seus usuários.

A fim de atingir tal objetivo, foram localizados documentos produzidos sob a responsabilidade da Biblioteca ou de seus servidores, os quais foram previamente identificados, bem como documentos que mencionassem a Biblioteca, tais como relatórios de participação em eventos, matérias em jornais e boletins internos, periódicos publicados pelo IBGE etc. Nos arquivos do setor de Memória foram selecionados aqueles documentos correspondentes à Biblioteca, dentre eles memorandos, correspondências diversas, e principalmente relatórios anuais de atividades.

Para facilitar a compreensão histórica da trajetória da Biblioteca Isaac Kerstenetzky, este capítulo será dividido nas seguintes seções, que abordam a Biblioteca ao longo das suas oito décadas:

Considerações preliminares  
Década de 1930: Criação da Biblioteca  
Década de 1940: Intensificação das atividades  
Década de 1950: Mecanização do catálogo

\* Tecnologistas do IBGE, Bibliotecárias no Setor de Tratamento e Disseminação de Informações da GEBIS.

Década de 1960: Estruturação e preparação para sistematização da documentação  
Década de 1970: Reestruturação e centralização: a formação da BICEN  
Década de 1980: Automação na Biblioteca buscando melhor atendimento ao usuário  
Década de 1990: Evolução da automação e tecnologias de informação e comunicação  
Anos 2000: Disponibilização de conteúdos digitais  
História recente e perspectivas futuras para a Biblioteca Isaac Kerstenetzky

A composição desse capítulo ficou sob responsabilidade das bibliotecárias do Setor de Tratamento e Disseminação de Informações, da Gerência de Biblioteca e Acervos Especiais, gestora da Biblioteca Isaac Kerstenetzky, que fizeram os levantamentos na documentação e compilação para o desenvolvimento da redação final deste texto. A responsabilidade da escrita de cada seção foi definida da seguinte maneira: décadas de 1930 a 1950, por Danielle Barreiros; década de 1960, por Danielle Barreiros e Luciana F. Lau; década de 1970 por Luciana F. Lau; década de 1980 por Gerlaine Braga; década de 1990 e anos 2000 por Catarina Felix; e história recente e perspectivas futuras por Suzane Lima Conceição.

Vale ressaltar a importância do esforço de diversos profissionais, funcionários e ex-funcionários da Biblioteca, que contribuíram ao longo da história para o registro e recuperação de sua trajetória. Agradecemos a estes por seu esforço, tempo e dedicação.

De acordo com Tejada Artigas (2016), tanto na sua atuação passada, quanto no presente e no futuro, é essencial comunicar constantemente o que os bibliotecários são capazes de fazer para satisfazer às necessidades dos usuários. O autor afirma que as bibliotecas dos centros de pesquisa devem oferecer serviços com uma visão estratégica para enquadrá-las como parte fundamental do processo de pesquisa e de atuação institucional. Sem essa visão, estas são um corpo isolado, disfuncional e falido, fadado a não sobreviver em um mundo altamente competitivo, em constantes mudanças. Assim, esperamos que esta obra inspire a outros bibliotecários e profissionais da informação a se posicionarem diante das questões trazidas às bibliotecas ao longo da história, a fim de ocupar este novo espaço de conhecimento e compreender melhor a sua missão para a sociedade.

## Considerações preliminares

A Biblioteca Isaac Kerstenetzky, resultado da junção das Bibliotecas do Conselho Nacional de Geografia - CNG e do Conselho Nacional de Estatística - CNE, comemora seus 80 anos exercendo a função de Biblioteca Central na Rede de Bibliotecas do IBGE. Sua coleção é especializada em estatística e geociências, além de abranger assuntos correlatos. A ela foi incorporada coleções particulares de grandes nomes do IBGE, como Giorgio Mortara e Isaac Kerstenetzky. Já foi chamada de Biblioteca Central - BICEN e gerida pelo DEDAT, GEDOC, DEDOC, DIBIS, GEBIS. Inicialmente vinculada aos Conselhos, passou a ser ligada à Diretoria de Formação e Aperfeiçoamento e, atualmente, ao Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI. Seu acervo, que ao longo de 80 anos foi gerido sob diversas configurações, chega ao final da segunda década do Século XXI constituindo o acervo físico da Biblioteca Isaac Kerstenetzky.

As Bibliotecas do CNG e do CNE foram desenvolvidas inicialmente com o objetivo de reunir publicações técnicas que auxiliassem no desenvolvimento dos serviços coordenados pela Instituição. Assim, sua trajetória ao longo do tempo se deu em conjunto com a evolução do País e do próprio IBGE. Atualmente, a Biblioteca Isaac Kerstenetzky tem ainda como público-alvo os servidores do IBGE, fornecendo-lhes suporte informacional no apoio à pesquisa e ao desenvolvimento de suas atividades, mas amplia seu atendimento a toda a sociedade, por meio do atendimento presencial, à distância e da disseminação de acervo digitalizado e digital em seu catálogo on-line.

A Biblioteca Isaac Kerstenetzky, devido às características de seu acervo e de seus usuários, é identificada como biblioteca especializada. Ao mesmo tempo, por franquear seus serviços, acervo e espaço ao público em geral, bem como por ser mantida por recursos públicos, também é uma biblioteca pública. Sobre bibliotecas especializadas, Cesarino (1978, p. 238, grifo nosso) as define como aquelas “unidades pertencentes a instituições governamentais, particulares ou associações formalmente organizadas com o objetivo de fornecer ao usuário a **informação relevante** de que ele necessita, em **um campo específico de assunto**”.

Considerando uma das áreas de especialização da Biblioteca, a Estatística, Kaiser (1970) afirma que uma biblioteca central de estatística é aquela que, embora franqueada ao público em geral, foi criada e funciona principalmente a serviço de um órgão central de estatística e de seus respectivos governos.

Embora a estatística esteja bem no centro do interesse público, poucas vezes se menciona adequadamente a história e a função de bibliotecas vinculadas a um serviço estatístico. Em geral são bibliotecas específicas de governo em que houve, no decorrer dos últimos 100 anos, uma profusão extraordinária de dados estatísticos de todos os tipos – oficiais e não oficiais – que são coligidos constantemente e mantidos à disposição de todos os usuários em potencial (KAISER, 1970).

Quanto à formação do acervo, Kaiser (1970) relata que é comum que as bibliotecas desse gênero estruturarem suas coleções a partir de doações particulares, preponderantes para iniciar a biblioteca, e por meio de publicações produzidas para divulgar dados nacionais no âmbito das atividades de disseminação da instituição. A biblioteca, estando vinculada a essa instituição, é, em geral, depositária natural dessa produção. Não é diferente ao observarmos a formação do acervo da Biblioteca Isaac Kerstenetzky, aspecto que será apresentado em capítulo próprio.

A Biblioteca Isaac Kerstenetzky é fundamentalmente importante devido ao acervo informacional que gere desde a criação do IBGE, acervo esse que retrata, de acordo com a missão do IBGE, a realidade brasileira e possibilita, portanto, o exercício da cidadania. Espera-se, desse modo, que suas coleções estejam completas, disponíveis e convenientemente preparadas para o uso. A acelerada atividade de produção e disseminação torna-se, assim, um desafio adicional para os bibliotecários da Instituição, sendo constante a empreitada de acompanhar e documentar as informações que são produzidas. A Biblioteca caracteriza-se por constituir não um simples depósito de livros, mas um centro de disseminação para sociedade.

Ao longo de sua trajetória, é possível observar que as bibliotecas que construíram e estruturaram a atual Biblioteca Isaac Kerstenetzky estavam sempre à frente de seu tempo. A fim de comprovar tal afirmação utilizaremos a revisão de estudos de prospectiva<sup>1</sup> sobre bibliotecas de centros de pesquisa realizada por Tejada Artigas (2016). O autor relata que o Conselho de Cooperação Bibliotecária da Espanha, que promove a integração de sistemas de bibliotecas públicas, propôs, por meio de um dos seus grupos de trabalho, algumas tendências que mais impactarão os cenários até 2020, dos quais listaremos a seguir:

- 1) A gestão das bibliotecas deve ganhar flexibilidade e suas ações precisam ser mais **integradas aos objetivos das instituições** a que servem.
- 2) A cooperação vai aumentar: **maior cooperação e colaboração expandirão o papel da biblioteca dentro e fora da instituição.**
- 3) Os recursos públicos serão escassos, e **as bibliotecas deverão encontrar novas estratégias de financiamento.**
- 4) As bibliotecas precisam de [...] [profissionais] com habilidades diferentes [...].

<sup>1</sup> Esses estudos permitem determinar as ações presentes com a luz dos futuros possíveis e desejáveis.

- 5) As bibliotecas devem reforçar seu papel na criação de comunidades, dotando-as de coesão social, e **garantir a igualdade de oportunidades para os cidadãos no acesso à informação**. [...]
- 8) A educação, a aprendizagem e as habilidades serão a chave da missão das bibliotecas.
- 9) Os **serviços adaptar-se-ão a uma realidade digital**.
- 10) Estratégias inovadoras serão desenvolvidas para gerenciar **fontes e coleções híbridas** (TEJADA ARTIGAS, 2016, p. 98, grifo nosso).

Observando essas tendências é possível perceber o quanto a Biblioteca Isaac Kerstenetzky foi em determinados momentos de sua história uma biblioteca de vanguarda, pois desde 1940 buscava cooperar como preconizado pelo item 2, por meio de acordos de intercâmbio de publicações com a Library of Congress e o Instituto Nacional de Investigações Geográficas de Montevideú. Nas décadas de 1970 e 1980, por exemplo, a Biblioteca conseguiu recursos do CNPq para alguns projetos especiais, além do apoio financeiro da Secretaria de Modernização Administrativa, da Secretaria de Planejamento. Buscava ainda qualificar seus funcionários em diversas habilidades, sempre buscando melhor atender às demandas dos usuários. Sempre possuiu coleções híbridas, seja em relação aos diferentes tipos documentais, seja em relação aos seus formatos – físicos, microformas e digitais. Sua trajetória demonstra também que a Biblioteca sempre tentou acompanhar os recursos tecnológicos disponíveis. Sua automação denota sua adaptação à realidade digital.

O fato de podermos comemorar o aniversário de 80 anos da Biblioteca Isaac Kerstenetzky, enquanto biblioteca sobrevivente e viva, é consequência da capacidade de adaptação dos profissionais que passaram por ela em suas mais diversas conformações e que venceram os desafios impostos a cada época. Chegando ao Século XXI a Biblioteca continua provendo ao seu usuário maior facilidade e agilidade no acesso às informações disponibilizadas pelo IBGE.

## Década de 1930: criação da biblioteca

Na década de 1930 criaram-se e desenvolveram-se, na maioria dos países, centros de documentação. Em sua maior parte, esses centros organizavam serviços de informações, produziam boletins documentais, constituíam uniões nacionais com o objetivo de solucionar problemas do controle bibliográfico no mundo (GONZÁLEZ, 1970).

Considerando o cenário brasileiro nesse período, Oddone (2010, p. 3) afirma que:

No princípio da década de 1940 o termo “documentação” começou a propagar-se rapidamente no serviço público federal brasileiro. A manifestação inicial desse fenômeno foi a publicação do Decreto-lei nº 2.039, de 27 de fevereiro de 1940, que transformava o Serviço de Publicidade do DASP (Departamento Administrativo do Serviço Público) em Serviço de Documentação (ODDONE, 2010, p. 3).

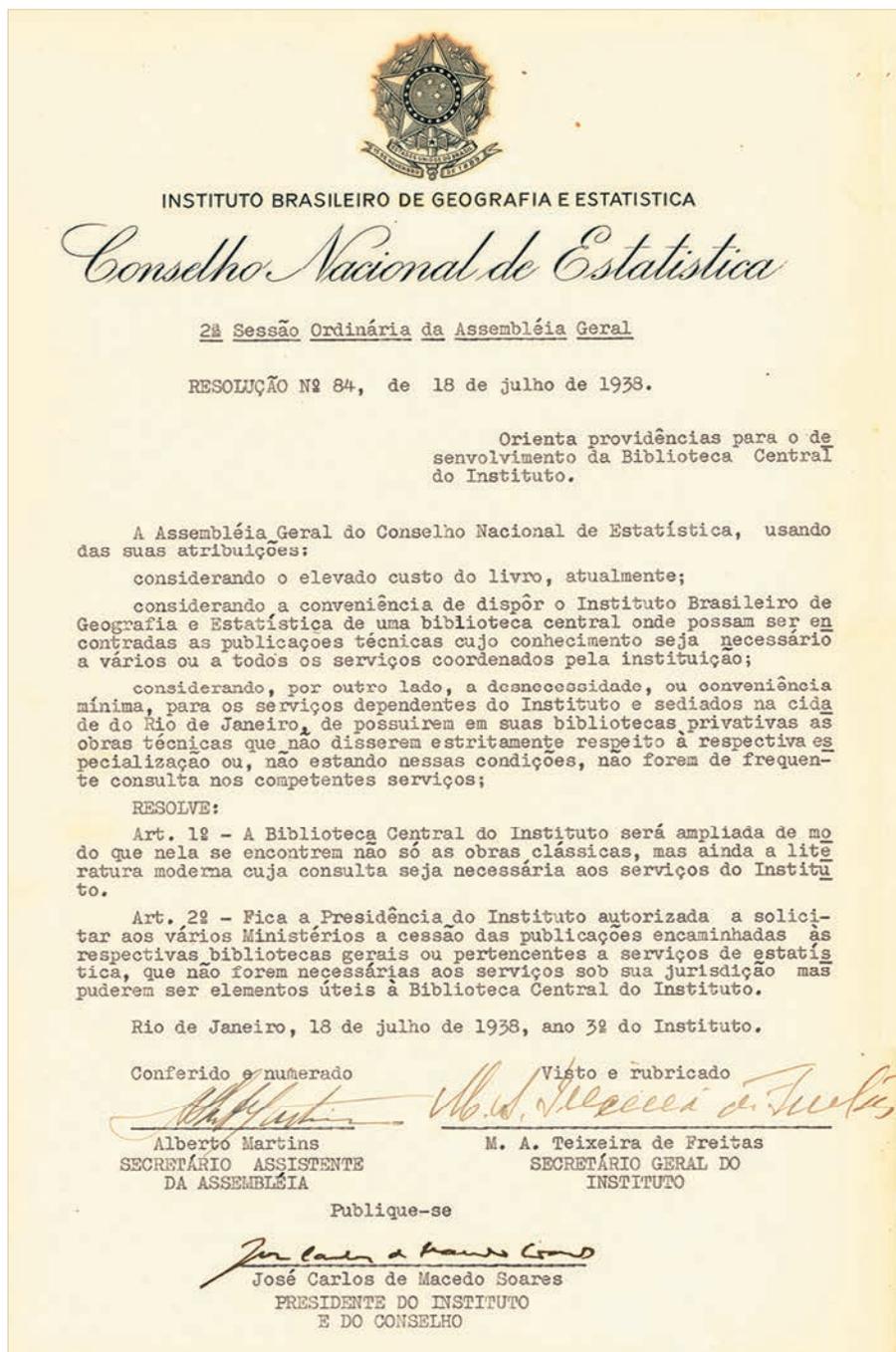
Fora dos círculos da Biblioteconomia, no entanto, a Documentação alcançou, desde meados da década de 1930, um grande impacto na burocracia administrativa do Estado Novo.

O governo instaurado em 1937 passou a transformar os velhos serviços de publicidade em Serviços de Documentação, e, alguns Ministérios, acompanhando esse cenário também criavam seus serviços documentais. Importante citar nesse período a iniciativa do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, através da criação da revista ‘Just Documentação’ (FONSECA, 1973).

O IBGE, enquanto Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística recebeu esta denominação em 26 de janeiro de 1938 em virtude do Decreto Nº 218 que reuniu o Instituto Nacional de Estatística e o Conselho Brasileiro de Geografia. Poucos meses após sua instituição, o Conselho Nacional de Estatística emitiu Resolução orientando providências para o desenvolvimento da Biblioteca Central, conforme pode ser verificado na Resolução Nº 84 de 18 de julho de 1938 (Figura 1).

Dentre as razões principais para o desenvolvimento da Biblioteca, a Resolução menciona a necessidade de uma biblioteca central onde possam ser encontradas publicações técnicas, tanto obras clássicas quanto literatura moderna, cujo conhecimento seja necessário à prestação dos serviços coordenados pela Instituição. Na mesma resolução é adicionalmente instado que se solicite aos Ministérios que ofereçam doações à Biblioteca a fim de enriquecer seu acervo.

Figura 1  
Resolução Nº 84 de 1938



Foi então que, em 1939, por meio da Resolução nº 78 de 1º de setembro, a Biblioteca Central do Conselho Nacional de Estatística é fixada como um dos setores de serviços da Secretaria Geral. Uma das razões mencionadas na referida resolução para a criação da Biblioteca Central é o desenvolvimento cada vez maior da Biblioteca que já existia fisicamente, e, sobretudo, a incorporação ao acervo da “Secção Mortara”.

Com respeito à importância da incorporação do acervo Mortara à Biblioteca Central, a Revista Brasileira de Geografia do ano de 1939 faz menção a tal acontecimento e dedica agradecimentos ao Prof. Giorgio Mortara pela generosa oferta da sua biblioteca particular composta por mais de 12 mil volumes ao Instituto ressaltando ainda que a partir de tal doação, a biblioteca se tornará o “maior centro bibliográfico brasileiro de rigorosa especialização técnica, informativa e científica no domínio da estatística” (ATIVIDADES..., 1939, p. 125)<sup>2</sup>.

Ainda com respeito à formação da Biblioteca Central, Senra, Fonseca e Millions (2018, p. 71), na obra Brasil em Pauta, destacam que era necessário haver um local no qual o público pudesse “manusear as publicações recebendo também adequado assessoramento, ou seja, um salão de leitura de uma biblioteca”. Essa primeira Biblioteca Central foi embrião das demais bibliotecas e centros de documentação que surgiram com a evolução organizacional do IBGE.

Além da Biblioteca Central do Conselho Nacional de Estatística, foi criada também na década de 1930, a Biblioteca do Conselho Nacional de Geografia (infelizmente não há registros que permitam determinar a data exata de sua criação), que estava inserida na Secção de Documentos e Informações, e compreendia a biblioteca, mapoteca, filmo-fototeca, arquivo corográfico e fichários de dados geográficos, conforme estrutura apresentada na Revista Brasileira de Geografia de 1939. Posteriormente, os acervos das bibliotecas do CNG e do CNE foram unificados formando a atual coleção da Biblioteca do IBGE.

## Década de 1940: intensificação das atividades

As atividades foram intensas na década de 1940, tanto na Biblioteca do CNG quanto na Biblioteca do CNE. Relatórios e publicações da época trazem informações que nos permitem precisar a grande importância que esses acervos representavam.

### Conselho Nacional de Geografia

O Conselho Nacional de Geografia, em sua repartição central – o Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica –, dispunha de uma Seção chamada Documentação e Informação que atuava por meio de seus setores especializados: Biblioteca e Hemeroteca, Mapoteca, Fototeca e Arquivo Corográfico.

Essa Seção de Documentação e Informação atendia às solicitações de outras Seções da própria repartição e ainda usuário externos. Para isso dispunha também de uma sala de leitura para atendimento e utilização pelo público.

Um recorte da Revista Brasileira de Geografia do ano de 1942 nos permite mensurar a importância que esse acervo possuía ao mencionar que essa documentação merecia especiais cuidados da direção pois “oferecia subsídios de maior interesse para o estudo de qualquer assunto ligado à geografia brasileira” (RELATÓRIO..., 1942, p. 397). Nesse período, o acervo da Biblioteca do CNG dispunha de cerca de 7 mil volumes.

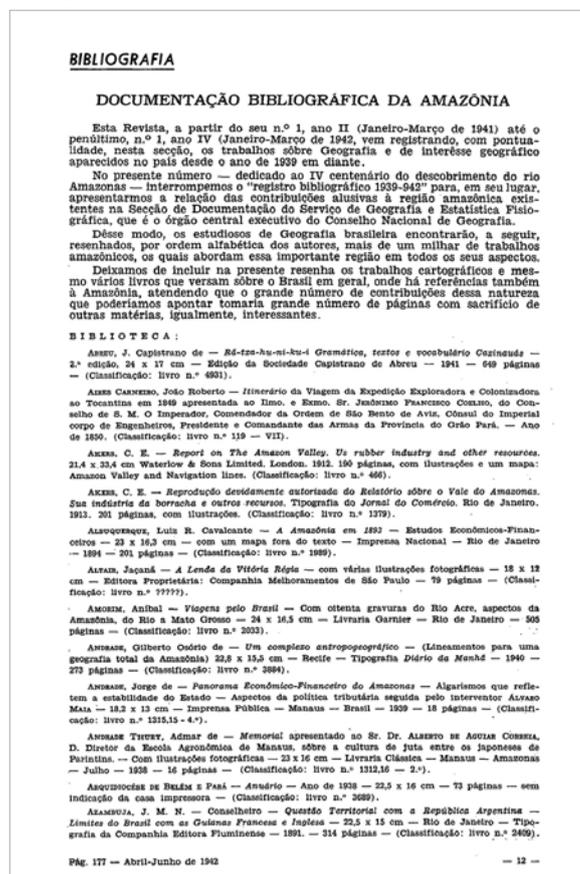
Importante destaque por parte do Setor de Documentação e Informação também é a produção de bibliografias e o intercâmbio de publicações.

Na década de 1940, por exemplo, o setor produziu diversas bibliografias. Alguns dos temas tratados foram: Bibliografia sobre a Região Amazônica em todos os seus aspectos

<sup>2</sup> Mais informações acerca do acervo Mortara serão abrangidas na seção “Formação do acervo e coleções: uma biblioteca especializada para retratar o Brasil”.

(Figura 2), Bibliografia dos Estados do Prata, da Região Sul do Brasil e da Colonização do Brasil. Além disso, firmou acordo de cooperação com a Library of Congress<sup>3</sup>, compreendendo a permuta de publicações, e acordo de intercâmbio permanente com o Instituto Nacional de Investigações Geográficas de Montevideú.

Figura 2  
Bibliografia da Amazônia



Fonte: DOCUMENTAÇÃO [...]. *Revista brasileira de geografia*, Rio de Janeiro, n. 2, abr./jun. 1942.

Com respeito aos atendimentos, a Biblioteca do CNG despertava grande interesse, pelo que se pode apurar através dos registros de frequência de usuários.

De acordo com Relatório Anual da Biblioteca do ano de 1944 (IBGE, 1945), dentre outras atividades relatadas, destaca-se o apreciável número de consulentes registrados. A Biblioteca registrou 2 993 consultas a livros, 412 consultas a folhetos e 1 637 consultas à periódicos. Ainda de acordo com o mesmo relatório, a Fototeca atendeu 1 137 consulentes e a mapoteca registrou 3 506 consultas ao seu acervo de mapas.

No ano de 1946 os serviços da Biblioteca passam por uma remodelação. De acordo com o Relatório da Biblioteca deste ano, as coleções de livros e mapas passam a ser classificadas por Estados e rotulados com indicações sobre o material cartográfico a que se referiam. No ano de 1947 houve um aumento crescente no intercâmbio de publicações com outras instituições geográficas aumentando assim o acervo da Biblioteca que em 1949 possuía cerca de 30 760 publicações.

<sup>3</sup> Biblioteca de pesquisa do Congresso dos Estados Unidos da América, com atribuições de Biblioteca Nacional do País.

## Conselho Nacional de Estatística

A Biblioteca Central do Conselho Nacional de Estatística também passou por algumas modificações importantes na década de 1940. De acordo com nota publicada na Revista Brasileira de Estatística do ano de 1940, em janeiro desse ano, a Biblioteca do CNE foi aberta ao público. Essa abertura tinha por objetivo favorecer aos que se dedicavam ao estudo de assuntos estatísticos e econômicos, em particular, e, de forma geral, a assuntos financeiros, demográficos e geográficos, visto que a Biblioteca possuía um acervo de apreciável valor e de caráter especializado nessas áreas do conhecimento. Seu acervo era composto nesse período por cerca de 12 mil volumes.

A Resolução nº 303 de dezembro de 1947 criou o Serviço de Biblioteca e Intercâmbio passando a este a competência da antiga Biblioteca Central e o Setor de Intercâmbio do Serviço de Divulgação.

De acordo com Relatório de 1947 tal ação se deu devido à Direção do Instituto ter verificado a necessidade de proporcionar à Biblioteca maior autonomia além da “imprescindível necessidade de organizá-la em moldes a servir como um órgão central de estudo e cultura do Instituto”.

Outro ponto a ser destacado na década de 1940 foi a abertura da sala de leitura da Biblioteca do CNE que passava por reformas. Segundo Relatório de 1949, em janeiro deste mesmo ano foi aberta ao público a sala de leitura, com a qual se tornou

facilitada aos funcionários do Instituto e aos interessados a consulta ao acervo da Biblioteca. A iniciativa coroou-se de êxito, pois a grande frequência, sobretudo de estudantes e estudiosos de problemas brasileiros, demonstrou a significação de que se reveste a existência da Biblioteca.

Houve grandes avanços nesse período também com respeito à produção de Bibliografias. Destaque é dado à publicação quinzenal do Boletim Bibliográfico que informava da bibliografia mais recente por assunto. Era divulgado entre os funcionários do Instituto e outros interessados. Além disso, ainda nesse ano, se encontrava em fase de conclusão o preparo de uma Bibliografia que abrangesse todas as publicações dos órgãos do Instituto, compreendendo as áreas estatísticas e geográficas. Esta bibliografia compreenderia publicações, estudos, ensaios, notícias, informes, revistas, boletins entre outros, discriminando-os por autor, assunto e região.

## Década de 1950: mecanização do catálogo

### Conselho Nacional de Estatística

No ano de 1950 as publicações que se encontravam na Biblioteca do antigo Serviço Nacional de Recenseamento foram incorporadas ao acervo da Biblioteca do CNE. Tal incorporação foi de grande enriquecimento para a biblioteca pois completaram-se coleções parciais e as coleções já existentes foram aprimoradas. Ao fim do ano de 1950 o acervo da biblioteca contava com cerca de 57 209 volumes (IBGE, 1952b). A biblioteca publicava semanalmente uma listagem das novas publicações recebidas e disponíveis para consulta no Boletim de Serviço do Instituto a fim de informar aos seus usuários.

No ano de 1952 houve uma reorganização da Secretaria Geral do Conselho Nacional de Estatística através da Resolução Nº 403 que dispôs a Biblioteca como uma das Seções da Diretoria de Documentação e Divulgação. As competências da Biblioteca a partir dessa reestruturação passaram a ser:

I - Adquirir, registrar, classificar, catalogar e conservar obras nacionais e estrangeiras, de interesse para o Conselho, bem assim as de caráter didático cujo manuseio for recomendável aos servidores e demais interessados no estudo da estatística metodológica ou aplicada;

II - Permutar obras, ou outras publicações existentes na Biblioteca, ou para tal fim adquiridos, com entidades nacionais ou estrangeiras;

III - Organizar e manter em dia os catálogos para uso do público e os catálogos auxiliares necessários aos seus trabalhos;

IV - Promover, para conhecimento do público, a divulgação do que existe na Biblioteca, quer pela publicação periódica do "Boletim Bibliográfico", quer organizando, sempre que possível, indicações bibliográficas;

V - Orientar o leitor no uso da Biblioteca e auxiliá-lo em pesquisas bibliográficas;

VI - Cooperar com as demais bibliotecas do serviço público e com as entidades do País e do estrangeiro, particularmente as de órgãos filiados ao Conselho (LEGISLAÇÃO, 1952).

Nesse período havia se iniciado um movimento no sentido de inventariar o acervo, aplicando para a obtenção das listagens, o sistema de cartões perfurados da IBM - International Business Machine Corporation. Segundo Barsotti (1990) os cartões perfurados foram o primeiro veículo de dados utilizado pelos computadores. Tratava-se de um retângulo de cartolina no qual eram efetuadas perfurações que representavam letras, algarismos e outros sinais. Os dados originais eram transcritos dos documentos para os cartões os quais eram lidos por uma unidade leitora de cartões e poderiam ser lidos e perfurados novamente quando necessário.

A biblioteca era chefiada nessa época por Maria Aparecida Gomes de Moura. Assim, em 1954 iniciou-se o preenchimento das folhas de inventário contendo elementos essenciais à identificação das obras conforme demonstrado na Figura 3. Para melhor executar tal tarefa foi realizado um processo de seleção visando manter na coleção apenas as publicações com assuntos que "integrassem a especialidade da biblioteca à época, isto é, estatística, matemática e economia" (MOURA, 1958).

Em 1955, já haviam sido preparados cerca de 5 mil fichas para perfuração e produção dos cartões que viriam a constituir um catálogo e outras 5 mil fichas estavam em execução. Depois da conclusão da perfuração dos cartões (Figuras 4 e 5) seriam necessários cerca de 15 dias de trabalho do serviço de apuração mecânica para a constituição de um catálogo de autor, de título ou de assunto.

Esse processo de inventário foi considerado lento pois a biblioteca passava nesse período por reforma de suas instalações e contava com apenas 5 funcionários para a execução de todas as tarefas do setor, mas apesar das dificuldades, foi essencial pelas vantagens que traria para a organização da biblioteca e pela possibilidade de o produto desse inventário ser utilizado para fins de catálogos coletivos.

Figura 3  
Folha de inventário

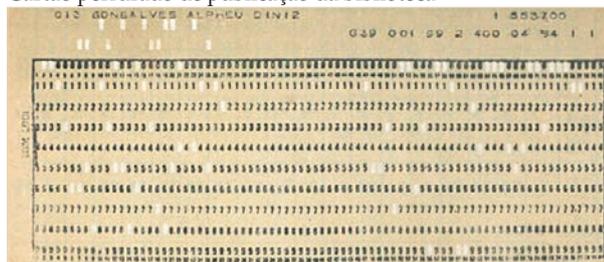
| I.B.G.E. - CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA<br>DIRETORIA DE DOCUMENTAÇÃO E DIVULGAÇÃO<br>BIBLIOTECA |                            |        |                   |
|---|----------------------------|--------|-------------------|
| Anexo 1 FOLHA DE INVENTARIO   |                            |        |                   |
| CARTÃO  | DISCRIMINAÇÃO              | CODIGO | COLUNA A PERFORAR |
| 1   | Número.....                | .....  | 1 a 5             |
|   | Autor.....                 | .....  | 6 a 46            |
|   | Natureza da obra.....      | .....  | 47                |
|   | Classificação.....         | .....  | 48 a 53           |
|   | Tabela de Cutter.....      | .....  | 54 a 56           |
|   | Estante.....               | .....  | 57 a 59           |
|   | Prateleira.....            | .....  | 60 a 61           |
|   | Natureza da aquisição..... | .....  | 62                |
|   | Fornecedor.....            | .....  | 63 a 65           |
|   | Data da entrada mês.....   | .....  | 66 a 67           |
|   | ..... ano.....             | .....  | 68 a 69           |
|   | Preço.....                 | .....  | 70 a 75           |
| Língua.....   | .....                      | 76     |                   |
| 2   | Número.....                | .....  | 1 a 5             |
|   | Título.....                | .....  | 6 a 46            |
|   | Natureza da Obra.....      | .....  | 47                |
|   | Classificação.....         | .....  | 48 a 53           |
|   | Ano da edição.....         | .....  | 54 a 56           |
|   | País.....                  | .....  | 57 a 59           |
|   | Edição.....                | .....  | 60 a 61           |
|   | Número de páginas.....     | .....  | 62 a 65           |
|   | Número do volume.....      | .....  | 66 a 67           |
|   | Total de volumes.....      | .....  | 68 a 69           |
|   | Formato.....X.....         | .....  | 70 a 75           |
|   | Apresentação.....          | .....  | 76                |

Preenchimento: Em / / .....

Perfuração: Em / / .....

Fonte: MOURA, M. A. G. de. A aplicação do sistema de cartão perfurado [...]. *A biblioteca*. [Rio de Janeiro], n. 10, jul./dez. 1958.

**Figura 4**  
Cartão perfurado de publicação da biblioteca



Fonte: MOURA, M. A. G. de. A aplicação do sistema de cartão perfurado [...]. *A biblioteca*. [Rio de Janeiro], n. 10, jul./dez. 1958.

**Figura 5**  
Cartão perfurado de publicação da biblioteca



Fonte: MOURA, M. A. G. de. A aplicação do sistema de cartão perfurado [...]. *A biblioteca*. [Rio de Janeiro], n. 10, jul./dez. 1958.

Outro ponto de destaque para a Biblioteca do CNE ocorreu em 1956 quando a Biblioteca passou a ser chamada de Biblioteca Waldemar Lopes. Tal fato ocorreu durante a XVI Assembleia Geral do CNE, realizada no período de 17 a 25 de agosto de 1956 como uma homenagem a este que foi o grande colaborador de Teixeira de Freitas no esforço ingente de implantação do IBGE. A inauguração ocorreu com a colocação de uma placa de bronze doada por estatísticos paulistas. A menção da inauguração versava:

Foi inaugurada no dia 24, às 18 horas, na biblioteca do Conselho, a placa com o nome “Biblioteca Waldemar Lopes”, doada pelos estatísticos paulistas. Discursou na ocasião o Prof. Milton da Silva Rodrigues, que veio especialmente de São Paulo para aquela solenidade (BOLETIM DE SERVIÇO, 1956).

## Conselho Nacional de Geografia

Segundo o Relatório de 1950 do IBGE, os serviços da Biblioteca do Conselho Nacional de Geografia sofreram considerável diminuição de suas atividades em virtude de mudança das suas instalações para um novo edifício. Devido a essa mudança, o relatório destaca que foi necessário aos servidores “desdobrar energias a fim de adaptar-se às novas instalações” (IBGE, 1952b).

Nesse período, a Seção de Documentação Geográfica era composta pelos Setores de Biblioteca, Mapoteca, Fototeca e Arquivo Corográfico.

A biblioteca do conselho desempenhava importante função educacional, recebendo instituições de ensino em suas dependências a fim de apresentar os serviços da biblioteca e seu rico acervo a alunos. Ainda sobre a biblioteca, informação interessante pode ser encontrada no Boletim de Serviço do ano de 1952 que apresenta uma relação dos funcionários Bibliotecários que existiam no Conselho Nacional de Geografia. De acordo com o Boletim haviam 3 funcionários ocupando cargos de bibliotecários e 6 funcionários ocupando cargos de bibliotecário auxiliar na Biblioteca do CNG. Essas informações nos permitem alcançar a importância que a Biblioteca e o Bibliotecário representavam à época quando ainda nem mesmo havia legislação dispendo sobre a profissão.

No ano de 1953, a Biblioteca realizou uma seleção de seu acervo, deixando permanecer neste somente publicações que fossem de interesse geográfico ou de matérias correlatas. Tal seleção também se estendeu ao Arquivo Corográfico de acordo com o Boletim de Serviço de 1953.

Com relação à Mapoteca, o Relatório do ano de 1952 revela a importância que este acervo representava: “Para a Mapoteca têm sido encaminhadas as mais variadas consultas, não só por parte das instituições governamentais do País como de particulares” (IBGE, 1952a, p. 11). O mesmo relatório traz dados de atendimentos realizados à mapoteca nos últimos quatro anos: Foram 22 735 documentos emprestados; 11 779 consultados; 5 914 consulentes internos atendidos; 1 066 consulentes externos atendidos; 6 842 “elementos” novos registrados; e 461 arquivos de documentos constituídos de livros e textos de leis.

Quanto à Fototeca, registros revelam que possuía mais de 280 000 fotografias aéreas, do tipo trimetrogonverticais e oblíquas. Essas fotografias poderiam ser emprestadas, reproduzidas ou apenas consultadas. Em 1951, por exemplo, foram contabilizados 155 364 empréstimos e 14 216 consultas. A Fototeca visava proporcionar informações aos técnicos e estudiosos dos assuntos geográficos, bem como desenvolver e intensificar os trabalhos cartográficos em geral (IBGE, 1952a, p. 12).

## Década de 1960: estruturação e preparação para sistematização da documentação

Como já mencionado, o IBGE teve como órgãos colegiados o Conselho Nacional de Estatística (CNE) e o Conselho Nacional de Geografia - CNG, sendo que haviam bibliotecas nos dois Conselhos.

O CNE, por meio da Resolução n. 84 da Assembleia Geral, formaliza sua preocupação com o desenvolvimento de uma biblioteca central que pudesse atender aos técnicos da instituição. Oliveira (1966) observa que

Até 1936, ano de instalação do IBGE, não existia no Brasil uma organização oficial coordenadora das estatísticas nacionais, embora houvesse sempre, por parte das autoridades, certo interesse pelos levantamentos estatísticos, que se processavam sem continuidade e a intervalos irregulares. Há que se registrar, no entanto, a existência no País da Diretoria Geral de Estatística, criada em 1871, que foi uma vez extinta e depois restaurada e reorganizada, quando da criação do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, no que se inclui. Entre as realizações da DGE, naquela época, destacam-se o primeiro “Anuário Estatístico do Brasil”, divulgando dados relativos aos quinquênios 1908 a 1912 e o Recenseamento Geral de 1920, cujos volumes ainda hoje compulsados, são peças mestras da documentação estatística brasileira (OLIVEIRA, 1966, p. 3).

Embora não tenha conseguido a ampliação da biblioteca para que ela se tornasse a Biblioteca Central do IBGE, o CNE seguia o que preconizava o artigo 1 da referida Resolução: “A Biblioteca Central do Instituto será ampliada de modo que nela se encontrem não só as obras clássicas, mas ainda a literatura moderna cuja consulta seja necessária aos serviços do Instituto” (CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, 1938). Assim, mantinha para realização das tarefas no campo da documentação estatística a Diretoria de Documentação e Divulgação - DDD e subordinada a ela a biblioteca (OLIVEIRA; CUNHA, 1965).

Como já mencionado, a Biblioteca passa a ser nomeada Waldemar Lopes em 1956, e após 12 anos, em 1968, Waldemar Lopes se aposenta e é na Biblioteca que recebe a homenagem por sua missão de construir material e culturalmente o IBGE conforme demonstrado na Figura 6. A Biblioteca que tem sua alcunha, após sua aposentadoria, continua buscando se estruturar para sistematizar as informações estatísticas, solicitadas pelos técnicos da instituição, usuários externos e organizações, tanto no que diz respeito à melhoria do acervo quanto às práticas biblioteconômicas.

Figura 6  
Homenagem a Waldemar Lopes

**Reportagem**

---

**HOMENAGEM A WALDEMAR LOPES**

Em solenidade realizada às 17,30 horas do dia 3 de maio último, na Biblioteca Waldemar Lopes, do Instituto Brasileiro de Estatística, foi prestada significativa homenagem a Waldemar Freire Lopes, que se aposentou, após 35 anos de efetivo exercício. Além do Presidente da Fundação IBGE, Professor Sebastião Aguiar Ayres, e dos Diretores-Superintendentes do IBE e do IBG, respectivamente Srs. Raul Romero de Oliveira e Miguel Alves de Lima, compareceram à solenidade antigos dirigentes da Entidade — entre eles os Senhores Heitor Bracet, Rafael Xavier, Fábio de Macedo Soares Guimarães — Diretores, Chefes e funcionários da Casa, e numerosos amigos de Waldemar Lopes.

Saudando o homenageado, o Presidente Sebastião Aguiar Ayres proferiu a seguinte saudação:

“Meus Amigos,

Não estamos aqui reunidos para uma despedida, mas para, ao ensejo da aposentadoria de Waldemar Lopes, trazer-lhe a saudação dos Ibegeanos de todos os órgãos do Sistema, e com ela a homenagem a quem prestou ao IBGE tantos e tão assinalados serviços, ao longo de alguns decênios de lutas, das honrosas lutas em favor desta Casa. A despedida não teria razão de ser, tratando-se de alguém, como Waldemar Lopes, de quem esta Entidade ainda muito espera receber, na forma de colaboração, que não sofrerá solução de continuidade com a simples mudança de situação funcional do antigo e abnegado servidor do Instituto.

Como Presidente da Fundação IBGE, considero afortunada a oportunidade que se me oferece de alhear à admiração de todos os Ibegeanos os méritos de quem ajudou substancialmente a construir, com imponência e solidez, uma obra impercível. Faço-o neste local — a Biblioteca Waldemar Lopes — que perpetuará o reconhecimento dos seus colegas, de ontem, de hoje e de amanhã. E faço-o, também, com a especial satisfação de ver aqui, associadas na justa homenagem ao velho companheiro, as figuras ilustres de antigos batalhadores da criação e dos primeiros tempos da vida Ibegeana

— Heitor Bracet, Rafael Xavier e Fábio de Macedo Soares Guimarães — que tanto contribuíram para a grandeza desta Casa.

Desde cedo, mesmo antes de seu ingresso no IBGE, Waldemar Freire Lopes se impôs à consideração de Teixeira de Freitas. As lides e realizações intelectuais do jovem provinciano firmaram-no no conceito do idealizador e criador do IBGE. De fato, ao ser convidado, em setembro de 1937, para integrar o quadro funcional do Instituto, já era Waldemar Lopes, apesar de muito jovem, figura destacada da imprensa de Pernambuco, onde secretariava um dos mais importantes jornais do norte do País — o “Jornal do Comércio”, do Recife. Fora, pouco antes, Vice-Presidente da Associação Pernambucana de Imprensa e Secretário-Geral do núcleo pernambucano da “Sociedade dos Amigos de Alberto Tórres”.

A convite especial daquela prestigiosa entidade, participou, em 1934, do I Congresso de Ensino Regional, realizado em Salvador Relator dos trabalhos desse Congresso, na Seção de Ensino Primário, data dessa ocasião seu primeiro contato com as idéias de Mário Augusto Teixeira de Freitas, membro insigne daquela agremiação cultural e cívica, que enviara ao Congresso de Salvador diversas teses e comunicações do maior interesse e com as quais se identificou de pronto Waldemar Lopes.

Não desejando desligar-se das atividades que, de maneira promissora, exercia em seu Estado, Waldemar Lopes deixou de atender ao convite formulado por Teixeira de Freitas. Expôs as razões que o levavam a declinar da honrosa convocação em carta dirigida a outra grande figura, à qual muito deve o IBGE — Rafael Xavier. Após a leitura dessa carta, que lhe causou funda impressão, passou Teixeira de Freitas a julgar imprescindível a colaboração direta de Waldemar Lopes no esforço ingente da implantação do IBGE, como experiência nova e ousada no cenário administrativo do País.

Assim, reiterado o convite, acedeu Waldemar Lopes em integrar o grupo de colaboradores imediatos de José Carlos de Macedo Soares e Teixeira de

R. bras. Estat., Rio de Janeiro, 29(114):213-219, abr./jun. 1968

Fonte: Revista Brasileira de Estatística, v. 29, n. 114, abr./jun. 1968.

A Biblioteca Waldemar Lopes (BWL) além de estar voltada para a organização e divulgação da documentação estatística, buscava com ações comemorativas divulgar seu acervo. Em 1961 foi inaugurada na BWL uma exposição de publicações estatísticas, por ocasião do aniversário do IBGE no dia 29 de maio conforme ilustrado na Figura 7.

Figura 7  
Exposição de publicações da Biblioteca Waldemar Lopes



Fonte: O IBGE em 1961: [atividades, iniciativas, realizações]. Rio de Janeiro: IBGE, 1961. 26 p.



Serviço de Divulgação que concentrava a atividade de editora, responsável pela publicação do Anuário Estatístico do Brasil, Revista Brasileira de Estatística, Revista Brasileira dos Municípios, Boletim Estatístico, *Flagrantes brasileiros*, Monografias municipais e séries A e B (OLIVEIRA; CUNHA, 1965).

Quanto à Secção de Documentação, destaca-se que tinha sob sua guarda arquivos de documentação municipal, com fotografias dos municípios, arquivos de instrumento de coleta, além de mapoteca com mapas editados pelo CNG ou por diversos órgãos federais ou estaduais (OLIVEIRA; CUNHA, 1965).

A Secção de Documentação era responsável por elaborar as bibliografias e tinha um de seus arquivos organizados com base da Classificação Decimal Universal - CDU, assim colaborava na Comissão Brasileira da CDU. Também colaborava com a Comissão de Documentação da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT e com o catálogo coletivo Latino-americano, bem como com outras bibliotecas especializadas, enviando-lhes todas as publicações recebidas que não se enquadravam nos critérios de seleção estabelecidos pela Biblioteca, ou duplicatas (OLIVEIRA; CUNHA, 1965).

Observa-se na Diretoria de Documentação e Divulgação um sistema institucional responsável pela guarda, organização, preservação e divulgação da informação estatística produzida ou não pelo IBGE. Oliveira<sup>4</sup> (1967) no trabalho sobre a documentação estatística básica do Brasil, elaborado para o V Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, realizado em 1967, ressalta a importância da documentação estatística.

Para se planejar há necessidade imperiosa de bem se conhecer os problemas, para melhor discutí-los e solucioná-los. Daí, a febre de reclamações dos encarregados pelo planejamento, que desejam sempre e cada vez mais informações sobre as rápidas transformações sociais e econômicas que se sucedem (OLIVEIRA, 1967, p. 2).

Oliveira e Cunha (1965) comentam os problemas encontrados no campo da documentação estatística, os quais explicam que são os mesmos que atingem os demais serviços de documentação no Brasil, são eles: falta de pessoal qualificado e deficiência de aparelhos. Observa-se que a própria área de Biblioteconomia e Documentação estava se estruturando e se organizando para atender às demandas sociais. Isto pode ser observado desde a década de 1950, quando da criação do IBBDD em 1954, que oferecia cursos na área de Documentação e Biblioteconomia (SILVA, 1960) e também a realização do 1º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, em Recife, que segundo Muller (1985) “tornaram-se importante veículo de comunicação profissional, especialmente na década de 1960 e início de 1970, antes da aparição das principais revistas profissionais.” (MULLER, 1985, p. 6).

Em 1960 é criada a Federação de Associação de Bibliotecários - FEBAB. Cunha (2000) conta que a criação da FEBAB foi uma deliberação do II Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, realizado em 1959. A FEBAB tem como missão defender e incentivar o desenvolvimento da profissão<sup>5</sup>, e é isso que ocorre na década de 1960: uma estruturação da Biblioteconomia como profissão. Pode-se destacar em 1962 a promulgação da Lei n. 4.084/62, que dispõe sobre a profissão e regulamenta seu exercício, institui-se o Conselho Federal de Biblioteconomia - CFB. Em 1963 é criado o primeiro Código de Ética do Bibliotecário e, em 1965, é regulamentada a Lei n. 4.084/62, pelo Decreto n. 56725/65, ratificando a Biblioteconomia como profissão liberal, de nível superior.

No âmbito do ensino também ocorrem fatos significativos para a área e que se relacionam à questão da documentação no Brasil. Entre eles pode-se destacar: a aprovação do primeiro currículo mínimo de graduação em Biblioteconomia (Decreto n. 550/62 do CFB), sob o eixo de métodos, técnicas e processo de organização documental, e em consequência, a reforma do currículo do curso da Biblioteca Nacional, no mesmo ano. Esses

<sup>4</sup> Raul Romero de Oliveira, era então vice-presidente da Sociedade Brasileira de Estatística, Diretor de Documentação e Divulgação do Conselho Nacional de Estatística (IBGE) e ex-pesquisador do Centro Latino Americano de Pesquisas em Ciências Sociais (UNESCO).

<sup>5</sup> FEBAB. *Missão e histórico*. Disponível em: <<http://www.febab.org.br/sobre/historico/>>. Acesso em: 27 maio de 2019.

fatos contribuíram para a legitimação da Biblioteconomia como profissão de nível superior. Oliveira (1967) destaca o desenvolvimento das técnicas de documentação no Brasil, por ação do IBBD e acrescenta que estas técnicas buscavam proporcionar acesso rápido e fácil à informação. Reconhece ainda a atuação pioneira do IBBD como favorecedora à pesquisa técnico-científica nacional (OLIVEIRA, 1967). O autor observa a indisponibilidade de dados pormenorizados relativos à produção de unidades administrativas primárias, isto é, as então Agências Municipais de Estatísticas, que permaneciam sem divulgação. A Seção de Documentação mantinha em um de seus arquivos Resenhas Estatísticas Mensais, sobre o cotidiano dos municípios, que eram preenchidas com informações enviadas pelas Agências Municipais de Estatística (OLIVEIRA; CUNHA, 1965).

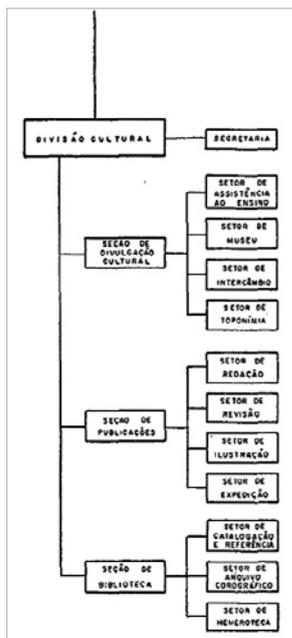
Oliveira e Cunha (1965) citam a necessidade de contratação de bibliotecários e que, para esta contratação, se exigisse a formação em nível universitário, além de dar orientações quanto à sistematização da documentação estatística no Brasil, por meio de identificação, orientação técnica e visitas visando o Catálogo Coletivo Nacional da Estatística.

Para Oliveira (1967), um órgão de documentação sistemática poderia auxiliar ao pesquisador na coleta e organização de informações estatísticas. Oliveira e Cunha (1965) apresentam como programa e colaboração da BWL e da DDD para a sistematização da documentação estatística, as seguintes tarefas: lista das publicações recebidas pela BWL, publicação do catálogo de obras e periódicos do acervo da BWL e o levantamento da bibliografia estatística brasileira.

Considerando esse contexto, em 1967 a Biblioteca Waldemar Lopes, no objetivo de atender às demandas dos usuários internos e externos, lança o “Boletim da Biblioteca”, de periodicidade quadrimestral, destinado a registrar e divulgar as obras catalogadas e os periódicos inseridos no acervo.

Voltando a atenção à Biblioteca do Conselho Nacional de Geografia, esta era nesse período subordinada ao Setor de Divisão Cultural, responsável pela atividade cultural e de divulgação do CNG. A Seção da Biblioteca possuía três setores: setor de catalogação e referência, setor de arquivo corográfico e setor de hemeroteca, conforme demonstrado na Figura 9.

Figura 9  
Organograma da Divisão Cultural do CNG



Fonte: DOMINGUES, A. J. P.  
*Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, ano 26, n. 2, abr./jun. 1964.

De acordo com a Revista Brasileira de Geografia - RBG de 1962, a Biblioteca mantinha nesse ano um acervo de cerca de 30 mil obras geográficas. Além disso, possuía grande número de documentos relativos à Geografia, principalmente do Brasil.

Esse acervo era franqueado ao público externo para consulta e possuía grande demanda por parte dos usuários. Quanto à frequência à Biblioteca, a RBG comenta: “Grande tem sido as atividades da Divisão Cultural sendo de notar-se o aumento do interesse público sobre o CNG, traduzido na frequência avassaladora à Biblioteca” (NOTICIÁRIO, 1965, p. 171). A mesma publicação menciona que a biblioteca não possuía estrutura que comportasse tal afluência visto suas instalações serem precárias.

Conforme demonstrado na figura anterior, a Seção da Biblioteca possuía entre seus setores o Arquivo Corográfico. Esse arquivo mantinha extenso acervo de recortes de publicações de grande interesse cultural. Era muito consultado por estudantes e professores que procuravam a biblioteca em busca de subsídios para seus trabalhos.

Ainda no ano de 1965, a Biblioteca passou por total reformulação. A RBG (NOTICIÁRIO, 1965) comenta que a estrutura regimental da biblioteca era obsoleta, sendo necessário se adotar novos princípios, principalmente em vista da enorme procura pela biblioteca, que ultrapassava em muito a capacidade das salas de leitura. Nesse momento o acervo da biblioteca era de cerca de 40 mil volumes, sem contar com o acervo do Setor de Hemeroteca e do Setor de Arquivo Corográfico.

Com relação ainda à frequência à Biblioteca do CNG, a RBG (NOTICIÁRIO, 1966) destaca que a média diária de usuários era cerca de 60 a 100 pessoas. Reitera ainda a questão dos sérios problemas estruturais pelos quais a Biblioteca vinha passando, mas que, apesar disso, seguiu prestando importante atendimento aos seus usuários.

As dificuldades estruturais e de quadro de pessoal que vinham ocorrendo se agravaram no ano de 1968. Em vista disso, foi determinada a suspensão do serviço de atendimento ao público prestado pela Biblioteca como medida preventiva a fim de evitar maiores infortúnios. A RBG de 1969 aponta: “Importante setor da Informação Geográfica, como a Biblioteca, entrou em colapso por não contar com condições mínimas de funcionamento no local onde se acha instalada” (NOTICIÁRIO, 1969, p. 94).

No ano de 1969 ocorre, então, uma reestruturação e é criado por meio da Resolução COD/138/69, o Departamento de Documentação e Divulgação Geográfica e Cartográfica – DIDEGEO. A Biblioteca do CNG ficou organizada nessa nova estrutura dentro da Divisão de Sistematização da Informação. Os setores da Biblioteca foram divididos em três seções: seção de processamento, seção de aquisição e intercâmbio e seção de referência e circulação. Nessa nova Divisão também ficaram alocados o Arquivo, a Mapoteca e a Fototeca.

Na Resolução mencionada acima, entre as atribuições da Biblioteca estavam a execução das atividades de documentação bibliográfica, que incluía livros e periódicos, e de documentação de interesse geográfico e cartográfico para fins de utilização pelos técnicos do Instituto e para o público em geral. Ainda englobava atividades de preparação e conservação do acervo e o trabalho envolvido na divulgação deste.

## **Década de 1970: reestruturação e centralização: a formação da BICEN**

A Biblioteca Waldemar Lopes a partir de 1969 passa a ser subordinada ao Centro de Documentação e Informação Estatística - CENDIE, que absorveu os encargos dos setores de documentação e informação, responsável pelo tratamento da informação estatística, em decorrência da reestruturação do IBGE (IBGE, 1971a).

Na década de 1970 o “Boletim da Biblioteca” passa a se chamar “Boletim Trimestral da Biblioteca Waldemar Lopes”. Para além de apresentar notícias sobre a atuação da Biblioteca,

uma inovação no Boletim é a inclusão de seção com textos que apresentavam discussões e definições relevantes para documentação e biblioteconomia, seção essa denominada de “Problemas de documentação e treinamento” (INTRODUÇÃO, 1972).

No ano de 1973 a chefia da Biblioteca teve como diretrizes básicas a dinamização do acervo bibliográfico e o treinamento de pessoal com vistas a melhor adaptação às novas tarefas impostas aos profissionais das áreas de documentação e informação (IBGE, 1973a). Observa-se a preocupação em acompanhar o desenvolvimento da área tanto no que diz respeito à disseminação do acervo, quanto à capacitação do profissional para atuação em uma biblioteca especializada em estatística e economia, e em consonância com a reestruturação do IBGE.

Quanto ao acervo bibliográfico, o crescimento anual era de cerca de 800 obras e 1 500 periódicos, registrando em 1974, 150 000 volumes. Devido à diretriz de disseminação do acervo, o crescimento anual de consultas era de cerca de 9 000 (IBGE, 1974a).

O CENDIE recebia diariamente inúmeras solicitações de informações sobre dados municipais. Para atender a esta demanda, eram enviados aos municípios o questionário de “Informações Básicas”. A BWL era o órgão responsável pelo envio e recebimento desses questionários especiais de Informações Básicas sobre o Município, e a atualização de dados das cidades era realizada por um setor específico da Biblioteca (IBGE, 1971b, p. 1).

Tendo como o segundo ponto de sua diretriz o treinamento de pessoal com vistas a atender à necessidade de atualização para acompanhar as demandas das áreas; os servidores do CENDIE participaram dos seguintes cursos: Panorama da Moderna Biblioteconomia, oferecido Biblioteca Nacional; Atualização em Ciência da Informação, promovido pela Academia Nacional de Medicina; Introdução ao computador, Sistema Kwic, Projeto CALCO e Indexação coordenada ofertados pelo IBBD; e Inglês básico, intermediário e nível avançado, promovido pelo IBGE (IBGE, 1973a).

Observa-se a grande quantidade de cursos oferecidos pelo IBBD, que foi criado como consequência da constituição do campo científico na área. Em 1970 foi iniciado o seu curso de Pós-Graduação em Ciência da Informação. Sua criação abriu uma nova discussão na área, os limites profissionais entre o bibliotecário e o documentalista. Do mesmo modo os congressos passaram a ser nomeados de: Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação (CASTRO, 2000). Em 1973, as bibliotecárias da BWL representaram o IBGE no 7º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação.

Quanto à Biblioteca do CNG, ela estava subordinada à Divisão de Sistematização da Informação - DivInf no Departamento de Documentação e Divulgação Geográfica e Cartográfica - DEDIGEO. O DEDIGEO teve nova instalação na Avenida Augusto Severo, 8, no ano de 1973, o que permitiu dinamizar as atividades da Biblioteca (IBGE, 1973b).

A Biblioteca neste ano possuía 40 000 volumes e cerca de 400 títulos de periódicos. Devido a essa grande quantidade de obras, os servidores encontraram problemas na reorganização do acervo, após mudança. Contudo, no endereço novo a Biblioteca dispunha de salas amplas de trabalho, de atendimento ao público e de instalação do acervo. Com vistas a elevar o nível da biblioteca e desenvolver suas atividades foram contratados seis bibliotecários e foi realizada a revisão dos catálogos da biblioteca visando melhor atender ao público (IBGE, 1973b).

No ano de 1974 continuando a política de capacitação dos servidores, que estava em consonância com a política da administração superior do IBGE, seis servidores frequentaram o curso de Planejamento de bibliotecas e centros de documentação, oferecido pela Faculdade de Biblioteconomia da Universidade Santa Úrsula, um bibliotecário participou do curso de Indexação de resumos e a chefe da BWL ingressou no curso de Mestrado em Biblioteconomia e Documentação, do IBBD (IBGE, 1974a).

Continuam a ser editados: Boletim bibliográfico, Boletim Trimestral da Biblioteca Waldemar Lopes, Sumário de Periódicos correntes em Estatística e Economia e Fichas bibliográficas, tendo como base a diretriz básica de dinamização do acervo. Destaca-se a

carência de espaço e de materiais para executar e expandir as atividades do CENDIE, devido à explosão bibliográfica pela qual o mundo todo estava passando e ao atendimento ao público. Solicitava-se o quantitativo de 12 bibliotecários, considerando o tamanho do acervo (IBGE, 1974a).

A Biblioteca do CNG em 1974 reorganizou o acervo após mudança sem interromper o atendimento ao público. Foi realizada a racionalização dos processos de trabalho da Biblioteca, a fim de melhor atender ao usuário (IBGE, 1974b).

No ano de 1975 os servidores da BWL buscaram sistematizar as atividades e racionalizar os processos de trabalho de seleção e aquisição, periódicos de publicações seriadas, empréstimo e referência por meio da elaboração de um manual para o desenvolvimento das atividades e tinham como prioridade a aquisição de publicações solicitadas pelos técnicos do IBGE (IBGE, 1975a).

Com vistas à disseminação do acervo mantém-se a publicação do Boletim Trimestral da BWL e do catálogo de periódicos e publicações seriadas (nacionais e internacionais).

O setor de catalogação e classificação buscou dinamizar e modernizar os serviços técnicos por meio da automação, implantando o Sistema IBM MT82 (com memória), que permitia compilação automática das fichas bibliográficas, possibilitando a sua reprodução imediata. Por meio dos bibliotecários do setor, a Biblioteca participou do projeto Catalogação Legível por Computador - CALCO. Tendo o Serviço de Intercâmbio de Catalogação como Central de Processamento da Catalogação Cooperativa, a Biblioteca Nacional - BN como Central responsável pela parte Nacional, e as Bibliotecas Públicas Especializadas como Instituições integrantes da rede (IBGE, 1975a).

O catálogo de assuntos era atualizado mediante recebimento da lista de cabeçalhos de assuntos do IBBD (IBGE, 1975a). Atualmente por meio da Internet pode-se acessar a lista de cabeçalhos de assuntos e tesouros da BN, da Library of Congress - LC e demais bibliotecas e repositórios para atualizar a lista de autoridades da Biblioteca.

No ano de 1975 a Biblioteca do CNG em consonância com o início da utilização da tecnologia de teleprocessamento por parte da instituição, por meio do Centro de Informática do IBGE, realizou reuniões com os técnicos do Centro de Informática a fim de preparar o Projeto de Referência Bibliográfica. Para tal foi elaborado o estudo de um sistema que permitisse a melhor utilização do acervo bibliográfico do IBGE, por meio de um banco de dados e com utilização de técnicas de teleprocessamento (IBGE, 1975b).

A despeito de toda atualização tecnológica, que às vezes faz a algumas bibliotecas se desviarem do motivo fim de sua existência, a Biblioteca mantinha como foco das atividades internas e externas os seus usuários, realizando pesquisas bibliográficas e fornecendo-lhes informações.

Buscando promover a melhoria técnica dos funcionários, foram sugeridos nomes para realização de um curso intensivo de microfilmagem, acompanhando as demandas institucionais e mantendo-se atualizados quanto às tecnologias utilizadas no âmbito da Biblioteconomia (IBGE, 1975b).

O acompanhamento do desenvolvimento da área de Biblioteconomia era realizado não só pela adesão às tecnologias, mas também por meio de participação em eventos, unindo assim teoria e prática necessárias para o desenvolvimento das atividades biblioteconômicas, além da colaboração com os avanços na área. Bibliotecários e documentalistas do IBGE estiveram presentes na I Reunião Brasileira de Ciência da Informação e no VIII Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação (IBGE, 1975b).

No ano de 1976 a BWL realizou pesquisa junto aos setores e após, foram elaborados modelos da ficha para padronização do material especializado na Biblioteca e para facilitar o fornecimento centralizado para o controle das coleções de periódicos, com objetivo de formar um Catálogo Coletivo de Periódicos (IBGE, 1976). Em 1976 começava a se formar a Rede de Bibliotecas do IBGE, tendo a BLW como Biblioteca Central. Foi nesse ano que a BLW realizou assistência às bibliotecas da rede para formação dos catálogos e instalação e

organização das bibliotecas. Com o objetivo de auxiliar as bibliotecas da rede foram enviados para bibliotecas do Amazonas e Amapá o manual “Organize sua Biblioteca”, elaborado por Heloisa de Almeida Prado. Em face das dificuldades de algumas bibliotecas regionais, foi solicitado a elaboração de um plano global que beneficiasse todas as bibliotecas regionais, que teria os critérios e rotinas elaborados pela BWL (IBGE, 1976a).

O Setor de Catálogo Coletivo elaborou um programa de visitas às bibliotecas regionais identificando suas necessidades e deficiências; as bibliotecas foram organizadas, os servidores foram orientados e treinados. Foi realizado levantamento e preparação da relação de bibliotecas que participavam da rede do IBGE para o IBICT e para a Associação Brasileira de Bibliotecários – Comissão de Assuntos Jurídicos (IBGE, 1976a).

Foi elaborado, como proposta para a Biblioteca Central, uma descrição de atribuições e dos diversos departamentos e divisões, em documento nomeado de “Esboço de um anteprojeto de implantação da Biblioteca Central”, apresentado pelo CENDIE como contribuição (IBGE, 1976b).

A Biblioteca, por meio da chefe do setor, participou da Conferência Brasileira de Classificação Bibliográfica, promovida pela Associação Profissional de Bibliotecários do Rio de Janeiro e Comissão Brasileira de Classificação Decimal Universal (IBBD/CDU) em homenagem ao centenário de Dewey. Também houve participação regular das reuniões semanais do Grupo Executivo da Comissão IBBB/CDU e da Comissão de Documentação da ABNT. O IBGE também se fez presente no Seminário sobre Planejamento da Documentação Científica e Tecnológica e no 3º Congresso Brasileiro de Arquivologia (IBGE, 1976a).

No ano de 1976 a Biblioteca do CNG realizou providências para mudança do prédio na Avenida Augusto Severo n. 8 para os prédios n. 146, 166 e 194 da Avenida Franklin Roosevelt, seguindo as disposições da alta administração do IBGE, o que ocasionou limitações no desenvolvimento das atividades da Biblioteca, devido à necessidade de um recesso para realização da mudança (IBGE, 1976c).

A partir de julho de 1976 o atendimento restringiu-se aos técnicos do IBGE, entre bibliotecas e algumas poucas pesquisas para usuários. A Biblioteca participava do Sistema Nacional de Informação Rural, por meio da chefia e de outros funcionários da Biblioteca. Foi realizado auxílio à funcionária da Petrobrás Internacional, referente ao emprego da classificação Boggs and Lewis, para documentação da referida entidade (IBGE, 1976c).

A Biblioteca Central do IBGE idealizada em 1938 é efetivamente criada por meio do Decreto nº 76.664, de 24 de novembro de 1975, que aprovou o Estatuto do IBGE e criou subordinada à Diretoria de Formação e Aperfeiçoamento de Pessoal - DF a Biblioteca Central - BICEN, no nível de supervisão. Em 1º de setembro foi realizada a implantação da estrutura da BICEN, em atendimento ao decreto, as bibliotecas de estatística e geografia tiveram seus acervos unificados. A BICEN passa a desenvolver as atividades que vinham sendo executadas pela BWL no CENDIE e pela Biblioteca de Geografia na DEDIGEO (IBGE, 1977d).

A Biblioteca Central tem por finalidade planejar, organizar, coordenar, supervisionar e executar, no que couber, as atividades do sistema de documentação, referentes a organização e disseminação do acervo gráfico e audiovisual, para atender a consulta de interessados e a estudos e trabalhos nas áreas de atuação do IBGE, reunindo e preservando a documentação sob sua responsabilidade (IBGE, 1977d).

Em memorando de junho de 1977, a então superintendente da Biblioteca Central comunica que em atendimento a Resolução PR n. 4 de 1977, que cria, estrutura e define as atribuições da Biblioteca Central e seus órgãos integrantes, a sigla da Biblioteca Central passa a ser BICEN, e dá orientações quanto ao uso da sigla que era de uso exclusivo em documentação de tramitação interna (IBGE, 1977a).

Em memorando enviado ao Gabinete da DF, datado de 23/06/1977, Ada Coaracy, questiona a real função de Biblioteca Central do IBGE, pois a nomenclatura sugere a existência de uma rede de bibliotecas a ela subordinada, o que na prática não ocorria. Sugere então medidas para que se justifiquem sua denominação: definição dos órgãos

que compõem o sistema de documentação do IBGE; centralização do serviço de aquisição, evitando a duplicação desnecessária de títulos; e a centralização dos serviços de catalogação e classificação do acervo, uma vez que a Biblioteca Central estava encarregada de fazer cópias de fichas catalográficas para as unidades setoriais, não tendo sentido fazê-lo se não fossem fichas do próprio acervo das setoriais (IBGE, 1977b).

Objetivando efetuar a reunião dos acervos das bibliotecas de Estatística e Geografia, foram iniciados estudos para elaboração dos manuais de procedimento. O sistema de classificação adotado foi a CDU, assim iniciou-se a reclassificação seletiva do acervo, após o lançamento da edição brasileira da CDU e a realização do curso de Treinamento em CDU para bibliotecários (IBGE, 1977c).

Para implantação da nova estrutura da BICEN foi elaborado um “Programa de formação e manutenção de acervos bibliográficos”, o qual constava como Recomendação n. 29 de 1977 do 1º Encontro de Titulares de Unidades Regionais, ocorrido em Brasília. O Programa tinha como objetivo centralizar a aquisição e o processamento técnico de publicações, a fim de evitar duplicidade de esforço e estabelecia como prioridade o envio de publicações à BICEN, como depósito legal, mesmo as destinadas a circulação reduzida. Sua proposta era a criação e formalização de Grupos de Trabalho de Consulta ou Seleção, para colaborar com a BICEN na seleção, manutenção e descarte de publicações. Considerando a possibilidade de microfilmagem, tendo em vista a maior utilização de acervos atualizados e o melhor aproveitamento do espaço de guarda do acervo. Prevendo ainda o estabelecimento de quotas orçamentárias para aquisição de material bibliográfico e assinatura de periódicos de interesse dos técnicos do IBGE. E a implantação de empréstimos especiais relacionados a projetos e a limitação de “empréstimos permanentes” a obras de referência e manuais (IBGE, 1977d).

A partir da Recomendação citada anteriormente, há a indicação de que a Biblioteca Central deveria constituir um acervo de Memória do IBGE, a partir do estabelecimento do envio à Biblioteca de todos os trabalhos elaborados ou divulgados pelos órgãos da Instituição, funcionando assim como um depósito legal de suas publicações (IBGE, 1977d).

Além das diretrizes da Recomendação n. 29, e outras recomendações presentes no programa, a própria BICEN apresentou em seu relatório de 1977 outras recomendações importantes para o estabelecimento e desenvolvimento da Biblioteca Central:

- O estabelecimento de um programa de cooperação entre órgãos e pessoal técnico do IBGE e da BICEN para a definição de campos de interesses específico, para posterior levantamento de perfis dos usuários e listagem de descritores.
- A adoção de catalogação na fonte permanente, de acordo com as normas de catalogação da BICEN em todas as publicações editadas pelo IBGE.
- Fornecimento de provas tipográficas das publicações periódicas do IBGE para a BICEN, para fins de preparação de referências e resumo.
- Elaboração de um estudo especial visando ao estabelecimento de um programa permanente de disseminação seletiva de informações por meio do processamento eletrônico de dados.
- Elaboração de normas definindo a aquisição e processamento centralizados e a utilização dos acervos, para as Bibliotecas Setoriais.
- Elaboração de Manual de procedimentos para as bibliotecas das unidades regionais, contendo orientação técnica sobre processamento, manutenção, utilização e disseminação dos respectivos acervos.
- Distribuição das fichas catalográficas padronizadas elaboradas pela BICEN, para todas as bibliotecas do sistema de documentação do IBGE.
- Elaboração de normas para prestação de informações para usuários, instituições, organizações, nacionais e do exterior (IBGE, 1977c).

Destacamos assim a inserção da Biblioteca nas atividades de controle bibliográfico e normalização das publicações do IBGE.

Em atendimento às recomendações foi realizado inventário das Bibliotecas de Estatística e Geografia e feita a cobrança dos livros emprestados. As publicações em duplicata seriam analisadas para decisão quanto à possibilidade de serem dispensadas (IBGE, 1977c).

Para conhecer o usuário da então Biblioteca Central, foi planejado um levantamento do perfil do usuário, para o qual foi iniciado a elaboração de formulários. Foi o estabelecimento do formulário de consulta que permitia posterior análise dos usuários, quanto ao campo de interesse, nível de instrução, procedência e tipo de publicação utilizada no atendimento, entretanto, na pesquisa documental não foram encontrados os resultados desse levantamento (IBGE, 1977c).

Foi planejada a implantação da microfilmagem do acervo, em acordo com o Setor de Microfilmagem, das Informações Básicas sobre os Municípios, de 1961 a 1974, totalizando cerca de 370 000 folhas (IBGE, 1977c).

O “Anteprojeto de Referências Bibliográficas” por meio de teleprocessamento não foi executado por necessidade de revisão. Estava em estudo o “Projeto CALCO” (IBGE, 1977c).

Tanto a Biblioteca de Estatística como a de Geografia buscavam a sistematização de seus processos por meio de manuais, ao estarem subordinadas à DF, esta sistematização se mantém por meio dos manuais que estavam em fase de planejamento e também por meio das orientações elaboradas para atendimento de solicitações da Diretoria, como a Norma para elaboração de relatórios mensais dos departamentos da Biblioteca Central (IBGE, 1977c).

Como recomendado, foi elaborado em agosto de 1977 por Olga da Silva Maximiliano o Manual de Procedimentos Administrativos da Biblioteca Central, o qual tinha como objetivo transmitir os métodos de execução de serviços administrativos. Seu uso visava contribuir para a melhoria do rendimento do trabalho administrativo, aumentando a eficácia, mediante a uniformização dos procedimentos e uso de modelos padronizados. O manual orientava quanto às atividades meio da BICEN, atividades consideradas importantes como suporte à atividade fim do IBGE (MAXIMILIANO, 1977).

A disseminação do acervo, embora com atraso, foi realizada por meio do: Boletim Bibliográfico, Sumário de Periódicos Correntes em Estatística e Economia e do Boletim Trimestral. Em setembro de 1977 o sumário de periódicos passou a ser nomeado de Sumário de Periódicos Correntes em Estatística, Economia e Geografia, com sumário dos periódicos que davam entrada na BICEN. A obra Divisão Territorial do Brasil também era uma forma de disseminar o acervo, e teve seus quadros e lista de topônimos atualizados, para posterior publicação (IBGE, 1977c).

Em memorando enviado para o Gabinete da BICEN, em 13 de junho de 1977, informava-se que o Salão de Leitura havia sido reaberto, situava-se na sobreloja do prédio 146 da Av. Franklin Roosevelt, no Rio de Janeiro. Funcionando de 11h às 18h para o público (IBGE, 1977).

As consultas a obras de referência eram feitas no local. Para outros materiais requisitados para consulta era necessário o preenchimento de “papeletas” com o pedido. O empréstimo poderia ser realizado a órgãos e a servidores do IBGE, para livros o prazo era de 15 dias, e para periódicos, 8 dias, podendo ser renovado. As Chefias e técnicos poderiam requerer obras para empréstimo e realizavam a devolução por meio de intermediários, após o preenchimento de formulário apropriado (IBGE, 1977c).

Consultas que dependessem de pesquisa nos arquivos da Biblioteca Central ou de elaboração de tabelas, seriam encaminhadas às unidades correspondentes, e as respostas aos usuários seriam dadas no Salão de Leitura. A Biblioteca aceitava também pedidos de cópias xerox das publicações do acervo. Todos os formulários de requisição poderiam ser encaminhados aos órgãos que solicitassem (IBGE, 1977c).

No ano de 1978 a BICEN encontra-se em pleno funcionamento dando passos para melhoria de seus processos tendo em vista a recente unificação das Bibliotecas de Estatística e Geografia e a busca por atender às recomendações anteriores e projetos propostos no ano de modo a responder como Biblioteca Central do IBGE.

Assim, tem como subprojetos em Processos Técnicos: Elaboração de manuais de processamentos que estavam em fase de revisão. Seleção e descarte nos acervos que seguia em ritmo acelerado e com a participação do Grupo de Trabalho de Seleção. A programação de aquisição e intercâmbio, ocorreu de acordo com o projeto prioritário do IBGE e com base nas sugestões das áreas técnicas. A recatologiação e reclassificação estava sendo realizada em concomitância com o tratamento técnico de novas obras ou obras devolvidas. A atualização do catálogo coletivo das bibliotecas setoriais e das bibliotecas das Delegacias Regionais foi iniciada. Processamento eletrônico de dados, informações e procedimentos biblioteconômicos era um projeto em fase inicialização. A catalogação na fonte foi iniciada. Documentação Ibgiana: os órgãos do IBGE estavam enviando a remessa obrigatória para o atendimento da Resolução da Presidência n. 4 de 1977 (IBGE, 1978a).

Subprojetos de Referência e Documentação: O cadastramento das fontes de informação estatísticas, geográficas e cartográficas foi iniciado. A disseminação seletiva da informação não foi iniciada por necessitar de outros departamentos e recursos financeiros para processamento eletrônico de dados. Para o manual de referência e documentação foi realizado levantamento de obras e confecção de fichas de análise. Quanto à microfilmagem do acervo, já haviam sido microfilmados os questionários de informações básicas municipais e as obras preservadas, iniciava-se a listagem de obras raras. Regulamentação de acesso da BICEN aos arquivos de dados da Diretoria de Informática - DI para atendimento ao usuário. Regulamentação de obtenção e fornecimento de dados estatísticos produzidos por outros órgãos. Definição de profundidade e das prioridades de atendimento, em relação aos diversos níveis de demandas (IBGE, 1978a).

Subprojetos de Disseminação da Informação: Reavaliação do programa de edições da BICEN, e conseqüentemente a suspensão da publicação semestral dos Sumários de Periódicos Correntes de Estatística e Economia. Atualização de publicações: Boletim Bibliográfico, Sumários e Lista de Novas Aquisições. A documentação da Divisão Territorial do Brasil estava em fase de elaboração. O estudo para a disseminação seletiva da informação não foi realizado. Planejamento das Bibliotecas das Delegacias Regionais estava sendo elaborado (IBGE, 1978a).

Também foram realizadas as atividades: Elaboração de diretrizes de intercâmbio bibliográfico. Providências quanto à distribuição de duplicatas para as bibliotecas de universidades do Rio de Janeiro. Remanejamento de acervo. Eliminação de duplicatas e retirada de fichas dos fichários (catálogos). Análise de obras encaminhadas por diversos órgãos do IBGE. Cobranças de obras do antigo empréstimo permanente. Reformulação do questionário de informações básicas sobre o município. Elaboração de estudos sobre: informação legislativa; definição de acervo das diversas unidades de informação; tipos de consulta (para definição de política de prestação de informação) e necessidades de espaço da BICEN, com vistas a novos projetos (IBGE, 1978a).

Entre as atividades realizadas em 1978, pode-se destacar o processamento eletrônico de dados, informações e procedimentos biblioteconômicos, que objetivava a automação das atividades de aquisição e renovação de assinaturas, referências bibliográficas, análise de documentação, listagens, disseminação seletiva da informação (IBGE, 1978a).

A capacitação dos profissionais é ponto de destaque para a melhoria no desenvolvimento das atividades da BICEN, assim os servidores participaram dos cursos de Técnicas da Informação, promovido pela Fundação Getúlio Vargas; Curso Intensivo de Estatística da Escola Nacional de Ciências Estatísticas - ENCE; Curso de Atualização em Teoria da Informação pelo oferecido pelo Gabinete Português de Leitura; Curso de PERT/COM aplicado a projetos ofertado pela ENCE e Curso de Estatística em Bibliotecas e Disseminação da Informação, oferecidos durante o 1º Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (IBGE, 1978a).

O acervo recebeu no ano de 1978, 451 volumes, assim sua posição em outubro de era de 55 260 volumes. É necessário considerar os 1 982 volumes baixados e os 85 744 documentos avulsos descartados. Foram registradas 2 827 publicações, e classificadas e catalogadas 1 599. Foram consultados 2 316 obras e 6 990 periódicos, foram atendidos 3 274 usuários, realizando-se assim 3 488 consultas, entre os assuntos mais consultados estavam economia, demografia e geografia. Destaca-se a consulta de 41 340 questionários de informações básicas (IBGE, 1978a).

Para a realização dos projetos e atividades são necessários profissionais qualificados em quantidade condizente com o volume de trabalho e as demandas dos usuários. Assim, em concomitância com a política de pessoal, buscou-se a ampliação do quadro de bibliotecários, datilógrafos e a contratação de bibliotecários para atividades especiais, por tempo limitado. Além da participação da Biblioteca em encontros, cursos, congressos etc., com patrocínio do IBGE, equiparação dos bibliotecários do IBGE às carreiras técnicas consideradas “fins”, por ser a Biblioteconomia carreira “fim” no sistema de documentação do IBGE (IBGE, 1978a).

No âmbito de equipamentos para realização das atividades foram modernizadas as unidades, com renovação de equipamento de reprodução de fichas, aparelhagem de leitura e armazenamento de microfimes, reprodução de textos e listagens, acondicionamento de material especial e “armazenamento compacto de publicações” (IBGE, 1978a).

A BICEN é citada como integrante do sistema informativo do IBGE, no ano de 1978:

Integra ainda o sistema informativo do IBGE a Biblioteca Central, no Rio de Janeiro, estruturada para apoiar efetivamente as áreas técnicas e de pesquisas da Entidade, além de funcionar como centro de consulta, aberto ao público interessado em obras técnico-científicas especializadas em estatística, geografia, recursos naturais, problemas de meio ambiente e poluição, Geodésia, cartografia e ciências afins. Cerca de 220 mil volumes constituem o acervo da Biblioteca Central. Faz parte desse acervo rica documentação estatística que inclui elementos estatísticos nacionais e de outros países (IBGE, 1978b, p. 29).

Em 1978, observa-se grande esforço da BICEN na busca por atender às recomendações para a Biblioteca Central, elaboradas no ano de sua instalação (1977) e atender às demais demandas que surgiram no decorrer do ano, buscando sistematização, padronização e qualidade nos projetos e atividades desenvolvidas, o que se pode observar também em 1979.

No ano de 1979 quanto à Aquisição e Intercâmbio destaca-se a compra de 888 volumes, 3 879 fascículos de periódicos, e 89 novos títulos de periódicos, na busca da atualização do acervo e atendimento das demandas de publicações do IBGE. O acervo passa a ter um quantitativo de cerca de 35 100 volumes, 3 129 periódicos e 6 500 mapas (IBGE, 1979).

Com relação à Catalogação e Classificação foram catalogados 1 742 livros, 132 catalogações na fonte, 4 409 livros registrados e 5 013 livros preparados para empréstimo. Todo o trabalho direcionado ao acervo se justifica pela responsabilidade sobre sua guarda, mas também sobre as necessidades dos usuários. Em 1979 foram consultadas 9 365 publicações e foram realizadas 3 255 consultas. Quanto aos empréstimos foram 4 125 individuais e 845 empréstimos entre bibliotecas. Observa-se mais uma vez o destaque quanto a consultas aos questionários de Informações Básicas Municipais, 31 851 (IBGE, 1979).

Embora o relatório quantitativo aponte para um cenário positivo, a BICEN lista no mesmo relatório necessidades para melhorar o desempenho das suas atividades: racionalização do método de compra de livros; necessidade de recursos para conservação e restauração de parte considerável do acervo; necessidade de microfilmagem do acervo para conservação das obras raras e dinamização dos espaços físicos; automação das tarefas bibliográficas para racionalização das tarefas repetitivas; necessidade de melhoria de relação entre a BICEN e as demais bibliotecas setoriais do IBGE (IBGE, 1979).

Quanto à Mapoteca aponta a importância da ampliação do acervo para atender às demandas; necessidade de uma rotina administrativa para doação de publicações; regularização das atividades referentes à publicação da Divisão Territorial do Brasil. Pontua a importância da elaboração de bibliografias; racionalização do intercâmbio de publicações com os demais setores, tendo em vista a BICEN ser responsável pelo depósito legal e memória

do que era publicado pelo IBGE e sua integração em sistemas nacionais e internacionais de informação bibliográfica (IBGE, 1979).

Para racionalização da aquisição de compras de publicações estrangeiras a BICEN conseguiu autorização para participar na Comissão de Bônus da UNESCO. Com relação ao intercâmbio de publicações a BICEN necessitou maior integração com o Serviço Gráfico (SERGRAF) e disso resultou a solicitação por parte do SERGRAF para a colaboração da BICEN na criação de um instrumento de análise das obras a serem editadas e a participação na classificação de obras, como colaboração no processo de publicação (IBGE, 1979).

Há registro em anos anteriores da participação da BWL no grupo de estudos do CALCO, em 1979 a Biblioteca buscava o processamento eletrônico de dados, informações e procedimentos biblioteconômicos. No relatório da BICEN destaca-se que dentro da política de padronização internacional de métodos biblioteconômicos o que estava sendo adotado era o Projeto UNIMARC. E no Brasil, estava sendo recomendado o Formato CALCO, baseado no UNIMARC (IBGE, 1979).

A capacitação dos profissionais continua como ponto importante dentro da BICEN, assim os profissionais participaram: do Ciclo de Palestras oferecido pela Associação Profissional dos Bibliotecários do Rio de Janeiro; da 2ª Reunião Brasileira de Ciência da Informação, Seminário sobre informação em ciência e tecnologia para países em desenvolvimento promovido pelo IBICT; integraram o Grupo de Bibliotecários em Informação e Documentação em Processos Técnicos; e a Comissão de Estudo de Documentação da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT (IBGE, 1979).

Atender às demandas, buscando se reestruturar face o novo cenário que exigia novas tecnologias, um foco maior no usuário, com a realização (ou tentativa) de estudos de usuário e disseminação seletiva da informação. A revisão da sistematização e de seus processos contribuiu para que a Biblioteca pudesse prever as demandas e necessidades futuras e manter os projetos importantes para a disseminação do acervo como a publicação dos seus boletins e listas de aquisição. Sem perder o foco na capacitação dos seus profissionais para que pudessem, em associação com a teoria, melhorar suas práticas e ter bases para buscar a excelência. Uma década de organização, instalação, reestruturação e confirmação como órgão que busca constantemente melhorias em seus processos para atender ao usuário, guarda e preservação da memória do IBGE, e assim se preparava para antecipar as demandas institucionais e da sociedade.

## **Década de 1980: automação na biblioteca buscando melhor atendimento ao usuário**

Na década de 1980, a BICEN buscava estar a par de todas as novidades técnicas da área, bem como de outras técnicas auxiliares modernas. Havia ainda uma representatividade relevante junto a órgãos especializados brasileiros e estrangeiros, contribuindo tecnicamente com a Biblioteconomia. Sua constante preocupação com a atualização e formação técnica e uso das tecnologias e ferramentas disponíveis demonstram seu compromisso em prestar o melhor atendimento possível aos seus usuários. Vale ressaltar que os relatórios anuais da BICEN foram uma fonte riquíssima e de extrema importância para a elaboração desta seção, pois permitiram conhecer diversos detalhes técnicos da atuação da Biblioteca, além da frequência de atendimentos aos usuários, percebendo-se a relevância da atuação da BICEN no tratamento da informação para sua disseminação.

De acordo com Relatório Anual da Biblioteca Central (IBGE, 1980), dentre outras atividades relatadas, destacam-se diversos projetos de melhoria dos processos da Biblioteca, e dentre eles estava a implementação da política de aquisição relatada por Carvalho e Leda em artigo apresentado durante o Simpósio sobre Aquisição de Material Bibliográfico do 2º Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (1981).

Os livros solicitados para aquisição por usuários eram em sua maioria estrangeiros, porém o processo de compra poderia durar até um ano. Assim, de forma a facilitar o processo foi estabelecido o uso dos serviços prestados por uma agência intermediária localizada nos Estados Unidos, a qual se encarregava de obter livros de diversos editores e remetê-los à Biblioteca.

A aquisição de periódicos estrangeiros também era realizada por meio de uma agência intermediária, a *F.W. Faxon*. Já os periódicos nacionais eram obtidos principalmente por meio de intercâmbio com as publicações do IBGE. As autoras informam que havia na Biblioteca Central 2 877 títulos de periódicos, sendo mais de 2 000 deles obtidos por meio de permuta. Sua coleção de periódicos era bem expressiva, representando durante toda a década de 1980 a maior parte de suas despesas orçamentárias.

Carvalho e Leda (1981) relatam que a Biblioteca Central estava se integrando a um serviço experimental oferecido pelo Instituto Nacional de Tecnologia e pela então Fundação de Tecnologia Industrial, o qual consistia em fornecer microfichas<sup>6</sup> do *National Technical Information Service* - NTIS com relatórios de pesquisas financiadas pelo governo estadunidense. O pesquisador do IBGE poderia assim selecionar os documentos que fossem de seu interesse, e então a Biblioteca providenciaria sua aquisição. Os mapas e cartas eram todos obtidos por permuta com aqueles recursos do mesmo tipo publicados pelo IBGE. Para a obtenção de artigos não disponíveis no Rio de Janeiro, era utilizado o serviço da *British Library Lending Division*, a qual enviava o artigo requisitado em 15 dias. Quanto às teses e dissertações elas poderiam ser obtidas diretamente junto às universidades ou por meio de reprodução dos exemplares existentes na Biblioteca do IBICT. Relatam que não havia muita procura por teses e dissertações estrangeiras. Citam a complexidade que envolvia o processo de aquisição dos livros como material permanente que ocorria em muitas instituições, como ainda hoje. No IBGE, porém não ocorria dessa forma. As autoras consideram:

Trata-se de apenas uma das diversas consequências nefastas de uma legislação que não considera as características específicas do material bibliográfico, que são bem distintas do material permanente (CARVALHO; LEDA, 1981, p. 10).

As mesmas autoras fazem as seguintes recomendações para solucionar alguns dos principais problemas de aquisição em bibliotecas:

- a) Aquisição planejada: consiste na participação de bibliotecas por áreas do conhecimento em programas de aquisição planejada em conjunto com outras bibliotecas da mesma área.
- b) Aperfeiçoamento dos catálogos das editoras nacionais: requerem catálogos mais informativos, com resumos e índices, e não meras listas de títulos e preços.
- c) Estudo analítico dos atos legais existentes, relativos ao material bibliográfico: sugerem que o IBICT promovesse um levantamento minucioso da legislação referente à aquisição, importação, pagamento, transporte etc. de material bibliográfico, para que a desburocratização fosse alcançada.

Quanto ao serviço de referência e circulação, destacam-se os números expressivos das atividades de referência e circulação: em 1980, por exemplo, a Biblioteca pôs em circulação mais de 6 400 obras, dentre empréstimos individuais e na modalidade entre bibliotecas, bem como os serviços ativos de manutenção do acervo: encadernação, restauração e microfilmagem (IBGE, 1980). Abaixo será apresentado um quadro comparativo dos usuários presenciais atendidos pelo serviço de referência da BICEN ao longo da década de 1980, ressaltando-se que havia ainda outros setores de atendimento na Biblioteca que não foram contabilizados neste quadro, além de consultas realizadas por telefone e por correspondência.

<sup>6</sup> A microficha é um segmento de filme de 4" x 6" (105mm x 148mm) que por meio do registrador *Computer Output Microfilm - COM* podem ser impressas muitas páginas. O QUE É a microficha? Disponível em: <http://www.dataphil.com.br/quemicrof.htm>. Acesso em: 05 abr. 2019.

**Quadro 1**  
Comparativo de usuários atendidos

| Ano  | Usuários atendidos pessoalmente |
|------|---------------------------------|
| 1980 | 2 693                           |
| 1981 | 3 483                           |
| 1982 | 1 852                           |
| 1983 | 1 431                           |
| 1984 | 3 075                           |
| 1986 | 2 376                           |

Fonte: Relatórios anuais de atividades da BICEN (IBGE, 1980, 1981, 1982, 1983, 1985, 1987b).

Para o atendimento aos seus usuários internos, a Biblioteca também participava de redes de cooperação como: Serviços de Informação Científica e Tecnológica do Exterior - SICTEX, Programa de Comutação Bibliográfica - COMUT, o *Lending Division* da *British Library*, e o *National Technical Information Service*.

Ainda em 1980 havia uma atividade de disseminação seletiva de informações, a qual consistia na elaboração de resumos, sumários de periódicos correntes, boletins de novas aquisições, compilação da Divisão Territorial do Brasil etc. (IBGE, 1980).

No relatório anual de 1981 é mencionada a estratégia de divulgação do acervo por meio de um programa de exposições temáticas de obras na vitrine da BICEN na Livraria do IBGE. Além da circulação de Sumários Correntes e dos Sumários de Monografias do IBICT, resultando em quase cem requisições de cópias de documentos listados nos sumários (IBGE, 1981).

Sobre o aperfeiçoamento de pessoal, durante toda a década de 1980 há relatos da participação de servidores em cursos diversos, tais como: restauração de documentos, classificação, microfilmagem, noções de automação, indexação, técnicas de informação, documentação científica, multimeios, editoração, auxiliar de biblioteca, introdução ao processamento de dados, serviço de referência, desenvolvimento de coleções, elaboração de índices, bibliometria, publicações seriadas, datilografia, operação de máquinas de microformas, catalogação, técnicas de arquivo, uso educacional de museus, recuperação de informação, de redação etc.; curso de mestrado em Ciência da Informação do IBICT; e em reuniões, seminários, encontros, eventos, e congressos regionais, nacionais e internacionais da área da Biblioteconomia e outras áreas correlatas de importância para o atendimento ao usuário. Destacam-se as visitas a bibliotecas de geografia e estatística, centros e sistemas de informação, e faculdades de Ciência da Informação nos Estados Unidos realizadas por Maria Beatriz Pontes de Carvalho, Superintendente da BICEN, a convite da *U.S. International Communication Agency*, no período de 5 de outubro a 3 de novembro de 1980 (IBGE, 1980, 1981, 1982, 1983, 1985, 1990). Observa-se a constante preocupação e investimentos em capacitação do pessoal da Biblioteca, não só voltada para os bibliotecários, mas também para os auxiliares.

A BICEN contava com representatividade institucional em órgãos técnicos da área, como: Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários - FEBAB, Federação Internacional de Documentação - FID, Sistema Nacional de Documentação em Ciências Sociais - SOCIODATA, Associação Internacional de Bibliotecas e Centros de Informação em População/Planejamento Familiar - APLIC, *Population Information Network* - POPIN, Instituto Interamericano de Estatística - IASI, União Internacional de Geografia e Geodésia - IUGG, Sociedade Brasileira de Cartografia, Geodésia, Fotogrametria e Sensoriamento Remoto - SBC, Federação Internacional de Associações de Bibliotecários e Instituições - IFLA, dentre outros (IBGE, 1980, 1981, 1982, 1983, 1985, 1987b).

Outros grandes projetos estavam sendo desenvolvidos na BICEN também no ano de 1980, com o apoio da Secretaria de Modernização Administrativa - SEMOR da Secretaria de Planejamento - SEPLAN: o de microfilmagem de cerca de 411 000 folhas dos questionários de informações básicas municipais e de obras raras, que seriam primeiramente restauradas, para a preservação dos originais já desgastados pelo uso.

É interessante ressaltar que o inquérito “Informações Básicas Municipais”, em alguns períodos, foi gerido pela BICEN e tinha por objetivo coletar informações dos municípios para atender aos requerimentos constantes dos usuários da Biblioteca (IBGE, 1987b).

O Projeto de Automação objetivava a implantação gradativa de serviços automatizados na BICEN para a aceleração de processos administrativos e da disseminação de informações. A primeira etapa consistiu no estudo analítico dos fluxos de trabalho da Biblioteca visando a identificação de correções a serem implantadas antes da automação propriamente dita. Foi solicitado auxílio financeiro ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, por meio de submissão de um projeto, para assessoramento técnico a ser prestado pelo especialista em informação bibliográfica automatizada Philippe Damian. O valor concedido pelo CNPq era de cento e setenta e cinco mil cruzeiros, em 1980, para pagamento da consultoria técnica (IBGE, 1980, 1984).

Em decorrência do diagnóstico realizado, entre 1981 e 1984, diversos sistemas automatizados foram implantados na BICEN, direcionados à melhoria do atendimento prestado aos usuários, a saber: o CALCO (para a catalogação de livros), o SABER (para a recuperação de referências bibliográficas) e o SIDRA (voltado à disseminação de dados estatísticos ao público em geral); para as tarefas técnico-administrativas havia: o AQUEM (para aquisição e empréstimo) e o INFO-KARDEX (para entrada de periódicos) (IBGE, 1984).

O Sistema de Arquivamento e Busca de Referências Bibliográficas - SABER consistia no registro, tratamento e recuperação automática de referências bibliográficas do acervo da BICEN, implantado com a finalidade de acelerar o fornecimento do Boletim Bibliográfico e de informações sobre assuntos específicos aos usuários do IBGE. Este projeto obteve apoio financeiro da SEPLAN/SEMOR. Embora seu desenvolvimento tenha sido para uso exclusivo da Instituição, ele era compatível com outros sistemas internacionais com as mesmas funcionalidades, pois adotava normas nacionais e internacionais para tal, o que tornaria o IBGE capaz de participar de programas de intercâmbio bibliográfico por meio das fitas magnéticas (IBGE, 1984).

O Sistema de Aquisição e Empréstimo - AQUEM tinha o objetivo de controlar o material bibliográfico a ser incorporado ao acervo da Biblioteca e sua circulação, mas ainda não havia sido operacionalizado em 1984. É relatado, entretanto, que em 1986 dificuldades da BICEN acarretaram a paralização desse sistema e do INFO-KARDEX (IBGE, 1987b), que consistia no uso do “INFO”, um conjunto de programas de computador desenvolvido pela Diretoria de Informática do IBGE, o qual permitia o registro e a recuperação *on-line* de informações cujos formatos poderiam ser estabelecidos com rapidez. Verificou-se que esse sistema poderia ser aplicado ao controle de fascículos de periódicos. No ano de 1984 seriam transcritas as informações constantes nos fichários KARDEX da BICEN.

O Sistema de Informações de Dados Regionais Agregados - SIDRA foi o marco da integração da Biblioteca à rede de teleprocessamento da Diretoria de Informática do IBGE, com a instalação de quatro terminais de vídeo e duas impressoras que permitiam o acesso *on-line* ao banco de dados estatísticos do Sistema. A inauguração dos terminais ocorreu em 1983 e em um ano de operação haviam sido prestadas 47 522 informações aos usuários que compareciam à Biblioteca (IBGE, 1984). O que demonstra como a automação em bibliotecas pode não só ampliar a produtividade, como também a sua capacidade de atendimento, ainda que num primeiro momento esse impacto atingisse apenas o público que comparecia presencialmente, mais tarde, com o avanço tecnológico, foi possível dar acesso a cada vez mais usuários, encurtando as distâncias.

Cabe dar destaque maior aqui ao CALCO, um marco não só para a automação da BICEN, mas para a Biblioteconomia no Brasil. Sua história tem origem no projeto de cooperação entre bibliotecas iniciado pela *Library of Congress* - LC.

Hart (1997) cita algumas boas razões para a cooperação entre bibliotecas ou serviços de informação: 1) a explosão da informação publicada; 2) aumentar o acesso à informação bibliográfica; 3) diminuir custos; 4) melhorar a expectativa e a demanda dos usuários. A autora afirma ainda que nenhuma biblioteca jamais foi autossuficiente. A catalogação cooperativa, como o próprio nome indica, é uma forma colaborativa, na qual há o compartilhamento dos dados bibliográficos e/ou de autoridades com o objetivo de economizar recursos financeiros e humanos, dinamizando o processo de catalogação.

Sua origem, como dito anteriormente, remonta o compartilhamento por meio da venda das fichas elaboradas pela LC para outras bibliotecas, em 1901, as fichas poderiam assim ser incorporadas aos seus catálogos imediatamente. Apesar de antes deste período ser comum a venda ou o compartilhamento de catálogos impressos (em livros), o novo serviço da LC dinamizou significativamente o trabalho dos bibliotecários.

Para o efetivo compartilhamento dos dados bibliográficos e de autoridade é imprescindível a adoção de padrões previamente estabelecidos. Modesto (2007) afirma que na década de 1930 o ensino da catalogação em São Paulo era baseado no código da *American Library Association* - ALA, e no Rio de Janeiro, no curso da Biblioteca Nacional, ensinava-se o da Vaticana (MEY; SILVEIRA, 2009). Apesar de o Código da Vaticana ter sido elaborado com base na primeira edição do *Catalog Rules* da ALA, este fato demonstra a falta da adoção de um padrão único de representação no Brasil.

“Na década de 1940, a cooperação nacional, no que se refere ao processo de catalogação, foi impulsionada devido, principalmente, ao desenvolvimento das técnicas biblioteconômicas no Brasil” (BETTENCOURT, 2014, p. 117-118). A autora destaca a criação do Serviço de Intercâmbio de Catalogação - SIC, pelo Departamento Administrativo do Serviço Público - DASP, o qual tinha por finalidade a constituição de um sistema nacional de catalogação cooperativa.

A partir dessa iniciativa, houve a divulgação e normalização da ficha padrão 7,5 cm x 12,5 cm, adotada nos Estados Unidos desde o início do Século XX, e que passou a ser utilizada para os catálogos bibliográficos brasileiros, bem como a normalização da representação descritiva da informação (BETTENCOURT, 2014, p.118).

No histórico disponível no *site* da Rede Bibliodata afirma-se que a Rede tem origem na criação do SIC (REDE BIBLIODATA, 2018). Entretanto, de acordo com Modesto (2007), somente em 1969, com a publicação da primeira edição em português das AACR, é percebido um declínio do uso do Código da Vaticana no Brasil, que ainda era utilizado por algumas bibliotecas e o da ALA por outras. Iniciou-se então a efetiva busca pela padronização dos serviços técnicos.

Com a propagação da automação e a divulgação do projeto *Machine-Readable Cataloguing record* - MARC, o SIC revê suas bases de atuação, e reformula-se em termos de automatização de suas atividades. Baseado no modelo desenvolvido pela LC, constitui-se o Projeto CALCO (Catalogação Legível em Computador), desenvolvido por Barbosa (1972), para intercambiar os registros bibliográficos brasileiros.

Alicerçado numa época em que a ciência no Brasil crescia e os pesquisadores estavam cada vez mais interessados nas últimas publicações sobre seus assuntos, quando a Internet ainda não tinha sua capacidade atual e nem todos os centros de pesquisa possuíam condições de manter computadores, as bibliotecas eram praticamente os únicos locais de acesso à informação atualizada e fazia-se mais do que necessário um serviço ágil de catalogação cooperativa.

Nesse contexto, por volta de 1954, o SIC foi assumido pelo então recém-criado Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação - IBBD, atual Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT, e em 1971 foi proposto no 6º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação - CBBDD a transformação do SIC em uma Central de

Processamento, tendo como integrantes da rede o Instituto Nacional do Livro e a Biblioteca Nacional, além do próprio IBBD (BARBOSA, 1972). Por iniciativa tecnológica da Fundação Getúlio Vargas (FGV), o sistema Bibliodata/CALCO veio consolidar a cooperação e o intercâmbio de informações bibliográficas e documentais por máquinas no Brasil, bibliotecas de centros de pesquisa do País foram se juntando à FGV e constituindo a denominada Rede Bibliodata/CALCO (REDE BIBLIODATA, 2018).

Desde o início, o Projeto foi recebendo o apoio de várias bibliotecas que, mediante assinatura de contrato de prestação de serviços com a FGV para uso do Sistema CALCO, passaram a constituir a Rede Bibliodata/CALCO. Dentre elas, pode-se destacar como pioneiras a Fundação Joaquim Nabuco, a Escola Superior de Guerra, a Biblioteca do Exército, a Biblioteca Nacional, o IBGE e a PUC-Rio (REDE BIBLIODATA, 2018, grifo nosso).

Na década de 1970 o objetivo principal da automação das bibliotecas era racionalizar a geração de produtos, como as fichas catalográficas, por exemplo. Atualmente a automação tem por finalidade principal a recuperação on-line da informação. Mais tarde, em 1976, a FGV adapta o formato CALCO e cria uma rede de bibliotecas, que dá origem à Rede Bibliodata/CALCO, entrando em operação em 1980 (REDE BIBLIODATA, 2018).

Após decisão conjunta entre a Biblioteca e a Diretoria de Informática, verificando que seria mais econômico o IBGE pagar à FGV pelo processamento dos dados da BICEN, do que desenvolver um sistema próprio, o IBGE passa a compor oficialmente a Rede Bibliodata/CALCO em junho de 1982, quando foi assinado o contrato com a FGV, cujas cláusulas regiam as condições para o processamento, pela FGV dos dados catalográficos produzidos pela BICEN, mediante o pagamento de 100 ORTN<sup>7</sup> mensais reajustáveis anualmente. Em 1983 a utilização do CALCO pelo IBGE estava plenamente operacional (IBGE, 1984).

A entrada dos dados da BICEN no CALCO era realizada por meio de cartões IBM perfurados. Em 1983, a Diretoria de Informática instalou uma máquina perfuradora de cartões na própria Biblioteca, na qual duas preparadoras de dados preenchiam as “folhas-de-entrada” e perfuravam os cartões para processamento na FGV. Em setembro de 1984 havia 4 026 registros catalográficos. O Sistema fornecia à BICEN os seguintes produtos: fichas catalográficas, topográficas, de aquisição e de registro; etiquetas para lombada e para os cartões de empréstimo; microfichas produzidas por computador com o catálogo geral de todas as bibliotecas da rede, e com cabeçalhos de assunto normalizados para toda a rede; listagens para inventário físico-financeiro, dentre outros (IBGE, 1984).

Uma das responsabilidades do Projeto CALCO era a padronização das normas de catalogação e cabeçalhos de assunto (REDE BIBLIODATA, 2018). Nesse contexto, coube ao IBGE a elaboração do documento “Nomes geográficos: normas para indexação” de Maroun e Neves (1996), que já vinha sendo desenvolvido desde 1983, com o objetivo de preencher a lacuna existente nas normas de entradas de nomes geográficos na catalogação e indexação de documentos.

[...] a contribuição da BICEN para os trabalhos da rede foi decisiva, principalmente no que diz respeito à normalização, a nível nacional, de entradas de fichas com nomes geográficos; ao estabelecimento de cabeçalhos de assunto nas áreas de Estatística e Demografia; e à orientação na catalogação de mapas (IBGE, 1984, p. 6).

Modesto (2007, p. 13) relata que “entre os anos de 1994 e 1996 são processadas mudanças na Rede Bibliodata/CALCO, em especial no formato dos registros bibliográficos, que passa de CALCO para USMARC, e deste para MARC21”.

A atualização procura tornar os registros da rede mais compatíveis nacional e internacionalmente, e aceitos pelos principais softwares de automação de bibliotecas existentes no mercado. Com o fim da utilização do formato CALCO, a Rede Bibliodata/CALCO passou a ser denominada apenas Rede Bibliodata (REDE..., 2007). Nesta época, a Rede congrega mais de 60 instituições, reunindo aproximadamente um milhão de títulos, com fluxo mé-

<sup>7</sup> “Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN) era uma modalidade de título público federal que foi emitida entre 1964 e 1986 com a característica de pagar uma remuneração corrigida e evitar a corrosão da inflação sobre as aplicações futuras, que por conta do recrudescimento inflacionário da década de 1960, haviam caído a níveis muito baixos, obrigando o governo a emitir papel-moeda no intento de cobrir as suas obrigações”. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Obriga%C3%A7%C3%A3o\\_Reajust%C3%A1vel\\_do\\_Tesouro\\_Nacional](https://pt.wikipedia.org/wiki/Obriga%C3%A7%C3%A3o_Reajust%C3%A1vel_do_Tesouro_Nacional). Acesso em: 22 maio 2019.

dio de cerca de dez mil títulos implantados ao mês (FIORAVANTE, 1996). As mudanças no Bibliodata marcam o fim de um ciclo histórico e o começo de outro para a catalogação cooperativa (MODESTO, 2007, p. 13).

As bibliotecas do País passaram a criar suas próprias redes de cooperação, demonstrando assim a consolidação do conceito de catalogação cooperativa e da qualidade dos registros baseados em normas.

A partir da década de 1990 bibliotecas como a Biblioteca Nacional, por exemplo, passam a utilizar *softwares* de gerenciamento mais completos:

o sistema trazia a novidade de integrar *on line* o fluxo de processamento técnico da informação na Biblioteca Nacional, desde as atividades de aquisição, registro patrimonial, catalogação e classificação, até as atividades relativas ao controle de autoridades, de nomes e de assuntos (BETTENCOURT, 2014, p. 128).

A utilização de redes eletrônicas consolidou a catalogação cooperativa não só a nível nacional, como também internacional, pois permite o acesso on-line imediato a diversos catálogos e o intercâmbio de registros.

Pode-se, portanto, afirmar que a Biblioteca Central do IBGE partiu do nada, em 1979, para se tornar, em 1984, uma biblioteca completamente automatizada, o que a coloca entre as mais avançadas do País. O programa de automação, entre outros, contribuiu para que a BICEN se impusesse através de um novo conceito de biblioteca moderna, essencialmente dinâmica [...] (IBGE, 1984, p. 4).

Apenas em 1989, entretanto,

No que se refere ao CALCO, foi possível se regularizarem os trabalhos de registro em disquetes das informações catalográficas do IBGE graças à instalação, em janeiro, de uma impressora ligada ao microcomputador. **A consulta em linha aos arquivos do CALCO através da RENPAC se tornou possível após a instalação de um modem acoplado ao microcomputador, o que facilitou o acesso às informações sobre os acervos de livros das 63 bibliotecas que integram a rede do Sistema BIBLIODATA/CALCO** (IBGE, 1990, p. 19, grifo nosso).

Conforme o relato das atividades do período de 1979-1984 (IBGE, 1984), a Biblioteca ainda contou com outros auxílios financeiros da SEPLAN/SEMOR para as atividades de restauração e microfilmagem de obras do acervo. Além de ter nesse período as publicações elaboradas pelo IBGE integradas aos sistemas ISSN e ISBN, que passaram a ser impressos nas publicações a partir de 1981, integrando o IBGE aos sistemas de Controle Bibliográfico Universal, então patrocinados pela UNESCO.

Em 1986 foi lançado o Projeto Memória, que inicialmente se concentrou em preparar uma exposição comemorativa do cinquentenário do IBGE. A revista Nova Imagem relata em uma de suas reportagens a preparação para a comemoração das Bodas de Ouro do IBGE, ocasião na qual foi criada uma comissão especial integrada por funcionários dos mais variados setores e departamentos da instituição, tal comissão seria subordinada à Biblioteca Central e receberia orientação técnica do Centro de Pesquisa e Documentação Contemporânea da Fundação Getúlio Vargas. Os trabalhos teriam primeiramente as tarefas de coletar documentação, produzir entrevistas “com os depositários de reservas de tradição não devidamente fixada em documentos escritos”, e promover incentivo junto às áreas do IBGE buscando encontrar pontos focais que possam dar origem à descoberta de novas fontes de informação. Estaria assim estabelecido o Projeto Memória do IBGE (NOVA IMAGEM..., 1985).

A exposição foi inaugurada no dia 17 de junho de 1986 (Figura 10), no Palácio Gustavo Capanema, com 247 pôsteres que retrataram os principais produtos elaborados durante a trajetória do Instituto, foram dispostas ainda vitrines com documentos históricos, medalhas, troféus etc. Findos os trabalhos relacionados com a montagem e desmontagem da exposição, a partir de doações feitas por funcionários e ex-funcionários, além do material já existente na BICEN, iniciou-se o trabalho de organização e tratamento técnico do acervo do Projeto Memória. Assim, o acervo fotográfico do Projeto, em fase final de organização, estava constituído por cerca de 2 mil fotografias, devidamente classificado por décadas (IBGE, 1987b).

**Figura 10**  
Reportagem sobre a Exposição dos 50 anos do IBGE



Fonte: NOVA imagem: revista interna do IBGE, n. 5, jun./jul. 1986.

Dentre os projetos planejados, mas ainda não iniciados na década de 1980 estavam: a criação do Centro Nacional de Documentação Cartográfica, a partir da ampliação do acervo da mapoteca da BICEN; e a criação da Rede Nacional de Bibliotecas do IBGE, formada pelas bibliotecas das Delegacias, com o objetivo de partilhar recursos e melhor atender aos usuários de todo o País (IBGE, 1980).

Em 1984 ocorreram mudanças no organograma do IBGE que impactaram na Biblioteca na medida que extinguiu a Superintendência de Aperfeiçoamento da Diretoria de Formação, à qual a BICEN estava vinculada, todavia, por outro lado, houve a criação de um Setor de Documentação, chefiada por uma bibliotecária do quadro da BICEN, ligado à Diretoria de População e Social, ampliando a rede de bibliotecas setoriais tecnicamente ligadas à BICEN (IBGE, 1985).

Outro impacto na Biblioteca foram cortes ocorridos no orçamento, que acarretariam na redução de assinaturas de periódicos, responsável por grande parte das despesas da Biblioteca, como é possível observar na imagem seguinte (Figura 11):

Figura 11  
Orçamento da Biblioteca

| CONTROLE DAS DESPESAS REALIZADAS PELA BIBLIOTECA CENTRAL<br>(Dezembro de 1983 a novembro de 1984) |  |              |
|---|--|--------------|
| ELEMENTO DE DESPESA   | TÍTULO   | DESPESA Cr\$ |
| 3111.02   | Despesas Variáveis   |              |
| 3111.02.01  | - diárias  | 934.220      |
| 3111.02.99  | - inscrição para o Encontro Nacional de Biblioteconomia e Informática      | 150.000      |
| 3120.00   | Material de Consumo  |              |
| 3120.00.01  | - material de escritório   | 15.437.956   |
| 3120.00.99  | - microfichas virgens  | 5.600.527    |
| 3120.00.06  | Material para Serviços Gráficos  |              |
|   | - chapas para multilite  | 375.240      |
| 3131.00   | Remuneração de Serviços Pessoais   |              |
| 3131.00.01  | - manutenção para leitora copiadora 3M                                     | 566.918      |
| 3131.00.99  | - restauração de obras raras   | 2.000.000    |
| 3132.00   | Outros Serviços Contratuais  |              |
| 3132.00.07  | - periódicos estrangeiros  | 19.915.665   |
|   | - periódicos nacionais   | 11.730.083   |
|   | - Fundação Getúlio Vargas (CALCO)  | 7.282.788    |
|   | - microfilmagem do Anuário Estatístico do Brasil -                         |              |
|   | - 1983   | 69.907       |
|   | - cópias de microfichas  | 134.392      |
|   | - cópias xerox (Biblioteca Nacional)                                       | 99.950       |
|   | - locação de estande no Encontro Nacional de Biblioteconomia e Informática | 540.000      |
|   | - despesa bancária com remessa de dólares                                  | 3.618.983    |
| 3132.00.08  | Passagens  | 1.598.845    |
| 3132.00.99  | Outros Serviços e Encargos   |              |
|   | - filiação a órgãos nacionais  | 240.000      |
|   | - filiação a órgãos estrangeiros   | 171.184      |
|   | - suprimento de fundos rotativo  | 1.022.483    |
|   | - fotografias da Inauguração do SIDRA                                      | 50.000       |
| 4110.00   | Obras e Instalações  |              |
|   | - 1ª etapa da reforma da BICEN   | 5.242.064    |
| 4120.00   | Equipamentos e materiais permanentes                                       |              |
|   | - livros nacionais   | 2.344.277    |
|   | - livros estrangeiros  | 1.966.123    |
|   | - duplicadora e processadora de microfichas MICRON                         | 9.665.926    |
|   | - lâmpada para leitora-copiadora de microfichas                            | 43.683       |
|   | SUBTOTAL .....   | 90.801.214   |
|   | Custos de impressão no SERGRAF das publicações da BICEN                    | 16.368.187   |
|   | TOTAL GERAL DAS DESPESAS CONTROLADAS .....                                 | 107.169.401  |

Fonte: IBGE, 1985, p. 36.

O último relatório da BICEN, enquanto tal, o de 1986, relata a mudança na estrutura organizacional à qual a Biblioteca estava vinculada: foi criado o Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI e a BICEN foi transformada em Departamento de Documentação e Atendimento - DEDAT, subordinado ao CDDI, cuja criação evidencia a importância para o IBGE dos trabalhos de disseminação de seus produtos, colocando-a como uma das atividades fim da Instituição.

O futuro DEDAT, a ser implantado no ano de 1987, terá seu êxito garantido se houver uma atuação forte e eficaz indispensável à concretização da **idéia inovadora que é a do CDDI: a de um órgão que transforma a disseminação de informações em uma das atividades-fim do IBGE** (IBGE, 1987b, p. 41, grifo nosso).

Ressalta-se, portanto, a importância da Biblioteca enquanto local de acesso, seja presencial ou virtualmente, e quanto ao seu papel de tratamento dos recursos informacionais para a disponibilização e disseminação da produção institucional do IBGE. Bem como o papel exercido ao longo de sua existência pelos profissionais que por ela passaram, no sentido do esforço empreendido para buscar as melhores técnicas disponíveis para alcançar a disseminação da informação e a satisfação do usuário.

O processo de mudança estrutural contou com representantes da Biblioteca nos Grupos de Trabalho instituído pela Comissão da Reforma Administrativa (IBGE, 1987b). Uma das propostas apresentadas seria criação de um Centro de Documentação (CD) que teria por finalidade "planejar, organizar, coordenar, supervisionar e executar as atividades do sistema de documentação do IBGE, para fins de atendimento aos usuários internos e externos" (IBGE, 1986, p. 1). Previa a existência de Bibliotecas de Apoio para a prestação de serviços locais às "áreas técnicas do IBGE". Além das áreas de processos técnicos e de atendimento aos usuários.

A Área de Processos Técnicos teria por finalidade coletar e organizar todo tipo de material de interesse dos usuários do IBGE, bem como todo tipo de material produzido pelo Instituto, "segundo técnicas especializadas de biblioteconomia e documentação" (IBGE,

1986, p. 2). Incluindo as tarefas de: levantamento e coleta, aquisição, seleção, catalogação, classificação, indexação, registro e controle, desenvolvimento dos acervos, elaboração de obras de referência, organização do “SABER, SIBAM e outros sistemas do CD”. Aplicando-se a: monografias (livros e folhetos), relatórios técnicos, periódicos, microformas, mapas, fotografias, fotomosaicos, imagens etc., documentos cartográficos, topográficos e geodésicos, documentos censitários e de outras pesquisas do IBGE, material audiovisual, recortes de jornais e revistas, obras raras, documentos sobre municípios, legislação municipal, material do Projeto Memória do IBGE e outros.

A Área de Atendimento aos Usuários, por sua vez, pretendia assegurar o acesso às informações produzidas pelo IBGE, aos seus diversos sistemas: “SIDRA, SABER, SIBAM, CPE, CIC, Abelha etc.”. Incluindo as tarefas de: orientação aos usuários, organização dos cadastros de usuários e seus perfis, empréstimo e empréstimo entre bibliotecas, divulgação dos serviços do CD, manutenção e utilização dos acervos e coleções, fornecimento de informações estatísticas em tabulações especiais, fornecimento de programas-produto para a produção de mapas, gráficos e outros tratamentos visuais da informação, encaminhamento do usuário a órgão apropriado, quando seu pedido não pudesse ser atendido pela Área, reprografia, dentre outros.

O processamento técnico seria centralizado no CD e o atendimento ao usuário descentralizado nas Bibliotecas de Apoio e das “Delegacias”. Uma das sugestões de “Maria Helena” foi a inclusão de assessoramento prestado pelo CD para a normalização de publicações e documentos editados pelo IBGE, bem como a centralização da catalogação na publicação e atribuição do número internacional padronizado, além da inclusão da microfilmagem visando a organização da documentação.

Enfim o DEDAT seria efetivamente composto por oito Bibliotecas Setoriais e pelas Divisões de:

- a) Processos Técnicos (DIPROC) – que teria os Serviços de Aquisição e Registro, de Catalogação e Classificação, e de Análise e Indexação;
- b) Acervos e Referência (DIARE) – com os Serviços de Documentação Cartográfica e o de Referência em sua estrutura; e
- c) Processamento de Informações (DIPRIN) – com os Serviços de Aplicações, de Pronta-Entrega, de Documentação Territorial, Informações Especiais, Microfilmagem e o de Apoio Administrativo.

O DEDAT quando comparado com a BICEN, absorveu setores que antes funcionavam em outros órgãos do IBGE, como Setor de Microfilmagem, o qual estava vinculado à Diretoria de Administração, por exemplo. Outro aspecto novo seria a subordinação hierárquica e funcional das Bibliotecas Setoriais à chefia do Departamento (IBGE, 1987b).

Pouquíssimo tempo após a última reforma administrativa, no Jornal do IBGE é relatado que em 1987, já subordinado ao CDDI, a DEDAT passa a se chamar Gerência de Documentação e Biblioteca - GEDOC. Tendo na estrutura quatro setores que prestavam serviços ao público: Referência, Informações Especiais, Documentação Territorial e Documentação Cartográfica (Mapoteca).

Tal alteração ocorreu com a mudança na Direção do IBGE. A Resolução PR n. 71, de 21 de julho de 1987 transformou o DEDAT em GEDOC, com a seguinte estrutura:

- a) Subgerência de Processos Técnicos – Setores de Aquisição e Registro, Catalogação e Classificação, e Análise e Indexação;
- b) Subgerência de Acervos e Referência – com os Setores de Documentação Cartográfica, Referência, e Documentação Territorial;
- c) Serviço de Informações Especiais;
- d) Serviço de Microfilmagem; e
- e) Setor de Apoio Administrativo.

As Bibliotecas Setoriais voltaram a ser subordinadas às suas respectivas Diretorias (Figura 12), cabendo à GEDOC sua coordenação apenas a nível técnico (IBGE, 1988).

Figura 12  
Divulgação da Gerência de Documentação e Biblioteca (GEDOC)

Página 8

JORNAL DO IBGE — Março de 1989



## O mundo mágico da informação

Conhecer a biblioteca do IBGE é como penetrar no mundo mágico da informação. Na sala de leitura, todos podem fazer uma viagem ao passado e consultar, por exemplo, o Recenseamento da Paróquia de São Cristóvão de 1870, manuscrito que traz dados curiosos como o número de escravos e agregados que havia em cada residência. Já através de modernos equipamentos de teleprocessamento pode-se acessar o Banco de Dados do IBGE, consultando um dos maiores do América do Sul. E tudo isso está à disposição de um público cada vez maior e mais diversificado, como ressalta Maria Beatriz Pontes de Carvalho, gerente de Documentação e Biblioteca (GEDOC).

— Sendo o IBGE uma instituição importante para o planejamento do país, sua biblioteca é muito procurada por usuários que queiram obter informações de que ela dispõe. Para se ter uma idéia, só no ano passado cerca de quatro mil pessoas foram atendidas por correspondência, telefone ou pessoalmente.

Além dos estudantes brasileiros e estrangeiros dos cursos de pós-graduação, que procuram na GEDOC dados para suas teses, as empresas públicas e privadas, do Brasil e do exterior, são também grandes usuários. No mês de janeiro, por exemplo, entre outras instituições que consultaram o IBGE estavam o Banco do Brasil, o Conselho da Navegação, a UFPA, a TV Globo e a UNESCO. Mas o maior número de atendimentos é para os técnicos do próprio IBGE.

A biblioteca, que surgiu da união de duas bibliotecas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, hoje tem em seu acervo 38 mil livros e folhetos, 3.600 títulos de periódicos e 26 mil microfichas.

Apesar de instalada na década de 60, só em 1977, com uma resolução do presidente, a biblioteca Central teve a sua estrutura definida. E, em 1987, já subordinada

ao novo Centro de Documentação e Disseminação de Informações — CDDI, possui a estrutura Gerência de Documentação e Biblioteca (GEDOC). Na atual estrutura, quatro setores prestam serviços ao público: Referência, Informações Especiais, Documentação Territorial e Documentação Cartográfica (Mapoteca).

**Atendimento**

O ponto de partida é sempre o Setor de Referência (Av. Franklin Roosevelt, 146, sobrelaço), onde funciona o salão de leitura. Ali, os bibliotecários atendem os usuários e, quando necessário, os encaminham aos outros setores. Diariamente a GEDOC recebe cartas e telefonemas solicitando dados estatísticos, principalmente os índices calculados pelo IBGE. São muito frequentes, também, os pedidos de referências bibliográficas.

As Serviços de Informações Especiais são encaminhados, por exemplo, os questionários enviados por organismos internacionais, como a FAO, para atualização de dados estatísticos sobre o Brasil. "As empresas privadas, de pesquisa, bancos e muitos outros costumam pedir todos os tipos de informações estatísticas produzidas pelo IBGE e por outros órgãos. Fornecemos, também, cópias das cadernetas utilizadas pelos recenseamentos durante os Censos, que muitas vezes geram novos pedidos de dados do IBGE", afirma Paulo Augusto de Alencar, chefe do Serviço de Informações Especiais.

As informações cartográficas são fornecidas na mapoteca e os dados sobre os municípios e distritos brasileiros podem ser obtidos no Setor de Documentação Territorial. Também está subordinado à GEDOC o Serviço de Microfilmagem, cujo técnico está desenvolvendo um mesmo trabalho de microfilmagem das publicações do IBGE, além de atender a outros órgãos como a SIAS, DGC e DI.

Através dos sistemas especiais a GEDOC coloca, ainda, à disposição dos usuários uma infinidade de informações. Desde 1982 o IBGE participa do Sistema Bibliográfico (CALCO), coordenado pela Fundação Getúlio Vargas — FGV, que registra em computadores as informações sobre o acervo de 48 bibliotecas do país. "Mensalmente a FGV envia listagens que resultam na Lista de Novas Aquisições, ou seja, uma publicação que traz a relação dos livros, folhetos e microfichas existentes no acervo do IBGE", diz Regina Bó, subgerente de Processos Técnicos. E prossegue: "Além disso, toda a semana a GEDOC recebe as microfichas atualizadas que relacionam todas as publicações cadastradas, inclusive as da Biblioteca Nacional. Atualmente são cerca de 190 mil publicações registradas no sistema à disposição das bibliotecas que dele participam".

Já o Sistema de Arquivamento e Base de Referências Bibliográficas — SABER possui referências de arti-

gos de periódicos nacionais e estrangeiros do acervo do IBGE e documentos relevantes para as áreas de pesquisa da casa. Este sistema está disponível no Setor de Referência através dos terminais de computador.

Também por teleprocessamento pode-se ter acesso ao Sistema IBGE de Recuperação Automática — SIDRA, permitindo a consulta direta ao Banco de Dados. Lá estão armazenadas todas as informações dos Censos e pesquisas realizadas pela instituição.

A biblioteca possui, ainda, dezenas de obras raras, entre elas os doze volumes do primeiro Recenseamento do Brasil de 1872 e o Registro Civil do Brasil de 1884 a 1900, que mostra as mudanças ocorridas na estrutura demográfica do país no final do Século XIX. São publicações importantes para aqueles que querem conhecer melhor a história da sociedade brasileira.

Estes livros recebem um tratamento especial: São guardados em armários fechados, em salas com esteriliza-



dores e não é permitido o seu manuseio. As consultas são feitas apenas através de microfichas. Também são proibidas as fotocópias. Mesmo assim, as obras sofrem um desgaste natural com o tempo; por isso, sempre que necessário, elas são restauradas.

A GEDOC coordena, também, a Rede de Bibliotecas do IBGE, do ponto de vista técnico, principalmente orientando os trabalhos de organização das publicações para melhor atendimento aos usuários. A rede é composta pelas bibliotecas setoriais dos Departamentos de Geociências, de Informática e da ENCE, que atendem os técnicos que trabalham nesses locais com suas coleções especializadas nas respectivas áreas. Compreende também as bibliotecas dos Setores de Documentação e Disseminação das Unidades Regionais, que possuem todas as publicações do IBGE para atender o público em geral. Além das bibliotecas da UFPE, da UFPA e da ENCE, nos dois Estados de Pernambuco, São Paulo, Distrito Federal e Minas Gerais já possuem terminais de computador que permitem o acesso ao Banco de Dados do IBGE.



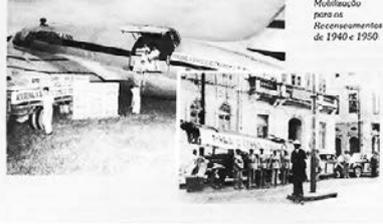
Regina, Nanereh, Paulo Augusto e Beatriz o planejamento da rede de bibliotecas.

### Recuperando 50 anos de história

Com o objetivo de recuperar a história do IBGE em mais de meio século de existência, foi criado o Projeto Memória. Uma equipe de funcionários da GEDOC vem reunindo, desde 1985, um acervo de valor histórico, que inclui, entre outros, fotografias e arquivos como o do Estudo Nacional de Despesa Familiar — ENDEF. Todo esse trabalho está sob a responsabilidade da museóloga e bibliotecária Lélia Thiesen Magalhães Costa.

A primeira atividade importante foi a Exposição do Cinquentenário do IBGE, no MEC, em 1986. Outra é a pesquisa de história oral, na qual são feitas entrevistas com pessoas ligadas à história da instituição.

Lélia lembra "que é de maior importância a participação dos funcionários nesse trabalho, seja contribuindo com fotos e documentos relevantes ou contando um pouco da história da instituição". Para isso basta procurar a coordenação do Projeto Memória na GEDOC — Av. Franklin Roosevelt, 194 — 2º andar.



Arquivo Projeto Memória

Multilação para os Recenseamentos de 1940 e 1950

Fonte: JORNAL do IBGE, v. 2, n. 22, mar. 1989.

Quanto à rede de bibliotecas do IBGE, promoveram-se 22 reuniões com as bibliotecas setoriais (Figura 13) com vistas à implantação da rede. A institucionalização da rede de bibliotecas do IBGE ocorreu como resultado da reforma administrativa por meio do estabelecimento da estrutura do CDDI (IBGE, 1987b). O relatório das atividades da Rede de 1987 informa que foram definidos seus objetivos, os perfis das setoriais, identificados seus componentes e estabelecidas metas de trabalho (IBGE, 1987a). Como resultado dessa estruturação foi publicado em 1988 o Manual de Biblioteca para as Unidades Regionais<sup>8</sup>.

O Manual versa sobre seleção, registro, inventário, tratamento técnico, organização física da coleção e serviço de referência, incluindo orientações para o atendimento e recuperação da informação, empréstimo e estatísticas. O Manual traz ainda um anexo importante para a Biblioteconomia no Brasil, em especial para a Catalogação: a reprodução das Recomendações do Grupo de Trabalho para Entidades Coletivas (do qual o IBGE participou), resultante da 2ª Reu-

<sup>8</sup> Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv83547.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2019.

nião sobre Normalização de Processos Técnicos, ocorrida na Biblioteca Nacional em maio de 1984. Este documento padroniza os pontos de acesso principais para entidades coletivas adotados pelo Brasil até hoje, conforme recomendação do Código de Catalogação Anglo-Americano - AACR2. Tal padronização é indispensável para a cooperação e intercâmbio de dados de autoridade entre bibliotecas, promovendo a economia de tempo e trabalho dos bibliotecários. Bem como contribuindo com o controle de autoridade, e, conseqüentemente, com a recuperação mais precisa da informação no catálogo da biblioteca.

Como problemas constantes são relatados a falta de infraestrutura adequada do “porão” do prédio da Av. Franklin Roosevelt, 146, bem como dos locais que comportavam os acervos. Problemas com o fornecimento de energia elétrica eram constantes no prédio 194 do mesmo endereço, fazendo com que durante todo o ano de 1984 os aparelhos de ar-condicionado permanecessem desligados, sendo que os ventiladores utilizados não davam vazão. Eram pleiteadas dedetizações e higienização para o acervo, novo mobiliário para o atendimento, novas estantes, mesas, cadeiras, máquinas de escrever, fichários de referência, mapotecas etc.

Em abaixo-assinado<sup>9</sup> enviado à Direção Superior do IBGE era solicitado que providências fossem tomadas para sanar o problema de contaminação nas dependências e no acervo da Biblioteca. Afirma ainda que a Biblioteca nunca dispôs de serventes que executassem a limpeza das publicações de sua coleção. Com o tempo, fungos e bactérias passaram a infestar o acervo e o ambiente da GEDOC. Ainda em 1987 a Gerência de Segurança, Saúde Ocupacional e Assistência elaborou um relatório sobre a gravidade da situação, que incluiu a necessidade de interditar diversas áreas da GEDOC. Dentre as providências que já haviam sido tomadas estavam: a compra de aparelhos esterilizadores de ar, os quais ainda não haviam sido instalados; solicitação de serventes para realizar a limpeza do acervo; solicitação de aquisição de estantes, impossibilitada pela falta de verba; e solicitação de substituição de carpetes por pisos plásticos.

Durante o ano de 1988, apesar de ter suas atividades prejudicadas por conta da interdição do acervo e dos recursos financeiros escassos, a GEDOC colaborou intensamente com as bibliotecas das Unidades Regionais do IBGE, com encontros e elaboração de manuais de procedimentos, assim como com a Biblioteca da ENCE no preenchimento das planilhas do CALCO (IBGE, 1989a, 1989b). A Rede de Bibliotecas passou a ser composta por 35 bibliotecas setoriais em todo o País, compreendendo as das unidades da Administração Central, dos Departamentos Regionais de Geociências e das Delegacias.

Em carta<sup>10</sup> enviada pelos funcionários da GEDOC ao Presidente do IBGE, Charles Curt Mueller, em 29 de setembro de 1989, foi solicitado que a Biblioteca central não se mudasse para a Rua General Canabarro, nº 666, onde funcionava o Laboratório Roche<sup>11</sup>. Nesta comunicação foi justificado que a localização na área central da cidade era relevante para a maioria de seus usuários, além de possibilitar sua integração ao corredor cultural do centro da cidade. Para comprovar tal tese foi realizada uma pesquisa com os usuários, sendo que a maioria dos respondentes (93%) consideraram a localização central muito conveniente, pela proximidade ao local de trabalho e conseqüente facilidade de acesso. Cerca de 40% dos usuários se declararam impossibilitados de

**Figura 13**  
Manual de biblioteca para as unidades regionais (1988)



Fonte: Acervo IBGE.

<sup>9</sup> Contaminação do acervo da GEDOC/1988. Abaixo-assinado. 9 f.

<sup>10</sup> Carta enviada dos funcionários da GEDOC, em 29/09/1989, ao Presidente do IBGE, Dr. Charles Curt Mueller. Com cópia para: Diretor-Geral, Chefe do Gabinete da Presidência, e Chefe do CDDI. 3 f.

<sup>11</sup> Atual endereço da GEBIS, apenas tendo ocorrido mudança na numeração do prédio para nº 706.

comparecer à Biblioteca caso ela viesse a localizar-se no bairro do Maracanã. Sua localização estratégica junto à administração central, funcionando como um cartão de visitas, e a outras instituições culturais permitia o constante e fácil intercâmbio entre as instituições (IBGE, 1990).

## Década de 1990: evolução da automação e tecnologias de informação e comunicação

Na década de 1990, tendo em vista o contexto econômico e social brasileiro, foi necessário ajustar a estrutura do IBGE e, em consequência, a estrutura do CDDI que, de acordo com Senra, Fonseca e Millions (2018), passou a ter a seguinte composição de núcleos e departamentos: atendimento integrado (concentrava todo atendimento que estava descentralizado no IBGE), desenvolvimento de mercado (prospecção de interesses de usuários), planejamento e organização (área administrativa); Departamentos: documentação e biblioteca (incluindo a memória institucional), editoração, sistemas de informação, comercialização e promoção, e gerência de impressão (SENRA; FONSECA; MILLIONS, 2018).

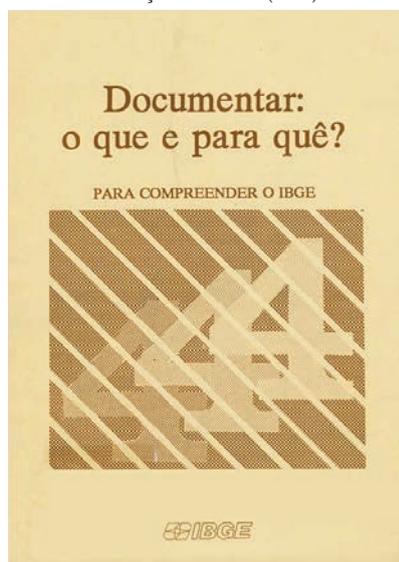
É importante destacar que na reestruturação do CDDI é criada uma nova estrutura de atendimento ao público, o Núcleo de Atendimento Integrado - NAT responsável por centralizar o atendimento ao público geral para dar respostas rápidas e precisas sobre diversos indicadores do IBGE (índices de preços, PIB, PME, Indústria etc.), atividade que antes era descentralizada nos setores: ATUS (coordenação, orientação a usuários, supervisão e controle de atendimento, etc.); GEDIS (apurações especiais, pronta entrega etc.); GEDOC (consulta ao acervo da biblioteca, atendimento telefônico, sala pública, informações especiais, consulta à documentação territorial) e GEMAR (assinaturas e venda de publicações, cadastramento de usuários, remessa de índices etc.). Os instrumentos de trabalho deste Núcleo consistiam desde terminais de acesso ao SIDRA até a lista de preços de publicações e mapas do IBGE; relatórios especiais com dados conjunturais a informações sobre a divisão político administrativa do País; do organograma do IBGE à lista de endereços e telefones de outros órgãos que pudessem auxiliar os usuários (INFORMATIVO CDDI, 1990).

Essa mudança organizacional reflete, sobretudo, o posicionamento da disseminação de informações como atividade fim do IBGE, considerando como premissa que a produção de informações não tem um fim em si mesma, pois visa à disseminação, tanto internamente quanto para a sociedade. Assim, o CDDI lança uma série denominada "Para entender o IBGE" que apresentava textos didáticos sobre o IBGE (Figura 14), com o fim de torná-lo mais conhecido em sua missão institucional e processos de trabalho. Foram publicados os seguintes títulos: Produção de Informações estatísticas, Disseminação de Informações, Produção das estatísticas demográficas, econômicas e sociais e documentar o que e para quê?

Este último título da série abordava a importância da documentação dos acervos como forma de promover meios para a recuperação, considerando a importância que o tratamento dado à informação ao ser armazenada é o que determinará a qualidade de sua recuperação (DOCUMENTAR..., 1991).

A função de disseminação passa, então, a ser vista pelo encadeamento de seis etapas (Figura 15): a estruturação do acervo, a elaboração de acervo impresso, a estruturação do acervo magnético, a documentação dos acervos, a comercialização dos acervos e, finalmente, o atendimento à sociedade (DISSEMINAÇÃO..., 1991).

**Figura 14**  
Publicação que apresenta a importância da documentação no IBGE (1991)



Fonte: DOCUMENTAR o que e para quê? Rio de Janeiro: IBGE, 1991. (Para compreender o IBGE, 4).

A documentação é entendida em sentido amplo como instrumento que viabiliza que a informação alcance o impacto desejado e sem a qual uma instituição pode até mesmo não ter memória. Assim, os documentos reunidos (entrada), a representação da informação sintetizada e armazenada (processamento) e a etapa de difusão (saída) conclui o processo de documentação. A difusão e uso da informação se dá de modo passivo, com os catálogos e repertórios organizados, e ativa com as publicações de alerta anunciando a chegada da informação e estimulando a sua procura, num movimento contínuo de ação e reação (DOCUMENTAR..., 1991).

Após a unificação do atendimento no Núcleo de Atendimento Integrado - NAT, a GEDOC também é reformulada e passa a ocupar na estrutura organizacional do CDDI o espaço de Departamento de Documentação e Biblioteca - DEDOC. Entre 1990-1991 a DEDOC realiza mudança de espaço físico para o prédio da Rua General Canabarro. Nesse momento os mais de quinhentos mil documentos (livros, mapas, revistas técnicas e demais documentos) foram organizados, embalados e transportados no período de 5 meses. Durante o período de mudança as bibliotecas setoriais atenderam ao público interno e externo, permitindo que o acesso às informações produzidas pelo IBGE continuasse.

Em 9 de janeiro de 1991 o presidente do IBGE, Eduardo Augusto Guimarães, assinou Resolução dando nome a Biblioteca DEDOC de "Biblioteca Isaac Kerstenetzky", este ato procurou "homenagear a figura do Prof. Isaac que prestou relevantes serviços ao IBGE, quando ocupou a presidência de 1970 a 1979" (IBGE, 1991, p. 2).

## Nova estrutura interna para DEDOC

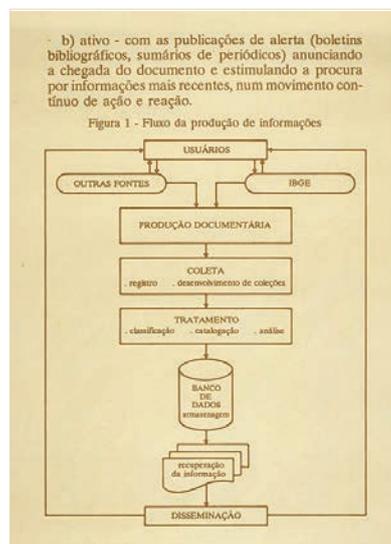
Ainda em 1991, a reforma da estrutura do CDDI permitiu ao DEDOC se organizar de modo a tornar a atividade da documentação mais visível. Para isso foi criada divisão incumbida de acompanhar a produção documentária nos aspectos de normalização, análise e divulgação, destacando-se das funções da biblioteca, que, por sua vez, estaria encarregada de prover a documentação necessária ao apoio das atividades técnicas realizadas nos demais órgãos setoriais do IBGE (DPE, DGC e DI) bem como aos órgãos de suporte administrativo e de assessoramento superior e na Escola de Ciências Estatísticas - ENCE e de coordenação da Rede de Bibliotecas do IBGE, definindo as normas e procedimentos que orientam as atividades daquelas unidades (CDDI, 1991). A Rede de Bibliotecas do IBGE surge como solução para viabilizar o livre acesso à informação, que era dificultado pela dispersão física das unidades do IBGE. Assim, compõem a Rede as bibliotecas setoriais nas áreas de maior concentração de uso de documentos e as salas de leitura nas Unidades Regionais do IBGE.

Em 1991 a Rede de Bibliotecas do IBGE, possuía como slogan "A informação ao alcance de seus usuários" e era coordenada em dois níveis pelo órgão central CDDI/DEDOC.

No primeiro nível (Figura 16), estão as bibliotecas dos órgãos técnicos setoriais (DPE, DGC, DI) a PGE e a ENCE; no segundo encontram-se as Salas de Leitura das Unidades Regionais (Departamentos Regionais, Escritórios Estaduais e Divisões de Geociências) (DOCUMENTAR..., 1991).

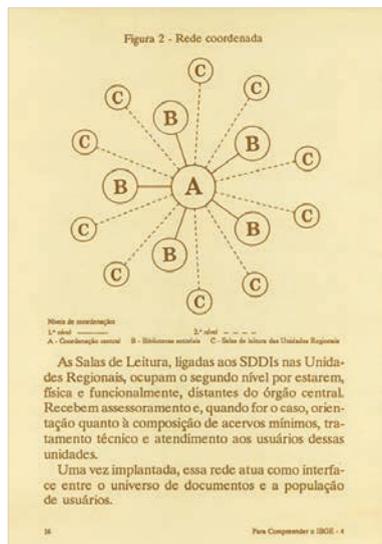
A estrutura em rede se apresentou então como a mais viável para garantir maior agilidade no fluxo da informação. O tratamento continuou a ser processado, total ou

**Figura 15**  
Etapas de disseminação da informação no IBGE



Fonte: DOCUMENTAR o quê e para quê? Rio de Janeiro: IBGE, 1991. (Para compreender o IBGE, 4). p. 11.

**Figura 16**  
Estrutura da Rede de Bibliotecas do IBGE



Fonte: DOCUMENTAR o quê e para quê? Rio de Janeiro: IBGE, 1991. (Para compreender o IBGE, 4), p. 16.

parcialmente, no órgão central, também responsável pela normatização e coordenação dos sistemas implantados. Nessa estrutura o órgão central estabelece os métodos de controle de processos e os sistemas de disseminação através das seguintes atividades: aquisição e desenvolvimento de coleções; catalogação automatizada, controle de vocabulário e elaboração de veículos de disseminação. As bibliotecas setoriais ficavam desse modo mais voltadas para o atendimento e para a integração dos usuários com os sistemas disponíveis. Também lhes caberia captar as necessidades de informação e fornecer os subsídios para a atualização e implementação de novos sistemas de informação (DOCUMENTAR..., 1991).

A nova estrutura da DEDOC a partir de 1991 compreendia: 1. Divisão de documentação, dedicada a zelar pelos aspectos intrínsecos da produção documentária do IBGE, com relação à padronização dos pontos de acesso, análise e divulgação das publicações e sistemas destinados à disseminação, composta pelos setores de normalização, de indexação e de divulgação;

2. Divisão de bibliotecas, em que foram reunidas as funções relativas à obtenção, tratamento e guarda do patrimônio bibliográfico, tornando-o disponível para consulta pelos interessados, com os setores de desenvolvimento dos acervos, de catalogação e classificação e de referência e circulação; e 3. Divisão de acervos especiais, criada com o objetivo de reunir as coleções de história, cartografia e da divisão territorial, baseando-se no conceito de documentos especiais que se distinguem tanto pela forma (peças, mapas e cartas), quanto pelo conteúdo (histórico, legal, constitucional), preconizando um tratamento que o diferencie das demais coleções, sendo composta pelos setores de memória institucional, de documentação territorial e de documentação cartográfica (IBGE, 1991).

## Catálogo do IBGE

Nesse contexto a DEDOC, alinhada com as diretrizes do IBGE para disseminação de informações de forma rápida e eficiente, iniciou a elaboração do Catálogo do IBGE (Figura 17).

Este catálogo tinha como objetivo a definição e manutenção de um sistema para reunir o maior número de informações sobre estudos, pesquisas, publicações, documentos cartográficos, geodésicos e base de dados.

Também estava sendo planejada a divulgação de um catálogo impresso, em disquete e on-line, com informações filtradas pelo SIDRA.

Para elaboração desse trabalho foram encaminhados formulários às unidades informantes com a descrição resumida do conteúdo da pesquisa e de seus produtos: histórico, resumo da metodologia, temas investigados, nível de divulgação, existência de tabelas, resultados comparativos, periodicidade etc. (IBGE, 1991).

Assim, o Catálogo do IBGE consistiu em um sistema referencial destinado a indicar aos usuários todos os recursos disponíveis para acesso à informação por meio do cadastro de cada serviço e veículo de informação. Também representou o esforço institucional para padronização da nomenclatura de pesquisas, estudos, citações e variáveis.

**Figura 17**  
Modelos de entrada de informações no Catálogo IBGE

### Modelos de Entrada

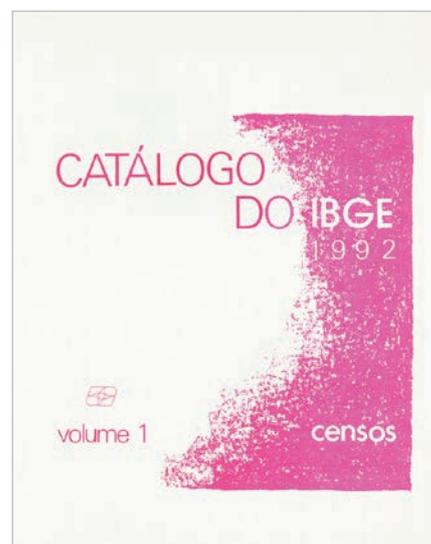
|                                      |  |               |
|--------------------------------------|--|---------------|
| Número da referência                 | 11 - Censo agropecuário  | Título        |
| Ano de início                        | Primeiro fascículo 1970. Qüinqüenal  | Periodicidade |
| Mudança de título                    | Título anterior: Censo agrícola (1940-1960)  |               |
| Numeração internacional de periódico | ISSN 0103-6157   |               |
| Resumo                               | Apresenta tabelas relativas a características gerais do estabelecimento, pessoal ocupado, situação econômico financeira, pecuária, produção vegetal, extração vegetal, silvicultura, indústria rural e produção particular do pessoal residente, discriminando os produtos das lavouras temporária e permanente, os produtos e rebanhos da pecuária, a quantidade e o valor da produção. A publicação apresenta ainda tabela de resultados comparativos e a conceituação das características investigadas... |               |
| Relação de volumes                   | 1970<br>Brasil<br>Rondônia, Roraima e Amapá<br>Acre<br>Amazonas<br>Pará<br>Maranhão...   |               |
| Formas de acesso                     | Para aquisição da publicação, consulta (também de microformas relativas aos anos de 1940 a 1980) ou reprodução, inclusive dos volumes esgotados, ver Locais de Atendimento. Para obtenção de informações em meio magnético ou sobre acesso ao SIDRA, ver Produtos e Serviços do Acervo Magnético.  |               |
| Número da referência                 | 47 - Matriz de fluxos migratórios intermunicipais: Brasil - 1980   | Título        |
| Autores                              | Antonio de Ponte Jardim e outros   |               |
| Ano                                  | 1991. 29 p. (Textos para discussão; n.44)  | Série         |
| Numeração internacional de livro     | ISBN 85-240-0385-5   |               |
| Resumo                               | Primeiro documento do conjunto de estudos sobre migrações internas no Brasil durante os anos 70, utilizando e divulgando os dados da matriz de fluxos intermunicipais levantados pelo Censo Demográfico de 1980.   |               |
| Formas de acesso                     | Para consulta ou reprodução da publicação, ver Locais de Atendimento.  |               |

Fonte: CATÁLOGO do IBGE. Rio de Janeiro: IBGE, 1992. v. 1: Censos.

O primeiro volume publicado em 1992 (Figura 18) era dedicado aos Censos, considerando a oportunidade e o interesse suscitados pelo Censo Demográfico em 1991; o segundo trataria das informações estatísticas e o terceiro das informações geocientíficas. Considerando a relevância do sistema para o IBGE, em página de apresentação do primeiro volume Nelson Senra de Castro, Superintendente do Centro de Documentação e Disseminação de Informações, apresenta a importância da vinculação da elaboração desse sistema aos bibliotecários e documentalistas por serem conhecedores das ferramentas e metodologias para descrição e recuperação de informações em parceria com os profissionais de outras áreas (CATÁLOGO DO IBGE, 1992).

No âmbito da disseminação, em 1994 já era planejada uma política de distribuição do Catálogo do IBGE e de suas atualizações segundo critérios e tipos de usuários, que seria desenvolvido por meio do cadastro de instituições governamentais de âmbito federal, estadual e municipal, assim como a sociedades civis de relevância nacional (IBGE, 1994).

**Figura 18**  
Primeiro número do Catálogo do IBGE



Fonte: CATÁLOGO do IBGE. Rio de Janeiro: IBGE, 1992. v. 1: Censos.

**Figura 19**

Um das primeiras páginas do IBGE (1996)



Fonte: SENRA, N.; FONSECA, S. M.; MILLIONS, T. C. *Brasil em pauta: a trajetória da comunicação no IBGE*. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. p. 154.

Considerando a importância do sistema para disseminação e recuperação de informações, em uma das primeiras páginas web do IBGE (Figura 19), com data estimada de 1996, o Catálogo do IBGE já estava disponível para consulta.

O último Catálogo foi publicado em 2004, mas é importante ressaltar que as reflexões e análises para a organização das informações aliadas às classificações internacionais das áreas de estatística e geociências desenvolvidas em sua trajetória (1991 a 2003) foram instrumentos que contribuíram para o desenvolvimento da arquitetura das informações desenvolvidas nas páginas *web* do IBGE desde então.

## Evolução dos sistemas de informação

No âmbito da representação descritiva, a DEDOC continua utilizando o Sistema CALCO. Em relatório de atividades de 1991, a DEDOC ressalta a importância da participação na Rede Bibliodata e informa que o sistema está evoluindo e proporcionará acesso on-line à base de dados, o que vai propiciar uma ferramenta de grande agilidade no processo de recuperação de informações bibliográficas. Inicialmente, seriam inseridos no computador do IBGE os registros em fita magnética, em seguida pretendia-se obter uma linha privada que permitisse acessar toda a base CALCO para consulta pelos usuários da biblioteca (IBGE, 1991).

Entre os anos de 1993 e 1995, a DEDOC iniciou a disponibilização de informações básicas na *Intranet* do IBGE, tais como o horário de funcionamento, prazos de empréstimo e o sumário de periódicos correntes. Entre 1994 e 1996, a mudança de plataforma de *software* para Rede Bibliodata levou a FGV a optar pela contratação do sistema *Virginia Tech Library Systems* - VTLS. De acordo com Bettencourt (2014), durante a migração de dados para essa nova plataforma ocorreu a interrupção dos serviços, afetando as bibliotecas participantes da Rede Bibliodata. Essas mudanças estruturais levaram as bibliotecas a procurar outras soluções que lhe trouxessem autonomia e autossuficiência no campo do processamento técnico da informação (BETTENCOURT, 2014; VASCONCELLOS, 1996).

No âmbito organizacional, em 1995 chega ao Centro de Documentação e Informação o novo superintendente, David Wu Tai, que realiza uma nova reestruturação no CDDI. Assim, a DEDOC deixa de existir enquanto departamento e passa a ser denominada Divisão de Biblioteca e Acervos Especiais - DIBIS subordinada ao Departamento de Atendimento Integrado - DEATI com função principal de atuar como interface entre o documento/informação

e o usuário. Entre as competências da Divisão, situa-se a de promover o desenvolvimento das coleções e o processamento técnico do material bibliográfico e documentário dos acervos da Rede de Bibliotecas do IBGE, objetivando disseminar e permitir o acesso às informações de natureza estatística e geocientífica, produzidas pelo IBGE e instituições afins, nacionais e internacionais, necessárias ao desenvolvimento de pesquisas, levantamentos e estudos sobre a realidade física, social e econômica do País. Nesse momento a Divisão de Documentação - DIDOC passa a ser subordinada diretamente a administração central do CDDI. A nova estrutura da DIBIS seria então composta por: setor de processos técnicos, setor de referência, equipe de documentação territorial, equipe de documentação cartográfica, equipe de tratamento de imagem e SDDIs/Bibliotecas e salas de leitura (IBGE, 1997a).

De acordo com Senra, Fonseca e Millions (2018), sob a presidência de Simon Schwartzman, em uma posição de vanguarda no mundo da tecnologia e da informação, o IBGE foi uma das primeiras instituições brasileiras a inaugurar o seu portal na *Internet*, em setembro de 1995 (Figura 20).

Percebendo a importância de evoluir e alinhar os seus produtos e serviços, a Divisão de Biblioteca e Acervos Especiais - DIBIS desenvolveu projeto de informatização da Rede de Bibliotecas do IBGE, que possuía como meta “informatizar toda a Rede de Bibliotecas do IBGE, nos próximos 3 anos, alcançando 15% em 1999 e 60% no ano 2000”. Esta iniciativa estava alinhada ao objetivo estratégico da instituição de “tornar o IBGE um centro de referência de informações estatísticas e geográficas, utilizando as mais modernas tecnologias de informação, de modo a conquistar e atender com excelência os clientes e usuários” (IBGE, 1997b, p. 1).

Em 1997 a DIBIS adquiriu o OrtoDocs, *software* de catalogação on-line compatível com o formato MARC<sup>12</sup>, presente no mercado desde 1993 e que já estava sendo utilizado pela Biblioteca Nacional desde 1994. Possuía como novidade a possibilidade de integrar o fluxo de processamento técnico da informação, desde as atividades de aquisição, registro patrimonial, catalogação, controle de autoridades e assuntos (BETTENCOURT, 2014). Nesse contexto a Biblioteca Isaac Kerstenetzky realizou a conversão retrospectiva dos registros CALCO para o formato USMARC, e, em seguida, os dados foram incorporados ao software OrtoDocs. A utilização do OrtoDocs possibilitaria disponibilizar o catálogo da Biblioteca para pesquisa pública, verificar disponibilidade de materiais, efetuar reservas, verificar relacionamento com a Biblioteca, acessar recursos eletrônicos, realizar controle de assinatura de periódicos e relatórios para auditorias.

Com a aquisição do *software* OrtoDocs, no segundo semestre de 1997, a DIBIS iniciou o processamento técnico informatizado do material bibliográfico dos acervos da Biblioteca Isaac Kerstenetzky, Bibliotecas setoriais da Av. Chile, DGC, ENCE e PGE tendo, até o final de 1999: realizado o registro, a catalogação e classificação de 1 315 monografias incorporadas aos acervos; registrado, classificado e catalogado 775 títulos de periódicos, sendo 206 produzidos pelo IBGE e 569 por outras Instituições e concluído o processamento técnico informatizado de monografias e periódicos produzidos pelo IBGE. Com relação ao material considerado documentário, a DIBIS iniciou o processamento técnico informatizado destes materiais dos acervos da Equipe de Documentação Territorial e da Documentação Cartográfica.

Figura 20  
Lançamento da primeira página web do IBGE (1996)

**Conheça Nossa**  
**"home page" na Internet**

Já estão disponíveis na Internet as notícias e os resultados mais recentes das principais pesquisas do IBGE. Através do endereço <http://www.ibge.gov.br> o usuário tem acesso imediato a home page do IBGE, com as seguintes opções:

- **Carta IBGE** - apresenta, através de textos, tabelas e gráficos, séries de indicadores, pesquisas e estatísticas atualizadas.
- **Indicadores Conjunturais** - traz tabelas com os resultados mais recentes dos principais indicadores conjunturais e índices de preços.
- **Brasil em Resumo** - com apresentação em português e em inglês, traça um retrato do País, através de textos, tabelas, gráficos e mapas.
- **Censo Demográfico** - mostra algumas tabelas selecionadas do Catálogo de Tabelas do Censo 91, com informações a nível de Unidade da Federação.
- **Principais Atividades** - diversos textos apresentam as pesquisas feitas pelo IBGE, seus objetivos e periodicidade.
- **Locais de Atendimento** - fornece os endereços do IBGE de atendimento ao usuário, no Rio e nos estados.
- **Outros Servidores de Informação** - traz uma relação de instituições estatísticas no Brasil e no exterior.

O IBGE coloca, ainda, à disposição do usuário um **Serviço de Atendimento pela Internet** para orientá-lo sobre diversos assuntos.  
E-mail do IBGE: [webmaster@cddi.ibge.gov.br](mailto:webmaster@cddi.ibge.gov.br)

Fonte: CONHEÇA nossa "home page" na Internet. *Boletim IBGE*, Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ano 3, p. 2, jul. 1997.

<sup>12</sup> O formato MARC (*Machine Readable Cataloging*) é um padrão para o registro de dados bibliográficos em forma legível por computador, com o objetivo de facilitar o intercâmbio de registros catalográficos e bibliográficos, bem como a interpretação correta dos dados descritos.

Em fevereiro de 1997 a DIDOC disponibiliza o catálogo bibliográfico para acesso na *homepage* do IBGE (Figura 21).

Alinhadas tecnicamente à DIBIS, as bibliotecas setoriais possibilitavam a proximidade com áreas especializadas, e também organizavam e disponibilizam seus acervos e serviços (Figura 22).

Figura 21

Nota sobre o catálogo da Biblioteca Isaac Kerstenetzky

**SERVIDOR PODE PEDIR LIVRO DA BIBLIOTECA PELA REDE**  
E, em breve, o usuário externo poderá entrar numa livreria virtual do IBGE e adquirir publicações e produtos via Internet

Com sua premiada *home-page*, o IBGE tem recebido uma média de 20.000 visitantes por mês. Cerca de 10% são consultas de ibgeanos. O grande volume de visitas é mesmo externo e não apenas de brasileiros. Recentemente, a revista *Investing on Line* ligada ao mais importante jornal de economia da Inglaterra - o *Financial Times* -, considerou o site do IBGE um dos 1.000 mais visitados no mundo pelos investidores internacionais. Entre os assuntos pesquisados, a PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio) é a campeã de consultas, seguida dos mapas, PIB, Demografia e dados agrícolas.

**Pop Clock é o maior sucesso**  
Na página principal, o visitante encontra um relógio que corre continuamente com dois tipos de notícia, um da imprensa, com os *press-releases* mais recentes e outro com as últimas pesquisas lançadas pelo IBGE. Um grande sucesso da primeira página tem sido o recurso do Pop Clock, um pequeno globo que, ao ser clicado, dá a estimativa da população para aquele exato momento.

Das oito opções de entrada alinhadas à esquerda, a que há de novo é a mais procurada forma de entrada, só perdendo para *Informações estatísticas e geocientíficas*, porque quem conhece a instituição vai direto ao assunto. A PNAD, campeã de consultas, tem agora as suas 8.052 tabelas de forma compactada e o usuário terá que transferir o arquivo para seu micro para poder abri-las. Tanto a PNAD como mapas, arquivos, tabelas, textos e programas, estão na opção *Transferência de arquivos*, de forma compactada para facilitar a transferência.

Em breve, a lista de preços deve sair do *Catálogo do IBGE* para entrar numa loja virtual (a ser incluída na *home-page*) e o usuário poderá, inclusive, fazer pedidos pela Internet.

Muita gente não avalia a importância do item *Outros Servidores de Informações*, mas ele é fundamental. É através dele que se chega a outros endereços similares no mundo. Uma das melhores coisas na Internet é essa possibilidade de se ter um referencial sem a necessidade de precisar guardar vários endereços.

O IBGE, que entrou em agosto de 1995 com sua primeira página na Internet, teve seu serviço estruturado a partir de outubro de 1995 pelo CDDI. Um ano depois, em agosto de 1996, o Banco de Dados agregados da instituição - SIDRA - passou a ser acessado pela *home-page* do IBGE que, no final do ano passado, sofreu uma grande reestruturação para melhorar a navegação, apresentando também um novo visual. Foi também no ano passado que os *relatórios divulgados* que se diziam *em inglês* passaram a estar disponíveis na rede - tempo real - a partir do acesso das coletivas para os *ibgeanos*.

Em janeiro de 96, a *home-page* do IBGE ganhou seu primeiro prêmio, o PC Magazine World, eleito como um dos 100 melhores sites no mundo. Em janeiro de 97, entrou no ar a *web in english*, que apresenta as notícias divulgadas pelo IBGE também em inglês. Em fevereiro de 1997, parte do acervo da Biblioteca passa também a ser acessado pela *home-page*.

**Ainda em 96, a *home-page* do IBGE ganhou seu primeiro prêmio, o PC Magazine World, eleito como um dos 100 melhores sites no mundo. Em janeiro de 97, entrou no ar a *web in english*, que apresenta as notícias divulgadas pelo IBGE também em inglês. Em fevereiro de 1997, parte do acervo da Biblioteca passa também a ser acessado pela *home-page*.**

Fonte: SERVIDOR pode pedir livro da biblioteca pela rede. *Boletim IBGE*, Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ano 3, p. 2, jul. 1997.

Figura 22

Acervo da Biblioteca da DGC

**DGC INAUGURA SUA INTRANET**

No endereço [w3.dgc.ibge.gov.br](http://w3.dgc.ibge.gov.br), qualquer funcionário do IBGE pode ter acesso à Intranet DGC, obtendo rapidamente informações sobre a diretoria, cadastros diversos, artigos técnicos, imagens de radar, originais cartográficos, etc.. Tudo com possibilidade de imprimir, copiar em disquete ou fazer o *download* para seu próprio micro.

Aproveitando as ferramentas da Internet, que pode disponibilizar qualquer informação imediatamente, a DGC começou a idealizar uma Intranet, ou seja, uma Internet privativa, no final do ano passado e, desde dezembro, ela já está em funcionamento, em fase experimental.

**A Intranet DGC tem duas áreas principais:**

Uma delas, chamada "*Informações*", disponibiliza as informações mais recentes mesmo antes de serem disseminadas por outros meios. São mapas, gráficos, cartogramas, artigos e estudos técnicos, além de diferentes Bancos de Dados. Artigos especializados, que levam um certo tempo até serem publicados, agora são disponibilizados imediatamente com todas as ilustrações.

A segunda grande área, chamada "*acervo*", disponibiliza tudo que a DGC já produziu desde o seu início, incluindo os acervos da biblioteca e da mapoteca, com todos os originais cartográficos, imagens de radar (aéreas e orbitais), etc. Essa área é totalmente interativa, o usuário obtém a informação desejada clicando diretamente no mapa do Brasil. Clicando no Amazonas, por exemplo, é possível saber quais os livros já produzidos sobre a região, quais os mapas e folhas cartográficas existentes, enfim, todo o material disponível em termos de informações geocientíficas.

Além dessas duas áreas principais, o usuário encontra todas as ferramentas gerenciais e administrativas em outras cinco áreas. Em "*planejamento*" estão armazenadas as questões orçamentárias, cursos, eventos e planos de ação.

Recentemente, saiu o livro PAT 98, que certamente levou bastante tempo para ser feito. Na Intranet, ele foi disponibilizado em uma tarde, de forma muito interativa. Ao clicar no curso desejado, aparece uma página informando tudo sobre ele.

Na área de "*projetos*" são encontradas as definições de cada projeto da diretoria, seu estágio atual e área de atuação, incluindo detalhes sobre projetos especiais. Na área "*notícias*" estão os últimos lançamentos, as notícias da Diretoria, as notícias geocientíficas publicadas na mídia mais recentemente, os acontecimentos culturais e uma página especial com informações relativas ao Censo 2000.

A área "*software*" pode ser utilizada pelo funcionário quando for necessário instalar ou transferir para o seu computador qualquer *software* oficial do IBGE. Basta clicar o ícone correspondente e a instalação é feita imediatamente.

Finalmente, a área "*gerencial*" é o lugar onde o funcionário obtém todo o apoio para suas ações gerenciais, tais como formulários, resoluções, informações sobre servidores, lista de preços de produtos e serviços, diário oficial, organogramas e atas de reuniões.

**Para ter acesso a tudo isso, basta que o funcionário tenha seu computador ligado à rede e instalado o explorer 4.0.**

Em alguns locais ainda há problemas de pedidos de senha do usuário. Se algum funcionário tiver problemas de acesso, basta contactar o gerente de rede da dgc. É apenas questão de abrir espaço na rede para todo mundo.

Fonte: DGC inaugura sua Intranet. *Boletim IBGE*, Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ano 3, p. 2, fev. 1998.

## Anos 2000: disponibilização de conteúdos digitais

No início dos anos 2000 a página na *internet* do IBGE (Figura 23) já é considerada um dos principais canais de comunicação da instituição e, nesse contexto, torna-se cada vez mais relevante a inserção de novos conteúdos e documentos digitais para promover a disseminação de informações por meio desse veículo. Assim, considerando o interesse institucional de disponibilizar na Internet as informações produzidas pelo IBGE que estavam em suportes físicos, em 2000 a DIBIS - Biblioteca Isaac Kerstenetzky - inicia testes para a digitalização do acervo bibliográfico produzido pelo IBGE. A digitalização seria iniciada pela equipe que em anos anteriores desenvolvia atividades de microfilmagem voltada para preservação documental.

A digitalização consiste no processo de captação, armazenamento, manipulação, transmissão e recuperação de imagens (textos, fotografias, vídeos, mapas e outros tipos de documentos) em formato digital, por meio de escâner (CUNHA; CAVALCANTI, 2008). O

diferencial da digitalização consistiria na preservação e disseminação de documentos de forma universal, tornando esse processo um elemento que ajuda a reduzir custos, tempo e distância, dando aos usuários de informações as condições para acesso à informação desejada.

Em 2001 a primeira publicação digitalizada foi a Enciclopédia dos Municípios Brasileiros (Figura 24), que possui análises geográficas, mapas gerais e regionais além de fotografias da paisagem geográfica brasileira, sendo considerada o ponto de partida para a entrada da Biblioteca Isaac Kerstenetzky na era digital (SENRA; FONSECA; MILLIONS, 2018).

Essa iniciativa visava promover o acesso, sem preocupação com a preservação digital ou o estabelecimento de padrões de captura e de tratamento técnico da informação digital, a ausência de equipamentos adequados para digitalização de documentos raros também dificultava o desenvolvimento das atividades.

Tendo em vista a relevância do acervo documental do IBGE e condições físicas das obras da coleção, em 2006, foi desenvolvido projeto em conjunto com o Ministério da Fazenda e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA em parceria com o Internet Archive, tendo como objetivo inicial a digitalização do Recenseamento Geral do Brasil em 1920 (MEMORIA ESTATÍSTICA DO BRASIL, [2006]).

A importância do tratamento da informação digital, elaboração de padrões de captura, identificação e tratamento de arquivos inicia com as primeiras digitalizações e vai sendo aprimorado, haja vista a importância de criação de coleções digitais destinadas tanto ao acesso quanto para a preservação a longo prazo. Devido ao volume e condições físicas do acervo, o processo de digitalização de itens perdura até os dias de hoje.

Figura 23

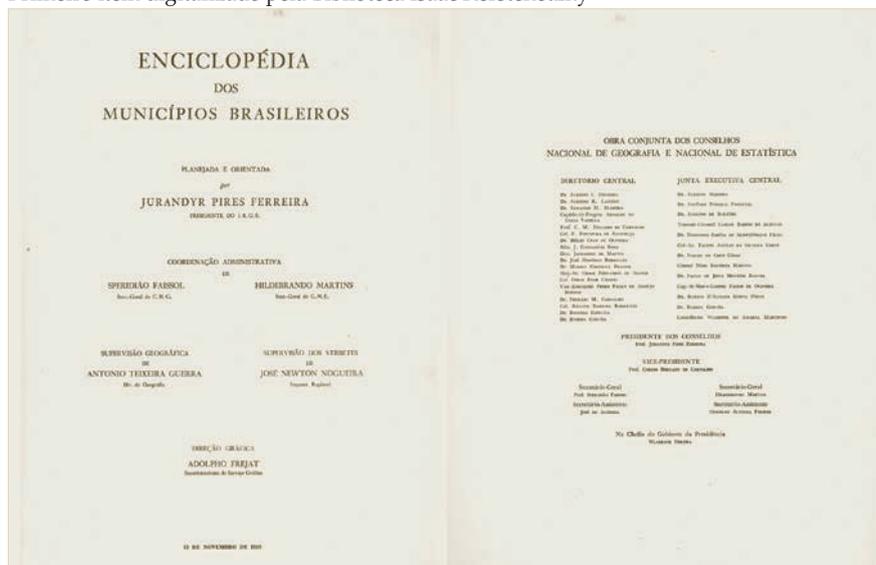
Nova página web do IBGE é disponibilizada para disseminar informações sobre o Censo de 2000



Fonte: NOVA página na Internet. *Boletim IBGE*, Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ano 3, p. 2, fev. 1998.

Figura 24

Primeiro item digitalizado pela Biblioteca Isaac Kerstenetzky



Fonte: ENCICLOPÉDIA dos municípios brasileiros. Rio de Janeiro: IBGE, 1957-1964. 36 v. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=227295>. Acesso em: 12 abr. 2019.

## Estrutura organizacional

Com relação à estrutura organizacional, em 2001 a Divisão de Biblioteca e Acervos Especiais - DIBIS - Biblioteca Isaac Kerstenetzky, que era vinculada ao Departamento de Atendimento Integrado - DEATI, é renomeada para Gerência de Biblioteca e Acervos Especiais - GEBIS mantendo as mesmas atribuições. Após novas alterações, em 2005 fica vinculada diretamente à Coordenação-geral do CDDI. Em 2011 devido à aposentadoria de servidores e sem reposições, os setores que eram dedicados às atividades de documentação territorial e documentação cartográfica deixaram de existir e suas atividades foram incorporadas pelo setor de referência. A GEBIS passa a ser composta pelos seguintes setores: processamento técnico, referência, memória e digitalização.

Com relação aos profissionais que atuavam na GEBIS desde 1994, já era identificado que a falta de reposição dos quadros de bibliotecários, devido à quantidade de aposentadorias que ocorriam, era fator que ocasionava grande dificuldade para que, minimamente, fossem cumpridas as funções rotineiras da Biblioteca Isaac Kerstenetzky (IBGE, 1994). Em 1997, devido à amplitude do projeto de automação foi solicitada a contratação de 14 bibliotecários para a DIBIS e a contratação de 27 bibliotecários para as SDDIs (solicitados por meio de concurso público) para fortalecer a rede de disseminação e atendimento (IBGE, 1997b). A partir de 2002 são realizados concursos com vagas destinadas para GEBIS, mas com o quantitativo aquém do planejado em 1997 como reposição ideal. Entre 2010 e 2017 foram contratados via concurso público: 6 bibliotecários, 2 historiadores e 2 arquivistas.

Em 2014 a biblioteca setorial da Diretoria de Pesquisas do IBGE é extinta e o acervo de livros, periódicos e instrumentos de coleta é incorporado à GEBIS. Até o fim de 2019 a Biblioteca setorial da Diretoria de Geociências - DGC também será extinta e parte do acervo deverá ser incorporado à Biblioteca Isaac Kerstenetzky. Atualmente a estrutura da Rede de Bibliotecas e Salas de Leitura do IBGE está organizada em: Biblioteca Isaac Kerstenetzky, vinculada ao CDDI, Biblioteca da Escola Nacional de Estatística e bibliotecas localizadas nas Supervisões de Documentação e Disseminação de Informações - SDI das Unidades Estaduais.

## Evolução dos sistemas de informação

Com relação à infraestrutura tecnológica utilizada pela Biblioteca, em 2004 o contrato com o *software* OrtoDocs é interrompido. Assim, as equipes da Gerência de Serviços On-line - GEON e Gerência de Biblioteca e Acervos Especiais - GEBIS iniciam projeto para adaptação de *software* interno que era utilizado para organizar CD-ROMS e arquivos digitais que formavam a coleção digital, para atender todas as funcionalidades da biblioteca. Assim, o novo sistema denominado “Sistema Biblioteca On-line” tinha como objetivo construir uma solução do IBGE para gestão e disponibilização dos acervos da GEBIS e Rede de Bibliotecas e Salas de Leitura (Figura 25).

**Figura 25**  
Ambiente interno InfoBib, organizado por tipologias e coleções



Fonte: Acervo IBGE.

Essa iniciativa também tinha como objetivo construir uma infraestrutura tecnológica que possibilitasse a disponibilização da coleção digital (no formato pdf ou jpg) que estava sendo desenvolvida, como um meio de se obter um acesso mais rápido aos registros digitalizados.

O sistema, posteriormente denominado InfoBib, era constituído de uma versão para a Intranet, visando à entrada de dados, disponível apenas para funcionários do IBGE, sendo acessado pela Rede de Bibliotecas, e outro para a Internet, para a visualização dos registros do catálogo por usuários externos. A versão para a Intranet foi publicada em 2001 e, tendo passado por atualização de layout, foi implementada em 2004. Diferentemente dos sistemas anteriores, OrtoDocs e CALCO, o InfoBib não utilizava o formato MARC para descrição bibliográfica. No decorrer de 2005, foi implementada a importação dos registros armazenados em sistemas anteriores, OrtoDocs e CALCO, que totalizavam cerca de 20 000 registros, nesse momento o formato MARC foi convertido em campos da tabela “monografias” do sistema InfoBib.

A versão para Internet foi publicada em outubro de 2005 (Figura 26), e é considerada a primeira página da Biblioteca Isaac Kerstenetzky na Internet, pela qual, além da consulta ao acervo, eram disponibilizadas informações institucionais da Biblioteca, como horário de atendimento, estrutura das coleções físicas e digitais e informações sobre a rede de bibliotecas depositárias.

Figura 26  
Primeira página web da Biblioteca Isaac Kerstenetzky



Fonte: Acervo IBGE.

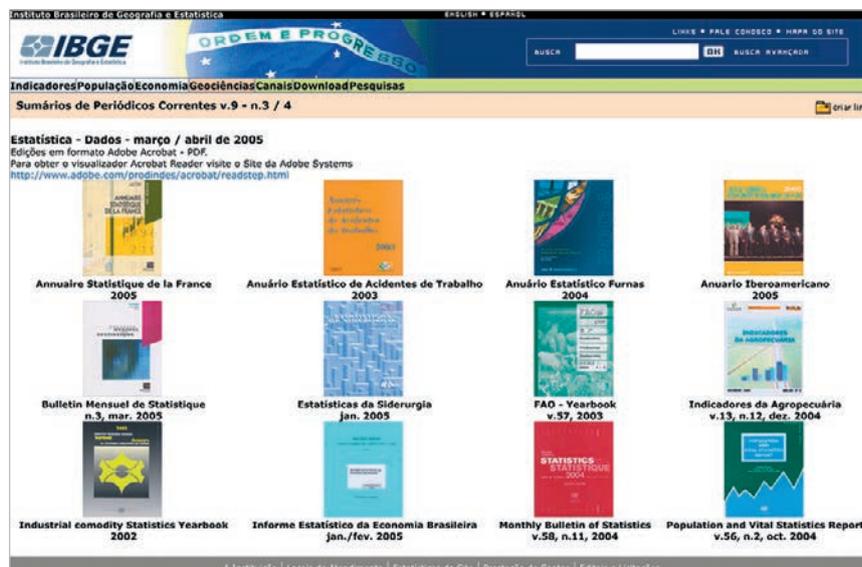
Nesta página já era possível consultar a coleção digital composta por documentos digitalizados que foram produzidos pelo IBGE (Figura 27).

Essa coleção consistia em lista com os títulos digitalizados, não havendo vinculação com a descrição bibliográfica desenvolvida para o item em meio físico.

Dessa forma os usuários não acessavam simultaneamente as descrições e os documentos digitalizados.

A consulta ao acervo físico era feita por tipo de material (livros, periódicos, cartazes, mapas, documentação territorial do Brasil, instrumentos de coleta) e coleções (Coleção Isaac Kerstenetzky e Coleção Digital). Os periódicos estavam distribuídos por temas e organizados alfabeticamente por títulos (Figura 28), os temas eram os seguintes: agricultura, pecuária e indústria, economia, estatística – dados, população, saúde e trabalho, geografia, recursos naturais e meio ambiente, RBG (Revista Brasileira de Geografia) e RBE (Revista Brasileira de Estatística), e outros - englobando periódicos multidisciplinares. Os sumários eram digitalizados e disponibilizados como forma de disseminar os novos fascículos, pois o *software* utilizado não possuía base de periódicos com funcionalidades para controle de coleção, esta funcionalidade foi criada em 2012.

Figura 27  
Sumários de periódicos correntes



Fonte: Acervo IBGE.

Figura 28  
Sumários da Revista Brasileira de Geografia (1939-1995) e  
Revista Brasileira de Estatística (1940-2000) - disponibilizadas no site do IBGE 2005



Fonte: Acervo IBGE.

Embora possibilitasse catalogar os tipos de materiais, controlar as coleções e armazenar conteúdos digitais, o InfoBib carecia de outras funcionalidades para atender as bibliotecas do IBGE, como relatórios, impressão de etiquetas e controle de empréstimos. Considerando esse contexto, em 2009 a Biblioteca da ENCE, que é uma biblioteca acadêmica e, portanto, precisa prestar contas e é avaliada sob critérios rigorosos pelo Ministério da Educação, contratou o *software* Pergamum de Gerenciamento de Bibliotecas, enquanto as demais bibliotecas e salas de leitura do IBGE continuaram com o *software* InfoBib tentando construir melhorias.

Entre 2010 e 2012 a GEON e a GEBIS desenvolvem novas melhorias para software InfoBib, dentre as modificações destacam-se a disponibilização de conteúdos digitais vinculados à descrição das informações, criação de novos campos e a possibilidade de controle de autoridades. A página para *Internet* da Biblioteca também passa por reformulação e uma nova versão de página é disponibilizada para acesso em janeiro de 2013 (Figura 29).

**Figura 29**  
Página reformulada da Biblioteca Isaac Kerstenetzky (2013)



Fonte: Acervo IBGE.

Essas melhorias foram desenvolvidas para que a Biblioteca Isaac Kerstenetzky conseguisse acompanhar a disseminação de informações produzidas pelo IBGE, apoiando a missão institucional de retratar o Brasil com informações necessárias ao conhecimento de sua realidade e o exercício da cidadania. Assim, desde 2012, a Biblioteca realiza catalogação, digitalização e disponibilização de fotografias da Série Municípios Brasileiros, coleção que retrata municípios entre os anos 1930 e 1960. Com o desenvolvimento desse trabalho foi realizada integração com o *site* Brasil em Síntese<sup>13</sup>, que consiste em um sistema agregador de informações sobre os municípios brasileiros e que também reúne pesquisas, indicadores municipais e infográficos (Figura 30).

**Figura 30**  
*Site* Brasil em Síntese - compartilha fotos do acervo da Biblioteca Isaac Kerstenetzky



Fonte: Acervo IBGE.

<sup>13</sup> Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br>. Acesso em: 23 jul. 2019.

Mesmo trabalho foi desenvolvido numa parceria entre a GEBIS e a Diretoria de Pesquisas - DPE do IBGE para catalogação, digitalização e disponibilização dos instrumentos de coleta das operações estatísticas vigentes e descontinuadas, tal parceria também foi desenvolvida para agregar informações ao *site* “Conceitos e Métodos: Metadados” das operações estatísticas desenvolvidas pelo IBGE, como forma de aumentar a disseminação da coleção de apoio à coleta. Atualmente, existe o esforço para que todos os documentos e publicações oficiais disseminados por meio do Portal do IBGE sejam inicialmente catalogadas na Biblioteca Isaac Kerstenetzky, o que possibilita preservar a memória institucional e a integração com sistemas desenvolvidos pela Instituição voltados para disseminação.

Mesmo após o desenvolvimento de melhorias significativas para o *software* InfoBib era verificado que a sua utilização já não atendia às necessidades relacionadas com a gestão e disseminação de informações no âmbito do IBGE. Em 2017 foi realizado estudo de *benchmarking* nas bibliotecas da Agência Nacional Petróleo - ANP, Fundação Getúlio Vargas - FGV e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES para verificar as ferramentas para gestão de acervos informacionais que estavam sendo utilizadas por essas instituições, a fim de identificar melhores práticas. O relatório final deste estudo além de apontar a importância de funcionalidades gerenciais, apontou como fundamental que o sistema de gerenciamento de bibliotecas físicas e digitais escolhido pelo IBGE utilizassem padrão de metadados e protocolos internacionais que permitissem que as informações descritas fossem intercambiadas e interoperáveis entre sistemas como forma de agregar valor aos acervos informacionais (IBGE, 2017).

Após as análises desenvolvidas nesse estudo e com relação à evolução das tecnologias de comunicação e informação, verifica-se como fundamental que, em uma instituição como o IBGE, suas Bibliotecas atuem de forma objetiva para gestão dos dados e informações para preservação a longo prazo, utilizando formatos internacionais, protocolos, metadados e taxonomias que permitam que os documentos e seus registros sejam intercambiados e interoperáveis entre sistemas.

A relevância de sistemas informacionais para gestão da informação não finda com o advento dos conteúdos digitais. Ao contrário, os catálogos bibliográficos on-line se adaptam e se fortalecem ao assimilarem as novas possibilidades que o digital oferece (BETTENCOURT, 2014). Assim, torna-se cada vez mais importante a agregação de valor através das descrições realizadas, disponibilização de conteúdos digitais e preservação a longo prazo dos documentos que são disseminadas na *Internet*. Também é necessária a organização conceitual, visando facilitar a recuperação das informações produzidas institucionalmente e, assim, auxiliar na função institucional de documentação e disseminação de informações.

## História recente e perspectivas futuras para a Biblioteca Isaac Kerstenetzky

A Biblioteca Isaac Kerstenetzky, como já mencionado, passou por recente reestruturação em sua organização por setores. Atualmente divide-se em três equipes, que formam a Gerência de Biblioteca e Acervos Especiais - GEBIS: 1. Produção e Tratamento do Acervo Digital, 2. Memória IBGE e 3. Tratamento e Disseminação de Informações. Essa divisão estrutural é baseada nos tipos de serviços prestados e produtos oferecidos por cada setor.

### Produção e Tratamento do Acervo Digital

O setor de Produção e Tratamento do Acervo Digital é responsável pela digitalização de livros, periódicos, fotografias e mapas, bem como pelo tratamento das imagens digitalizadas, de modo a garantir a qualidade da resolução de leitura ou visualização para o usuário final.

O cenário desejado é que todas as fotografias, livros, periódicos e mapas publicados pelo IBGE, CNG e CNE do acervo da Biblioteca Isaac Kerstenetzky sejam digitalizados e disponibilizados no repositório institucional do IBGE. Em junho de 2019, o setor de Produção e Tratamento do Acervo Digital passou a ficar diretamente subordinada ao setor de Tratamento e Disseminação de Informações, pois é de quem recebe a maioria das demandas de digitalização. Com essa nova organização, espera-se que as rotinas e processos de digitalização fiquem melhor alinhados com as necessidades dos usuários, isto é, que mais documentos institucionais sejam digitalizados, com mais rapidez e mantendo a qualidade de visualização.

## **Memória IBGE**

O setor de Memória IBGE é responsável por preservar e divulgar a memória institucional do IBGE. Seus serviços, produtos e atuação serão tratados em capítulo específico.

## **Tratamento e Disseminação de Informações**

O setor de Tratamento e Disseminação de Informações - TDI desempenha as funções relacionadas com a formação, desenvolvimento, organização e disseminação das coleções da Biblioteca Isaac Kerstenetzky. Além disso, oferece suporte à Rede de Bibliotecas do IBGE, faz o controle bibliográfico das publicações institucionais, faz o acompanhamento do lançamento de publicações do IBGE, além de elaborar e executar projetos para o desenvolvimento da Biblioteca Isaac Kerstenetzky e da Rede de Bibliotecas do IBGE.

Em 2016, em decorrência de várias aposentadorias de bibliotecários do quadro da GEBIS, os setores de Processos Técnicos e de Referência foram reorganizadas em outros dois setores: o de Processos Técnicos, que manteve seu nome, mas agora responsável pelo processamento técnico apenas de livros e periódicos, pelo controle bibliográfico de publicações e pelo acompanhamento de lançamentos de publicações do IBGE; e o setor de Tratamento e Disseminação de Informações, responsável pelo processamento técnico de fotografias, materiais cartográficos, instrumentos de coleta, materiais audiovisuais e pelo atendimento aos usuários da Biblioteca.

Com essa nova organização, cada bibliotecário do TDI estava agora à frente de uma ou mais atividades da equipe e todos prestavam atendimento ao usuário. Em 2016 o setor estava subordinado diretamente à gerente da GEBIS, Cláudia Rodrigues do Prado.

Em 2017 foi atribuída uma supervisão para o setor, função que foi atribuída à bibliotecária Catarina Felix. Esta passaria a ser responsável por organizar e acompanhar as atividades do TDI com maior proximidade. Com novo formato, mais do que executar as atividades sob sua responsabilidade, a equipe do TDI trabalhou de modo a organizar e implementar melhorias aos seus processos. Assim, foram mapeados os processos do TDI e as suas atividades foram redistribuídas individualmente ou em equipe. Esse novo formato de trabalho contribuiu para uma melhor integração das atividades e para a união de forças em trabalhar com projetos de interesses comuns à Biblioteca Isaac Kerstenetzky ou à Rede de Bibliotecas do IBGE como um todo, como a contratação de um novo sistema de gerenciamento de bibliotecas, o projeto de reforma de seu espaço físico, a elaboração de uma política de desenvolvimento de acervos e de novos produtos e serviços de informação.

Em 2018, depois da aposentadoria de dois servidores do setor de Processos Técnicos, esse setor deixa de existir e as suas atividades foram incorporadas ao TDI. O acúmulo de todas as atividades de rotina de uma biblioteca de grande porte em uma equipe formada por apenas seis bibliotecários trouxe consigo o desafio de continuar inovando, mas sem perder de vista a necessidade já existente de organizar e executar as atividades de rotina da Biblioteca Kerstenetzky. Esse caminho, que ainda está sendo percorrido, será abordado a seguir.

## Formação e desenvolvimento de acervos

O processo de formação e desenvolvimento dos acervos de uma biblioteca deve considerar a comunidade atendida e o ramo de atuação da instituição em que a biblioteca está vinculada. Por isso, toda biblioteca deve possuir uma política que norteie esse processo.

Tendo isso em vista, em 2017 foi formada uma Comissão de Política de Desenvolvimento de Coleções. A necessidade de elaboração dessa política já havia sido anteriormente levantada e foi ainda mais evidente diante da iminente migração do sistema de gerenciamento de bibliotecas, ocorrido em 2018. Assim, foi redigida a Política de Desenvolvimento de Coleções da Biblioteca, na qual foram estabelecidos parâmetros para a construção e o desenvolvimento de coleções que compõem o acervo informacional da Biblioteca. Foi também definida a estrutura do acervo da Biblioteca Isaac Kerstenetzky, isto é, os tipos de documentos que o compõe e as suas coleções.

Oportunamente, a missão, os princípios e os objetivos da Biblioteca Isaac Kerstenetzky foram definidos tendo em vista a necessidade de orientar o planejamento e adequar os serviços e produtos oferecidos pela Biblioteca. Essa necessidade foi apontada na reunião em que se formou a Comissão de Política de Desenvolvimento de Coleções, ocorrida em julho de 2017. Na mesma ocasião, e pelo mesmo motivo, também foi definido o público-alvo da Biblioteca.

## Organização dos acervos: processamento técnico e armazenagem

A organização dos acervos se divide nas etapas de processamento técnico (catalogação, indexação e classificação) e armazenagem (localização física dos documentos, considerando adequação do espaço para conservação e otimização de seu uso).

Como já mencionado, a Biblioteca Isaac Kerstenetzky possui um vasto acervo especializado em estatística e geociências. Atualmente, os usuários internos e externos da biblioteca têm autonomia para fazer buscas no catálogo on-line disponível na Internet. O sucesso dessas buscas, entretanto, depende da etapa de processamento técnico desses documentos. É nessa etapa em que os documentos são descritos, classificados e indexados, seguindo padrões mundiais da área de Biblioteconomia que visam facilitar e otimizar a busca do usuário.

Em 2016, foram levantadas falhas recorrentes da busca no catálogo on-line da biblioteca, que eram consequência tanto da limitação de campos de descrição, quanto de limitações técnicas do InfoBib, o sistema de gerenciamento utilizado pela rede de bibliotecas nessa época. Essas falhas foram apresentadas à Gerência de Serviços On-line - GEON, do CDDI, que fez algumas correções técnicas no sistema. Assim, a busca foi melhorada, mas não se pôde suprir a necessidade de mais campos de descrição, nem de adição de um módulo de circulação e de outras funcionalidades presentes em outros sistemas de biblioteca do mercado.

Tendo isso em vista, em maio de 2017 foi feito um estudo pelo TDI para a contratação de um novo sistema de gerenciamento de bibliotecas, que possibilitasse um processamento técnico mais adequado às necessidades dos usuários e às rotinas da biblioteca. Esse estudo resultou em um relatório que foi apresentado e aprovado pelo então Coordenador-Geral do CDDI, Davi Wu Tai. Em janeiro de 2018 se iniciou o processo de migração do antigo sistema, o InfoBib, para o sistema atual, o Pergamum. As principais dificuldades foram: fazer a correlação adequada entre os campos do InfoBib e o padrão MARC 21, solicitando as modificações necessárias; acompanhar a migração, fazendo testes e relatando os erros a serem corrigidos; e, sem dúvidas, a unificação dos exemplares de todas as unidades em apenas um registro bibliográfico.

Em janeiro de 2018, os bibliotecários da Rede de Bibliotecas do IBGE foram treinados para utilização do sistema por uma consultora do Pergamum (Figura 31).

No mesmo ano, a Biblioteca Isaac Kerstenetzky promoveu treinamento sobre o Pergamum para toda a Rede de Bibliotecas do IBGE, com abordagem voltada para as necessidades específicas da Rede. A equipe de Tratamento e Disseminação de Informações também é responsável por prestar atendimento à Rede de Bibliotecas do IBGE quanto à inclusão de registros no Pergamum.

Em abril de 2019, o catálogo on-line do Pergamum foi aberto aos usuários internos e estima-se que até o final desse mesmo ano também seja aberta ao público externo, no *site* da Biblioteca.

Em 2016, a Biblioteca Isaac Kerstenetzky promoveu uma mesa redonda sobre Repositórios Digitais na 3ª Conferência Nacional de Produtores e Usuários de Informações Estatísticas, Geográficas e Ambientais - INFOPLAN. Embora documentos digitais e digitalizados já estejam disponíveis para *download* no catálogo on-line da Biblioteca, no relatório de análise de *softwares* de gerenciamento de bibliotecas, já mencionado, foi apontada a necessidade de implantação de um *software* específico para gestão de objetos digitais do repositório institucional. Assim, os diversos documentos digitais do IBGE terão tratamento adequado de acordo com as suas características e terão maior visibilidade na Internet, como já acontece em outras instituições públicas e privadas, como Ipea, Senado Federal, FGV, BNDES, etc. Em 2017, a Biblioteca Isaac Kerstenetzky participou do I Encontro da Rede Sudeste de Repositórios Institucionais. A implantação de um repositório institucional é o próximo passo no sentido de otimizar a disseminação e o acesso dos usuários aos documentos publicados pelo IBGE.

Em relação à armazenagem dos acervos físicos da Biblioteca Isaac Kerstenetzky, eles estão dispostos em duas grandes salas do prédio do CDDI, organizados por tipos de documentos e por tipo de coleção.

Em 2017 foram levantadas as principais necessidades físicas do espaço da Biblioteca que, em suma, são relativos à conservação (iluminação, mobiliário, controle de temperatura e umidade, preservação e encadernação de documentos) e à segurança (alarmes, controle magnético de circulação, instalação de câmeras, armários fechados para acervo valiosos, extintores de incêndio etc.).

Para fornecer um laudo da situação em que o acervo estava, foram chamados dois especialistas na área de conservação e climatização. Além disso, foram feitas visitas técnicas ao Arquivo Nacional, reuniões com o setor de arquitetura do IBGE e aberta licitação para movimentação e restauração do acervo. Esse processo está em andamento e espera-se que na próxima década a Biblioteca tenha ambiente adequado que possibilite a preservação do acervo.

### Controle bibliográfico e acompanhamento do lançamento de publicações

É de responsabilidade do setor de Tratamento e Disseminação de Informações a elaboração de fichas catalográficas e a solicitação de ISBN e ISSN junto à Biblioteca Nacional e ao IBICT das publicações do IBGE, além da atribuição do *Digital Object Identifier - DOI* para a "Revista Brasileira de Geografia", para o "Brasil em Números" e para livros autorais.

Também é responsabilidade do TDI disponibilizar publicações no *site* da Biblioteca de acordo com o cronograma de divulgação do IBGE.

### Disseminação das informações: atendimento ao usuário e promoção da Biblioteca Isaac Kerstenetzky

O setor de Tratamento e Disseminação de Informações é responsável por prestar atendimento aos usuários, por fazer a promoção da Biblioteca Isaac Kerstenetzky e por disseminar os documentos publicados pelo IBGE.

**Figura 31**  
Treinamento do Pergamum para a Rede de Bibliotecas do IBGE, Rio de Janeiro, 2018



Fonte: Acervo IBGE.

As demandas de atendimento vêm de usuários internos e externos: de forma presencial, na Sala de Leitura e Atendimento, ou à distância, por meio de telefone ou *e-mail*. As demandas mais frequentes dos usuários são de ajuda para localizar dados de pesquisas do IBGE, pedidos de digitalização de publicações, pedidos de empréstimo ou consulta de publicações e pedidos de autorização de uso de fotografias.

Em 2010, a Sala de Leitura e Atendimento foi fechada para dar espaço à central de atendimento telefônico do Censo de 2010. Por seis anos, o espaço para consulta de documentos do acervo foi improvisado em um corredor da Biblioteca, o que não era adequado para a prestação de atendimento e para a consulta dos usuários. Foi então que, em 2016, após etapa de busca de liberação de verbas e planejamento arquitetônico, a Sala de Leitura e Atendimento foi reinaugurada em espaço modernizado, o que possibilitou melhoria na qualidade do atendimento oferecido aos usuários internos e externos da Biblioteca.

**Figura 32**

Treinamento oferecido à equipe de atendimento da Biblioteca, em sua Sala de Leitura e Atendimento, baseado no Manual de Atendimento



Fonte: Acervo IBGE.

Tendo em vista a vastidão e diversidade tanto de informações divulgadas pelo IBGE, quanto de recursos de informação em que elas são divulgadas e, ainda, do público a que essas informações se destinam, em 2017 foi elaborado um Manual de Atendimento da Biblioteca, com o objetivo de servir como material de apoio e consulta para atuais e futuros bibliotecários do IBGE e de, conseqüentemente, trazer mais qualidade ao serviço de atendimento prestado. Baseado nesse manual, foi ministrado um treinamento dos servidores e estagiários da Biblioteca Isaac Kerstenetzky em dezembro de 2017 (Figura 32).

Os esforços de marketing junto ao público interno vêm se fortalecendo desde 2016, quando foi feito um Projeto de Promoção da Biblioteca. Como resultado do plano de ação desse projeto, foi promovido um Seminário de Apresentação da Biblioteca em novembro de 2016 e são publicadas matérias na Intranet para a promoção da biblioteca regularmente desde então.

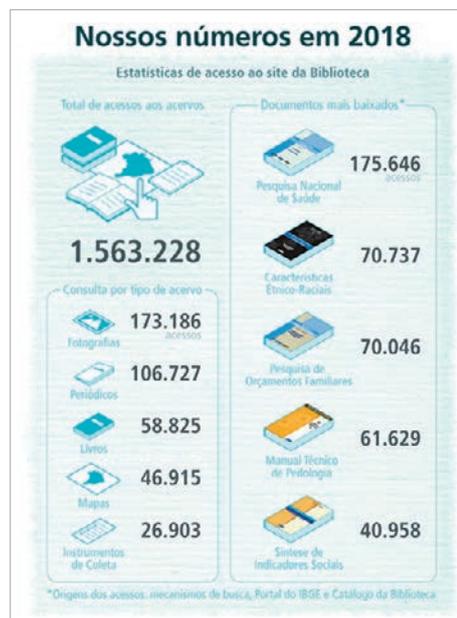
Em 2018 foi demandado à GEON um espaço na Intranet com informações sobre os produtos e serviços da Biblioteca e link para acesso ao catálogo on-line. Também foi proposto e solicitado um novo *layout* para o *site* da Biblioteca na Internet. O atendimento dessas duas demandas ainda está em andamento e espera-se que as novas páginas sejam lançadas na data do aniversário de 80 anos da Biblioteca.

Atualmente, o *site* da Biblioteca compila informações sobre seus produtos e serviços e disponibiliza para todos os usuários o catálogo on-line, onde também é possível fazer o *download* de documentos digitais ou digitalizados publicados pelo IBGE. O *site* tem milhares de acessos e *downloads* por ano, como demonstrado no infográfico abaixo (Figura 33), o que evidencia a importância da Biblioteca Isaac Kerstenetzky como disseminadora das informações produzidas pelo IBGE.

Disseminar informações também implica em manter um bom relacionamento com os usuários e

**Figura 33**

Nossos números em 2018



Fonte: Acervo IBGE.

garantir que suas necessidades de informação sejam atendidas, tendo em vista que eles são o motivo de existir de qualquer biblioteca. Assim, oferecer atendimento de qualidade e manter uma boa comunicação com os usuários são compromissos constantes da equipe do TDI.

## Perspectivas para a Biblioteca Isaac Kerstenetzky

A missão da Biblioteca Isaac Kerstenetzky é preservar, dar acesso e disseminar as informações produzidas pelo IBGE e apoiar o desenvolvimento das atividades desenvolvidas na instituição. Para se alinhar a essa missão, é necessária uma constante adaptação às necessidades dos usuários e à realidade do mercado de informações. Por meio deste livro a equipe da Biblioteca está rememorando seu passado, para melhor entender o seu presente e para melhor vislumbrar o seu futuro.

Os serviços de rotina comuns a todas as bibliotecas, como o processamento técnico de documentos, o atendimento presencial e à distância, a promoção e a disseminação de informações, devem ser constantemente avaliados e atualizados. Alguns projetos relacionados com as necessidades de aprimoramento e de atualização já estão em andamento, como o projeto de reforma da biblioteca, a revisão da migração de sistema, o lançamento de um novo *site* para a biblioteca e de um repositório institucional de publicações.

Quanto ao futuro, há necessidades de atualização e aprimoramento que já foram identificadas e estão previstas, como a criação de um espaço de preservação e restauro de acervos e a elaboração das diretrizes do tesouro e da política de indexação.

Segundo Terrada Artigas (2016, p. 95), o “futuro das bibliotecas especializadas não supõe uma ruptura, mas mantém uma estreita relação com seu passado e presente”. Segundo o autor, a biblioteca especializada deve assumir papel de liderança, evoluindo do papel de apoio para tornar-se parte integrante da atividade de produção do conhecimento. O bibliotecário precisa ser um verdadeiro especialista no processo de comunicação científica para aumentar a produtividade dos pesquisadores e das instituições em que trabalham. Portanto, além de adequar e otimizar os seus serviços e produtos, a Biblioteca Isaac Kerstenetzky pode e deve ampliar o apoio que presta às atividades de pesquisa desenvolvidas pelo IBGE, participando ativamente do planejamento, coleta e disseminação de dados de pesquisa. É fundamental que a Biblioteca Isaac Kerstenetzky continue a acompanhar as mudanças tecnológicas, sociais e institucionais que ocorrem no Brasil e no mundo, se preparando para o futuro.

Em 2016, em atendimento ao Decreto n. 8.777/2016, o IBGE publicou o seu Plano de Dados Abertos - PDA. O PDA é atualizado bianualmente de acordo com “as novas diretrizes institucionais e novas demandas de dados abertos produzidos pelo Instituto” (IBGE, 2016, p. 4). O próximo passo importante diz respeito à implantação de uma política de gestão de dados institucionais, que considere os princípios *data FAIR*: *Findable* (achável), *Accessible* (acessível), *Interoperable* (interoperável), *Reusable* (reutilizável). Atualmente, a equipe do TDI, que trabalha com atendimento, se depara com usuários de todos os níveis de instrução confusos com a quantidade de dados disponibilizados pelo IBGE em várias fontes de informação. As principais dificuldades são encontrar os dados em si ou saber se os dados que procuram foram publicados ou não pelo IBGE. Nesse sentido, se evidencia a necessidade de atuação dos bibliotecários do IBGE em grupos de trabalho sobre os dados abertos da instituição, visto que esses dados precisam mais do que serem disponibilizados, também serem gerenciados e tratados, de modo a possibilitar buscas eficazes por parte dos usuários, sejam estas buscas simples ou complexas.

Segundo a *American Library Association* (2000), “a provisão de informações da maneira mais útil para seus clientes é o teste final de toda biblioteca”. Isto é, após reunir documentos, planejar e realizar o seu tratamento técnico e armazená-los de maneira que garanta o seu acesso e preservação, é necessário garantir que os usuários utilizem e encontrem as informações de que necessitam. O IBGE, como instituição produtora e disseminadora de informações sobre a realidade brasileira, tem a Biblioteca Isaac Kerstenetzky como peça-chave para que a sua missão seja cumprida.

## Referências

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION. *Guidelines for information services*. Rev. 2000. Disponível em: <http://www.ala.org/rusa/resources/guidelines/guidelinesinformation>. Acesso em: dez. 2017.

ARAÚJO, R. F. de. Ciência 2.0 e a presença online de pesquisadores: visibilidade e impacto. *Ciência da Informação em Revista*, Maceió: Universidade Federal de Alagoas, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, v. 1, n. 3, p. 32-40, set./dez. 2014. Disponível em: <http://www.seer.ufal.br/index.php/cir/article/view/1608/1192>. Acesso em: 15 jul. 2019.

ATIVIDADES do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Revista brasileira de geografia*, Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ano 1, n. 4, p. 131-137, out. 1939. Relatório lido pelo Embaixador José Carlos de Macedo Soares, presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; na cerimônia da abertura dos trabalhos das Assembleias Gerais dos Conselhos Nacionais de Geografia e de Estatística, realizados no dia 1. de julho de 1939, na capital da República. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg\\_1939\\_v1\\_n4.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1939_v1_n4.pdf). Acesso em: 2 maio 2019.

BARBOSA, A. P. *Projeto CALCO: adaptação do MARC II para implantação de uma central de processamento da catalogação cooperativa*. 1972. 80 f. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia e Documentação) - Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1972. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/6671/1/276788.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2019.

BARSOITI, R. A informática na biblioteconomia e na documentação. São Paulo: Polis, 1990. (Coleção palavra-chave, 2). Disponível em: [http://abecin.org.br/data/documents/BARSOTTI\\_A\\_informatica\\_na\\_Biblioteconomia\\_e\\_na\\_Documentacao.pdf](http://abecin.org.br/data/documents/BARSOTTI_A_informatica_na_Biblioteconomia_e_na_Documentacao.pdf). Acesso em: 15 jul. 2019.

BETTENCOURT, A. M. *A representação da informação na Biblioteca Nacional: do documento tradicional ao digital*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2014. Disponível em: [http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_obrasgerais/drg1431511/drg1431511.pdf](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasgerais/drg1431511/drg1431511.pdf). Acesso em: 15 jul. 2019.

BOLETIM DE SERVIÇO. Rio de Janeiro: IBGE, ano 2, n. 68, 30 out. 1953.

BOLETIM DE SERVIÇO. Rio de Janeiro: IBGE, ano 5, n. 217, 7 set. 1956. Suplemento.

BRASIL. *Decreto nº 4676, de 14 de janeiro de 1871*. Crêa na Côrte do Imperio uma Directoria Geral de Estatistica, em virtude da autorização concedida pelo art. 2º da Lei nº 1829 de 9 de setembro de 1870, e manda executar o respectivo Regulamento. Brasília, DF, [2019]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-4676-14-janeiro-1871-552057-publicacaooriginal-68972-pe.html>. Acesso em: 4 jun. 2019.

BRASIL. *Decreto-Lei nº 218, de 26 de janeiro de 1938*. Muda o nome do Instituto Nacional de Estatística e o do Conselho Brasileiro de Geografia. Brasília, DF, [2019]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1930-1939/decreto-lei-218-26-janeiro-1938-350934-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 4 jun. 2019.

BRASIL. *Decreto nº 76.664, de 24 de novembro de 1975*. Aprova o Estatuto da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, e dá outras providências. [Alterado pelo Decreto nº 89.762 de 7 de junho de 1984]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-76664-24-novembro-1975-425324-republicacao-23886-pe.html>. Acesso em: 22 jul. 2019.

BRASILIANA Eletrônica. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <http://www.brasiliana.com.br/brasiliana/colecao>. Acesso em: 13 jul. 2019.

CARVALHO, M. B. P. de; LEDA, L. F. Aquisição de material bibliográfico: a experiência da Biblioteca Central do IBGE [comunicado]. In: SIMPÓSIO SOBRE AQUISIÇÃO DE MATERIAL

BIBLIOGRÁFICO. SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 2., 1981, Brasília, DF, 25 a 30 de janeiro de 1981.

CASTRO, C. A FEBAB e o verbo. In: CASTRO, C. *História da biblioteconomia brasileira*. Brasília: Thesaurus, 2000. p. 178-184.

CATÁLOGO DO IBGE. Rio de Janeiro: IBGE, 1992. v. 1: Censos.

CESARINO, M. A. da N. Bibliotecas especializadas, centros de documentação, centros de análise da informação: apenas uma questão de terminologia? *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, v. 7, n. 2, p. 218-241, set. 1978. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/reb/>. Acesso em: 13 jul. 2019.

CONHEÇA nossa “home page” na internet. *Boletim IBGE*, Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ano 3, p. 2, jul. 1997. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/32/bibge\\_1997\\_v3\\_jul.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/32/bibge_1997_v3_jul.pdf). Acesso em: 13 jul. 2019.

CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (Brasil). Assembleia Geral. *Resolução da Assembleia Geral nº 84, de 18 de julho de 1938*. Orienta providências para o desenvolvimento da Biblioteca Central do Instituto. Rio de Janeiro, 1938.

CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (Brasil). Junta Executiva Central. *Resolução da Junta Executiva Central nº 78, de 1 de setembro de 1939*. Dispõe sobre a biblioteca central do instituto. Rio de Janeiro: IBGE, 1939. 24 p. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/1723/rjec\\_1939\\_n61\\_n84.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/1723/rjec_1939_n61_n84.pdf). Acesso em 21 ago. 2019.

CUNHA, M. B. da; CAVALCANTI, C. R. de O. *Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia*. Brasília: Briquet de Lemos, 2008. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/34113>. Acesso em: 13 jul. 2019.

DGC inaugura sua intranet. *Boletim IBGE*, Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ano 3, p. 2, fev. 1998. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/32/bibge\\_1998\\_v3\\_fev.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/32/bibge_1998_v3_fev.pdf). Acesso em: 13 jul. 2019.

DISSEMINAÇÃO de informações. Rio de Janeiro: IBGE, 1991. (Para compreender o IBGE, 2). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv83847.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2019.

DOCUMENTAÇÃO bibliográfica da Amazônia. *Revista brasileira de geografia*, Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ano 4, n. 2, p. 433-461, abr./jun. 1942. Bibliografia amazônica existente na seção de documentação do S.G.E.F., do Conselho Nacional de Geografia. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg\\_1942\\_v4\\_n2.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1942_v4_n2.pdf). Acesso em: 25 jun. 2019.

DOCUMENTAR o quê e para quê? Rio de Janeiro: IBGE, 1991. (Para compreender o IBGE, 4). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv83845.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2019.

DOMINGUES, A. J. P. O planejamento geográfico e a participação do CNG. *Revista brasileira de geografia*, Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ano 26, n. 2, p. 217-220, abr./jun. 1964. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg\\_1964\\_v26\\_n2.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1964_v26_n2.pdf). Acesso em: 20 jun. 2019.

ENCONTRO DE TITULARES DE UNIDADES REGIONAIS, 1., 1977, Brasília, DF. *Recomendações* [...]. Brasília: IBGE, 1977. Documento interno.

FIGUEIREDO, N. M. de. *Estudos de uso e usuários da informação*. Brasília: IBICT, 1994.

FONSECA, E. N. da. Origem, evolução e estados atual dos serviços de documentação no Brasil. *Revista do Serviço Público*, Brasília, DF: Escola Nacional de Administração Pública – ENAP, ano 1, n. 1, p.37-52, jan./abr. 1973. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/issue/view/139/164>. Acesso em: 13 jul. 2019.

GALERIA DE PRESIDENTES. In: IBGE. *Memória*. [2019]. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://memoria.ibge.gov.br/sintese-historicas/galeria-da-presidentes.html>. Acesso em: 15 jul. 2019.

GONZÁLEZ, G. E. *A bibliografia e o método bibliográfico*. México, 1970.

HART, E. *A time to co-operate*. Rio de Janeiro: FGV, 1997. (Tecnologias de informação. Bibliotecas & redes cooperativas).

IBGE. Comissão Censitária Nacional. *Relatório de 1944*. Rio de Janeiro, 1945. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/191/ibge\\_relatorio\\_1944.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/191/ibge_relatorio_1944.pdf). Acesso em: 8 jun. 2019.

IBGE. Comissão Censitária Nacional. *Relatório de 1946*. Rio de Janeiro, 1947. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/191/ibge\\_relatorio\\_1946.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/191/ibge_relatorio_1946.pdf). Acesso em: 8 jun. 2019.

IBGE. *Relatório de 1947 apresentado ao excelentíssimo Senhor General Eurico Gaspar Dutra, Presidente da República*. Rio de Janeiro, 1948. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/191/ibge\\_relatorio\\_1947.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/191/ibge_relatorio_1947.pdf). Acesso em: 8 jun. 2019.

IBGE. Conselho Nacional de Geografia. *Relato de atividades da Divisão de Cartografia: outubro de 1952*. Rio de Janeiro: IBGE, 1952a.

IBGE. *Relatório de 1950 apresentado ao Excelentíssimo Senhor General Eurico Gaspar Dutra, Presidente da República*. Rio de Janeiro: IBGE, 1952b. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/191/ibge\\_relatorio\\_1950.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/191/ibge_relatorio_1950.pdf). Acesso em: 17 jul. 2019.

IBGE. *O IBGE em 1961: [atividades, iniciativas, realizações]*. Rio de Janeiro, 1961. 26 p.

IBGE. Centro de Documentação e Informação Estatística. *O que é o Centro de Documentação e Informação Estatística - CENDIE*. Rio de Janeiro, 1971a. Documento interno.

IBGE. *Informações básicas -1971: instruções e esclarecimentos complementares*. Rio de Janeiro: IBGE, 1971b.

IBGE. Centro de Documentação e Informação Estatística. *Relatório de 1973*. Rio de Janeiro, 1973a. Documento interno.

IBGE. Departamento de Documentação e Divulgação Geográfica e Cartográfica. *Atividades do Departamento de Documentação e Divulgação Geográfica e Cartográfica - DEDIGEO*. Rio de Janeiro, 1973b. Documento interno.

IBGE. Centro de Documentação e Informação Estatística. *Atividades do CENDIE no ano de 1974*. Rio de Janeiro, 1974a. Documento interno.

IBGE. Departamento de Documentação e Divulgação Geográfica e Cartográfica. *Atividades do Departamento de Documentação e Divulgação Geográfica e Cartográfica - DEDIGEO*. Rio de Janeiro, 1974b. Documento interno.

IBGE. Centro de Documentação e Informação Estatística. *Programa sucinto de trabalho no Centro de Documentação e Informação Estatística (CENDIE) para o exercício de 1975*. Rio de Janeiro, 1975a. Documento interno.

IBGE. Departamento de Documentação e Divulgação Geográfica e Cartográfica. *Relatório anual*. Rio de Janeiro, 1975b. Documento interno.

IBGE. Centro de Documentação e Informação Estatística. *Relatório sucinto das atividades desenvolvidas pelo Centro de Documentação e Informação Estatística (CENDIE) – no exercício de 1976*. Rio de Janeiro, 1976a. Documento interno.

IBGE. Centro de Documentação e Informação Estatística. *Esboço de um ante-projeto de implantação da biblioteca central*. Rio de Janeiro, 1976b. Documento interno.

IBGE. Departamento de Documentação e Divulgação Geográfica e Cartográfica. *Relatório anual*. Rio de Janeiro, 1976c. Documento interno.

- IBGE. Biblioteca Central. [Memorando]. *Destinatários. CENDIE - DIVINE*. Rio de Janeiro, 03 jun. 1977a. Memorando 4. Documento interno.
- IBGE. Biblioteca Central. [Memorando]. *Destinatário. GAB DF*. Rio de Janeiro, 29 jun. 1977b. Memorando 24. Documento interno.
- IBGE. Biblioteca central. *Superintendência da Biblioteca Central*. Rio de Janeiro, 1977c. Documento interno.
- IBGE. Presidência. *Resolução da Presidência nº 04, de 20 de maio de 1977*. Dispõe sobre a estrutura, competência e atribuições dos órgãos de assessoramento superior, das diretorias e unidades regionais do IBGE e dá outras providências. Rio de Janeiro, 1977d.
- IBGE. Biblioteca Central. [Memorando]. *Destinatário. GAB da BICEN*. Rio de Janeiro, 13 jun. 1977e. Memorando 24. Documento interno.
- IBGE. Biblioteca central. *Relatório das atividades desenvolvidas na BICEN no ano de 1978*. Rio de Janeiro, 1978a. Documento interno.
- IBGE. *O IBGE no desenvolvimento brasileiro*. Rio de Janeiro: IBGE, 1978b. 31 p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv81722.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2019.
- IBGE. Biblioteca central. *Relatório anual*. Rio de Janeiro, 1979. Documento interno.
- IBGE. Biblioteca Central. *Relatório anual: 1980*. Rio de Janeiro, 1980. Documento interno.
- IBGE. Biblioteca Central. *Relatório das atividades: 1981*. Rio de Janeiro, 1981. Documento interno.
- IBGE. Biblioteca Central. *Relatório resumo de atividades: 1982*. Rio de Janeiro, 1982. Documento interno.
- IBGE. Biblioteca Central. *Relatório das atividades: 1983*. Rio de Janeiro, 1983. Documento interno.
- IBGE. Biblioteca Central. *Relatório das principais atividades no período de 1979 a 1984*. Rio de Janeiro, 1984. Documento interno.
- IBGE. Biblioteca Central. *Atividades desenvolvidas pela Biblioteca Central: 1984*. Rio de Janeiro, 1985. Documento interno.
- IBGE. Biblioteca Central. [Proposta de criação do Centro de Documentação]: 4. versão. Rio de Janeiro, 1986. 4 f. Documento interno.
- IBGE. Gerência de Documentação e Biblioteca. *Rede de bibliotecas do IBGE: relatório de atividades: 1987a*. Rio de Janeiro, 1987a. Documento interno.
- IBGE. Biblioteca Central. *Relatório de atividades: 1986*. Rio de Janeiro, 1987b. Documento interno.
- IBGE. Gerência de Documentação e Biblioteca. *Relatório de atividades: 1987*. Rio de Janeiro, 1988. Documento interno.
- IBGE. Gerência de Documentação e Biblioteca. *Relatório de atividades da rede de bibliotecas em 1988*. Rio de Janeiro, 1989a. Documento interno.
- IBGE. Gerência de Documentação e Biblioteca. *Relatório de atividades: 1988*. Rio de Janeiro, 1989b. Documento interno.
- IBGE. Gerência de Documentação e Biblioteca. *Relatório de atividades: 1989*. Rio de Janeiro, 1990. Documento interno.
- IBGE. Departamento de Documentação e Biblioteca. *Relatório de atividades 1991*. Rio de Janeiro, 1991.
- IBGE. Departamento de Documentação e Biblioteca. *Relatório de atividades 1994*. Rio de Janeiro, 1994.

IBGE. *Relatório de atividades 1997*. Rio de Janeiro, 1997a.

IBGE. Divisão de Biblioteca e Acervos Especiais. *Projeto: informatização da rede de bibliotecas do IBGE*. Rio de Janeiro, 1997b.

IBGE. *Plano de Dados Abertos: 2016-2017*. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: [https://ww2.ibge.gov.br/home/disseminacao/eventos/missao/Plano\\_de\\_Dados\\_Abertos\\_IBGE\\_2016\\_2017\\_20160831.pdf](https://ww2.ibge.gov.br/home/disseminacao/eventos/missao/Plano_de_Dados_Abertos_IBGE_2016_2017_20160831.pdf). Acesso em: 13 jul. 2019.

IBGE. Gerência de Biblioteca e Acervos Especiais. *Análise de softwares para gerenciamento de bibliotecas: relatório final*. Rio de Janeiro, 2017. Documento interno.

INFORMATIVO CDDI. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ano 1, n. 0, jul./ago. 1990. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/140/infocddi\\_1990\\_n0\\_jul\\_ago.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/140/infocddi_1990_n0_jul_ago.pdf). Acesso em: 13 jul. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE BIBLIOGRAFIA E DOCUMENTAÇÃO. O catálogo coletivo nacional de periódicos e o formato CALCO. *RBBB. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, São Paulo, Federação Brasileira de Bibliotecários - FEBAB, v. 1, n. 4/6, p. 68-77, mar. 2018. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1123>. Acesso em: 17 jul. 2019.

INTRODUÇÃO. *Boletim trimestral da Biblioteca Waldemar Lopes*, Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, v. 3, n. 1, p. 3, jan./mar. 1972.

KAISER, L. *Bibliotecas centrais de estatística na Europa*. Moscou, 1970.

LEGISLAÇÃO. *Revista brasileira de estatística*, Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ano 13, n. 52, out./dez. 1952. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/111/rbe\\_1952\\_v13\\_n52.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/111/rbe_1952_v13_n52.pdf). Acesso em: 20 jun. 2019.

MAPA etno-histórico de Curt Nimuendaju. Rio de Janeiro: IBGE, 1981. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv14278\\_1981.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv14278_1981.pdf). Acesso em: 13 jul. 2019.

MAROUN, M. C. dos S. B.; NEVES, M. de L. T. P. *Nomes geográficos: normas para indexação*. Rio de Janeiro: IBGE, 1996. (Documentos para disseminação. Fontes de documentação, 2). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv26006.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2019.

MAXIMILIANO, O. da S. *Manual de procedimentos administrativos da Biblioteca Central*. Rio de Janeiro: IBGE, 1977. Documento interno.

MEMORIA ESTATÍSTICA DO BRASIL. *Parcerias*. [Rio de Janeiro], [20--]. Disponível em: <http://memoria.org.br/parcerias.php>. Acesso em: 18 jul. 2019.

MEY, E. S. A. *Introdução à catalogação*. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 1995.

MEY, E. S. A.; SILVEIRA, N. C. *Catalogação no plural*. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2009.

MODESTO, F. *Panorama da catalogação no Brasil: da década de 1930 aos primeiros anos do século XXI*. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 22., 2007, Brasília, DF. Disponível em: <https://bibliotextos.files.wordpress.com/2011/09/2007panoramacatalogacao.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2019.

MOURA, M. A. G. de. A aplicação do sistema de cartão perfurado na reorganização da biblioteca do Conselho Nacional de Estatística. *A biblioteca*, [Rio de Janeiro], n. 10, jul./dez. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=068306&PagFis=1065>. Acesso em: 20 jun. 2019.

MUELLER, S. P. M. O ensino de biblioteconomia no Brasil. *Ciência da Informação*, Brasília, DF, Instituto Brasileiro de Ciência e Tecnologia - IBICT, v. 14, n. 1, jun. 1985. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/222/222>. Acesso em: 17 jul. 2019.

NOTICIÁRIO. *Revista brasileira de geografia*, Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ano 24, n. 1, p. 137-151, abr./jun. 1962. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg\\_1962\\_v24\\_n1.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1962_v24_n1.pdf). Acesso em: 20 jun. 2019.

NOTICIÁRIO. *Revista brasileira de geografia*, Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ano 27, n. 1, p. 171-175, jan./mar. 1965. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg\\_1965\\_v27\\_n1.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1965_v27_n1.pdf). Acesso em: 17 jul. 2019.

NOTICIÁRIO. *Revista brasileira de geografia*, Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ano 27, n. 2, p. 313-326, abr./jun. 1965. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg\\_1965\\_v27\\_n2.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1965_v27_n2.pdf). Acesso em: 20 jun. 2019.

NOTICIÁRIO. *Revista brasileira de geografia*, Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ano 28, n. 1, p. 85-96, jan./mar. 1966. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg\\_1966\\_v28\\_n1.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1966_v28_n1.pdf). Acesso em: 20 jun. 2019.

NOTICIÁRIO. *Revista brasileira de geografia*, Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ano 31, n. 2, p. 88-98, jan./mar. 1969. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg\\_1969\\_v31\\_n2.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1969_v31_n2.pdf). Acesso em: 17 jul. 2019.

NOTICIÁRIO. *Revista brasileira de geografia*, Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ano 31, n. 3, p. 168-178, jan./mar. 1969. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg\\_1969\\_v31\\_n3.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1969_v31_n3.pdf). Acesso em: 20 jun. 2019.

NOVA IMAGEM: revista interna do IBGE. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, n. 1, nov./dez. 1985. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/279/nova\\_imagem\\_1985\\_n1\\_nov\\_dez.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/279/nova_imagem_1985_n1_nov_dez.pdf). Acesso em: 24 maio 2019.

NOVA IMAGEM: revista interna do IBGE. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, n. 5, jun./jul. 1986. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/279/nova\\_imagem\\_1986\\_n5\\_jun\\_jul.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/279/nova_imagem_1986_n5_jun_jul.pdf). Acesso em: 24 maio 2019.

NOVA página na internet. *Boletim IBGE*, Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ano 3, p. 1, out. 1997. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/32/bibge\\_1997\\_v3\\_out.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/32/bibge_1997_v3_out.pdf). Acesso em: 13 jul. 2019.

ODDONE, N. A documentação no Brasil e seu impacto durante o estado novo. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 11., 2010, Salvador. *Anais [...]*. Brasília, DF: Associação Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 2010. Disponível em: <http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/xienancib/paper/viewFile/3399/2525>. Acesso em: 15 jul. 2019.

OLIVEIRA, R. R. de; CUNHA, M. E. de M. e. *Informe do Conselho Nacional de Estatística*. Rio de Janeiro: Centro Latinoamericano de Investigaciones en Ciencias Sociales, 1965. 8 p. Inclui anexos. Reunión Latinoamericana de Documentación en Ciencias Sociales, Rio de Janeiro, 23-25 de septiembre de 1965.

OLIVEIRA, R. R. de. *A documentação estatística básica no Brasil*. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1967. 35 p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv82590.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2019. Trabalho reproduzido especialmente para o V Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, São Paulo, de 8 a 15 de janeiro de 1967, da revista América Latina, Rio de Janeiro, Centro Latino Americano de Pesquisas em Ciências Sociais, ano 9, n. 1, jan.-mar. 1966.

PIONEIROS DO IBGE. In: IBGE. *Memória*. [2019]. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://memoria.ibge.gov.br/sinteses-historicas/pioneiros-do-ibge.html>. Acesso em: 15 jul. 2019.

REDE BIBLIODATA. *Histórico*. Disponível em: <http://bibliodata.ibict.br/geral/modelos/historicoantes.htm>. Acesso em: 14 fev. 2018.

RELATÓRIO da presidência do IBGE referente ao ano de 1941, apresentado ao chefe do governo. *Revista brasileira de geografia*, Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ano 4, n. 2, p. 387-428, abr./jun. 1942. Noticiário no qual o presidente do IBGE informa as principais atividades do instituto no ano de 1941. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg\\_1942\\_v4\\_n2.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1942_v4_n2.pdf). Acesso em: 2 maio 2019.

RESENHA. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ano 1, n.1, jan./mar. 1940. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/111/rbe\\_1940\\_v1\\_n1.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/111/rbe_1940_v1_n1.pdf). Acesso em: 25 jun. 2019.

REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA. Rio de Janeiro: IBGE, 1940-. Continuação de Revista de economia e estatística. ISSN 0034-7175. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7111>. Acesso em: 17 jul. 2019.

SANTOS, P. L. V. A. da C.; PEREIRA, A. M. *Catálogo: breve histórico e contemporaneidade*. Niterói, RJ: Intertexto, 2014.

SANTOS, R. G.; CANDIDO, A. C. Bibliotecas como *makerspace*: oportunidades de implementação a partir de um caso prático. *Ciência da Informação em Revista*, Maceió: Universidade Federal de Alagoas, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, v. 6, n. 1, p. 114-125, jan./abr. 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.28998/cirev.2019v6n1g>. Acesso em: 6 jun. 2019.

SENRA, N.; FONSECA, S. M.; MILLIONS, T. C. *Brasil em pauta: a trajetória da comunicação no IBGE*. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101611.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2019.

SERVIDOR pode pedir livro da biblioteca pela rede. *Boletim IBGE*, Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ano 3, p. 2, jul. 1997. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/32/bibge\\_1997\\_v3\\_jul.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/32/bibge_1997_v3_jul.pdf). Acesso em: 13 jul. 2019.

SILVA, F. Documentação profissionalizada: formação, seleção e aperfeiçoamento de documentarista. *Revista do Serviço Público*, Brasília, DF: Escola Nacional de Administração Pública – ENAP, v. 86, n. 1/2, p. 55-59, jan./fev. 1960. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/download/3670/2102>. Acesso em: 17 jul. 2019.

TEJADA ARTIGAS, C. M. Bibliotecas de centros de pesquisa no século XXI: desafios e perspectivas. In: RIBEIRO, A. C. M. L.; FERREIRA, P. C. G. (orgs.). *Biblioteca do século XXI: desafios e perspectivas*. Brasília: Ipea, 2016. p. 95-114. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/170105\\_biblioteca\\_do\\_seculo\\_21.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/170105_biblioteca_do_seculo_21.pdf). Acesso em 13 jul. 2019.

VASCONCELLOS, P. A. G. Biblioteca/CALCO: informação bibliográfica para o desenvolvimento. *Ciência da Informação*, Brasília, DF, Instituto Brasileiro de Ciência e Tecnologia - IBICT, v. 25, n. 3, 1996. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/646/650>. Acesso em: 18 jul. 2019.

# Formação do acervo e coleções, uma biblioteca especializada para retratar o Brasil

Catarina Felix\*

Gerlaine Braga\*\*

Luciana F. Lau\*\*\*

A Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE em sua trajetória de 83 anos, detém um rico acervo de raridades bibliográficas, trabalhos e relatos oriundos das pesquisas desenvolvidas, além de documentos históricos que retratam o Brasil, cuja totalidade confere ao IBGE o lugar de destaque como órgão responsável por retratar e disseminar informações sobre o Brasil.

A Biblioteca Isaac Kerstenetzky é o espaço cumulativo da memória social do IBGE, concebida para preservar e disseminar insumos de informação, cultura e conhecimento sobre estatística e geociências, representa a memória coletiva da trajetória institucional. Considerando essa importância após apresentação da trajetória histórica e técnica da Biblioteca Isaac Kerstenetzky, nesta seção serão apresentadas as coleções que compõem o seu acervo destacando aspectos que possibilitam compreender a gênese, desenvolvimento e níveis de especialidade.

O acervo, com as temáticas que se conhece hoje, é iniciado pela junção dos acervos do Conselho Nacional de Estatística - CNE e Conselho Nacional de Geografia - CNG, órgãos que apresentavam a intenção institucional de formar acervos especializados e atualizados em estatística e geociências, por meio da seleção e aquisição de obras nacionais e internacionais sobre essas temáticas. Como é possível verificar no texto da Resolução nº 84 de 1938 que dispõe sobre a ampliação da Biblioteca Central do IBGE: “[...] 1ª A Biblioteca Central do Instituto será ampliada de modo que nela se encontrem não só obras clássicas, mas ainda a literatura moderna cuja consulta seja necessária aos serviços do Instituto”. (CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, 1938). Em 1939 e 1940, são recebidas duas coleções particulares, de Giorgio Mortara e de Bulhões de Carvalho, que enriquecem o acervo bibliográfico sobre assuntos brasileiros sob o ângulo estatístico.

\* Tecnologista do IBGE, Bibliotecária no Setor de Tratamento e Disseminação de Informações, Mestre em Biblioteconomia pela UNIRIO.

\*\* Tecnologista do IBGE, Bibliotecária no Setor de Tratamento e Disseminação de Informações, Mestranda em Biblioteconomia pela UNIRIO.

\*\*\* Tecnologista do IBGE, Bibliotecária no Setor de Tratamento e Disseminação de Informações, Mestranda em Ciência da Informação pelo IBICT/UF RJ.

A seleção de publicações para o acervo tinha como prioridade as solicitações dos órgãos técnicos como apoio às atividades que eram desenvolvidas pela Instituição. A atuação da biblioteca era preponderante para coordenar as demandas existentes, priorizando a seleção em função dos projetos em desenvolvimento e balanceando o acervo segundo a importância relativa dos assuntos. As obras nacionais e internacionais eram selecionadas e adquiridas por compra, e principalmente por meio de doações e permutas. Essas últimas ocorriam graças ao intercâmbio mantido com órgãos congêneres e outras entidades culturais nacionais e estrangeiras. Desde 1947, os organismos internacionais de estatística vinham procurando criar nas organizações nacionais seções com a finalidade de manter o que chamavam “o ponto focal nacional”, como centro de intercâmbio de informações estatísticas (IBGE, 1973).

As obras internacionais adquiridas por permutas eram possibilitadas por meio de acordos de cooperação técnica com instituições internacionais, como a *Library of Congress* - LC, Instituto Interamericano de Estatística - IASI, Organização das Nações Unidas - ONU, Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura - FAO, Organização Internacional do Trabalho - OIT, Fundo Monetário Internacional - FMI, Instituto Internacional de Estatística - ISI e outras bibliotecas de institutos de estatística (IBGE, 1944, 1973). O intercâmbio de publicações nesse período era importante para viabilizar a comparabilidade internacional das estatísticas oficiais e era uma oportunidade de melhorar a qualidade e atualidade dos acervos, tornando-os cada vez mais especializados. Com essa atuação a Biblioteca do IBGE corroborava com a tendência das bibliotecas europeias de estatística que iniciaram ainda em 1853 intercâmbio internacional de publicações para auxiliar o desenvolvimento da estatística como ciência (KAISER, 1970).

Um relatório de 1970 cita o nível de completude e especialização do acervo da Biblioteca do IBGE como: “valioso setor de obras de estatística e economia abrange os melhores autores e é a mais completa coleção de periódicos técnicos de estatística” (IBGE, 1971, p. 4).

Atualmente o acervo é categorizado em coleções circulantes e coleções especiais e de obras raras, conforme a estrutura apresentada a seguir:

- Coleção Circulante
- Coleção de Referência
- Coleções Especiais
  - Coleção Giorgio Mortara
  - Coleção Isaac Kerstenetzky
  - Coleção IBGEANA
  - Coleção de Obras Raras
  - Coleção Brasileira
  - Coleção Iconográfica
  - Coleção de Apoio à Coleta
  - Coleção Cartográfica

A coleção circulante é composta por livros e periódicos especializados que podem ser emprestados para leitura fora do recinto da Biblioteca. Ressalta-se que desde a década de 1940, pelo menos, há menção clara aos títulos de periódicos científicos (PUBLICAÇÕES..., 1940). Neste período o principal meio de comunicação científica constituía-se do periódico, sendo mais utilizado por conta da necessidade do próprio campo científico de agilizar a comunicação dos resultados das pesquisas. A Biblioteca ao longo de sua existência formou uma coleção extensa de periódicos, tanto nacionais como internacionais, adquirindo os itens tanto por assinatura (que em determinados momentos correspondia a grande parte de suas despesas), quanto por permutas.

Por conta da dinâmica informacional, com a informatização e com a Internet, o acesso aos artigos de periódicos se modificou, passou a ser realizado também de forma digital. Ao invés de assinaturas individuais das revistas, grandes grupos editoriais controlaram verdadeiros conglomerados de revistas, dessa forma, caso houvesse interesse em determinado título, era e ainda é bem comum que fosse preciso assinar todo o conteúdo daquela editora para que se tenha acesso ao item desejado.

Esse contexto dinâmico da informação, dentre outros fatores, fez com que emergisse o Movimento do Acesso Aberto, tendo como marco inicial, ainda em 1971, o Projeto Gutenberg, que viabilizou a distribuição digital gratuita de livros. Com o desenvolvimento da internet em particular, hoje o Movimento se constitui da viabilização online de qualquer produto que proporcionará conhecimento<sup>1</sup>. Muitos dos periódicos impressos quando migraram para o formato digital, e os de instituições públicas, em especial, tornaram-se de acesso aberto. Nesse contexto, em 2017, a Biblioteca decidiu rever a sua coleção extensa de periódicos, que ocupava quase que completamente a sala 113 do andar térreo do Complexo Canabarro, desbastando os títulos de diversas editoras que já haviam disponibilizado seus artigos na Internet com acesso livre.

A coleção de referência é constituída por dicionários gerais e especializados, atlas, enciclopédias, vocabulários, guias, catálogos, bibliografias e bases de dados em CD-ROM.

As coleções especiais e de obras raras consistem em partes do acervo que são mantidas em separado, em razão de seu formato físico, assunto, raridade, forma de aquisição ou proveniência.

Nas seções a seguir são apresentadas o histórico e proveniência das Coleções Especiais e de Obras Raras, iniciando pela descrição das Coleções Giorgio Mortara e Isaac Kerstenetzky que foram bibliotecas pessoais recebidas para compor o acervo.

## Coleção Giorgio Mortara (1939)

No âmbito das doações particulares que foram relevantes para iniciar e especializar o acervo está a Coleção Giorgio Mortara (1885 – 1967), sendo a primeira doação particular de acervo especializado em ciências sociais recebida pela Biblioteca do CNE, em 1939, é constituída pelo acervo particular de Giorgio Mortara:

Giorgio Mortara (1885-1967), assessor técnico do Conselho Nacional de Estatística e consultor técnico da Comissão Censitária Nacional. Estatístico, demógrafo, economista de renome internacional, deixou vasta obra desdobrada em inúmeros estudos: análises das características estruturais da população e de seu desenvolvimento, avaliação de frequência das uniões livres, números-índices dos preços e das quantidades produzidas nos setores agricultura, indústrias extrativas e comércio exterior, alfabetização e instrução da população, estudos sobre as línguas estrangeiras e aborígenes faladas, entre outros assuntos a que se dedica como cientista atento aos fenômenos socioeconômicos e culturais, campo de investigação em que atuou com imensa sabedoria (PIONEIROS DO IBGE, 2019).

**Figura 1**  
Giorgio Mortara



Fonte: Acervo IBGE.

Em 1939 a Revista Brasileira de Geografia agradece a contribuição realizada por Giorgio Mortara à Biblioteca, formando “o maior centro bibliográfico brasileiro de rigorosa especialização técnica, informativa e científica no domínio da estatística” (RELATÓRIOS..., 1939) (Figura 2).

**Figura 2**  
Trecho da Revista Brasileira de Geografia (1939)

O Curso de Informações que realizamos em julho do ano passado, vai repetir-se agora, aos cuidados de mestres não menos provetos que os conferencistas de 1938. São eles: o economista e estatístico, de renome mundial, Prof. Giorgio Mortara, hoje dedicadamente ao serviço do nosso Instituto e cuja colaboração no preparo do censo de 1940 os nossos técnicos não se tem cansado de enaltecer e admirar; o dr. André Braga, também um dos especialistas do Serviço Censitário; e o Padre Hélder Câmara, técnico de Educação, do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. Ao primeiro deles, aliás, o Prof. Mortara, devemos não somente o respeito a que faz jus seu valor como cientista, mas também a nossa gratidão pela generosa oferta da sua biblioteca ao Instituto, tornando-nos possuidores de mais de 12 mil volumes, que formam o maior centro bibliográfico brasileiro de rigorosa especialização técnica, informativa e científica no domínio da estatística.

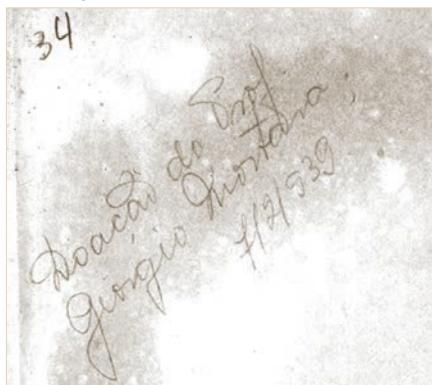
Fonte: Relatórios, resoluções e leis (1939).

<sup>1</sup> FAUSTO, S. Evolução do Acesso Aberto: breve histórico [online]. SciELO em Perspectiva, 2013. Disponível em: <https://blog.scielo.org/blog/2013/10/21/evolucao-do-acesso-aberto-breve-historico/>. Acesso em: 18 jun. 2019.

A partir de 1939 o acervo de Giorgio Mortara foi incorporado ao acervo geral da Biblioteca. Em 1980 foi realizada seleção para identificação de duplicatas e fusão dos fichários (catálogos) de autor oriundos das antigas Bibliotecas do CNG e CNE, o que permitiu a identificação e formação da primeira coleção especial da então Biblioteca Central do IBGE, Coleção especial Giorgio Mortara, por meio de títulos com anotações que indicavam a procedência e data da doação (IBGE, 1980). Essa coleção continua armazenada e separada como coleção especial e possui atualmente 669 títulos.

**Figura 3**

Informação sobre a data de recebimento da doação Giorgio Mortara, anotado em um livro da Coleção Mortara



Fonte: Acervo IBGE.

**Figura 4**

Carimbo de identificação da "Secção Mortara"



Fonte: Acervo IBGE.

## Coleção Isaac Kerstenetzky (1994)

Coleção constituída pelo acervo particular de Isaac Kerstenetzky (1926-1991), que presidiu o IBGE de 1970 a 1979.

Isaac Kerstenetzky (1926-1991) era economista, com especialização na área de Planejamento Econômico. Oriundo dos quadros da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e da Fundação Getúlio Vargas – onde ocupara a chefia do Centro de Contas Nacionais (1954-1959) e da Diretoria de Pesquisas (1964-1970) –, desfrutava de larga experiência no campo das estatísticas, tendo participado diretamente das discussões sobre a reforma do sistema estatístico ocorridas nos anos 1950 e 1960, na condição de membro da JEC. Atuou ainda como membro da delegação do Brasil na Conferência de Meio Ambiente, em Estocolmo (1972), na Conferência Mundial de População, em Bucareste (1974) e como representante do país na Comissão de Estatística das Nações Unidas (1970-1979) (GALERIA DE PRESIDENTES, 2019).

**Figura 5**

Isaac Kerstenetzky (1926-1991)

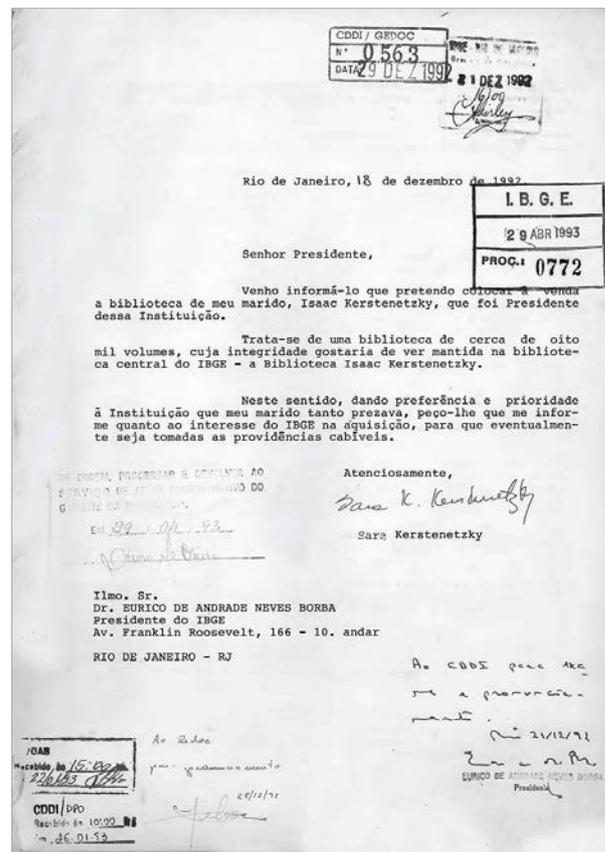


Fonte: Acervo IBGE.

O acervo particular foi oferecido para compra em 1992, mas somente em 1994 a doação de parte do acervo foi realizada por familiares de Isaac Kerstenetzky (Figura 6) para incorporação a Biblioteca Isaac Kerstenetzky como "Coleção Especial Isaac Kerstenetzky". Com a incorporação desse acervo foram iniciadas discussões sobre o interesse institucional em criar na estrutura da Biblioteca Isaac Kerstenetzky um espaço destinado a reunir acervos especiais de Obras Raras, IBGEANA, Brasileira, Mortara e Isaac Kerstenetzky, com objetivo de destacar a preciosidade das obras e fornecer acondicionamento e mobiliário adequado para essas coleções.

Figura 6

Carta com interesse de doação para o IBGE do acervo pessoal de Isaac Kerstenetzky, assinada por Sara Kerstenetzky (1992)



Fonte: Acervo IBGE.

Em documento de 1995 endereçado ao chefe de gabinete da Presidência do IBGE escrito por Ângelo Jose Pavan (Superintendente do Centro de Documentação de Informações - CDDI) a preciosidade dessas coleções é destacada:

Esse valioso acervo [...] contém obras selecionadas, algumas raras outras esgotadas, abrangendo diversas áreas do conhecimento humano. Particularmente, daquelas de atuação do IBGE, o que viria reforçar a nossa biblioteca na busca de tornar-se um Centro Nacional (da referência) sobre informações estatísticas (PAVAN, 1995, p. 11).

## Coleção IBGEANA (1991)

Com o objetivo de preservar a memória da produção institucional e editorial do IBGE em 1991 é iniciado pelo setor de referência da Biblioteca Isaac Kerstenetzky trabalho de seleção e separação do acervo produzido pelo IBGE. Neste momento foram separados 1 exemplar de cada publicação do IBGE desde a sua origem, iniciando a composição da Coleção Especial IBGEANA (IBGE, 1991).

Desde a sua criação esta coleção é mantida fora de circulação para impedir a deterioração com o manuseio e para garantir a preservação da memória técnica institucional. A ela também são incorporados títulos produzidos pelos servidores do IBGE.

É composta por livros, periódicos, mapas, atlas, fotografias, relatórios, teses, dissertações, DVDs, CD-ROMs, instrumentos de apoio à coleta, tabelas e dados, dentre outras tipologias.



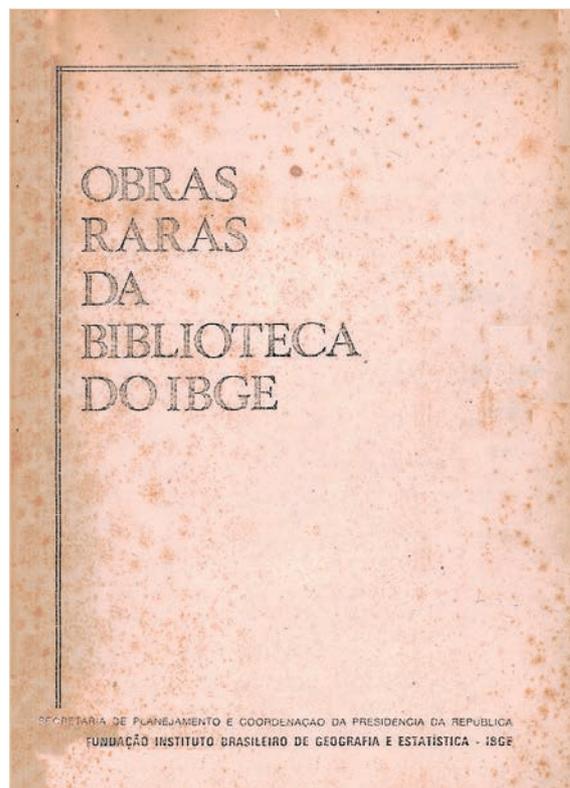
- MOIVRE, Abraham de, 1667-1754. **The Doctrine of chances, or, A method of calculating the probabilities of events in play.** London: H. Woodfall, 1738. 256 p. 2.ed.
- ESSAI sur les probabilités de la durée de la vie humaine: d'où l'on déduit la maniere de déterminer les Rentes viagères, tant fimples qu'en Tontines: précède d'une courte explication fur les Rentes à terme, ou annuités et accompagné d'une .... Paris: Chez les Freres Guerin, 1746. 1 v.

A última intervenção nesse acervo foi realizada na década de 1980 quando todas as obras raras foram higienizadas e restauradas, visando melhorar o acondicionamento e preservação da coleção.

Em 1988, a Gerência de Documentação e Biblioteca elaborou uma bibliografia de Obras Raras (Figura 9) em comemoração ao primeiro cinquentenário do IBGE, considerado uma oportunidade para que fosse dada ênfase a documentos que registrassem a evolução histórica da instituição e às atividades desenvolvidas nos setores da Estatística, Geografia etc. Consiste na compilação de informações, abrangendo volumes dos censos, relatórios estatísticos e outras publicações da antiga Diretoria Geral de Estatística, atlas, livros, textos e diversas obras raras consideradas de valor histórico (IBGE, 1988). A compilação tinha como objetivo disponibilizar aos usuários um instrumento de consulta para facilitar as pesquisas históricas nas suas áreas de atuação. Ordenada alfabeticamente, possuía índices cronológicos, de títulos e assuntos.

Essa coleção continua armazenada e separada como coleção especial e possui atualmente cerca de 440 títulos.

**Figura 9**  
Catálogo de obras da biblioteca do IBGE (1988)



Fonte: Acervo IBGE.

## Coleção Brasileira

Coleção idealizada por Octales Marcondes Ferreira, presidente da Companhia Editora Nacional, como a “quinta série” de uma coleção mais ampla, intitulada Biblioteca Pedagógica Brasileira, a Brasileira compõe-se de 387 volumes, acrescidos de 26 da série Grande Formato e de 2 da Série Especial. A Coleção foi lançada logo após a Revolução de 1930 e a criação do Ministério da Educação, tendo a dirigido, por 25 anos, o grande educador Fernando de Azevedo, depois substituído pelo historiador Américo Jacobina Lacombe (BRASILIANA..., 2019).

Sua abrangência se estende pelas principais áreas do saber, da História à Antropologia, da Ciência Política à Geografia, da Sociologia à Linguística, da Economia às Ciências Naturais, reunindo autores nacionais e estrangeiros que se debruçaram sobre o Brasil, inclusive a importante contribuição dos viajantes europeus que percorreram o País no Século XIX (BRASILIANA..., 2019).

A coleção Brasileira da Biblioteca Isaac Kerstenetzky possui 389 títulos compreendendo o período de publicação de 1925 a 1939.

## Coleção Iconográfica

O IBGE tem como missão retratar o Brasil, e faz isso por meio dados, informações textuais, mapas, cartas topográficas e por meio de informações imagéticas, mais precisamente fotografias. A fotografia pode ser compreendida como espelho do que representa, pois como afirma Barthes (1984) a fotografia sempre carrega consigo seu referente. Assim, é entendida como um recorte da realidade; prova de que algo existiu ou aconteceu (DUBOIS, 1993; KRAUSS, 2002; SONTAG, 2004).

Atualmente a Biblioteca Isaac Kerstenetzky possui um acervo iconográfico com cerca de 55 600 fotografias, que se divide em cinco séries: Eventos Institucionais, Trabalhos Geográficos de Campo, Tipos e Aspectos do Brasil, Municípios Brasileiros e Prêmio Fotográfico Censo 2017.

A série **Eventos Institucionais** registra pessoas, momentos históricos e fatos importantes para a memória da instituição. Possui representações pelas quais é possível contar a história administrativa da instituição por meio de fotografias. Contém cerca de 1 390 fotografias em preto e branco e colorido, que datam de 1926 até os dias atuais; assim, possui além de fotografias em formato físico, fotografias que já nasceram em meio digital. Esta série está em constante crescimento, pois acompanha o desenvolvimento da história do IBGE.

A série **Trabalhos Geográficos de Campo** segundo Abrantes (2000) as fotografias foram produzidas nas excursões de pesquisa de campo realizadas entre os anos de 1939 a 1968, por técnicos do IBGE. É composta por cerca de 17 900 cópias de contato, em preto e branco. Segundo a autora os técnicos do IBGE utilizavam a fotografia para documentar as características das regiões estudadas pelos geógrafos. Esta série está ligada ao trabalho de campo realizado naquele período específico, assim, é uma coleção encerrada.

A série **Tipos e Aspectos do Brasil** mostra particularidades das regiões brasileiras. É constituída por cerca de 50 fotografias em preto e branco. Estas fotografias foram reunidas para representar as especificidades das regiões do Brasil, sendo assim, a coleção também se encontra encerrada.

**Figura 10**  
Fotografia da Série Eventos Institucionais



Fonte: Acervo IBGE.

**Figura 11**  
Fotografia da Série Trabalhos Geográficos de Campo



Fonte: Acervo IBGE.

**Figura 12**  
Série Tipos e Aspectos do Brasil



Fonte: Acervo IBGE.

A série **Municípios Brasileiros** possui cerca de 26 300 fotografias que revelam o dia a dia das cidades com vistas panorâmicas, monumentos, edifícios de destaque para a cidade, pontos turísticos e fatos históricos. A série é composta por fotografias e cartões postais em preto e branco, sépia e colorido, de diversos tamanhos, que datam de 1925 até os dias atuais. As fotografias possuem origens diversas, recebidas das agências estaduais do IBGE, de moradores ou das prefeituras da cidade. A coleção recebe fotografias até hoje com objetivo de representar todas as cidades brasileiras.

**Figura 13**  
Fotografia da Série Municípios Brasileiros



Fonte: Acervo IBGE.

Cabe destacar que as fotografias das séries de Municípios Brasileiros e de Trabalhos Geográficos de Campo possuem atualmente integração com o *site* Cidades e Estados do IBGE<sup>2</sup>, um sistema agregador de informações sobre os municípios e estados do Brasil.

A série **Prêmio Fotográfico Censo Agro 2017** é constituída por cerca de 8 780 fotografias tiradas por recenseadores durante a coleta do Censo Agropecuário 2017, tendo sido submetidas a um concurso organizado pelo CDDI. As fotografias são coloridas, em formato digital e foram tiradas com base em três categorias: atividade agropecuária, cenários rurais e cenários urbanos. Revelam aspectos das cidades, características das paisagens rurais e especificidades da atividade agropecuária de cada local retratado. Como as fotografias foram reunidas por ocasião do Censo Agro 2017, sendo assim esta coleção também foi encerrada.

<sup>2</sup> <https://cidades.ibge.gov.br/>



Figura 16

II Campanha estatística de [1937]: (plano nacional):  
inquéritos relativos ao ano de \_ : caderno B, 1937

República dos Estados Unidos do Brasil  
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

CAMPANHA ESTATÍSTICA DE \_\_\_\_\_  
(PLANO NACIONAL)

Inquéritos municipais relativos ao ano de \_\_\_\_\_

Cópia de formulários referentes ao Município de \_\_\_\_\_  
Estado de \_\_\_\_\_ preenchidos com a colaboração e sob a  
responsabilidade do Governo local, por intermédio da sua Agência Municipal de Estatística.

Data da conclusão do inquérito \_\_\_\_\_

Assinatura do Agente de Estatística responsável pelo inquérito \_\_\_\_\_

ADS SRS. PREFEITOS MUNICIPAIS

Do sucesso e apoio dos Governos Municipais depende precisamente o  
êxito da estatística geral brasileira. O INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRA-  
FIA E ESTATÍSTICA faz, assim, um chamado apelo aos dignos Chefes das admi-  
nistrações locais, solicitando-lhes decisiva e eficiente colaboração no preenchimento  
destes formulários.

J. C. de Macedo Soares  
Presidente do Conselho Nacional de Estatística e Estatística

"VISTO" do Prefeito em exercício  
(Impressão em qualquer publicação de nível  
municipal ou estadual)

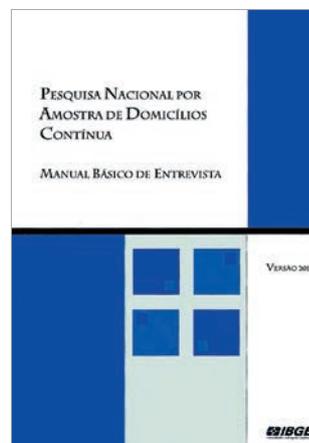
Data \_\_\_\_\_  
Assinatura \_\_\_\_\_

Chama-se a atenção dos Srs. Agentes Municipais de Estatística não só para  
as "instruções gerais" que se seguem a este caderno, como para as "instruções es-  
peciais" no verso de cada formulário.

Fonte: Acervo IBGE.

Figura 17

Instrumento de apoio à coleta  
da Pesquisa Nacional por  
Amostra de Domicílios



Fonte: Acervo IBGE.

Os documentos da Coleção de Apoio à Coleta fazem integração com o *site* Conceitos e Métodos: Metadados<sup>3</sup> (banco de metadados estatísticos). A Biblioteca cataloga os documentos e disponibiliza os links para acesso a eles, os quais são integrados com o referido *site*. Semelhante aos da Coleção Cartográfica, têm como vantagem terem sido todos produzidos pelo IBGE, e, por isso, já foram digitalizados ou já nasceram digitais e foram disponibilizados no catálogo da Biblioteca mais de 5 000 documentos de apoio à coleta.

## Coleção Cartográfica

Acredita-se que esta coleção seja resultante da incorporação da mapoteca do Conselho Nacional de Geografia, ou pelo menos de uma parte dela. Atualmente é composto apenas por mapas e cartas topográficas<sup>4</sup>, compreendendo escalas entre 1:25 000 e 1:5 000 000, mas já pertenceram a essa coleção cartas náuticas e aeronáuticas, folhas da rede de triangulação e nivelamento geodésico e folhas de levantamentos aerofotogramétricos. Possui hoje mais de 10 000 itens em formatos físico e digital. Uma grande vantagem da Biblioteca é que a maior parte dessa coleção é composta por itens produzidos pelo próprio IBGE, e, por isso, já foram ou são passíveis de serem digitalizados e estão disponíveis em seu catálogo.

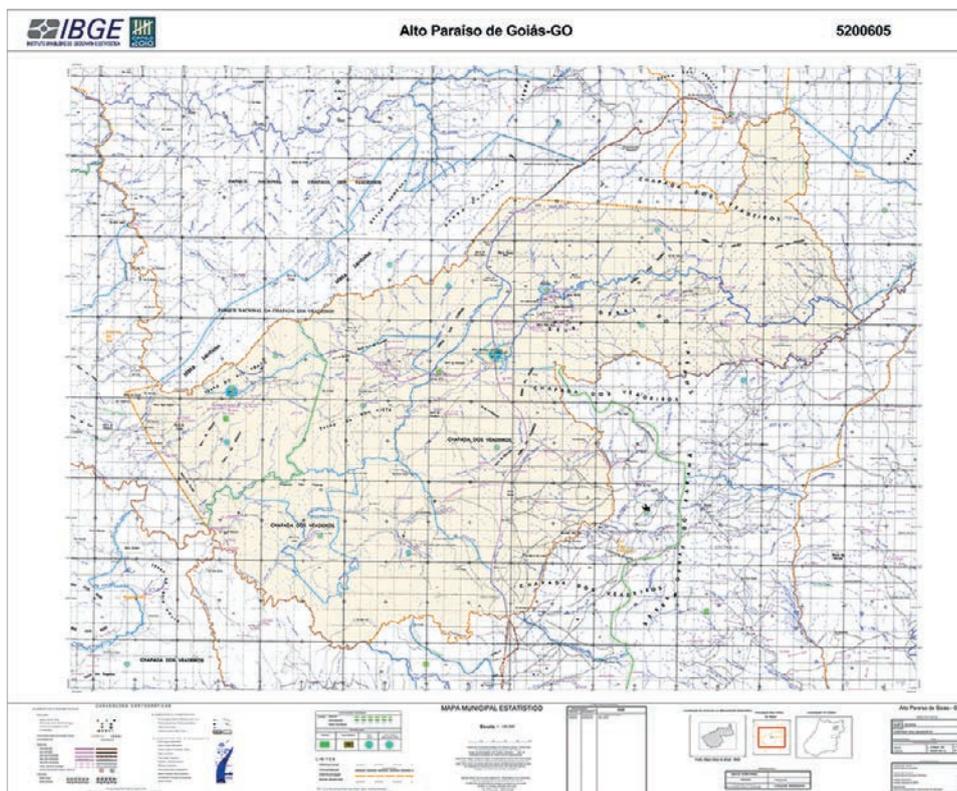
O IBGE elabora cartas topográficas e mapas delas derivados (nacionais, regionais, estaduais e municipais) que constituem as bases sobre as quais se operacionalizam esses levantamentos e são representados seus resultados, em uma abordagem homogênea e articulada do Território Nacional. Para tanto, vem produzindo o mapeamento topográfico do País de forma sistemática, em escalas padronizadas, de acordo com o grau de desenvolvimento instalado ou projetado no território<sup>5</sup>.

<sup>3</sup> <https://metadados.ibge.gov.br/consulta>

<sup>4</sup> Apesar do acervo da Biblioteca Isaac Kerstenetzky possuir essas tipologias o IBGE produz uma gama de informações geográficas (informação sobre posicionamento geodésico, imagens de território, imagens georreferenciais e ortorretificadas, ortomosaicos, modelos digitais de superfície, informações ambientais, informações sobre organização do território, nomes geográficos, produtos educacionais, recortes para fins estatísticos etc.) que a biblioteca pode auxiliar os usuários na pesquisa.

<sup>5</sup> Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/geociencias/cartografia/default.shtm>. Acesso em: 19 jun. 2019.

**Figura 18**  
Mapa municipal estatístico de Alto Paraíso de Goiás (GO), 2010



Fonte: Acervo IBGE.

**Figura 19**  
Mapa elaborado pelo CNG, 1958



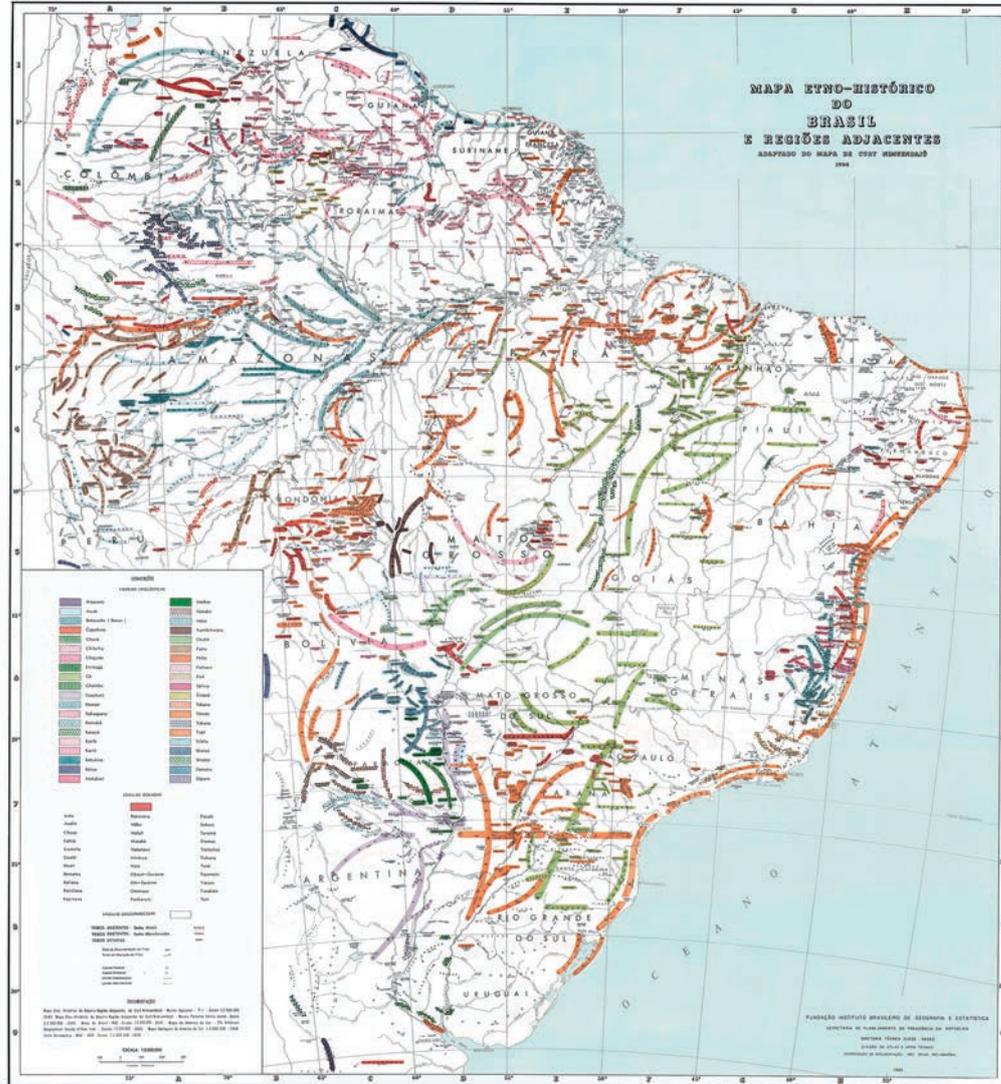
Fonte: Acervo IBGE.

A coleção cartográfica representa um desafio constante, no sentido de tentativa de acompanhamento da volumosa produção institucional desses documentos e de integração dos registros da Biblioteca com o Portal do IBGE.

**Figura 20**

Mapa Etno-Histórico do Brasil e Regiões adjacentes (Curt Nimuendaju).

Mapa desenvolvido pelo IBGE a partir do “Mapa Etno-Histórico de Curt Nimuendaju” maior documento etnográfico brasileiro, a fim de que as referências contidas nesse documento fossem “vestidas” na linguagem cartográfica (MAPA, 1981)



Fonte: Acervo IBGE.

## Aquisição

Quanto à aquisição de novos materiais a Biblioteca continua incorporando novos livros e periódicos principalmente por meio de doações, mas, de acordo com a Resolução reproduzida abaixo, também é possível que a Biblioteca efetue novas assinaturas e compre livros para compor seu acervo.

Resolução – R.PR nº 012/2013, de 30/09/2013.

Dispõe sobre aquisição de publicações de natureza técnico-científica pelo IBGE

Competência: Art. 24 do Estatuto aprovado pelo Decreto nº 4.740, de 13 de junho de 2003.

Fundamento Legal: IN/MARE nº 2, de 17 de abril de 1998. A PRESIDENTA da FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE), usando de suas atribuições e considerando a necessidade da atualização normativa para aquisição ou assinatura de publicações de natureza técnico-científica utilizadas pelo IBGE,

RESOLVE: Art. 1º Determinar que somente sejam adquiridos ou assinados jornais, publicações de natureza técnico-científica, revistas e livros de natureza estritamente técnica ou considerados necessários ao serviço, devendo ser evitada a duplicidade das aquisições, prevendo-se a utilização compartilhada ou a consulta por intermédio das bibliotecas, sempre que possível e condizente com o andamento dos trabalhos.

Parágrafo único. Os casos excepcionais ao determinado neste artigo deverão ser devidamente justificados pelo titular da Unidade Organizacional.

Art. 2º A avaliação das necessidades e a autorização das aquisições de livros e periódicos que irão compor o acervo bibliográfico das bibliotecas do IBGE, bem como a autorização das despesas decorrentes, serão da competência de seus respectivos Diretores, Coordenadores-Gerais e/ou Chefes de Unidades Estaduais.

Art. 3º Na aquisição de periódicos, nacionais ou estrangeiros, a contratação direta com a Editora terá como limite o preço da assinatura.

Art. 4º Para a compra de livros nacionais, deverá, no caso de contratação direta, ser exigido e consignado desconto mínimo de 20% (vinte por cento) sobre o preço de capa.

Parágrafo único. Na aquisição de livros estrangeiros o limite será o preço de capa.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor nesta data, revogada a R.PR nº 004/2005, de 16/8/2005, e demais disposições em contrário.

Para melhor selecionar os itens a serem incorporados à coleção, em 2017 foi formada uma Comissão de Política de Desenvolvimento de Coleções na Biblioteca Isaac Kerstenetzky. Como resultado das decisões tomadas pela Comissão, foi redigida a Política de Desenvolvimento de Coleções da Rede de Bibliotecas do IBGE, na qual foram estabelecidos parâmetros para a construção e o desenvolvimento de coleções que compõem o acervo da Biblioteca. Foi também definida a estrutura do acervo apresentada neste texto e usada como suporte para o desenvolvimento dessa seção.

Os documentos produzidos pelo IBGE são integrados ao acervo na medida que vão sendo produzidos. A Ordem de Serviço do CDDI reproduzida abaixo determina que todo e qualquer produto de disseminação deve ser arquivado na Biblioteca. Infelizmente, ainda se constitui um desafio para a Biblioteca acompanhar o volume de documentos produzidos pelo IBGE, acredita-se que deveria haver ações constantes de conscientização das áreas para que elas efetuem o depósito de sua documentação na Biblioteca, independentemente de seu formato físico.

Ordem de Serviço - OS.CDDI nº 1/2018, de 15/05/2018

Estabelecer normas e procedimentos relativos ao arquivamento de todo e qualquer produto de disseminação

Competência: Artigos 69 e 87 do Regimento Interno do IBGE, aprovado pela Portaria MPOG nº 215, de 12 de agosto de 2004. Fundamentos Legais: R. CD 09/2005 de 14/02/2005.

O COORDENADOR-GERAL do CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES da FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE, no uso de suas atribuições,

Resolve:

Art. 1º Estabelecer normas e procedimentos de arquivamento de todo e qualquer produto de disseminação do IBGE, visando manter o acervo do IBGE.

Art. 2º Todo e qualquer produto de disseminação deverá ser arquivado na Gerência de Biblioteca e Acervos Especiais - GEBIS do Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI, conforme as condições estabelecidas nesta Ordem de Serviço.

Art. 3º Entende-se por produto de disseminação toda e qualquer peça produzida e/ou impressa no CDDI, na Coordenação de Comunicação Social - CCS, nas Diretorias, nas Unidades Estaduais ou por empresa contratada, quando for o caso, a saber: publicações, peças promocionais (filipetas, folders, banners, cartazes, brindes e similares), cartas, vídeos, fotografias, instrumentos de coleta e de treinamento, entre outros.

Art. 4º Do envio dos produtos de disseminação para arquivamento na GEBIS:

- a) Ao menos duas cópias físicas e uma cópia em meio digital de todo e qualquer produto de disseminação.
- b) No caso específico de banners, somente a cópia em meio digital.
- c) As cópias do arquivo em meio digital dos produtos de disseminação editorados pelo CDDI deverão ser enviadas pela Coordenação de Marketing – COMAR e Gerência de Editoração – GEDI, quando da liberação para a produção gráfica.
- d) As peças físicas dos produtos de disseminação editorados pelo CDDI deverão ser encaminhadas pelas gráficas do IBGE, quando da finalização da produção ou do recebimento do material da empresa contratada.
- e) As peças físicas e arquivo em meio digital dos produtos de disseminação produzidos pelas demais áreas do IBGE deverão ser enviadas à GEBIS pela área produtora.

Art. 5º Do formato e nome dos arquivos digitais para envio a GEBIS:

Tipo de material - Formato - Nome do arquivo

Livros - PDF pesquisável - Título do livro

Periódicos - PDF pesquisável - Título do periódico

Mapas - JPG/ e ou PDF - Título do mapa

Vídeos - formato original de produção e em MP4 - Título do vídeo

Fotografias - Tif e/ou JPG - Título da fotografia

Materiais Publicitários: folders, cartazes, panfletos, banners, etc. - PDF - Título do material

Materiais de apoio à coleta (questionários, cartas ao informante, etc.) - PDF pesquisável - Título do material

Art. 6º O armazenamento e a preservação desses produtos caberão à GEBIS, a qual deverá seguir as normas pertinentes ao setor.

Art. 7º Os casos omissos serão avaliados pelo Coordenador Geral do Centro de Documentação e Disseminação de Informações do IBGE.

Art. 8º Esta Ordem de Serviço entrará em vigor a partir da data de sua publicação no Boletim de Serviço do IBGE e revoga a OS.CDDI 001/2011 de 20/04/2011.

## Evolução do acervo em números

Na documentação pesquisada para elaborar esse capítulo foram encontrados alguns dados dos itens que compuseram o acervo em diversas épocas. Por meio deles é possível visualizar a evolução quantitativa por tipos de materiais do acervo. Ao final, compilamos uma tabela com os números atuais do acervo da Biblioteca Isaac Kerstenetzky.

Figura 21  
Desenvolvimento do acervo 1980-1984

| Tipo de Material                                       | 1980   | 1981   | 1982   | 1983   | 1984   |
|--|--------|--------|--------|--------|--------|
| Livros e folhetos (volumes)                            | 30 985 | 31 756 | 33 397 | 33 342 | 34 112 |
| Títulos de periódicos                                  | 2 877  | 2 976  | 3 162  | 3 138  | 3 232  |
| Recortes de jornais e revistas                         | 16 650 | 17 130 | 19 834 | 19 925 | 23 098 |
| Mapas  | 6 654  | 6 710  | 9 357  | 9 846  | 11 465 |
| Cartas náuticas  | -      | -      | -      | -      | 1 188  |
| Cartas aeronáuticas                                    | -      | -      | -      | -      | 135    |
| Fotomosaicos aerofotogramétricos                       | -      | -      | -      | -      | 188    |
| Folhas da rede de triangulação e nivelamento geodésico | -      | -      | -      | -      | 55     |
| Microfichas  | 212    | 9 401  | 17 096 | 17 805 | 17 885 |
| Diapositivos   | 219    | 418    | 418    | 418    | 418    |
| Microfilmes (rolos)                                    | 14     | 57     | 57     | 70     | 70     |
| Fita gravada   | 1      | 1      | 1      | 1      | 1      |
| Audiocassetes  | 3      | 5      | 5      | 5      | 5      |
| Videocassetes  | -      | -      | -      | 1      | 1      |

Fonte: IBGE, 1985.

Figura 22  
Desenvolvimento do acervo 1984-1988

|   | 1984   | 1985   | 1986   | 1987   | 1988            |
|---|--------|--------|--------|--------|-----------------|
| Livros e folhetos (volumes)                                   | 34 850 | 36 285 | 36 958 | 38 235 | 39 372          |
| Títulos de periódicos   | 3 236  | 3 531  | 3 599  | 3 592  | 3 555           |
| Recortes de jornais e revistas                                | 23 414 | 26 770 | 29 421 | 29 023 | 28 611          |
| Mapas   | 10 904 | 11 656 | 11 738 | 11 851 | 12 541          |
| Cartas náuticas   | 1 188  | 1 208  | 1 208  | 1 208  | 1 208           |
| Cartas aeronáuticas   | 135    | 135    | 135    | 135    | 135             |
| Fotomosaicos aerofotogramétricos                              | 188    | 188    | 188    | 188    | 188             |
| Folhas da rede de triangulação e nivelamento geodésico        | 55     | 55     | 55     | 55     | 88              |
| Folhas de levantamentos aerofotogramétricos                   | -      | 65     | 65     | 65     | 111             |
| Mapas índices   | -      | -      | 41     | 41     | 44              |
| Atlas   | -      | 364    | 413    | 416    | 422             |
| Microfichas   | 20 976 | 24 562 | 26 643 | 26 656 | 26 656          |
| Diapositivos  | 418    | 418    | 418    | 418    | 418             |
| Rolos de microfilmes  | 70     | 76     | 82     | 82     | 82              |
| Fita gravada  | 1      | 1      | 1      | 1      | 1               |
| Audiocassetes   | 5      | 5      | 5      | 5      | 5               |
| Videocassetes   | 1      | 1      | 1      | 1      | 1               |
| Fotografias   | -      | -      | -      | 20 000 | 20 000(aprox.)  |
| Documentos legislativos sobre a Divisão Territorial do Brasil | -      | -      | -      | -      | 100 000(aprox.) |
| Documentos municipais (pastas)                                | -      | -      | -      | -      | 500(aprox.)     |

Fonte: IBGE, 1989.

**Tabela 1**  
Acervo em 2019

| Coleções                                   | 2019   |
|--|--|
| Coleção Circulante e Coleção de Referência | 30 243 itens                                 |
| Coleção Giorgio Mortara                    | 670 títulos                                  |
| Coleção Isaac Kerstenetzky                 | 7 212 títulos                                |
| Coleção IBGEANA                            | 5 479 (livros) e 13 295 (periódicos) - itens |
| Coleção Brasileira                         | 405 títulos                                  |
| Coleção Cartográfica                       | 10 000 itens (aprox.)                        |
| Coleção de apoio à coleta                  | 5 215 títulos                                |
| Coleção Iconográfica                       | 50 000 itens (aprox.)                        |
| Coleção de Obras Raras                     | 440 títulos                                  |
| Coleção de periódicos (editados pelo IBGE) | 13 078 itens                                 |
| Coleção audiovisual                        | 511 itens                                    |

Fonte: Acervo IBGE.

Dentre itens físicos e aqueles que são somente digitais estima-se que a Biblioteca Isaac Kerstenetzky possua atualmente mais de 140 000 itens, sabe-se que cerca de 87 000 deles foram digitalizados, constituindo uma coleção digital expressiva. Embora a Biblioteca ainda não possua um repositório digital formal, que possibilitaria tratamento e recuperação mais adequados aos objetos digitais, tais objetos estão hoje disponíveis no catálogo da Biblioteca<sup>6</sup> para acesso público e gratuito.

A título de curiosidade, pesquisamos junto à *Biblioteca Emilio Alanís Patiño*, do *Instituto Nacional de Estadística y Geografía* - INEGI do México<sup>7</sup>, que nos informou que a referida Biblioteca possui 59 271 itens em seu acervo, dentre livros, periódicos, CDs, mapas, VHS e DVDs. O INEGI é a única instituição da América Latina, além do IBGE, que abriga os Institutos de Geografia e Estatística nacionais, sendo assim observamos, de maneira superficial, que em número de itens, a Biblioteca Isaac Kerstenetzky hoje possui mais que o dobro de sua coleção<sup>8</sup>.

Por fim, são muitos os caminhos que podem levar à consolidação de um acervo bibliográfico institucional (WEITZEL, 2006). Sendo assim, apoiando o desenvolvimento institucional, o acervo da Biblioteca Isaac Kerstenetzky registra a evolução do desenvolvimento das operações estatísticas, interpretações dos dados, instrumentos de coleta das operações estatísticas, tabulações finais dos primeiros censos, registros estatísticos nacionais dos primeiros levantamentos e dados nacionais. No âmbito das geociências possui vasta documentação sobre: informações territoriais, divisões e mapeamento territorial, coleção iconográfica que reúne aspectos característicos das paisagens, tipos brasileiros e fotografias que documentam aspectos municipais do País, informações geocientíficas e de recursos naturais, documentos não publicados, entre outras tipologias. Constitui, portanto, acervo especializado em publicações sobre o Brasil, considerando os aspectos sociais, econômicos, de território e recursos naturais.

<sup>6</sup> <https://biblioteca.ibge.gov.br/>

<sup>7</sup> INEGI. [Correspondência eletrônica: Respuesta de la solicitud: CAS-08002-B2F0T5 CRM:0874183]. Destinatário: Gerlaine Braga. México, 03 jul. 2019.

<sup>8</sup> Há que se considerar, entretanto, que a Biblioteca do INEGI não nos especificou se foram contabilizados ou não os documentos digitais produzidos pelo Instituto nestes dados.

## Referências

- ABRANTES, V. L. C. *Fragments de memória das pesquisas geográficas de campo no IBGE (1939-1968): imagens e representações numa abordagem da história oral*. Rio de Janeiro, 2000. 157 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Centro de Ciências Humanas, Universidade do Rio de Janeiro – UNI-RIO, Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv6985.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2019.
- BARTHES, R. *A câmara clara: nota sobre a fotografia*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- BRASILIANA Eletrônica. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <http://www.brasiliana.com.br/brasiliana/colecao>. Acesso em: 13 jul. 2019.
- CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (Brasil). Assembleia Geral. *Resolução da Assembléia Geral nº 84, de 18 de julho de 1938*. Rio de Janeiro, 1938. Orienta providências para o desenvolvimento da Biblioteca Central do Instituto.
- DISSEMINAÇÃO de Informações. Rio de Janeiro: IBGE, 1991. (Para compreender o IBGE, 2). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv83847.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2019.
- DUBOIS, Philippe. *O ato fotográfico e outros ensaios*. Campinas, SP: Papyrus, 1993.
- GALERIA DE PRESIDENTES. In: IBGE. *Memória*. [2019]. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://memoria.ibge.gov.br/sinteses-historicas/galeria-da-presidentes.html>. Acesso em: 15 jul. 2019.
- IBGE. Biblioteca Central. *Atividades desenvolvidas pela Biblioteca Central: 1984*. Rio de Janeiro, 1985. Documento interno.
- IBGE. Biblioteca Central. *Relatório anual: 1980*. Rio de Janeiro, 1980. Documento interno.
- IBGE. Centro de Documentação e Informação Estatística. *O que é o Centro de Documentação e Informação Estatística - CENDIE*. Rio de Janeiro, 1971. Documento interno.
- IBGE. Comissão Censitária Nacional. *Relatório de 1944*. Rio de Janeiro, 1945. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/191/ibge\\_relatorio\\_1944.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/191/ibge_relatorio_1944.pdf). Acesso em: 8 jun. 2019.
- IBGE. Departamento de Documentação e Biblioteca. *Relatório de atividades 1991*. Rio de Janeiro, 1991. Documento interno.
- IBGE. Gerência de Documentação e Biblioteca. *Relatório de atividades: 1988*. Rio de Janeiro, 1989. Documento interno.
- IBGE. *Nas lentes do recenseador: 1º Prêmio Fotográfico Censo Agro 2017*. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. 192 p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101624.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2019.
- IBGE. *O que é o Siex?* Rio de Janeiro, 1973. 17 p.
- PAVAN, A. J. [Comunicação interna]. Destinatário: Chefe de gabinete da Presidência do IBGE. Rio de Janeiro, 10 jan. 1995. In: IBGE. Propõe ao IBGE/CDDI, a aquisição da Biblioteca particular do Prof. Isaac Kerstenetzky. Processo 0772 de 29 de abril de 1993. Rio de Janeiro, 1993.
- KAISER, L. *Bibliotecas centrais de estatística na Europa*. Moscou, 1970.
- KOSSOY, B. *Fotografia & história*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2012.
- KRAUSS, R. Fotografia e Surrealismo. In: KRAUSS, R. *O fotográfico*. Barcelona: Gustavo GILL, 2002. p. 105-129.

MAPA etno-histórico de Curt Nimuendaju. Rio de Janeiro: IBGE, 1981. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv14278\\_1981.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv14278_1981.pdf). Acesso em: 13 jul. 2019.

PIONEIROS DO IBGE. In: IBGE. *Memória*. [2019]. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://memoria.ibge.gov.br/sinteses-historicas/pioneiros-do-ibge.html>. Acesso em: 15 jul. 2019.

PUBLICAÇÕES sobre geografia editadas no Brasil nos anos de 1939/40 [...]. *Revista brasileira de geografia*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 689-712, out. 1940. Bibliografia sobre as publicações de geografia e de interesse geográfico editadas no Brasil em 1940. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg\\_1940\\_v2\\_n4.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1940_v2_n4.pdf). Acesso em: 19 jul. 2019.

RELATÓRIOS, resoluções e leis. *Revista brasileira de geografia*, Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ano 1, n. 4, p. 131-137, out. 1939. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg\\_1939\\_v1\\_n4.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1939_v1_n4.pdf). Acesso em: 2 maio 2019.

SONTAG, S. *Sobre fotografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WEITZEL, S. da R. *Elaboração de uma política de desenvolvimento de coleções em bibliotecas universitárias*. Rio de Janeiro: Interciência, 2006.



# Memória IBGE: a coleção histórica (1986-2019)

Fábio Mauro de Carvalho Leite\*

Vera Lucia Cortes Abrantes\*\*

Em 1986, funcionários da então Biblioteca Central, motivados pelo Cinquentenário do IBGE a ser comemorado no mesmo ano, criaram o “Projeto Memória do IBGE” que tinha como objetivo “reunir toda a massa documental escrita, produzida em diferentes etapas de existência do órgão, assim como todos os relatos e testemunhos prestados por autoridades e servidores, com vistas à criação de uma memória histórica da instituição” (IBGE, 1985, p. 2). O projeto viria a reforçar o papel da Biblioteca Central, depositária oficial de toda documentação da instituição.

Para iniciar os trabalhos, em 30 de outubro de 1985, através da Resolução da Presidência nº 59/95, é criada a comissão que viria a definir os critérios de seleção dos documentos a serem recebidos e os caminhos para o futuro do projeto, que seriam coordenados pela Biblioteca Central. Maria das Graças de Oliveira Nascimento e Icléia Thiesen Magalhães Costa, em trabalho apresentado no I Seminário Sobre Documentos Não Convencionais, relataram que o primeiro passo da comissão foi estabelecer um fio condutor através da identificação de fatos relevantes da trajetória da instituição para que, considerando isso, se estabelecesse procedimentos para busca e seleção de documentos que pudessem representar esses momentos. Esperava-se, com esse trabalho, reunir um acervo “documental (escrito e oral), audiovisual, iconográfico e tridimensional produzido em diferentes épocas da existência do órgão” (COSTA; NASCIMENTO, 1988, p. 1).

Para o início dos trabalhos de seleção de documentos para compor o acervo, foi constituída uma subcomissão, com representantes em todas as áreas do IBGE. Cabia a esses funcionários (com o auxílio de outros colegas apelidados de “guardiões da memória”) percorrer a instituição em busca de materiais que interessassem o projeto. Assim, “mesmo sem nenhuma diretriz institucional, fotos, documentos, recortes de jornais e jornais de associações eram localizados

---

\* Bacharel em Arquivologia pela Universidade Federal Fluminense - UFF e Especialista em Gestão da Qualidade pela Universidade Cândido Mendes. Analista do IBGE, lotado no Setor Memória IBGE, da Gerência de Biblioteca e Acervos Especiais - GEBIS.

\*\* Doutora em Memória Social pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO. Tecnologista em Informações Geográficas e Estatísticas do IBGE. Lotada no Setor Memória IBGE, da Gerência de Biblioteca e Acervos Especiais - GEBIS.

e recolhidos” (COSTA; NASCIMENTO, 1988, p. 6). Parte do material foi emprestada e outra parte cedida definitivamente.

Além dos documentos recolhidos pela subcomissão, o projeto recebeu doações de funcionários e ex-funcionários que ainda detinham documentos sob a sua guarda, sensibilizados pelo chamamento de se reunir e preservar o acervo, fruto de seus trabalhos. O trabalho de sensibilização da equipe de memória junto aos servidores despertou neles a confiança de que a documentação estaria em boas mãos.

Cada integrante da comissão de seleção deveria recolher o que considerava relevante para a memória institucional. Os documentos deveriam ter cunho “histórico” e o responsável pela seleção deveria apresentar uma justificativa, a ser apreciada pelos membros da comissão. Porém, os critérios eram “baseados em experiências acumuladas pelo técnicos que integrarão a Comissão de Seleção” (COSTA, 1992, p.30). No caso dos documentos doados a avaliação seria a mesma e, uma vez identificado algum material adicionado fora dos requisitos, deveria ser descartado, significando ser transferido para uma “reserva técnica” ou devolvido ao remetente.

A documentação reunida foi utilizada na “Exposição Comemorativa do Cinquentenário do IBGE”, realizada entre 17 e 27 de junho de 1986 no Palácio Gustavo Capanema. A exposição ajudou na consolidação do projeto e no fortalecimento do sentimento de pertencimento do corpo funcional e no desenvolvimento de uma percepção da importância da construção da memória da instituição. Outro reflexo do sucesso da iniciativa, foi o aumento do fluxo de doações de documentos ao projeto, em função do aumento da confiança no trabalho de preservação.

Os documentos reunidos pelo “Projeto Memória do IBGE” que não foram devolvidos ao local original, formaram uma coleção que ficou sob guarda direta do projeto. No entanto, a equipe entendia que todo material classificado como sendo “de memória”, não importando sua localização ou por quem era administrado, fazia parte do acervo. Assim, adotava um esquema misto no qual mantinha um acervo e referenciava outros, considerando-os como parte integrante do acervo de memória institucional.

Eram mantidos em posse da Memória documentos como: diafilmes, discos, fotografias, fitas de vídeo, fitas cassete, instrumentos de coleta, arquivos de atos constitutivos. O acervo de História Oral, que se iniciava naquele período, também seria considerado como documento de memória. Foram identificados os seguintes documentos entendidos como “de memória” em outros setores ou instituição: acervo bibliográfico (acervo geral), processos administrativos, documentos do museu de Geociências, herbário e outros materiais ambientais (Reserva Ecológica do IBGE - Roncador), arquivo Mário Augusto Teixeira de Freitas (Arquivo Nacional), documentos museológicos diversos (nas dependências de todo IBGE), documentos da Casa de Teixeira de Freitas (São Francisco do Conde - BA) e base de dados do IBGE (Diretoria de Informática - DI).

A ideia do projeto era iniciar um acervo que receberia acréscimos com o passar do tempo, com doações e requisições. Muitos materiais foram coletados e recebidos em decorrência da mobilização pela exposição e comemoração dos cinquenta anos, mas passada a euforia inicial, o fluxo de documentos recolhidos ao acervo da Memória IBGE diminuiu drasticamente. As doações, em geral, aconteciam (e ainda acontecem) na ocasião de mudanças de prédio ou sala, aposentadorias ou simplesmente pela vontade do doador de liberar espaço.

O projeto criado com o objetivo principal de reunir acervo documental que representasse a trajetória da instituição e que iniciou seu projeto de História Oral em 1987, tornou-se parte da estrutura do IBGE em 1º de setembro de 1990, subordinado à Biblioteca. Os trabalhos da equipe seguiram tendo como meta o projeto original. Porém, os objetivos “vinham sendo cumpridos de forma assistemática e sem um programa de desembolso institucional” (COSTA, 1992, p.28).

O novo marco para o setor se deu em 2010 quando a equipe foi reconstituída, após inúmeras perdas de pessoal. O foco deixou de ser a acumulação de documentos e passou a

ser disseminação da memória institucional. Ou seja, fazer chegar, em linguagem simples e agradável o conhecimento da trajetória da instituição, elaborando produtos

que sirvam à consolidação da identidade e dos valores institucionais, ao fortalecimento de laços entre a empresa e seus diversos públicos e colaboradores (internos e externos), à preservação e divulgação da marca, ao reforço do sentimento de pertencimento entre seu corpo funcional, à Comunicação Organizacional e à Gestão do Conhecimento.<sup>1</sup> (BONAFÉ; LINHARES; VELOSO, 2013, p. 4)

O principal objetivo da equipe que criou a Memória IBGE era selecionar, reunir, organizar e manter os acervos bibliográficos, arquivísticos e museológicos do IBGE. No entanto, nem todo documento era de interesse do projeto, apenas os que fossem identificados pela equipe como relevantes para a história da instituição. Ou seja, se desejava formar um acervo especializado.

Tendo em vista as características acima descritas, fica clara a intenção de se estabelecer um centro de documentação. Esse tipo entidade de preservação documental se diferencia dos arquivos, bibliotecas e museus na medida em que assume um caráter híbrido, reunindo material característico dessas três entidades mais tradicionais, formando um acervo temático. Não há uma metodologia estabelecida para o tratamento dos documentos, mas espera-se que a documentação seja tratada de acordo com suas peculiaridades. Ou seja, sendo o centro de documentação detentor de acervos arquivísticos, biblioteconômicos ou museológicos, cada um deles seria tratado de acordo com sua metodologia.

No que tange o acervo arquivístico, a ideia da “formação e desenvolvimento do acervo histórico da instituição” se aproxima da ideia de formação de um arquivo permanente. A semelhança reside no desejo de se preservar documentos com valor histórico, com potencial de uso para além dos quais foram criados. No entanto, a prática mostrou tratar-se de trabalhos com processos muito diferentes, refletindo em resultados também muito diferentes.

No processo de formação desse acervo, amostras de documentos arquivísticos eram selecionados de massas documentais próximas às unidades produtoras. Documentos unitários foram retirados de seus conjuntos quando o representante da comissão de seleção os identificava, por meio de critérios subjetivos, como “documentos históricos”. Assim, com a retirada dos documentos dos respectivos conjuntos aos quais pertenciam, o arquivo perde em organicidade<sup>2</sup> e tem sua integridade<sup>3</sup> comprometida.

Já o arquivo permanente é formado através da passagem natural e orgânica pelas três idades do documento: “da produção à tramitação, desta ao arquivo corrente, deste, por transferência, ao intermediário e daí, por recolhimento ao permanente” (BELLOTTO, 2006, p.37-38). O documento do arquivo permanente é recolhido, ou seja, as tabelas de temporalidade são aplicadas e o remanescente das baixas é preservado indefinidamente. Portanto, o arquivo permanente é receptor, não há aquisição como nas bibliotecas. Assim, não há que se falar em “seleção” de documentos arquivísticos.

O documento de arquivo não deve ser tomado de forma isolada. Só tem razão de ser junto a seu conjunto. A seleção de amostras retiradas de conjuntos documentais arquivísticos causam danos irreparáveis e prejudicam as pesquisas, na medida em que não retratam fielmente as atividades geradoras dessa documentação, como fica bem claro na reflexão de Bellotto (2006, p. 27-28):

Um arquivo permanente não se constrói por acaso. Não cabe apenas esperar que lhe sejam enviadas amostras aleatórias. A história não se faz com documentos que nasceram para serem históricos, com documentos que só informem sobre o ponto inicial ou

<sup>1</sup> No contexto das mudanças, em 2015 o setor passou a ser chamado Memória IBGE.

<sup>2</sup> Princípio da Organicidade: As relações administrativas orgânicas se refletem nos conjuntos documentais. A organicidade é a qualidade segundo a qual os arquivos espelham a estrutura, funções e atividades da entidade produtora/acumuladora em suas relações internas e externas. (BELLOTTO, 2002, p.21)

<sup>3</sup> Princípio da indivisibilidade ou integridade arquivística: os fundos de arquivo devem ser preservados sem dispersão, mutilação, alienação, destruição não autorizada ou adição indevida. Este princípio é derivado do princípio da proveniência. (BELLOTTO, 2002, p.21)

o ponto final de algum ato administrativo decisivo. A história se faz com uma infinidade de papéis cotidianos, inclusive com os do dia a dia administrativo além de fontes não governamentais. As informações rastreadas viabilizarão aos historiadores visões gerais ou parciais da sociedade. De qualquer forma, eles terão de contar com todos os elementos possíveis, não apenas os extraídos dos documentos de efeito, pois estes produziram imagens distorcidas dos fatos e dos comportamentos. Um arquivo público não pode ser constituído de preciosidades colecionadas, reunidas sem organicidade e sem formar grupos significativos de fundos

No entanto, apesar dos problemas encontrados decorrentes de equívocos cometidos nas escolhas do tratamento técnico de acervos arquivísticos, há de se reconhecer a importância da iniciativa para a preservação documental. Há relatos de que os documentos corriam risco de eliminação desordenada em certas unidades do IBGE. O caso emblemático é da documentação do Estudo Nacional da Despesa Familiar - ENDEF que esteve guardada por Maurício Vasconcelos, o último funcionário responsável pela pesquisa (mesmo após o fim desta), por temer um descarte sem critério. Em depoimento à Memória IBGE, admitiu que a documentação foi preservada em virtude do esforço pessoal dos funcionários. Com a criação da Memória IBGE, percebendo a preocupação da equipe com a preservação dos documentos, entregou essa documentação aos seus cuidados.

Há de se considerar também que, passada a euforia pela criação do projeto e das comemorações pelo aniversário do IBGE, o apoio institucional não foi o mesmo. Icléia chega a mencionar que os trabalhos “vinham sendo cumpridos de forma assistemática e sem um programa de desembolso institucional” (COSTA, 1992, p.28). Mesmo com a pretensão de cuidar de todo acervo do IBGE considerado histórico, a Memória prosseguiu subordinada à Biblioteca. Sua equipe, já enxuta à época, sofreu baixas ao longo do tempo, tornando inviável alcançar o objetivo inicial.

Mesmo a questão apresentada referente ao tratamento incorreto de documentos arquivísticos pode ser justificada. O primeiro curso de Arquivologia no Brasil iniciou suas atividades em 1977, enquanto em 1978 cria-se o primeiro curso de Arquivologia no Rio de Janeiro. Portanto, em 1985 a Arquivologia ainda era muito incipiente no Brasil. Havia poucos arquivistas formados atuando nas organizações, o que dificultava a disseminação do saber arquivístico. A Lei nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e que introduz a gestão de documentos de maneira obrigatória nas instituições públicas só foi assinada alguns anos após a criação da Memória IBGE, assim como os decretos que regulamentaram a Lei: Decreto nº 2.942, de 18 de janeiro de 1999, revogado pelo Decreto nº 4.073, de 03 de janeiro de 2002. Não havia na estrutura do IBGE a figura do Arquivo, nem um grupo de Arquivistas que pudesse orientar o trabalho. Por isso, nunca foi possível estabelecer os fluxos documentais de maneira adequada.

Com relação ao material bibliográfico, pode-se dizer que se tratava, na sua maior parte, de um acervo apenas referenciado, em posse da Biblioteca. Havia um pequeno acervo reunido pela Memória IBGE composto por livros e revistas que já constavam no Acervo Geral e recortes de jornais aleatórios, doados por servidores. Assim, a parcela biblioteconômica do pretendido centro de documentação não passou por qualquer intervenção por parte da equipe. Por outro lado, boa parte do acervo que originalmente esteve sob guarda e tratamento da Memória, hoje é tratada pela equipe de Tratamento e Disseminação de Informações da Gerência de Biblioteca e Acervos Especiais, como por exemplo: fotografia de eventos e personagens, Arquivo Fotográfico dos Trabalhos Geográficos de Campo, instrumentos de coleta e fitas de vídeo.

O material museológico encontrava-se disperso pelas unidades do IBGE. Nos seus primeiros anos a equipe da Memória buscou realizar a identificação dos componentes desse acervo, como o Museu de Geociências, que estava localizado na Reserva Ecológica do IBGE e o acervo da Casa de Teixeira de Freitas. Ao longo do tempo, alguns objetos foram incorporados ao acervo da Memória, como quadros, placas de homenagem e objetos relacionados com os Censos, como bolsas, coletes, bonés, entre outros. Em meados da década

de 1990 a Memória recebeu peças de mobiliário que reproduzem uma agência municipal. Hoje o material museológico reunido pela Memória IBGE está exposto em espaço anexo ao salão de atendimento e leitura da biblioteca. Há um projeto para a formalização de um museu do IBGE, que possa expor vasto material ainda disperso pelas unidades, além do já recolhido.

Apesar dos problemas com o processo de seleção, inicialmente os acervos se mantiveram separados, de acordo com sua natureza. No entanto, como mencionado, o setor sofreu com a falta de pessoal e a falta de apoio, refletindo no tratamento dos documentos. Pouco a pouco a referência do projeto inicial que culminou na criação do setor foi se perdendo. Em determinado momento, sem o tratamento adequado, apenas uma funcionária era capaz de determinar a localização dos documentos. Então, na ocasião da aposentadoria dessa funcionária, a equipe remanescente se viu na exigência de reorganizar o acervo, a fim de poder atender as demandas pela documentação.

A equipe, formada por bibliotecárias e estagiários, procedeu o tratamento seguindo métodos biblioteconômicos para toda a documentação. Assim, se seguiu uma organização temática de todo o material, independente de sua natureza, formando uma coleção. Livros, objetos tridimensionais, documentos arquivísticos unitários, fotografias, recortes de jornal foram reunidos de acordo com o tema que tratavam. Foi elaborado um guia que retrata a organização dos documentos para possibilitar a sua recuperação. Deu-se, então, uma ruptura com a ideia inicial de centro de documentação.

As idas e vindas desse material, assim como as frequentes mudanças no seu tratamento, impediram que se estabelecesse um devido entendimento sobre a verdadeira natureza desse acervo. Há a ilusão, por parte de muitos funcionários e até pesquisadores de que a Memória IBGE abriga o acervo arquivístico permanente do IBGE. O equívoco é compreensível. Reconhece-se o setor de memória como o “guardião” da história da Instituição. No entanto, documentos arquivísticos de caráter histórico, nomeados tecnicamente como arquivos permanentes, só podem ser assim classificados por uma comissão permanente de avaliação de documentos e após aplicadas as tabelas de eliminação. Em razão dessa atividade ainda não ter acontecido, nenhum arquivo permanente foi encaminhado ao Arquivo Nacional (responsável pela guarda dos arquivos permanentes da administração federal) e, nem mesmo para a Memória IBGE. Logo, os documentos popularmente chamados “históricos” encontram-se junto às unidades produtoras, a menos que tenham sido enviados a outros depósitos ou retirados pela equipe do projeto nas décadas de 1980 e 1990.

Deve-se, portanto, esclarecer que o conjunto documental construído ao longo do tempo não pode ser chamado de arquivo. As características desse acervo não deixam dúvida de que são documentos típicos de biblioteca, tendo sido, inclusive, reunidos por bibliotecárias em uma biblioteca. Para além dos aspectos já citados que o afastam das características de um arquivo, há tantas outras que o aproximam de uma coleção. A começar pela realização de uma seleção de documentos unitários, reunidos pelo conteúdo que se deseja retratar. Ademais, a avaliação e os métodos descritivos são aplicados a unidades isoladas. Outro aspecto que caracteriza esse acervo (e coleções) é a origem dos documentos selecionados. Coleções são formadas por fontes diversas e, no caso em questão, não foi diferente. Além dos documentos coletados em alguns setores do IBGE, também compõem essa coleção documentos cujas cópias foram obtidas com outras instituições, ex-funcionários e familiares de ex-funcionários, desde que seu assunto se relacionasse de alguma forma com o IBGE.

O esclarecimento sobre a natureza do acervo da Memória IBGE e sua distinção do acervo arquivístico do IBGE se faz necessário para que não se confundam e não se misturem novamente. Ambos têm seu valor e função, devendo ser geridos de maneira adequada de acordo com suas características. Ambos também têm problemas, que só podem ser corrigidos lançando luz sobre suas particularidades.

No caso da coleção da memória, no seu impulso inicial, foram retirados documentos dos conjuntos aos quais pertenciam, sob a alegação de que eram “históricos”. Após esse

momento, o fluxo se inverteu, passando a uma posição passiva, aceitando todo tipo de documentos, que eram enviados em razão de mudanças, aposentadorias ou qualquer outra necessidade de esvaziar o local onde jaziam. Como não se efetivou uma política de seleção, tudo era aceito e acomodado sob seu respectivo “assunto”, determinado na organização estabelecida. Dentre esses documentos há muitas minutas, deixando dúvidas sobre a efetivação do que foi discutido nelas. Há também muitas cópias, deixando a esperança de que seus originais possam ter sido preservados nos locais adequados, próximos aos outros documentos gerados no decorrer da atividade correspondente.

Com relação aos documentos arquivísticos do IBGE, pouco se fez ao longo dos anos desde a criação do projeto memória. Não era pretensão nem responsabilidade daquela equipe solucionar a questão da gestão dos fluxos documentais. Mesmo após a promulgação das leis que tratam da gestão de documentos no setor público entre 1991 e 2002, não houve mobilização para adequação à legislação. Até o momento da publicação deste artigo não há arquivo na estrutura organizacional. Em 2009 foi realizado o primeiro concurso para a seleção de arquivista, com apenas uma vaga prevista. Em novembro de 2010, alguns meses após a posse dos novos funcionários, foi entregue o “Diagnóstico situacional” no qual se chamava atenção para a obrigatoriedade de constituição de Comissão Permanente de Avaliação de Documentos - CPAD, visando a gestão de documentos do órgão.

No ano de 2012, com a convocação de mais uma arquivista aprovada no concurso, mais vozes puderam ser ouvidas a favor da CPAD e, em julho desse mesmo ano, a comissão foi criada. Essa foi a primeira iniciativa do IBGE no sentido de dar o tratamento adequado à documentação arquivística.

Desde então a CPAD tem atuado na elaboração do código de classificação de documentos de arquivo e na temporalidade e destinação de documentos de arquivo. Com o código de classificação será possível organizar todos os documentos do IBGE, agilizando sua recuperação. A tabela de temporalidade permitirá definir quais documentos poderão ser eliminados e quais deverão ser preservados para sempre.

Os documentos avaliados na tabela de temporalidade como permanentes formarão o acervo permanente do IBGE ou, como vem sendo chamado, acervo histórico. Por não possuir mais seu valor primário (não atende mais os fins para os quais foram criados), mas sim o valor secundário (prova e pesquisa, para além dos fins que o criaram), a Instituição não precisará mais deles para o andamento das atividades rotineiras, sendo o interesse expandido para a sociedade. Por essa razão, entende-se que deverão ser enviados para a instituição arquivística da sua esfera de competência, o Arquivo Nacional. Esse procedimento já foi feito com o arquivo pessoal de Teixeira de Freitas que, mesmo particular, foi considerado de interesse público.

Feito o esclarecimento sobre a existência e a necessidade de dois acervos diferentes, e desvendada ações e o que se planeja para os documentos arquivísticos do IBGE, há ainda o que se explicar sobre a coleção da memória. A mudança no método de organização já relatada demonstrou-se eficaz na recuperação de documentos. Em algum momento após o ano de 2010 cogitou-se uma nova mudança no tratamento, fundamentada em técnicas arquivísticas. No entanto, um olhar mais aprofundado sobre a documentação demonstrou que o trabalho não acarretaria em melhoras significativas. Além disso, ações como troca de invólucros para materiais de qualidade arquivística e digitalização de parte do acervo foram realizadas.

Com relação aos acréscimos, a memória passa a receber apenas documentos que não fazem parte dos arquivos do IBGE. Isto é, documentos que não foram gerados pela Instituição, mas dizem respeito a sua área de atuação ou a personalidades que ajudaram a construir sua história. Como, por exemplo, os documentos do extinto projeto RADAM/RADAMBRASIL e de objetos de Teixeira de Freitas. Para os documentos criados no decorrer das atividades do IBGE, a orientação é que o setor que deseja transferir a documentação aguarde a aprovação dos instrumentos de gestão arquivística para verificar a destinação correta.

Os primeiros debates sobre memória empresarial ocorreram em meio acadêmico nos anos de 1960 e 1970. Nos anos de 1980 surgiram as primeiras iniciativas de memória empresarial, impulsionadas pelas transformações nos mercados que, por sua vez, culminaram na globalização. Embora só tenha se tornado um tema central em 1995, a reforma do Estado assumiu plena definição na década anterior. O IBGE passava por esse momento em 1985, como fica claro no discurso de Edmar Bacha, presidente recém-empossado que, em 29 de maio, disse: “Manifestamos o propósito de levar a efeito uma ampla reforma administrativa, que garanta a pontualidade da informação e repudie o desperdício, ao mesmo tempo em que descentralize as decisões e proceda à informatização de técnicas e processos” (BACHA, 1985, p. 1). O ritmo das mudanças demandaram o desafio de preservar a identidade institucional e, em resposta a esse desafio, foi proposto o “Projeto Memória do IBGE”.

As iniciativas que surgiram ao longo das décadas de 1980 e 1990 guardam algumas similaridades. Muitos iniciaram como um projeto, sendo motivados por aniversários de fundação da empresa, inaugurações e homenagens. Exatamente o caso do “Projeto Memória do IBGE”, criado como parte das comemorações dos 50 anos da instituição. Como produto das comemorações do cinquentenário, foi organizada uma exposição que objetivou retratar os marcos da história do IBGE e as fases pelas quais passou.

Outro aspecto comum entre os primeiros projetos de memória nas empresas e organizações é o desejo ou necessidade de se formar um acervo documental de caráter histórico. A necessidade surgia em um cenário no qual muitas organizações não tinham controle adequado da sua produção documental, a preocupação com o tratamento e destinação dessa documentação passou a ser crescente. O acúmulo de documentos desorganizados se agrava à medida que as empresas desenvolvem suas atividades, uma vez que são provas da sua atuação. Na década de 1980 ainda eram raros nas empresas profissionais especializados em Arquivologia, uma vez que os primeiros cursos de graduação começaram a ser oferecidos no final da década de 1970, como também eram raros os cursos técnicos. Nesse momento inicial, ainda não estavam promulgadas as leis de arquivo que tratam da política nacional de arquivos públicos e privados.

Assim, muitas iniciativas surgiram nesse período, no intuito de preservar a história das organizações através de seus documentos. Possibilitaram, também, criar uma base de fontes para a elaboração de produtos de memória. Porém, em muitos casos, a criação de um serviço de memória não resolvia o problema da documentação arquivística adequadamente. Nos museus e bibliotecas, órgãos colecionadores, a aquisição de peças se dá através de seleção. No caso dos arquivos, não. Todos os documentos gerados pelas empresas devem ser organizados e seguir um fluxo no qual, ao fim de sua jornada, serão recolhidos para a guarda permanente ou eliminados. Como dito, a falta de legislação que regulasse esse processo na ocasião do surgimento dos primeiros centros de memória gerou algumas distorções. Em alguns desses centros, parte da documentação foi “selecionada” por “merecer” (após uma avaliação subjetiva) fazer parte de um “acervo histórico”. Seja por conter a assinatura de alguém importante, seja por conter alguma deliberação marcante para a empresa. A dispersão de fundos<sup>4</sup> nos locais onde isso aconteceu impede que pesquisadores obtenham uma visão fiel e mais ampla da instituição. Essa crítica, obviamente, não se aplica aos centros de memória que absorveram o arquivo da empresa e que aplicaram a gestão de documentos, como determina a lei. Hoje, quase 30 anos após a promulgação da Lei nº 8.159/91, que dispõe sobre a política nacional de arquivos, essa situação é inadmissível. Especialmente nos órgãos públicos que devem, obrigatoriamente, cumprir a lei.

No que diz respeito à documentação, os centros de memória podem assumir um papel de aglutinador de acervos, sendo responsáveis pelo arquivo, biblioteca e museu da organização (ao menos dois desses organismos). Nessa configuração, os acervos deverão receber tratamento adequado à sua especificidade, de acordo com suas metodologias e

<sup>4</sup> “Os fundos de arquivo devem ser preservados sem dispersão, mutilação, alienação, destruição não autorizada ou adição indevida. Este princípio deriva do princípio da proveniência” (BELLOTTO, 2006, p.88).

legislação vigente. Outra configuração possível é deter um acervo à parte, que conte com coleções, arquivos pessoais ou fundos fechados de outras empresas e instituições da mesma área de atuação. Esse é o caso do Centro da Memória da Eletricidade no Brasil<sup>5</sup> que tem entre as suas funções “Guarda, organização e tratamento de conjuntos documentais provenientes de doações de personalidades e instituições ligadas ao setor de energia elétrica, possibilitando o acesso e facilitando a pesquisa na área”(CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL). Outra opção dos centros de memória é apenas referenciar os acervos de interesse, consultando sempre que necessário os acervos tratados em outros setores da empresa e até mesmo os acervos de outras instituições.

Vale ressaltar que acervos arquivísticos privados podem ser identificados pelo Poder Público como de interesse público e social, o que exige uma atenção especial da empresa com esse tipo de acervo, uma vez que não poderão ser alienados com dispersão ou perda da unidade documental, nem transferidos para o exterior. Esse é o caso dos arquivos da Brahma, Antartica e Associação Brasileira de Educação.

A partir dos anos 2000 o foco dos centros de memória começa a migrar de repositório de memória para a construção dessa memória. Foram deixando de ser repositórios e evoluíram com foco na produção histórica e na orientação do uso dessa informação em direção a uma visão de marketing e relações públicas. Ao mesmo tempo, inicia-se um período de crescente interesse das organizações pelos seus conteúdos históricos, com a conscientização de que poderiam ser usados no apoio a seus negócios e na comunicação interna. Nesse contexto a documentação passa a ser suporte para outras atividades.

Essa mudança foi observada por Danilov (1992) no que diz respeito ao papel dos museus corporativos, análogos aos centros de memória. Em sua visão, houve uma mudança na sua função. Não são mais coleções passivas de artefatos organizacionais, passando a ter importância na comunicação da empresa, sendo usado estrategicamente para o desenvolvimento da identidade e da imagem. Danilov também identificou quatro funções primárias dos centros de memória / museus corporativos:

- Preservar e disseminar a história organizacional;
- Desenvolver o orgulho e a identificação do funcionário com a empresa;
- Informar sobre a área de atuação da empresa;
- Influenciar a opinião pública.

Karen Worcman, criadora do Museu da Pessoa<sup>6</sup>, confirma esse movimento:

A história da empresa não deve ser pensada apenas como resgate do passado, mas como marco referencial a partir do qual as pessoas redescobrem valores e experiências, reforçam vínculos presentes, criam empatia com a trajetória da organização e podem refletir sobre as expectativas dos planos futuros. A sistematização da memória de uma empresa é um dos melhores instrumentos à disposição da comunicação empresarial e corporativa (WORCMAN, 2004, p.23).

A Associação Brasileira de Comunicação Empresarial - ABERJ teve papel importante no fortalecimento do uso da memória como ferramenta de comunicação no Brasil. Entre 1999 e 2003 foram realizados encontros que debateram a memória empresarial, disseminando e consolidando a ideia. Paulo Nassar reforça que: “Desde 1999 a ABERJ tomou para si o papel político e simbólico de demonstrar a importância da Comunicação Organizacional na defesa, na manutenção e reforço da identidade brasileira, e a responsabilidade (histórica) que os comunicadores organizacionais têm nesse processo” (NASSAR, 2004, p.20).

O sucesso da iniciativa da ABERJ é demonstrado pelo próprio Paulo Nassar em pesquisa que revela que a maioria dos profissionais que trabalham com memória são da

<sup>5</sup> Entidade cultural sem fins econômicos, instituída em 1986 por iniciativa da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, com o objetivo de preservar a história da implantação e do desenvolvimento da indústria da eletricidade no País.

<sup>6</sup> Museu virtual e colaborativo, aberto a toda e qualquer pessoa que queira registrar e compartilhar sua história de vida. O acervo reúne quase vinte mil delas, sem contar as fotografias, documentos e vídeos.

área de comunicação. Outro indicativo está nos trabalhos publicados sobre o tema. Apesar de memória estar associada a vários campos do conhecimento, tem na sua relação com a comunicação o seu maior foco. Grande parte dos textos busca, inclusive, delimitar a memória organizacional como campo de atuação profissional.

É certo que a memória e história podem ter papel importante na comunicação empresarial e no apoio aos negócios. No entanto, para além da busca da eficácia no uso da memória nos processos de gestão, é preciso refletir sobre outros aspectos igualmente importantes. A riqueza da memória está, justamente, na sua pluralidade. A formação de equipes multidisciplinares em seus quadros é, além de uma característica marcante dos centros de memória, uma vantagem, tendo em vista que propicia a troca de ideias entre pessoas de diferentes perfis, tornando os ambientes mais criativos. A própria mudança no enfoque dos centros de memória foi possível em razão da presença de profissionais de comunicação nas suas equipes. Portanto a interdisciplinaridade deve continuar a ser uma característica, assim como devem continuar a ser estudados e desenvolvidos os aspectos pertinentes a valores e crenças institucionais, gestão de conhecimento, construção de identidade e sentimento de pertencimento, considerando a sua responsabilidade social e histórica.

A referida mudança observada no início dos anos 2000 atingiu os centros de memória criados nos anos 1980 e 1990 que, cedo ou tarde, se adaptaram. Já os originados a partir dos anos 2000, tiveram como motivação inicial o uso da informação histórica na comunicação empresarial, estando, na maioria dos casos, ligados a setores de comunicação das empresas ou chefiados por profissionais de comunicação.

A mudança na Memória IBGE ocorreu mais tardiamente. Apenas em 2010, com a reestruturação da equipe de memória, foi possível retomar estudos para reposicioná-la no novo contexto. Antes disso, passou por momentos difíceis, devido aos constantes desmontes da equipe, muitas vezes resumida a uma só pessoa que, basicamente, ficava responsável por atender aos poucos usuários que tinham conhecimento dos documentos da coleção. Desde 2010, portanto, a nova equipe composta por historiadores, arquivistas, jornalista<sup>7</sup> (desde 2017) e supervisionada por Vera Abrantes, bibliotecária e Dr<sup>a</sup> em Memória Social, tem se dedicado a compreender a evolução da memória nas organizações, especialmente no IBGE, onde procura contribuir para o desenvolvimento de aspectos como responsabilidade social e histórica, gestão do conhecimento e preservação da “mística ibgeana”.

Projetos foram retomados, como é o caso da História Oral, com 31 entrevistas nessa nova fase. À disposição de pesquisadores, as entrevistas são, costumeiramente, utilizadas como fonte para os próprios conteúdos da Memória. O conjunto de entrevistas oferece reflexões “não apenas sobre a História política, administrativa e técnica do IBGE, mas também sobre a formação e desenvolvimento das áreas do conhecimento em que prioritariamente atua, a saber, as ciências estatísticas e as geociências” (MALAVOTA, 2017, p.10).

A série de livros “Documentos para Disseminação - Memória Institucional” publicou 9 livros no período, com a preocupação de ir além da valorização de “vultos” e trazendo à luz temas que despertassem mais interesse dos funcionários da casa, por estarem mais próximos da sua realidade.

A cada produto elaborado, a Memória IBGE realiza eventos para a sua divulgação, ocasião na qual promove debates, exposição de painéis e veicula vídeo sobre os temas abordados. Os eventos têm como objetivo promover a troca de conhecimento, com participação efetiva dos convidados. Como reflete Malavota (2017, p.14),

Eles permitem que os servidores mais jovens conheçam mais profundamente a instituição, compreendam a origem e o sentido de conceitos e práticas e, uma vez íntimos desse universo, contribuam para o seu aprimoramento, evitando a duplicação de esforços ou a repetição de experiências negativas. Busca-se, com isso, que a expertise institucional não só se mantenha como evolua com o passar dos anos.

<sup>7</sup> No momento cumprindo programa de Doutorado em Comunicação na Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

Nesse período, outras ações foram realizadas como o lançamento do *site* da Memória IBGE no qual se encontram a linha do tempo, o conteúdo da coleção, as entrevistas de História Oral, entre outras informações. Outro meio utilizado para a disseminação dos conteúdos da Memória IBGE é o Youtube, através do canal IBGE Oficial. Além dos clipes das entrevistas de História Oral, também estão disponíveis os vídeos temáticos produzidos com o objetivo inicial de compor eventos de disseminação, mas que também ajudam a contar a história do IBGE e de sua atuação ao longo do tempo. Também foi produzido um livro especial de fotografias sobre as expedições geográficas, que retrata o trabalho dos ibgeanos que ajudaram a mapear, reconhecer e integrar o País. Para o projeto “Conte sua História” todos os funcionários foram convidados a enviar histórias marcantes com experiências vivenciadas por eles no exercício do seu trabalho no IBGE.

Hoje, 33 anos após a criação do projeto que lançou as sementes para a preservação da memória do IBGE, fica claro que há diferenças de conceito entre o que se chamou “Projeto Memória do IBGE” para o que conhecemos hoje como “Memória IBGE”. Os objetivos iniciais foram alcançados em parte, com a formação da coleção de documentos e o início das entrevistas de História Oral. No entanto, as dificuldades dos primeiros anos impediram o desenvolvimento adequado dos trabalhos. A falta de apoio da direção para a continuidade dos esforços, refletido na rotatividade da chefia do setor, assim como na escassez de pessoal (algumas vezes resumido a uma só pessoa), foi determinante. As ideias iniciais do projeto estão descritas no texto “Memória Institucional do IBGE: em busca de um referencial teórico”, de Icléia Thiesen Magalhães Costa (1992), retratando o período que vai de 1985 a 1991, quando passou a ocupar a Divisão de Acervos Especiais. Outro texto que aborda a situação do setor, de autoria de Marco Aurélio Martins Santos e intitulado “Nos 50 anos do IBGE, nasce o projeto memória” (2008), que relembra o contexto do lançamento do Projeto Memória do IBGE, atualizando a situação do setor até o ano da sua publicação, em 2006. Destaca-se no texto a análise de como as dificuldades impostas prejudicaram o andamento dos trabalhos, que foram resumidos, em certo momento, no atendimento aos poucos que buscavam consultar a documentação da coleção. Há ainda o texto “História, Memória e seus usos: por que falar sobre os indicadores sociais?” de Leandro M. Malavota (2017), que reflete sobre as atividades desenvolvidas pela memória ao longo do tempo, assim como o contexto de atuação profissional do historiador em uma instituição como o IBGE.

A recomposição da equipe em 2010 proporcionou que a Memória IBGE iniciasse os estudos que permitiram acompanhar o movimento que valorizou a memória como recurso estratégico para as organizações. Embora possua uma coleção, iniciada junto com o lançamento do projeto, a Memória IBGE não tem como objetivo principal formar e manter acervo, mas referenciá-los, divulgá-los e utilizá-los. No que diz respeito à documentação, a equipe da Memória IBGE também tem participação na CPAD, que dotará o IBGE das ferramentas necessárias para a gestão de documentos arquivísticos.

Hoje, a função primordial do setor é construir, preservar e disseminar a memória, os valores e a cultura do IBGE. Desse modo, conhecendo a história da Instituição, será possível à comunidade ibgeana identificar nessa trajetória os traços da sua própria história, gerando, assim, o sentimento de pertencimento. O fortalecimento da memória institucional proporciona os meios para que o conhecimento seja compartilhado e disseminado. Dá voz aos atores que contribuíram para a construção da história do órgão. Fornece ao órgão recurso primordial para a sua comunicação e fortalece os laços que mantém coesa a memória desse grupo, mantendo viva a mística ibgeana.

## Referências

- BACHA, E. L. Primeira prestação de contas. Discurso no 29 de maio, aos 49 anos do IBGE. *Boletim de Serviço*, Rio de Janeiro: IBGE, ano 33, n. 1691, p. 1, 3 de jun. 1985.
- BELLOTTO, H. L. *Arquivística - objeto, princípios e rumos*. São Paulo: Associação dos Arquivistas de São Paulo, 2002. 43 p.
- BELLOTTO, H. L. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. 320p.
- BONAFÉ, L.; LINHARES, I.; VELOSO, L. *Caiu na rede é sapo: a Rede de Memória do IBGE na web e nas redes sociais*. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27., 2013, Natal. Disponível em: [http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371750637\\_ARQUIVO\\_16\\_06\\_2013\\_REVISADO\\_\\_Bonafe&Linhares&Velofo\\_TextoSNH2013-CaiunaRedeesapo.pdf](http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371750637_ARQUIVO_16_06_2013_REVISADO__Bonafe&Linhares&Velofo_TextoSNH2013-CaiunaRedeesapo.pdf). Acesso em: 2 mar. 2019.
- CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL. *Serviços*. [Rio de Janeiro: s.d.] Disponível em: <https://portal.memoriadaeletricidade.com.br/servicos>. Acesso em: 3 abr. 2019.
- COSTA, I. T. M.; NASCIMENTO, M. das G. de O. Memória do IBGE: relato de uma experiência. In: SEMINÁRIO SOBRE DOCUMENTOS NÃO CONVENCIONAIS, 1., 1988. São José dos Campos.
- COSTA, I. T. M. *Memória Institucional do IBGE: em busca de um referencial teórico*. Rio de Janeiro: IBGE, 1992. 40 p. (Série Documentos para Disseminação, 4). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv23164.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2019.
- DANILOV, V. *A planning guide for corporate museums, galleries, and visitor centers*. Westport: Greenwood Press, 1992.
- IBGE. Memória IBGE. *Projeto memória do IBGE: anteprojeto de pesquisa*. Rio de Janeiro: IBGE, 1985. (Coleção Memória). Documento interno.
- MALAVOTA, L.M. História, Memória e seus usos: por que falar sobre os Indicadores Sociais? In: SIMÕES, A.; ALKMIM, A. C. (orgs.). *Indicadores sociais: passado, presente e futuro*. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. p. 7-16. (Documentos para disseminação. Memória institucional, 21). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101153.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2019.
- MUSEU DA PESSOA. *O que é o Museu da Pessoa*. São Paulo, [2019]. Disponível em: <http://www.museudapessoa.net/pt/museu-da-pessoa>. Acesso em: 20 maio 2019.
- NASSAR, P. Sem memória, o futuro fica suspenso no ar. In: NASSAR, P. (org.). *Memória de empresa: história e comunicação de mãos dadas, a construir o futuro das organizações*. São Paulo: Aberje, 2004.
- NASSAR, P. Relações Públicas e história empresarial no Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO CIENTÍFICO DE COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL E DE RELAÇÕES PÚBLICAS – ABRAPCORP, 1., 2007, São Paulo. *Anais [...]*. São Paulo: Abrapcorp, 2007. 24 p. Disponível em: [http://www.abrapcorp.org.br/anais2007/trabalhos/gt1/gt1\\_nassar.pdf](http://www.abrapcorp.org.br/anais2007/trabalhos/gt1/gt1_nassar.pdf). Acesso em: 26 mar. 2019.
- SANTOS, M. A. M. Nos 50 anos do IBGE, nasce o projeto memória. In: SENRA, N. (org.). *História das estatísticas brasileiras*. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. v. 4: Estatísticas formalizadas (C.1972–2002). Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv31573\\_4.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv31573_4.pdf). Acesso em: 13 jul. 2019.
- WORCMAN, K. Memória do futuro: um desafio. In: NASSAR, P. (org.). *Memória de empresa: história e comunicação de mãos dadas, a construir o futuro das organizações*. São Paulo: Aberje, 2004.



# A história que aqui contamos vem da preservação feita na memória pela qual continuamos a zelar

Ricardo da Silva Lopes\*

O IBGE é uma instituição que carrega e evoca muita história. E todos nós, servidores dessa casa, participamos dessa história. Somos todos um pouco de história. Quer como participantes ou como observadores.

Estar no IBGE e ainda ter a oportunidade de trabalhar junto à Biblioteca, sem dúvida, é uma experiência sem igual. E desde sua criação até hoje, imaginem por quantas mudanças passou este instituto. Uma mudança, particularmente, fez-se constantemente presente: a implementação de novas tecnologias.

Todos nos submetemos a essas mudanças tecnológicas. Experimentamos isso em nossas vidas, impactando as rotinas do dia a dia. Restam-nos duas opções: adotamos os novos recursos e os adaptamos às nossas necessidades ou ficaremos órfãos dentro de nosso cada vez mais restrito mundo de conhecimento.

Este artigo é um relato sobre algumas das mudanças tecnológicas observadas nas bibliotecas do IBGE nos últimos anos, enfocando-se mais especificamente a criação e disponibilização de documentos digitais. Não se trata de uma pesquisa exaustiva baseada no uso de fontes primárias tampouco uma reflexão em bases acadêmicas. Propomos aqui um breve ensaio construído a partir do relato de servidores e da experiência por mim adquirida durante o tempo em que chefiar o Setor de Produção e Tratamento do Acervo Digital, originalmente denominado Setor de Digitalização.

## Quando transformações tecnológicas acontecem, a biblioteca tem que se adaptar

Alguns conceitos ainda estão agregados à memória que temos, estas resgatadas de nossas experiências pela vida. Por exemplo, no que concerne ao termo “biblioteca”, sua memória lhe remete a qual lembrança? Qual sua definição para esta palavra? Sua resposta dependerá, é claro, de sua idade e vivência. Alguns definirão a

---

\* Tecnologista do IBGE. Chefe do Setor de Produção e Tratamento do Acervo Digital da Gerência de Biblioteca e Acervos Especiais - GEBIS (2012-2019).

biblioteca como o local onde se guardam coleções de livros. E a definição para livro? Talvez seria a de “folhas de papel” formando um volume de coleção.

Tais conceitos, entretanto, estão em constante mutação. Lembro que, quando jovens, fazíamos leituras como trabalho escolar. Tínhamos sempre um livro em mãos. Era um contato físico com a obra, uma experiência íntima com aquele tipo de material. Todas as nossas atenções eram voltadas ao desfolhar das páginas. Cada página que virávamos era uma descoberta, um novo conhecimento adquirido. E dessa forma viajávamos sem sair do lugar, por conta desse exercício de imersão na leitura.

Quando precisávamos fazer pesquisas ou simplesmente procurar um lugar silencioso para estudar, íamos à biblioteca. Ela era a nossa referência, a “casa” da investigação, da aprendizagem e da informação. A biblioteca não constituía um mero local de consultas, mas um espaço próprio à expansão do saber.

E hoje, como isso seria? É claro que ainda temos livros físicos, obras em papéis. Mas, notaram como as novas gerações já naturalizaram a leitura por meio de telas? Quer em um *tablet* ou num aparelho celular, os textos escritos se inscrevem ordinariamente às plataformas digitais. E com o crescimento das redes sociais, esse material digital passa a exercer um papel cada vez maior na disseminação da informação. Ainda que precisemos (e devemos) exercer o papel de verificadores, aferindo as informações e checando se são provenientes de fontes seguras.

Mesmo nesse contexto de transformações, a biblioteca se mantém como referência, adaptando-se a essa nova realidade. Esse processo de adaptação, entretanto, não se deu de uma hora para outra. A coisa toda teve origem faz tempo. Só percebemos o entorno porque participamos do mesmo. Vivemos sempre o presente e por isso temos dificuldade em visualizar e compreender o impacto dessas transformações no passado.

Desde o amanhecer da humanidade, o homem aprendeu que guardar suas experiências em um suporte físico o ajudaria a lembrá-lo de como deveria agir, registrando e transmitindo informações. O surgimento da escrita contribuiu para isso, permitindo a fixação de informações em materiais distintos. A linguagem escrita foi desenvolvida em diferentes suportes, até a generalização do papel. E para chegar ao formato do papel que conhecemos hoje, muitas inovações foram sendo paulatinamente implementadas. Isso se deu principalmente através de usos de processos químicos, com a intenção não somente de melhorar a qualidade do material, mas também de prolongar sua vida útil.

Com o tempo, o acúmulo desse material exigiu a criação de locais adequados para o seu armazenamento. Espaços onde toda essa informação pudesse ser guardada, recuperada e acessada. E é exatamente essa imagem que ficou na cabeça de muitas pessoas. A biblioteca como um local com estantes enormes, cheia de livros, acessível à consulta de qualquer pessoa.

Devemos considerar, entretanto, que a biblioteca atual não é somente um depósito de obras escritas apresentadas em um único tipo de suporte. Ela reúne, organiza, gerencia e disponibiliza informações afixadas em meios diversos. Hoje em dia, as mídias digitais desempenham funções importantes nas bibliotecas, contribuindo não só para a facilitação e expansão do acesso, mas também para a preservação da informação. Cabe refletir sobre a introdução desses novos meios proporcionados pelo avanço tecnológico ao longo do tempo.

Sem dúvida alguma, tratamos aqui de uma tarefa árdua, que envolve um agente implacável: o tempo. A preservação da informação requer tratamento específico e especializado. Técnicas e métodos para conservação de registros são continuamente desenvolvidas e aprimoradas. Podemos dar o exemplo do surgimento da fotografia. Com ela, emerge um novo conceito de representação das coisas e armazenamento de documentos imagéticos. Para se relevar uma foto existia todo um processo químico de tratamento para impressão em folha, demandando local e condições específicas. A evolução dos recursos permitiu a expansão dos seus usos.

Se é possível guardar qualquer imagem em foto, por que não a de páginas de um documento escrito? Veio então a ideia de termos documentos produzidos por meio de máquinas fotocopiadoras. O recurso, no entanto, também apresentava seus problemas.

A técnica utilizada lançava mão de processos químicos e, dada a exigência de rapidez na impressão por conta do volume de material, o resultado do trabalho por vezes ficava devendo em termos de qualidade. Muita coisa foi fotocopiada na esperança de facilitar a guarda das informações originais. Só que, da mesma forma, eram reproduzidas em papéis. O mesmo material que retornava para as estantes e que sofria modificações por conta da passagem do tempo. Em alguns casos, era comum que a fotocópia tivesse a informação “apagada”, por consequência da propriedade química da tinta e de seu efeito sobre o papel.

Em relação à fotografia, notou-se que o uso do negativo também podia apresentar vantagens interessantes, não só facilitando o acesso à informação – desde que suportado por maquinários ópticos adequados –, como também reduzindo o volume do material a ser guardado. Nascia assim a microfilmagem.

Nos últimos anos a evolução da informática foi vertiginosa: o computador eletrônico (primeiramente o de grande porte e depois, com a miniaturização de componentes, os pessoais); cartões de informações; fitas magnéticas; discos rígidos; disquetes; rede de computadores; Internet. Os recursos eletrônicos foram progressivamente aprimorados. Conceitos do mundo digital foram incorporados aos hábitos, práticas e linguagens do cotidiano. E de que forma provocaram impactos sobre as bibliotecas? Em que medida contribuíram para transformações nos meios para armazenamento e acesso às informações? Enfrentemos o assunto por partes, lançando mão das memórias e narrativas de servidores diretamente envolvidos em atividades de tratamento, preservação e digitalização dos acervos das bibliotecas do IBGE.

## **Microfilmagem, um processo de guarda de informações**

A microfilmagem teve início no Brasil em 1943, mas seu uso em larga escala foi regulamentado a partir de 1968. A técnica de microfilmagem consistia na aplicação do processo fotográfico para criar imagens de informações originalmente registradas em papel, fixando-as em outros suportes como fitas e rolos de filmes. A captura e guarda de documentos na forma de imagem permitiu a redução do tamanho e do espaço ocupado pelos arquivos físicos.

A unidade do IBGE situada na comunidade de Mangueira foi inaugurada no início da década de 1970 e funcionou até 1997. Segundo Paulo Roberto Lindesay, servidor que trabalhou durante muitos anos no setor de microfilmagem, a atividade teve início naquela grande unidade do IBGE por volta de 1973, desenvolvida pelos servidores Wilson de Souza Aranha, que era fotógrafo, e Ada Ferreira de Lima. Inicialmente, o material microfilmado era em sua maioria composto por documentos administrativos. Aos poucos, o volume e a natureza desses documentos foram sendo expandidos, demandando a incorporação de maior contingente ao setor. Rapidamente, portanto, a equipe teve um crescimento expressivo (LINDESAY, 2019).

As atividades de microfilmagem foram inicialmente vinculadas ao Departamento de Serviços Gerais. Posteriormente, na medida em que novos tipos de documentos foram sendo microfilmados, o setor foi integrado à Biblioteca Central - BICEN. A microfilmagem foi aplicada ao acervo bibliográfico e outros materiais produzidos pelo IBGE, como mapas, por exemplo. Por pelo menos 20 anos o setor foi responsável pela produção de um riquíssimo acervo, propiciando a oferta de um grande volume de informações em um tipo específico de suporte.

Ainda segundo Lindesay (2019), o processo de microfilmagem envolvia uma série de etapas: preparação, carimbo, revelação, revisão. Geralmente eram utilizados três tipos de equipamentos: uma microfilmadora rotativa, uma plana (planetária) de grande porte e outra de pequeno porte.

Com o fechamento da unidade na Mangueira, o acervo de obras microfilmadas foi transferido para o Complexo Canabarro. Infelizmente, ocorreram falhas no processo de armazenamento e acondicionamento desse material no novo prédio, prejudicando a sua

conservação. Por tal motivo, grandes perdas foram observadas. Por iniciativa e esforço dos próprios servidores, ainda foi possível extrair informações através de fitas de microfilme, tendo em vista o resgate de registros eventualmente perdidos nos originais em papel. Mas a parte que sobrou desse acervo se encontra hoje indisponível, em função de seu mau estado de conservação.

## As bibliotecas do IBGE e a evolução tecnológica

Depois da microfilmagem, outros recursos foram implementados nas bibliotecas do IBGE, tendo em vista o aprimoramento dos processos de armazenamento e disponibilização das informações. Podemos citar, por exemplo, a gravação de dados em mídias como CD e DVDs. Tais mecanismos permitiram a expansão da capacidade de guarda, apresentavam tamanho e espessura menor em relação a um livro e tinham menor custo de reprodução. *Softwares* próprios foram desenvolvidos para atender ao novo perfil dos usuários. Com mídias digitais dotadas de cada vez maior capacidade de guarda, tornou-se necessário aprimorar os métodos aplicados ao tratamento da informação, bem como desenvolver mecanismos adequados para sua recuperação. Assim, a biblioteca passou a catalogar CDs e DVDs.

O advento da Internet trouxe mudanças adicionais. A leitura por meio de telas, o armazenamento e compartilhamento de arquivos, a massificação dos fluxos informacionais. E não podemos esquecer de outra grande mudança, a mobilidade, facilitada pelo uso de aparelhos portáteis. O telefone móvel é um exemplo notável, concentrando em um único aparelho múltiplas funções. Por último, ressaltamos o surgimento das redes sociais, acelerando significativamente a circulação da informação. Nesse sentido, a disponibilização de conteúdos digitais transformou-se em função importante das bibliotecas, na busca por suprir as demandas que emanam de uma sociedade em rápida transformação. E as bibliotecas do IBGE se inserem em tal contexto.

## Digitalização, uma nova forma de lidar com a informação

Para atender toda uma demanda por acesso a materiais por meio da rede internacional de computadores era necessário a criação de documentos em formato digital. Um processo pelo qual registros escritos, fotos e documentos de diversos tipos fossem transformados em imagem na forma de arquivos digitais.

Aparelhos especificamente voltados para esse fim foram desenvolvidos, conhecidos como escâneres. Seu funcionamento se dá pelo uso de conceitos ópticos e processos fotográficos. O equipamento permite a criação de um documento no meio digital, de forma rápida e prática, transformando-o em um arquivo binário. Informação que pode ser reproduzida em outros formatos e suportes, inclusive o papel, caso necessário.

Bom, começo a contar agora algumas experiências de trabalho no setor criado em função dessas mudanças tecnológicas. No início dos anos 1980 tivemos o desenvolvimento de novos recursos computacionais, com o surgimento de mini e microcomputadores, estimulado pelas novas demandas do setor produtivo. Amplia-se a partir desse período a automação dos diversos processos de trabalho. É também nesse período que tem início a informatização dos serviços prestados pelas bibliotecas do IBGE. A introdução de sistemas aplicados às atividades técnicas das bibliotecas (catalogação, recuperação, aquisição, empréstimos, etc.) seguia essa tendência.

Nos anos 1990 e 2000 esse processo avançou bastante, priorizando-se a disponibilização de informações em formato digital. Naquele momento uma primeira equipe foi formada por ação da gerente da biblioteca, Maria Thereza Passos Bastos, e decisão do Coordenador-Geral do CDDI, David Wu Tai. Era composta pelos servidores Josiane Miranda de Pangaio

e Sérgio de Assis Barbosa, ambos com conhecimento e experiência na área de informática (BARBOSA, 2019). Sérgio Barbosa era oriundo da unidade de Mangueira, onde trabalhava no setor de microfilmagem.

No início, o setor ocupava uma pequena sala, contando com dois computadores modelo 386 e um escâner de mesa, da marca HP, pequeno. Todos aqueles recursos foram empregados para desenvolver uma página da Biblioteca na intranet. Cabe notar que, no princípio, muito do conhecimento utilizado no trabalho era adquirido no próprio decorrer das atividades, através da aplicação do conhecimento tácito dos servidores e de seus próprios esforços em busca de capacitação. Como a introdução dos recursos de informática no serviço público ainda era à época incipiente, essa equipe acabou também prestando suporte às demais áreas do CDDI para o uso dessas novas ferramentas digitais.

Posteriormente, uma página da Biblioteca foi então desenvolvida em linguagem de programação html, veiculada na Intranet. Seu conteúdo era basicamente o seguinte:

- 1) Um sumário de periódicos correntes, no qual apareciam somente a identificação do título e uma imagem digitalizada da capa de cada periódico;
- 2) Uma parte dedicada à Memória Institucional, contendo a galeria dos presidentes do IBGE, com fotos digitalizadas e uma breve biografia; e
- 3) Divisão Territorial, que continha um histórico de vários municípios do Rio de Janeiro e foi muito consultada à época.

É interessante notar que mesmo com o avanço da tecnologia digital, ainda era necessário visualizar a obra diretamente na biblioteca física (diferentemente de hoje, que baixamos a obra completa no formato PDF através da rede). Com o tempo, os sumários dos periódicos também começaram a ser digitalizados.

Com o desenvolvimento da Internet, o sítio do IBGE acabou criando um endereço eletrônico como atalho (*link*) para a página da Biblioteca. Começou, assim, a visualização da Biblioteca aos usuários externos ao IBGE.

O agora chamado Setor de Digitalização teve paulatinamente as suas atividades expandidas, recebendo por tal motivo mais servidores. Dois deles vieram do extinto setor de microfilmagem: Luiz Carril e Paulo Lindesay. Ambos tinham experiência em datilografia, o que auxiliou na digitação de determinados documentos.

Um dos primeiros trabalhos desenvolvidos por essa nova equipe foi a digitalização da história dos 92 municípios do Rio de Janeiro. A partir de então teve início a digitalização das publicações do IBGE de forma completa. Nessa época foi disponibilizado um escâner profissional e de digitalização plana (também chamado de modelo de mesa), da marca KODAK (mais adequado para trabalhos de digitalização naquele momento). Este equipamento veio cedido pela unidade de Parada de Lucas, antes utilizado nos trabalhos de digitalização dos questionários do Censo. Outro escâner de mesa também veio auxiliar nas novas tarefas, este era da marca Genius.

A demanda se expandiu rapidamente e logo o acervo de fotografias da Biblioteca Isaac Kerstenetzky também começou ser digitalizado. Com o crescimento do volume de trabalho, a equipe também foi aumentando. A elevação da demanda também exigiu que o setor fosse reequipado, sendo introduzidos novos e mais avançados escâneres da marca XEROX. Inclusive, um equipamento específico para trabalhos com papéis de grandes dimensões, utilizados assim para escanear os mapas. A digitalização das folhas topográficas permitiu a criação de um novo banco de imagens.

Um escâner cilíndrico profissional veio num momento para atender demanda de digitalizações de fotografias com alta resolução, buscando-se melhorias na qualidade das imagens processadas. O equipamento era considerado como ideal para uso em publicações, sendo também adequado à digitalização de fotografias. Como tecnologia de ponta, seu manuseio era extremamente complexo e seu suporte técnico de manutenção de alto custo. Em função de tais problemas, seu uso acabou sendo inviabilizado no longo prazo.

Uma questão diretamente ligada à expansão da produção e a elevação da qualidade do material era a disponibilização de mídias que pudessem comportar o espaço virtual ocupado pelos arquivos digitais. Primeiramente, foram muito utilizadas mídias graváveis de CD e DVD (esta última com maior capacidade de armazenamento). Conforme a produção crescia, foi necessário criar um sistema para administrar e pesquisar o conteúdo dessas novas mídias catalogadas. E ainda criar melhores ferramentas para administração dos dados gerados pelos arquivos digitais e recuperação de informações. Para isso, no início dos anos 2000 foi criado pela Gerência de Serviços On-line - GEON o sistema InfoBib, trabalho desenvolvido pela servidora Natacha Maria Culell de Lopez. Até então, era utilizado para esses fins o sistema Ortodox, que por ter um administrador externo por vezes apresentava dificuldades no que diz respeito a ações de manutenção e suporte.

Outra modificação importante ocorrida em função do avanço das atividades de digitalização foi a introdução de CDs encartados em todas as publicações do IBGE. Dessa forma, todas as obras produzidas pela instituição passaram a ser lançadas em formato impresso e digital. Desenvolveu-se com isso na Biblioteca Isaac Kerstenetzky uma coleção de obras em CD, armazenada em estantes de aço.

Minha experiência no Setor de Digitalização teve início em 2012. Compreendi que nosso trabalho não só compreendia a digitalização de documentos, mas se estendia a uma série de outras atividades: tratamento do arquivo digital; organização do material produzido; guarda em servidores adequados. A percepção da complexidade e unicidade dos processos gerou uma nova denominação do setor, que passou a ser chamado como Setor de Produção e Tratamento do Acervo Digital, uma das áreas da Gerência de Biblioteca e Acervos Especiais - GEBIS.

Conforme novas técnicas e recursos foram sendo desenvolvidos, o processo de trabalho foi sendo aprimorado, criando-se outros padrões de qualidade. A incorporação de novos métodos e equipamentos deu-se como resultado de constante pesquisa, da qualificação e treinamento dos servidores, bem como de um processo contínuo de aprendizagem decorrente da própria prática profissional cotidiana. Novas ferramentas de editoração e *softwares* específicos foram paulatinamente introduzidos. Uma novidade importante foi a utilização do reconhecimento de escrita (OCR) nos documentos digitais, possibilitando a busca e recuperação de termos dentro dos conteúdos digitalizados. Para atender às necessidades dos usuários das bibliotecas do IBGE e da Loja Virtual do IBGE, o setor permaneceu imprimindo mapas e folhas topográficas, serviço executado por meio de impressora específica (também conhecida como *plotter*). Em suma, o setor hoje em dia atende a diversas demandas internas e externas, buscando manter a excelência de seu trabalho de produção, tratamento e organização de informações em formato digital.

## **Mudando conceitos, novas transformações, qual o futuro próximo?**

Com o uso da tecnologia atual, o conceito de livros “virtuais” acabou se fortalecendo. Não é mais necessário consultar o livro físico, embora ele continue a existir e permaneça imprescindível. Mas agora qualquer um pode “baixar” as informações produzidas pelo IBGE através do sítio da instituição na Internet.

Para isso, muito esforço e trabalho foram feitos para que quando um usuário queira acessar uma obra ele possa desfrutar de um material de fácil e ágil visualização. Novos padrões de trabalho foram sendo implementados a fim de gerar arquivos com a melhor qualidade possível.

Além da digitalização do material bibliográfico, o tratamento dado ao acervo digital passa hoje a ser a prioridade e o diferencial desse trabalho, considerando seus efeitos sobre as possibilidades de guarda, preservação e acesso às informações produzidas pelo IBGE.

Vivemos hoje num mundo de mídias sociais, onde o volume de informações transitadas é grande. Num mundo onde várias pessoas podem estar lendo um mesmo livro virtual através de seu compartilhamento. A biblioteca, portanto, não se limita mais ao mundo físico. Ela será cada vez mais virtual, disponibilizando documentos a todos os usuários indo até onde estão. Não mais centralizando sua consulta. As pesquisas ao acervo serão cada vez mais precisas, através de *softwares* inteligentes.

Com certeza o tempo trará mais mudanças. Novos métodos, técnicas e equipamentos. Novos meios de guarda, tratamento e disponibilização de informações. Mas temos mostrado ao longo do tempo que sempre procuramos não ficar para trás. Apesar das limitações e dificuldades, temos cumprido o nosso papel e creio que doravante continuaremos cumprindo. Os próximos 80, 100 ou tantos anos quanto forem permitidos trarão novas demandas e desafios. Mas com certeza as bibliotecas do IBGE estão prontas para dar conta das exigências do porvir.

## Referências

BARBOSA, S. de A. *Sérgio de Assis Barbosa*: depoimento. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. 1 arquivo sonoro (21 min), formato WAV. Entrevista cedida a Ricardo da Silva Lopes em 27 maio 2019.

LINDESAY, P. R. *Paulo Roberto Lindesay*: depoimento. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. 1 arquivo sonoro (30 min), formato WAV. Entrevista cedida a Ricardo da Silva Lopes em 28 maio 2019.



# Biblioteca da Escola Nacional de Ciências Estatísticas: a Biblioteca Universitária do IBGE

Antonio Sergio Loyola Polo\*

Marcelo Reis Lobato\*\*

## Introdução

Para um bibliotecário que possui rotinas de trabalho voltadas para demandas técnicas e administrativas, ser convidado a escrever sobre bibliotecas, de um modo geral, é de uma gratificação difícil de descrever. Para um bibliotecário do IBGE, ser convidado a esse tipo de atividade acerca da própria biblioteca na qual trabalha, essa gratificação é imediatamente potencializada. Escrever sobre a biblioteca na qual trabalha como parte de uma homenagem que as bibliotecas do IBGE receberão motivadas pelos seus 80 anos de existência, pode ser encarada como o início de uma realização profissional que se confirma e se materializa.

Esse sentimento não é fugaz; ele é fruto de uma satisfação verdadeira proporcionada pelo prazer de tornar um pouco mais conhecidas a história e as rotinas específicas dessa biblioteca, haja vista que uma busca pela literatura biblioteconômica deixa claro que os textos desenvolvidos acerca dessa área do conhecimento possuem cunhos muito mais gerais que específicos, portanto, o convite para escrever sobre a história e as rotinas da Biblioteca Universitária da Escola Nacional de Ciências Estatísticas, uma Instituição de Ensino Superior subordinada ao IBGE, foi recebido com grande satisfação e orgulho pelos bibliotecários que respondem pela sua gerência e pelo seu funcionamento, pois trata-se da possibilidade de disseminar um conhecimento que poucos possuem acesso, uma vez que parte considerável desse conhecimento só é possuído por quem participa de seu dia a dia de funcionamento, já que não se encontram muitos registros dos mesmos.

\* Especialista em Administração em Sistemas de Informação pela Universidade Federal Fluminense - UFF e Especialista em Ciências Políticas pela IUPERJ/UCAM. Compõe os quadros do IBGE como Analista de Planejamento, Gestão e Infraestrutura em Informações Geográficas e Estatísticas.

\*\* Bacharel em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNI-RIO, Especialista em Gestão da Informação e Inteligência Competitiva pela Universidade Estácio de Sá UNESA, Especialista em Gestão de Recursos Humanos Pela Universidade Cândido Mendes - UCAM, Tecnólogo em Gestão Estratégica de Recursos Humanos pela Universidade Estácio de Sá e, atualmente, cursando Filosofia na Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. Compõe os quadros do IBGE como Analista de Planejamento, Gestão e Infraestrutura em Informações Geográficas e Estatísticas, na função Biblioteconomia, exercendo essa função na Biblioteca da Escola Nacional de Ciências Estatísticas.

Foi com essa preocupação em mente que os dois bibliotecários se debruçaram sobre a tarefa que lhes foi conferida: levar ao conhecimento, ao menos dos servidores do IBGE, principalmente dos mais novos, da existência da Biblioteca da ENCE, da sua história, das suas rotinas e da sua importância na formação de boa parte dos estatísticos brasileiros nos últimos 66 anos.

## Bibliotecas universitárias no Brasil: um breve relato

Desde o começo do ciclo de colonização do Brasil, em 1500, só na década de 1549 em diante, com o início da centralização administrativa dos Governos-Gerais, através do primeiro governador-geral, chegou um grupo de jesuítas. Esse grupo estabeleceu o primeiro colégio na Bahia, em 1549, e o segundo, em 1554, em São Paulo, junto a fundação desses colégios, estabeleceram as bibliotecas. (MORAES, 2006)

Segundo Cunha (2007) e Moraes (2006), o colégio criado na Bahia possuía uma biblioteca em sala especial com um acervo em padrão universitário, pelas várias áreas do conhecimento. Essas ordens jesuíticas, desde quando chegaram ao Brasil, tinham a intenção de converter o Colégio em Universidade, todavia, em 1759 foi decretada a expulsão dos jesuítas, por Portugal, do Brasil.

O início do ensino superior no Brasil aconteceu de fato, a partir de 1808, com a vinda da Família Real ao País. Assim, houve vários investimentos nesse período, dentre eles, foram criadas as escolas, como cursos isolados, de cirurgias e anatomias em Salvador, bem como de anatomia, cirurgia e a Academia da Guarda Militar no Rio de Janeiro. Dessa forma, dando início à organização de instituições de ensino superior no decorrer do Século XIX, criando também suas bibliotecas. (MAYRINCK, 2017)

Em 1920 surgiu a primeira universidade no Brasil que foi chamada de Universidade do Rio de Janeiro, atual UFRJ. Postando assim os cursos de Medicina, Direito e a Faculdade Politécnica. Já a Universidade de Minas Gerais, atual UFMG, foi constituída em 1927, com a junção das Faculdades de Direito, Medicina, Odontologia, Farmácia e Engenharia em Belo Horizonte. Ambas faculdades com suas respectivas bibliotecas. A seguir, a década de 1930 é um período importante para a estruturação do ensino superior, no sentido de estabelecer a universidade como instituição modelar para o ensino superior no Brasil, bem como tinha uma série de regulamentações que previam a união de algumas faculdades para a criação de universidades, além de preservar a organização em cátedras e cursos variados (HÜBNER, 2014; ROIZ, 2006; ROSA, 2009; UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, 2017a). Nesse período, havia no País duas universidades em funcionamento: a Universidade do Rio de Janeiro (URJ), criada em 1920 por decisão do governo federal, e a Universidade de Minas Gerais (UMG), formada em 1927, como realização do governo desse estado. Além delas, foram criadas mais três após a reforma de 1931: a Universidade do Rio Grande do Sul (URGS) que obteve o seu reconhecimento em 1934; a Universidade de São Paulo (USP), formada em 1934, durante o governo de Armando de Salles Oliveira<sup>1</sup>, e a Universidade do Distrito Federal (UDF), organizada por Anísio Teixeira em 1935, quando Pedro Ernesto era prefeito do Rio de Janeiro. Tanto na USP quanto na UDF, existia uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) (GOMES, 2002).

De acordo com Cunha e Diógenes (2016), Bottoni, Sardano e Costa Filho (2013), de 1946 em diante, houve uma ampliação da base de um projeto de industrialização, concomitante a base social sendo instrumento populista de domínio dos mais pobres, que teve como finalidade de trazer essa grande massa da população brasileira, que recebia uma interlocução direta, através de pronunciamentos de Getúlio Vargas, reduzindo assim, o controle das classes

<sup>1</sup> Era interventor federal que chefiava o executivo estadual do Estado de São Paulo, nomeado pelo Presidente da República Getúlio Vargas.

dominantes intermediárias. Esses componentes foram determinantes para as alterações na área educacional. Conforme Brito e Cunha (2009), a expansão do público para ingresso aos cursos de formação superior foi consequência da ampliação do ensino secundário e a federalização de instituições privadas e estaduais de ensino superior que existiam de forma isolada, tornando-se a saída para o aumento do número de Universidades no País, bem como para o aumento de suas vagas.

De acordo com Cunha e Diógenes (2016, p.102), na segunda metade da década de 1940 cresce o surgimento das universidades, foram fortalecidas as prestadoras de ensino particular, em função do aumento da demanda de obra mais qualificada. Nessa circunstância, surgem também nas instituições de ensino superior particular “a criação de bibliotecas ligadas às universidades, com o nome de biblioteca central da universidade, ou bibliotecas ligadas às diversas faculdades que foram reunidas e levavam o nome da universidade”. Nesse período, surge a primeira universidade particular no Brasil, a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio).

A década de 1960 ampliou consideravelmente o número de universidades, muitas em função da integralização de faculdades isoladas. Em 1961, dentro de um modelo pedagógico moderno em pesquisa, surgiu a Universidade de Brasília (UnB). Assim, já com previsão em seu estatuto de fundação, a criação de uma biblioteca central. A partir da década de 1970 vai predominando o modelo de biblioteca central na configuração da universidade com desdobramentos para as décadas seguintes em Sistemas de Bibliotecas com uma Biblioteca Central e demais Bibliotecas Setoriais. Em 1979, deu início ao sistema de automação de seus processos e rotinas. Atualmente, a Biblioteca Central (BCE) da Universidade de Brasília (UnB) é um dos órgãos mais importantes, bem como polo de referência pela gestão do conhecimento científico produzido nessa Universidade. Além de disponibilizar esse conhecimento, ao longo do tempo vem acompanhando o desenvolvimento de novas tecnologias, assim como se aprimorando e oferecendo novos serviços à comunidade universitária (NUNES, CARVALHO, 2016; UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 2018).

A Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que foi criada em 1920 e era chamada de Universidade do Rio de Janeiro (URJ), foi reestruturada em 1937 com a incorporação da Universidade do Distrito Federal (UDF) em 1939, se expande a partir de 1945, e, com isso, tendo várias transformações, dentre elas, em suas bibliotecas. Assim, a UFRJ foi a pioneira na informatização de sua Biblioteca do Centro de Tecnologia em 1968, através do Projeto CALCO (Catalogação Legível em Computador). Em 1970, expande o sistema de informatização para mais bibliotecas até a efetivação do Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Rio de Janeiro (SiBI), que teve início em 1983, com propósito de organização de seus periódicos estrangeiros para suas bibliotecas. A partir de 1987 a informatização dos serviços de catalogação e circulação foi implantada em todas as bibliotecas do Sistema. Atualmente, coordena 45 de suas bibliotecas setoriais em desenvolverem serviços e produtos de informação. Segundo Anjos (2016, p. 45), “as bibliotecas da UFRJ representam 26% das bibliotecas públicas federais acadêmicas situadas na região sudeste do nosso país.” (FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS, 2015; MACEDO, 2016; UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, 2017, 2019)

Já ao longo de sua história, a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) a partir de 1972, via seu plano de reestruturação, teve como uma de suas diretrizes o movimento de centralização das atividades das bibliotecas pertencentes as suas unidades acadêmicas. Sendo que em 1981 tem início a centralização dos processamentos técnicos e de aquisições das Bibliotecas Setoriais, sob a estrutura administrativa do Sistema de Bibliotecas da UFMG. Em 1998, foi inaugurado a Rede de informação do Sistema de Bibliotecas da UFMG, permitindo assim acesso on-line ao banco de dados bibliográficos. Dessa forma, a Biblioteca Universitária, ligada diretamente a Reitoria, é a “responsável tecnicamente pelo provimento de informações necessárias às atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade, como também pela coordenação técnica, administração e divulgação dos recursos informacionais das 25 bibliotecas do Sistema.” (UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, 2017b)

Em 1970, via elaboração e aprovação do Estatuto e Regimento Geral da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), no qual constava a criação da Biblioteca Central, foi constituída uma comissão para implantação dessa Biblioteca. Dessa forma, em 1971, foi efetivamente concebida a Biblioteca Central da UFRGS. A partir da década de 1980, deu início à automação dos registros bibliográficos dessa Biblioteca. Atualmente é composta por 30 bibliotecas que constituem o Sistema de Bibliotecas da UFRGS, que é coordenado pela Biblioteca Central dessa Universidade. (GONÇALVES; COSTA; CAREGNATO, 1988; UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2016)

Desde a década de 1970 começou os estudos para agregar as várias bibliotecas que existiam na Universidade de São Paulo (USP). Nesse contexto, foi formada a Biblioteca Central da USP. Em 1981 surgiu o Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade de São Paulo (SIBIUSP), como uma evolução natural de uma proposta de trabalhar em rede, de forma integrada, visando não só atender as demandas de tecnologias, mas também, de ensino, pesquisa e extensão e, principalmente, numa preocupação de racionalização dos recursos humanos, físicos e financeiros. Assim sendo, o Sistema se coloca como uma referência nacional. Hoje, o SIBIUSP operacionaliza com as 48 bibliotecas pertencentes aos conjuntos universitários difundidos em nove cidades paulistas. (DURHAM, 2003; UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2016)

A Biblioteca Central (BC) da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) foi criada em 1965. Já a partir da segunda metade da década de 1980 iniciou o processo de informatização de seus serviços. Em 1997, deu início ao seu sistema on-line de seus catálogos e circulação de seus materiais bibliográficos. Com a Divisão de Bibliotecas e Documentação (DBD) passa a ser o órgão coordenador do Sistema de Bibliotecas da PUC-Rio. Sendo assim, essa configuração forma o Sistema de Bibliotecas que é composto pela Biblioteca Central e quatro Bibliotecas Setoriais. (PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO, 2017)

Diante do exposto, o decorrer da trajetória das bibliotecas universitárias no Brasil vem exercendo um papel importante na sociedade brasileira ao longo da sua História nacional, ao próprio fazer das Instituições Superiores, ao qual elas estão inseridas. As bibliotecas universitárias têm tido uma função importante junto ao processo de produção e disseminação do conhecimento, apoio e sustentação da missão institucional das Universidades, que é fomentar o ensino, a pesquisa e a extensão. Assim, a biblioteca universitária é um espaço fundamental da atividade acadêmica, como centro de memória, de pesquisa e produção do conhecimento.

## **Escola Nacional de Ciências Estatísticas: um breve histórico**

A Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE) é uma Instituição Federal de Ensino Superior que faz parte da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Foi fundada em 06 de março de 1953 e reconhecida pelos Decretos nº 47.997, de 4 de abril de 1960 e nº 51.163, de 08 de agosto de 1961, contudo, a Escola nasce da Resolução nº 416, de 06 de março de 1953 que a intitula, inicialmente, como Escola Brasileira de Estatística (CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (Brasil), 1953). A Escola promove atividades de pesquisa e, além de responsável pelas atividades de capacitação e treinamento de servidores do IBGE, atua em três níveis de ensino, oferecendo também cursos avulsos de atualização e extensão.

A Escola Brasileira de Estatística teve início de suas atividades no ano de 1953, em um prédio localizado na Avenida Presidente Wilson, nas dependências do Conselho Nacional de Estatística (CNE). Conforme Santone (1960), no dia 29 de maio de 1954, a ENCE substitui a Escola Brasileira de Estatística e se estabelece em um prédio próprio localizado na Rua André Cavalcanti, 106, no Bairro de Santa Teresa, na Cidade do Rio de Janeiro.

Durante esses sessenta e seis anos de existência, a Escola passou por várias transformações significativas em sua estrutura, tendo no fim do seu curso técnico, (fim que começou a ser definido no ano de 1991 e fez com que o curso formasse seus últimos alunos no ano de 1994), um dos eventos mais importantes da Escola, haja vista que esse foi um dos motivos da criação da mesma, em conjunto com o curso de estatística, também em 1953, na modalidade Bacharelado.

Com o fim do curso técnico decidido em 1991, foi criado, em 1992, o curso técnico profissionalizante apenas para funcionários do IBGE, que concedia diplomas de 2º grau em três modalidades: Estatística, Processamento de Dados e Geodésia e Cartografia, com duração de um ano e tinha seu corpo docente constituído, basicamente, por técnicos de nível superior do quadro próprio do IBGE.

Atualmente, conforme texto disponibilizado pela própria Escola “As atividades de pesquisa e ensino da ENCE estão a cargo de Mestres e Doutores que compõem o seu corpo docente. Além da orientação normalmente recebida, os alunos também podem receber orientação especial dos docentes através das modalidades de monitoria oferecidas na Escola”. (ESCOLA NACIONAL DE CIÊNCIAS ESTATÍSTICAS, 2019a)

Essas atividades estão distribuídas pelos seguintes cursos:

- Curso de Bacharelado em Estatística (desde 1953);
- Curso de Especialização em Análise Ambiental e Gestão do Território (desde 1997);
- Programa de Mestrado em População, Território e Estatísticas Públicas (desde 1998);
- Programa de Doutorado em População, Território e Estatísticas Públicas (desde 2015); e
- Capacitação e treinamento de servidores do IBGE - Plano Anual de Treinamento - PAT.

O curso de estatística da ENCE, modalidade bacharelado, foi criado junto com a Escola, ou seja, no ano de 1953, no mês de março, e teve como objetivo formar um quadro estatístico voltado para a produção das Estatísticas Nacionais, tendo sido a primeira escola superior de Estatística do Brasil e da América Latina.

O Curso de Graduação em Estatística da ENCE caracteriza-se por buscar uma estreita dinâmica entre a teoria e a prática, visando formar profissionais com competências e habilidades para atuar com a informação em diferentes segmentos do mercado de trabalho.

No ano de 1997 foi criado o curso de especialização da ENCE, que recebeu o nome de Análise Ambiental e Gestão do Território. Este curso foi criado com o objeto de atender

à crescente demanda por profissionais habilitados para atuar na área de planejamento ambiental e atividades afins. Em seus 19 anos, o curso formou mais de 200 Especialistas, com a respectiva produção de cerca de duas centenas de monografias nos diversos temas correlatos ao Curso (ESCOLA NACIONAL DE CIÊNCIAS ESTATÍSTICAS, 2019b).

Já o Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* da ENCE foi criado em 1998, com o Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais. A partir de 2014, o Programa mudou de denominação para Mestrado em Pós-Graduação em População, Território e Estatísticas Públicas, alinhado com a criação do curso de doutorado, com a primeira turma com início em março de 2015.

O Programa insere-se na grande área de Ciências Sociais Aplicadas da CAPES, na subárea de Demografia na área de Planejamento Urbano e Regional/Demografia. Desde sua criação, vem recebendo nota quatro no sistema de avaliação da CAPES.

Todas as atividades e informações descritas acima estão em pleno acordo com o Regimento da Escola Nacional de Ciências Estatísticas, que foi aprovado pelo Parecer nº 4.485, de 13/12/1976, do Conselho Federal de Educação e publicado na Revista Documenta, nº 193, do próprio Conselho (ESCOLA NACIONAL DE CIÊNCIAS ESTATÍSTICAS, 1976).

O desenvolvimento das atividades relativas aos cursos citados tem como objetivos: formar, aperfeiçoar e especializar profissionais liberais na área da Estatística; capacitar e treinar profissionais nos diversos campos de atividades relacionados com as áreas de competência da Fundação IBGE; promover a pesquisa nos campos do conhecimento relacionados com a área da Estatística e áreas correlatas; atender às demandas do mercado de trabalho local, regional e nacional; cumprir os planos de trabalho que lhe forem atribuídos pela Fundação IBGE; prestar serviços à comunidade, sob a forma de pesquisas, estudos, cursos e divulgação de conhecimentos e técnicas; e colaborar com organismos nacionais e internacionais especializados, tanto os de ensino quanto os de natureza técnico-profissional, objetivando elevar os padrões de ensino e/ou de atendimento no setor.

Para alcançar seus objetivos, a Escola pode, observadas as normas da Fundação IBGE: realizar convênios com quaisquer instituições, nacionais ou internacionais; organizar congressos e reuniões de qualquer natureza que objetivem o exame e a discussão de temas vinculados ao ensino da Estatística ou atinentes à evolução desse campo do saber; editar publicações especializadas ou colaborar com as da Fundação IBGE e; promover intercâmbios com instituições congêneres, nacionais e internacionais.

Além do que a Escola pode fazer para alcançar seus objetivos, ela conta com uma estrutura física composta por salas de aulas, Gabinete da Coordenação Geral, Laboratórios de Informática, Núcleo de Pesquisa, Gerência de Registro e Controle (Secretaria Acadêmica), Gerência de Orientação Pedagógica e Profissional (ligada à Coordenação de Graduação), Coordenações de Graduação e de Pós-Graduação (Especialização, Mestrado e Doutorado), Salas de Professores para desenvolvimento de suas atividades de ensino e pesquisa, Coordenação de Treinamento e Aperfeiçoamento (CTA) e a Biblioteca.

Esses setores funcionam de forma independente, porém, articulada, para proporcionar aos clientes (discentes, docentes e comunidade em geral) da Escola um ambiente favorável para o desenvolvimento intelectual e profissional que se espera de uma instituição de ensino superior. O corpo docente é formado por pesquisadores concursados para a própria Escola, além de contar com pesquisadores selecionados através de processos seletivo interno entre os pesquisadores do IBGE que estejam lotados em outras Diretorias. O Corpo discente é selecionado através do Sistema de Seleção Unificada (SISU), que aproveita as notas tiradas no ENEM pelos estudantes (para a graduação) e através de processos de seleção com a divulgação de edital, para os cursos de Pós-Graduação (especialização, mestrado e doutorado).

## **Biblioteca da Escola Nacional de Ciências Estatísticas**

A Biblioteca da Escola Nacional de Ciências Estatística (ENCE/IBGE) iniciou suas atividades em 1953 e teve o início de seu funcionamento, juntamente com as atividades da Escola, inicialmente, no mesmo prédio do Conselho Nacional de Estatística (CNE). Em 1956, a Biblioteca, assim como a ENCE, em função da expansão do número de seus cursos, necessitou ampliar sua área de funcionamento. Assim, em 1968, a Biblioteca passou a ocupar parte do prédio próprio, na qual funciona até hoje (ESCOLA NACIONAL DE CIÊNCIAS ESTATÍSTICAS, 2011).

Está subordinada, atualmente, à Coordenação Geral da ENCE e tem por objetivo apresentar propostas de políticas de disseminação, de processos técnicos e de desenvolvimento dos acervos, bem como melhoria do funcionamento e dos serviços prestados, com propósito de atender às necessidades da comunidade acadêmica (graduação e pós-graduação), em consonância com as políticas globais do IBGE e da Coordenação da ENCE, de modo a completar o seguimento de ensino e extensão (ESCOLA NACIONAL DE CIÊNCIAS ESTATÍSTICAS, 2014b).

Atualmente, o acervo bibliográfico é composto de recursos informacionais referentes às áreas de Ciências Exatas, de Ciências da Terra e Ciências Sociais, cobrindo mais especificamente os temas relativos ao curso de Estatística, bem como as áreas Planejamento Ambiental, População, Território e Estatísticas Públicas. Possui cerca de 24 000 itens documentais, entre obras de referência (dicionários, manuais, enciclopédias, Atlas etc.), livros; periódicos; mapas; instrumentos de coleta de pesquisas do IBGE (questionários, manuais, etc.), CD-ROM, DVD, Trabalhos de Conclusão do Curso de Graduação em Estatística, Monografias de Curso de Especialização (ENCE), Dissertações de Mestrado, Teses de Doutorado. Todo o acervo da Biblioteca da ENCE encontra-se tratado tecnicamente, isto é, catalogado, classificado e indexado, disponível para uso no ambiente próprio da biblioteca e para empréstimos domiciliares aos que têm esse direito, segundo seu regimento. Está em estado ótimo de organização, bem como as rotinas que disponibilizam esse acervo estão automatizadas, tais como: rotinas de circulação, empréstimo e consulta via catálogo on-line através do sistema Pergamum® implantado desde 2009 (ESCOLA NACIONAL DE CIÊNCIAS ESTATÍSTICAS, 2014a).

A Biblioteca da ENCE oferece os seguintes serviços e produtos aos seus usuários:

- Coleção Digital de Documentos editados pelo IBGE (para *download*) e acessibilidade disponíveis através do portal da instituição (Portal do IBGE: <http://www.ibge.gov.br>);
- Serviços de renovação de empréstimo, de pedido de reserva e pesquisa bibliográfica através do catálogo *on-line* da biblioteca da ENCE disponíveis na Internet;
- Empréstimo domiciliar para usuários internos;
- Empréstimo entre bibliotecas;
- Acesso à Internet para consultas aos catálogos *on-line* de outras instituições;
- Acesso gratuito do público em geral ao: acervo, atendimento local e através de *e-mail* institucional;
- Buscas bibliográficas no Portal Periódicos CAPES;
- Pesquisas no catálogo *on-line*;
- Orientação para normalização bibliográfica de trabalhos acadêmicos;
- Elaboração de fichas catalográficas de monografias, dissertações e teses produzidas pelo corpo discente da ENCE;
- Serviços oferecidos por outras instituições inseridas nas redes de cooperação de informação, nas quais a biblioteca da ENCE participa: Rede de Bibliotecas do IBGE, Rede Pergamum e Compartilhamento de Bibliotecas do Rio de Janeiro (CBIES);
- Sala de leitura para estudo individual e consulta local.

A Biblioteca da ENCE começou a operar suas atividades, como qualquer outra biblioteca antiga do Brasil, de forma manual, isto é, não havia um sistema informatizado que possibilitasse o desempenho das tarefas próprias da biblioteca de forma eletrônica. Isso começa a mudar no ano de 2002, com o advento do sistema próprio do IBGE, denominado InfoBib. Um sistema informatizado de bibliotecas que possibilitou a transferência das informações bibliográficas constantes em seu acervo para esse novo ambiente.

Esse sistema foi desenvolvido, atualizado e mantido pelo próprio IBGE e continua existindo, para dar suporte aos acertos que ainda precisam ser feitos nas descrições que foram migradas para o novo sistema que, hoje, toda a Rede de Bibliotecas do IBGE utiliza: O Pergamum, da PUC-Paraná. A necessidade de se mudar de sistema se deu por conta das limitações que o primeiro apresentava, principalmente no que diz respeito às rotinas de circulação de material, que não existiam de forma automatizadas, gerando uma certa incongruência, haja vista que o tratamento técnico era realizado de forma eletrônica, mas

os serviços de circulação eram realizados manualmente, com as antigas fichas e bolsos de empréstimos.

No ano de 2009, a então Bibliotecária Supervisora, Roselir Baptista, conseguiu, através de um processo de escolha dentre os *softwares* disponíveis no mercado para gerenciamento de serviços biblioteconômicos, estabelecer um contrato com a PUC-Paraná, contrato esse que está vigente até hoje. Sendo renovado a cada cinco anos, como determina a legislação brasileira, para utilização do Pergamum.

Com a implantação do Pergamum, todos os serviços rotineiros de uma biblioteca passaram a ser desempenhados com o suporte desse sistema, facilitando e dando qualidade ao tratamento e à utilização de seu acervo por parte da comunidade interessada no mesmo. Esse acervo, atualmente, conta com os seguintes números:

- 9 450 livros;
- 1 303 trabalhos acadêmicos (Monografias, dissertações e teses);
- 2 380 CD-ROMs; e
- 10 170 itens de publicações seriadas (Periódicos).

Cabe ressaltar que só é possível se chegar a esses números tão precisos em função da automatização do acervo e da confiabilidade que o *software* Pergamum proporciona aos serviços realizados e à recuperação dessas informações armazenadas nele. Com essa ferramenta poderosa de administração de serviços biblioteconômicos, foi possível, de uma vez por todas, garantir aos usuários da Biblioteca da ENCE o que o regimento da Escola determina como funções dela.

Segundo o regimento da ENCE, a Biblioteca é um órgão de apoio técnico e deverá ser sempre chefiada por bibliotecário habilitado ao exercício da função, competindo a ele:

1. Registrar, catalogar, classificar e preparar as coleções de livros e revistas;
2. Orientar e manter em dia os registros e catálogos;
3. Atender aos pedidos de informações;
4. Realizar empréstimo de publicações;
5. Promover a adequada utilização das coleções de revistas e periódicos e a divulgação de seu acervo;
6. Fazer levantamentos bibliográficos que interessem às disciplinas dos cursos de Graduação e Pós-Graduação;
7. Promover intercâmbio com bibliotecas nacionais e estrangeiras, para manter-se atualizado sobre publicações especializadas; e
8. Executar outros encargos que lhe forem atribuídos pela Coordenação Geral da Escola.

A Biblioteca da ENCE rege-se por normas definidas pela Coordenação Geral da Escola e submetidas e aprovadas pelo Conselho Diretor do IBGE (ESCOLA NACIONAL DE CIÊNCIAS ESTATÍSTICAS, 1976).

No que diz respeito ao primeiro ponto, que versa sobre o tratamento técnico do acervo da Biblioteca da ENCE, vale ressaltar que esse acervo não é composto apenas desses dois tipos de documentos citados. Ao adequar seu acervo aos suportes da informação que foram criados após a publicação do regimento da Escola, pode-se verificar a existência não apenas de livros e revistas, como também de CD-ROMs, DVDs, trabalhos acadêmicos (monografias, dissertações e teses), formulários de coletas de dados estatísticos, bases de dados disponíveis através dos computadores da biblioteca, como, por exemplo, o Portal de Periódico CAPES e periódicos nacionais e estrangeiros.

O Tratamento técnico sempre observou o Código de Catalogação Anglo-Americano e a Classificação Decimal Universal, para catalogação e classificação, respectivamente, do acervo. A partir do ano de 2012, a equipe de bibliotecários recebeu a incumbência de

construir um manual de procedimentos padronizados para o tratamento do acervo, que recebeu o título de Diretrizes para o tratamento da informação bibliográfica e procedimentos técnicos da biblioteca, e passou a ser adotado, oficialmente, no ano de 2013, padronizando campos a serem utilizados e forma de preenchimento, sempre de acordo com as regras do Código de Catalogação. A Biblioteca utiliza o segundo nível de catalogação para essa forma de tratamento do seu acervo (ESCOLA NACIONAL DE CIÊNCIAS ESTATÍSTICAS, 2013b).

O Serviço de registro e alimentação dos catálogos da Biblioteca da ENCE eram realizados, até o ano de 2009, manualmente, ainda que a biblioteca já utilizasse o sistema denominado InfoBib para tratamento técnico do seu acervo. Apesar do uso desse sistema, os registros eram feitos mês a mês, em uma planilha, e remetido à Gerência de Biblioteca e Acervos Especiais – GEBIS do IBGE, para controle do patrimônio existente na biblioteca.

A partir do ano de 2009, com a aquisição do direito de uso do Sistema Informatizado de biblioteca Pergamum, junto à PUC-Paraná, esses trabalhos passaram a ser automatizados e apenas uma lista do que era incorporado era gerada para controle da GEBIS, atividade que teve fim com a construção a aprovação do Manual da Rede de Bibliotecas do IBGE. (IBGE, 2014)

Com a adoção desse manual, o serviço de registro e a alimentação do catálogo passaram a ser feitos diretamente no sistema, e os relatórios mensais e anuais gerados pelo mesmo são remetidos diretamente para a Gerência de Contabilidade do IBGE, para análise e controle da variação dos valores do patrimônio bibliográfico da Biblioteca da ENCE.

No que diz respeito ao atendimento dos pedidos de informações por parte à comunidade que utiliza as dependências da Biblioteca da ENCE, ou faz esses pedidos via telefone ou *e-mail*, este, o atendimento, é realizado de maneira indiscriminada, isto é, qualquer cidadão, seja brasileiro ou não, pode demandar esse serviço da biblioteca e da sua equipe, sendo atendido sempre que possível, através das buscas empreendidas para satisfação da demanda. Quando o usuário não faz parte da estrutura da ENCE ou do IBGE, isto é, não é aluno ou servidor, o empréstimo de itens bibliográficos do acervo não é permitido, haja vista que só discentes, docentes e servidores ativos do órgão podem utilizar esse tipo de serviço. O atendimento à solicitação de informações por um usuário que não faça parte desse rol deve ser feito através do envio de arquivos via *e-mail*, de cópias dos textos requeridos, da gravação do arquivo em recursos como *pen-drive*, entre outras maneiras, principalmente o acesso para a leitura e a pesquisa no próprio ambiente da biblioteca.

O empréstimo domiciliar do acervo da Biblioteca da ENCE ou de itens bibliográficos de outras bibliotecas que façam parte do programa denominado empréstimo entre bibliotecas, é realizado através do sistema informatizado utilizado pela biblioteca, o Pergamum. Nele estão parametrizadas as condições para que cada tipo de usuário possa fazer uso desse serviço, tais como cadastro dos usuários, quantidade de itens que possam ficar de cada vez, número de dias do empréstimo, renovação dos itens já emprestados, punições para casos de atrasos, entre outros recursos que o sistema disponibiliza para o adequado funcionamento da biblioteca e o controle de quem a utiliza e do que e como é utilizado.

Para promover a adequada utilização das coleções de revistas e periódicos e a divulgação de seu acervo, e nesse caso é preciso entender o acervo como muito mais que revistas e periódicos, foi criado um programa de divulgação de novas aquisições da biblioteca, seja por meio de compra, permuta ou doação. O programa consiste em divulgar os títulos incluídos no acervo, além de colocá-los, por um tempo determinado, no expositor de novas aquisições que se encontra no interior da sala de leitura, para que possam ficar visíveis aos consulentes esses novos itens incluídos.

A aquisição de novos itens através da modalidade compra é sempre precedida de uma construção de uma lista de títulos indicados, que passa pelo crivo da Comissão de Formação e Desenvolvimento de Coleções, comissão que foi criada pela Norma de Serviço (NS) da ENCE, nº 10, de 15/07/2013 (ESCOLA NACIONAL DE CIÊNCIAS ESTATÍSTICAS, 2013a), e publicada no Boletim de Serviço nº 2670, de 19/07/2013. Essa comissão é formada por um representante

de cada Coordenação de ensino da ENCE (Graduação, Especialização, Mestrado e Doutorado), além de um representante da CTA e dos dois bibliotecários, tendo a Coordenação Geral como avalizadora final das decisões tomadas.

A criação dessa comissão fez gerar, como consequência, um manual para procedimentos de formação e desenvolvimento das coleções da ENCE, que versa, entre outras coisas, sobre seleção, aquisição, avaliação e desbastamento de itens do acervo (SOUZA, 2011), tornando essas práticas sistematizadas e oficiais perante os órgãos fiscalizadores do próprio IBGE.

A realização dos levantamentos bibliográficos que possam servir de base para a construção de listas de seleção e aquisição é sempre resultado de uma demanda específica de um pesquisador/professor, de uma Coordenação ou da Coordenação Geral da Escola, haja vista que, no que diz respeito às aquisições para desenvolvimento do acervo precisam sempre ser decididas pelo corpo docente da Escola, corpo docente esse que é composto por diversos especialistas que ministram as mais variadas disciplinas que compõem a grade curricular dos cursos ofertados.

Já os levantamentos bibliográficos que venham atender a uma necessidade específica de informação de um ou mais pesquisadores também são realizados e entregues a esse(s) pesquisador(es) para que possa(m) dar segmento aos seus trabalhos de pesquisa e/ou de docência.

Com o advento dos catálogos virtuais, manter-se atualizado acerca das publicações indispensáveis para o desenvolvimento das atividades de sala de aula se tornou uma tarefa mais facilitada. O próprio sistema utilizado pela biblioteca, o Pergamum, proporciona a participação em uma rede de bibliotecas que utiliza o mesmo sistema, a começar por toda a Rede de Bibliotecas das diversas PUCs espalhadas pelo País. Além disso, fazer parte do programa de empréstimo entre bibliotecas proporciona acesso a itens bibliográficos que a biblioteca não possui, mas que estão disponíveis e acessíveis em outras bibliotecas no entorno da ENCE, como as bibliotecas da UFRJ, da UERJ, da FGV, entre outras.

Outra forma de dar acesso a publicações e textos completos de itens bibliográficos de relevância é o acesso que é disponibilizado ao Portal de Periódico CAPES, através de todos os terminais de computadores que estão disponíveis para uso no ambiente da biblioteca, fazendo com que discentes, docentes e comunidade em geral possam dar prosseguimento efetivo aos estudos e pesquisas demandados e realizados pelos mesmos.

Por fim, como exemplos de outros serviços que são prestados pelos bibliotecários e pela Biblioteca da ENCE, está a elaboração de fichas catalográficas para os trabalhos acadêmicos desenvolvidos e apresentados às diversas bancas avaliadoras da Escola, quando da formação dos alunos; elaboração da ficha catalográfica na fonte para os itens bibliográficos produzidos pelos pesquisadores da ENCE e que são encaminhados para publicação; resposta ao MEC e à CAPES aos questionamentos específicos de desenvolvimento do acervo e do ambiente e equipamentos da biblioteca, entre outros serviços. Sendo assim, a Biblioteca da ENCE vem somando esforços em oferecer apoio ao ensino, pesquisa e extensão que vem refletindo na sólida formação dos futuros profissionais formados pela ENCE.

## Referências

- ANJOS, C. R. A presença da biblioteca universitária nas mídias sociais: um estudo baseado no sistema de bibliotecas da UFRJ. *Biblioline*, João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba - UFPB, Departamento de Ciência da Informação, v. 12, n. 4, p. 42-56. 2016. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/index.php/biblio/article/view/31134/17583.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2019.
- BOTTONI, A.; SARDANO, E. de J.; COSTA FILHO, G. B. Uma breve história da Universidade no Brasil: de Dom João a Lula e os desafios atuais. In: COLOMBO, S. S. (org.). *Gestão universitária: os caminhos para excelência*. Porto Alegre: Penso, 2013. p. [19]-42.
- BRITO, T. T. R.; CUNHA, A. M. de O. Revisitando a história da universidade no Brasil: política de criação, autonomia e docência. *Aprender: Caderno de Filosofia e Psicologia da Educação, Vitória da Conquista: Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia*, ano 7, n. 12, p. 43-63, 2009. Disponível em: [http://periodicos.uesb.br/index.php/aprender/article/viewFile/4260/pdf\\_231](http://periodicos.uesb.br/index.php/aprender/article/viewFile/4260/pdf_231). Acesso em: 6 fev. 2019.
- CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (Brasil). Junta Executiva Central. *Resolução da Junta Executiva Central nº 416, de 6 de março de 1953*. Rio de Janeiro: IBGE, 1953. 24 p.
- CUNHA, L. A. *A universidade temporã: o ensino superior da Colônia à Era Vargas*. São Paulo: UNESP, 2007.
- CUNHA, M. B. da; DIÓGENES, F. C. B. A trajetória da biblioteca universitária no Brasil de 1901 a 2010. *Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação*, Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, n. 21, n. 47, p. 100-123, set./dez. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/viewFile/1518-2924.2016v21n47p100/32344>. Acesso em: 29 jan. 2019.
- DURHAM, E. R. *O Ensino superior no Brasil: público e privado*. São Paulo: NUPES, USP, 2003. Disponível em: <http://nupps.usp.br/downloads/docs/dt0303.pdf>. Acesso em: 7 fev. 2019.
- ESCOLA NACIONAL DE CIÊNCIAS ESTATÍSTICAS (Brasil). *Regimento da Escola Nacional de Ciências Estatísticas*. Rio de Janeiro: IBGE, 1976. 31p.
- ESCOLA NACIONAL DE CIÊNCIAS ESTATÍSTICAS (Brasil). Norma de Serviço nº 11, de 10 de junho de 2011. Dispõe sobre a aprovação do Regimento da Biblioteca Nacional de Ciências Estatísticas. *Boletim de Serviço*, Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, n. 2561, p.1, 18 jun. 2011.
- ESCOLA NACIONAL DE CIÊNCIAS ESTATÍSTICAS (Brasil). Norma de Serviço nº 10, 15 de julho de 2013. Dispõe sobre a criação de uma Comissão para Desenvolvimento de Coleções da Biblioteca da ENCE (IBGE). *Boletim de Serviço*, Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, n.2670, p.1-2, 19 jul. 2013a.
- ESCOLA NACIONAL DE CIÊNCIAS ESTATÍSTICAS (Brasil). Supervisão de Biblioteca. *Diretrizes para o tratamento da informação bibliográfica e procedimentos técnicos da biblioteca*. Rio de Janeiro: IBGE, 2013b. 86 f. Documento interno.
- ESCOLA NACIONAL DE CIÊNCIAS ESTATÍSTICAS (Brasil). Supervisão de Biblioteca. *O Acervo*. Rio de Janeiro: IBGE, [2014?]a. Disponível em: <http://www.ence.ibge.gov.br/index.php/portal-biblioteca-ence/portal-biblioteca-o-acervo>. Acesso em: 21 jan. 2018.
- ESCOLA NACIONAL DE CIÊNCIAS ESTATÍSTICAS (Brasil). Supervisão de Biblioteca. *Quem somos*. Rio de Janeiro, [2014?]b. Disponível em: <http://www.ence.ibge.gov.br/index.php/portal-biblioteca-ence>. Acesso em: 18 jan. 2018.

ESCOLA NACIONAL DE CIÊNCIAS ESTATÍSTICAS (Brasil). *A ENCE: apresentação*. Disponível em: <http://www.ence.ibge.gov.br/index.php/portal-a-ence/portal-a-ence-apresentacao>. Acesso em: 18 jan. 2019a.

ESCOLA NACIONAL DE CIÊNCIAS ESTATÍSTICAS (Brasil). *Especialização em análise ambiental e gestão do território*. Disponível em: <http://www.ence.ibge.gov.br/index.php/posgrad-especializacao/especializ-apresentacao>. Acesso em: 18 jan. 2019b.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. Centro de pesquisa e documentação de história Contemporânea do Brasil. *Universidade do Distrito Federal (UDF)*. Rio de Janeiro: FGV, [2015?]. Disponível em: [https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/glossario/universidade\\_do\\_distrito\\_federal](https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/glossario/universidade_do_distrito_federal). Acesso em: 18 fev. 2019.

GOMES, A. de C. A Escola republicana: entre luzes e sombras. In: GOMES, A. de C.; PANDOLF, D. C.; ALBERT, V. (orgs.). *A República no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; CPDOC, 2002.

GONÇALVES, E. M. S.; COSTA, J. S. B. da; CAREGNATO, L. F.; FRAGA, T. M. de A. Informatização da informação: a experiência do Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. *Ciência da Informação*, Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT, v. 27, n.1, p. 99-102, jan./abr., 1988. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v27n1/14.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2019.

HÜBNER, M. L. F. *A Biblioteca universitária na formação acadêmica: história da Biblioteca Central da Universidade de Caxias do Sul e sua relação com a aprendizagem e o sucesso acadêmico*, 2014. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Caxias do Sul, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2014. Disponível em: <https://repositorio.uces.br/xmlui/bitstream/handle/11338/674/Dissertacao%20Marcos%20Leandro%20Freitas%20Hubner.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 2 fev. 2019.

IBGE. Gerência de Biblioteca e Acervos Especiais. *Manual da Rede de Bibliotecas do IBGE*. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. 109 f.

MACEDO, A. R. *Circulação informatizada: um estudo de caso*. Rio de Janeiro, 2016. Projeto final (Graduação em Biblioteconomia) – Curso de Gestão de Unidades de Informação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/2686/3/ARMacedo.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2019.

MAYRINCK, M. *Universidade e biblioteca universitária no Brasil: o caso da Biblioteca Central do Gragoatá da Universidade Federal Fluminense: histórias e memórias: 1994-2015*. 2017. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Niterói, 2017. Disponível em: <http://www.ci.uff.br/ppgci/arquivos/2017/DISSERTA%C3%87%C3%95ES/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20MARINA%20MAYRINCK.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2019.

MORAES, R. B. de. *Livros e bibliotecas no Brasil colonial*. Brasília: Briquet de Lemos, 2006.

NUNES, M. S. C.; CARVALHO, K. de. As Bibliotecas universitárias em perspectiva histórica: a caminho do desenvolvimento durável. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Escola de Ciência da Informação, v. 21, n. 1, p. 173-193, jan./mar 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pci/v21n1/1413-9936-pci-21-01-00173.pdf>. Acesso em: 8 fev. 2019.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO. Divisão de Bibliotecas e Documentação. *A DBD*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, [2017?]. Disponível em: <http://www.dbd.puc-rio.br/sitenovo/a-dbd.html>. Acesso em: 15 fev. 2019.

ROIZ, D. da S. Entre memória e história da Universidade de São Paulo: história em construção. *Rev. HISTEDBR on-line*, Campinas: Universidade de Campinas – UNICAMP, Faculdade de

Educação, n. 21, p. 52-64, mar. 2006. Disponível em: [http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/21/art06\\_21.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/21/art06_21.pdf). Acesso em: 3 fev. 2019.

ROSA, F. G. M. G. *Os Primórdios da inserção do livro no Brasil*. Salvador: UFBA, 2009. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/68/pdf/porto-9788523209124-04.pdf>. Acesso em: 3 fev. 2019.

SANTONE, Adolfo. A Faculdade Brasileira de Estatística. *Revista de Ciências Econômicas*, Buenos Aires, série III, v. 48, n. 9. 15 f., jan./mar., 1960.

SOUZA, M. S. *Política de desenvolvimento de coleções da Biblioteca da Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE/IBGE)*. Rio de Janeiro: ENCE, 2011. 28 f.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Biblioteca Central. *História da BCE*. Brasília, DF: UNB, [2018?]. Disponível em: <https://www.bce.unb.br/sobre-a-bce/historia-da-bce>. Acesso em: 8 fev. 2019.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Sistema Integrado de Bibliotecas - Universidade de São Paulo. *Histórico*. São Paulo: USP, 2016. Disponível em: <http://www.sibi.usp.br/sobre/historico>. Acesso em: 15 fev. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. *90 anos, UFMG: 1927-2017*. Belo Horizonte: UFMG, 2017a. Disponível em: <https://www.ufmg.br/90anos/historia-da-ufmg>. Acesso em: 13 fev. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. *Sistemas de Bibliotecas da UFMG*. Belo Horizonte: UFMG, 2017b. Disponível em: <https://cerrado.bu.ufmg.br/bu/index.php/sobre-o-sistema/apresentacao>. Acesso em: 13 fev. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. *Sistema de Biblioteca e Informação: apresentação*. Rio de Janeiro: UFRJ, [2017?]. Disponível em: <http://www.sibi.ufrj.br>. Acesso em: 13 fev. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. *UFRJ faz 100 anos, 1920-2010*. Rio de Janeiro: UFRJ, [2019?]. Disponível em: <https://ufrj.br/historia>. Acesso em: 18 fev. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. *Biblioteca Central [da] UFRGS: histórico*. Porto Alegre: UFRGS, [2016?]. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/bibliotecacentral/biblioteca-central/historico>. Acesso em: 14 fev. 2019.



# Relatos sobre a Rede de Bibliotecas do IBGE: a experiência das Supervisões de Documentação e Disseminação de Informações - SDIs

Denísia de Oliveira Martins\*

Nadya Maria Deps Miguel\*\*

Rita de Cássia Alencar\*\*\*

Sonia Regina Zanotto\*\*\*\*

Sueni de Mello dos Santos\*\*\*\*\*

## Introdução

Conforme comentado ao longo dos textos que compõem esta obra coletiva, o IBGE mantém diversas unidades de biblioteca em sua estrutura, que compõem a chamada Rede de Bibliotecas do IBGE. Os primeiros esforços visando à efetiva integração desses órgãos prestadores de serviços bibliotecários teve início nos estertores dos anos 1970, ganhando força na medida em que o avanço dos recursos tecnológicos facilitava as ações associativas e a harmonização de procedimentos. Em meados dos anos 1980 essa Rede de Bibliotecas foi finalmente formalizada e institucionalizada, sendo formada por unidades espalhadas por todo o Território Nacional. Atualmente é composta por 8 bibliotecas e 22 salas de leitura.

O propósito deste capítulo é apresentar um panorama geral dos serviços prestados por alguns dos estabelecimentos que representam a Rede de Bibliotecas do IBGE nas 27 Unidades da Federação. A partir dos relatos produzidos por profissionais bibliotecários instalados nos Estados do Ceará, do Rio Grande do Sul, de São Paulo e de Santa Catarina, propomos ao leitor uma imersão no cotidiano e no trabalho desses ibgeanos e ibgeanas envolvidos com a organização e disseminação das informações produzidas pela Instituição, considerando as especificidades e demandas dos diferentes públicos a que atendem. Não se trata, portanto, de análises abrangentes baseadas em padrões acadêmicos nem propostas sistematizadas de intervenção sobre práticas e procedimentos. Os textos são desenvolvidos como um simples exercício do pensar – leve e fluido –, profícuo na medida em que proporciona um ponto de partida para reflexões e ações futuras.

---

\* Bibliotecária da Unidade Estadual do Ceará/SDI.

\*\* Bibliotecária da Unidade Estadual de São Paulo/SDI.

\*\*\* Doutora em Memória Social pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO e bibliotecária da Unidade Estadual de São Paulo/SDI.

\*\*\*\* Bibliotecária da Unidade Estadual do Rio Grande do Sul/SDI.

\*\*\*\*\* Bibliotecária da Unidade Estadual de Santa Catarina/SDI.

## Biblioteca Teixeira de Freitas: sua participação na socialização da informação no Ceará<sup>1</sup>

A Biblioteca Teixeira de Freitas faz parte da Supervisão de Documentação e Disseminação de Informações - SDI da Unidade Estadual do IBGE no Ceará - UE/CE. As atividades da Biblioteca começaram na década de 1950 em outra sede, transferindo-se para o endereço atual nos anos de 1980.

Houve um hiato de 9 anos desde a saída da bibliotecária anterior, Ângela Maria Lima Cândido, a primeira bibliotecária por formação a chefiar a unidade (1973 a 1993), até a realização de concurso em 2002, onde assume uma nova profissional.

A história da Biblioteca Teixeira de Freitas está entrelaçada à passagem de duas servidoras que enaltecem o nome desta biblioteca: Ana Elisa Macêdo Lima (*in memoriam*) e Tereza Cristina Aguiar Lopes. Através do conhecimento técnico das pesquisas, da instituição, o prazer em atender os usuários, as servidoras deixaram marcas indeléveis de competência e dedicação a UE/CE e à instituição IBGE como um todo.

Como afirmava Shiyali Ramamrita Ranganathan, nos idos de 1931, quando elaborou as Cinco Leis da Biblioteconomia: “a biblioteca é um organismo em crescimento” (RANGANATHAN, 2009). Sendo assim, o leitor talvez possa vislumbrar o que acontece em um organismo em crescimento, sem o devido aparato técnico: O CAOS.

Conhecer o acervo foi o passo primordial. Como trabalhar com o desconhecido? A separação de material, ocorreu logo em seguida, livros, periódicos e folhetos foram alocados de forma que ficassem juntos de acordo com suas especificidades, até então não estavam classificados, eram organizados alfabeticamente, independentemente do tipo.

O registro do acervo era feito no Access, um sistema de gerenciamento de banco de dados, com o único objetivo de gerar a movimentação financeira mensal e anual. Esse programa estava bem longe de atender a premência de mudança técnica, que necessitava ser aplicada na Biblioteca, principalmente no gerenciamento e organização do acervo. Enquanto não se definia um programa mais completo, todo o acervo foi transferido para o Excel, aproveitando os dados existentes do Access com o acréscimo da Classificação Decimal Universal - CDU e o Cutter, visando facilitar a localização do material bibliográfico.

Foi com a implantação do InfoBib que a biblioteca mudou de um patamar quase pré-histórico – afinal já era o ano de 2014, onde ótimos programas de gerenciamento de bibliotecas já haviam sido lançados – para um mais atual, embora não totalmente satisfatório.

A Biblioteca, por um extenso período, desempenhou um papel passivo em relação aos seus usuários. Atuava, basilarmente, como salvaguarda da memória da instituição, sem priorizar o público que deveria fazer uso do acervo bibliográfico. Sua função básica estava na armazenagem de documentos.

Em 17 anos a Biblioteca Teixeira de Freitas renasceu, se fortaleceu como uma peça importante na disseminação de informações técnicas, culturais, artísticas e sociais na UE/CE, além de ser vanguardista. A primeira estagiária pós-reestruturação do Departamento Regional do Nordeste que passou para a Unidade Estadual do Ceará foi de Biblioteconomia, Fernanda Nunes. Logo após, outras supervisões seguiram o exemplo.

A colaboração dos estagiários de Biblioteconomia tem sido um diferencial na renovação, ampliação e melhoria dos serviços prestados. Essa parceria trouxe à Biblioteca uma quebra de paradigmas em relação ao papel do profissional bibliotecário: de um entregador de livros e informações a quem ia até a biblioteca para um profissional proativo, com visão de futuro, com atuação diversificada e inovadora. Por isso, não se poderia deixar de citar o nome de cada um desses estagiários dedicados e competentes, que abrilhantaram a Biblioteca Teixeira de Freitas, por ordem de chegada: Fernanda Nunes; Bárbara Silva, Aryanna Amorim; Rosana de

<sup>1</sup> Por Rita de Cássia Alencar.

Vasconcelos, Patrícia Celedônio e Ana Thays Soares (as duas estagiaram no mesmo período); Mariano Feitosa e Joselita de Sousa.

No decurso dos últimos 17 anos, em que se tem uma bibliotecária na biblioteca, o empenho do Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI em proporcionar um *update* nos instrumentos de trabalho da Biblioteca (informática, mobília e manuais técnicos-AACR e CDU), motivando nossa criatividade através do suporte técnico, além do atendimento às solicitações, quando possível, de forma rápida. Isso foi primordial para a execução de novos projetos e a mudança do *establishment* em vigor.

A práxis bibliotecária refere-se às ações engendradas pelos profissionais de informação direcionadas ao crescimento e desenvolvimento humano, haja vista que o valor da práxis reside na sua missão social. Pensar o serviço como instrumento de ação transformadora sempre foi o foco principal nesta Biblioteca. A cada Pesquisa de Satisfação dos Usuários aplicada, o *feedback* recebido, mostra que o caminho percorrido está correto, o que é gratificante e fomentador de novos desafios.

Os atendimentos aos usuários continuamente ficam mais específicos e detalhados e o profissional tem de estar atento e atualizado com o papel do IBGE na sociedade e às novas formas de divulgação. O perfil do usuário da Biblioteca Teixeira de Freitas, também passou por mudanças. Até os anos 2000 a solicitação maior era sobre os dados censitários, a pesquisa era primordialmente presencial, o material era majoritariamente xerocado e a quantidade significativa de usuários era de pesquisadores de outras instituições, professores e alunos universitários de graduação e pós-graduação.

Atualmente, a pesquisa é remota, a solicitação de dados é predominante por telefone ou *e-mail*, já inserindo o *whatsapp*, e os jornalistas passaram a ser nosso público mais ativo, além disso, as pesquisas do Instituto, de uma forma geral, tornaram-se mais conhecidas e solicitadas. O trabalho de divulgação está mais intensificado, na mídia, em universidades, empresas públicas e privadas, além das escolas com o IBGE Educa. A Biblioteca Teixeira de Freitas saiu do ambiente interno, onde os usuários vinham até ela, e transmutou-se para o ambiente externo, onde não se espera o usuário vir em busca da informação, mas disponibiliza-se e dissemina-se em vários meios e formas.

É notório que o profissional bibliotecário lida com a informação e esta só gera conhecimento, quando disseminada em todos os níveis, formas e campos. Partindo desse axioma, a Biblioteca Teixeira de Freitas, mirando nos usuários internos – que embora tão próximos no ambiente físico não eram partícipes das atividades da Biblioteca –, investiu na implementação do endomarketing. Foi realizado um estudo junto aos usuários que obteve com um retorno massivo de respostas, algo surpreendente, que extrapolou as expectativas. Baseado no resultado desse trabalho, a Biblioteca planejou e executou novos serviços e elaborou projetos para esse público específico.

No transcorrer dessa fase, ajustes foram feitos, projetos modificados, serviços reestruturados, derivando nos abaixo elencados, cientes que o processo é contínuo e podem surgir novos projetos e serviços, de acordo com a necessidade dos usuários:

- Criação da biblioteca literária, constituída através de doações dos servidores, agente de pesquisa e mapeamento (APM) e estagiários;
- Leitor do ano;
- Quinta Cultural, começou como Quarta Cultural, mas por questões administrativas da UE/CE, foi mudado o dia;
- Elaboração de produtos de marketing (folder, marca página e pasta);
- Atualização da Intranet local, com dicas culturais, dicas literárias, felicitação ao(s) aniversariante(s) do dia;
- Envio de *e-mail* individual ao(s) aniversariante(s) do dia;

- Planejamento de palestras sobre a cor do mês na prevenção de doenças (Janeiro Branco, Outubro Rosa, Dezembro Laranja etc);
- Organização de eventos concernentes às datas comemorativas: dia das mães, dos pais, da mulher, do homem, da árvore (com distribuição de mudas), natal etc;
- Varal da poesia; e
- Troca-troca literário.

Para cada projeto criado e concretizado, *feedbacks* foram recebidos, alguns bem marcantes e incentivadores, como é o retorno dado por um servidor que recebeu o *e-mail* parabenizando-o pelo seu aniversário. Ele agradeceu e comentou estar emocionado, porque em mais de 40 anos de instituição nunca havia recebido parabéns por algum setor do IBGE. Assim aconteceu também no primeiro Dia dos Pais, organizado pela Biblioteca, foram muitos os agradecimentos e reconhecimento do trabalho, alguns afirmaram que a Biblioteca estava trazendo vida ao IBGE.

Voltamos à Ranganathan (2009): a biblioteca é um organismo em crescimento. Se está em crescimento, está vivo. Então, revigorar as atividades para o público interno é seguir a quinta Lei de Ranganathan.

Os projetos da biblioteca literária, quinta cultural, foram empreendidos em consonância com o resultado do Estudo de Usuários. Os demais, a partir da vivência diária com os usuários e uso da criatividade.

Em 2018 a Biblioteca promoveu o 1º concurso “Leitor do Ano”, objetivando não só a premiação, mas, principalmente, incentivar a leitura aos demais usuários. O concurso ocorreu em outubro, na Semana do Livro e da Biblioteca, onde vários eventos são realizados no período.

Na Quinta Cultural, que tem uma periodicidade quinzenal, há uma rotatividade de atividades, são exibidos filmes escolhidos pelo público interno; além de conversas com escritores cearenses, palestras motivacionais, apresentação de grupos artísticos, como um grupo de alunos do Instituto dos Cegos do Ceará, que exibiu uma dança sobre a seca. A busca pela diversificação é contínua, visando atrair e satisfazer o usuário ao qual se destina todo o trabalho da biblioteca.

O intuito da elaboração de produtos de marketing com o nome da Biblioteca Teixeira de Freitas, e não somente do IBGE, foi publicitar externamente sua existência e jogar luz à nova Biblioteca, com um papel dinâmico, diversificação de serviços e atendimento especializado.

Um projeto que a Biblioteca abraçou, embora, teoricamente, pertencesse a outro setor do IBGE, foi o IBGE Solidário. Em todas as suas edições a Biblioteca coordenou o processo completo, desde a consulta na escolha da instituição beneficiária, o recebimento das doações até a entrega, sempre buscando tornar esse momento em uma festa de amor, humanidade, empatia. Os servidores têm sido impactados com esse projeto e há sempre muitos se colocando à disposição para ir à instituição entregar as doações.

Além de doações relacionadas com o IBGE Solidário, a Biblioteca Teixeira de Freitas, articula o Troca-Troca Literário, conjuntamente com doações de livros, gibis, jogos educativos, onde o material arrecadado, que não foi comutado no Troca-Troca, é doado às bibliotecas comunitárias. É o braço da Biblioteconomia social sendo fortalecido na UE/CE.

Com recursos escassos, orçamento que não prioriza o papel da biblioteca, é imperioso que o bibliotecário torne claro, divulgue, promova, descortine ao seu usuário real e potencial, a variedade de possibilidades que a biblioteca pode oferecer; que reconheça seu usuário, identificando suas reais demandas, e quiçá, segmente-os, a fim de criar produtos e serviços cada vez mais eficazes; que leve a cada usuário o seu produto/serviço e traga a cada produto/serviço o seu usuário. Como já discorre, com outras palavras, duas das cinco importantes leis da Biblioteconomia, criadas por Ranganathan: 2ª) Para cada leitor, seu livro; 3ª) Para cada livro, seu leitor (RANGANATHAN, 2009). E claro, não se deve esquecer que toda dinâmica deve estar afinada com a missão da organização.

O trabalho biblioteconômico é profícuo, afinal o carro-chefe da profissão é o gerenciamento do conhecimento, seja tácito ou explícito. Portanto, haverá sempre novas atividades a serem realizadas, novas formas de atendimento a serem praticadas e novos projetos a serem arquitetados mirando o futuro... e este é infinito.

## **Informações para a cidadania: da referência à mediação e ao letramento<sup>2</sup>**

Era início da década de 2000 e a pergunta mais frequente que chegava no setor de atendimento desta SDI era: “Quero saber tudo sobre o Brasil, ou tudo sobre o Rio Grande do Sul, ou então sobre Porto Alegre”. O IBGE era, e ainda é, a fonte mais confiável. Mas por onde começávamos a atender? Tudo sobre um país cheio de nuances, um país continental – como gostam de referir os gestores públicos e os geógrafos –, um estado cheio de peculiaridades, tradições e predefinições (para não dizer desconhecimentos ou preconceitos) sobre a sua realidade. Então, por onde iniciar? Por sorte no IBGE havia uma biblioteca organizada, em um período em que a Internet ainda era um bebê engatinhando. E como aprendido na Escola de Biblioteconomia nos anos 1980, com uma professora chamada Ivete Duro (que como o próprio nome sugere, não era fácil), o primeiro passo no serviço de referência em uma biblioteca é fazer uma boa entrevista com o consulente (ou o leitor), ou seja, *estabelecer um diálogo com o sujeito que quer saber tudo sobre...* E a partir disso descobrir o que de fato ele está buscando.

Em geral, a resposta vinha através de uma tabela com dados estatísticos. Sim, os números dizem muito! Entendendo de que se tratava a busca, definindo-se o período de interesse, entre tantas variáveis, o *Anuário Estatístico do Brasil*, o AEB, publicado desde o início do século passado, de 1908 até os dias atuais, ia sendo retirado das prateleiras, na forma de volumes grossos e caprichosamente encadernados, aos montes quando se buscava completar um estudo retrospectivo, por exemplo. Assim como a *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros!* Publicação dos anos 1957-1968, no tamanho grande que precisava de espaço para que os seus 36 volumes de capa dura e cinza fossem bem armazenados, assim como para serem folheados e manuseados; uma obra de referência da memória dos registros históricos e geográficos municipais, ricamente ilustrada com fotos, mapas e figuras (nos dias atuais está digitalizada e disponível para acesso on-line também pelo Catálogo da Biblioteca do IBGE). E os volumes das *Estatísticas Históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1985*, grande obra que condensa os quadros e tabelas retrospectivas do AEB, “um verdadeiro banco de dados sobre o País à disposição dos seus usuários” está dito no prefácio desta obra publicada na década de 1990! (IBGE, 1990, p. 6)

Um banco de dados no papel! Sim, as obras de referência impressas eram isso mesmo. Com excelentes índices remissivos (índices de assunto, de autores, de localidades, etc.). E o que significa um índice numa obra impressa? O mesmo que um índice na *web*, ou seja, pontos de acesso para facilitar o uso da informação e, quando bem estruturados, padronizar a terminologia. Por que trazer isso agora? Para mostrar que a busca pela informação sempre teve a mesma estrutura: a necessidade (o necessitado, a demanda), algo para intermediar (um bom índice, um bom bibliotecário) e a informação. Cabe ainda destacar que em um breve período, por volta dos anos 2000, também foram os CD-ROMs e os DVDs os suportes que fizeram muito sucesso e proporcionaram que as informações completas (inúmeras tabelas retrospectivas atualizadas anualmente) chegassem às regiões mais remotas do País, mesmo antes do advento da Internet. Um enorme destaque, neste período, foi a publicação das *Estatísticas do Século XX* que, por sua vez, reuniu os dados históricos sobre a realidade socioeconômica brasileira consolidada ao longo do último século, composta por um volume

<sup>2</sup> Por Sonia Regina Zanotto.

impresso acompanhado de um CD-ROM contendo mais de 16 000 arquivos com tabelas e séries históricas com base nas pesquisas provenientes do próprio IBGE e de outros órgãos do Governo Federal, compiladas dos Anuários Estatísticos e das Estatísticas Históricas do Brasil.

Hoje, 2019, o portal do IBGE na Internet recebe milhões de acessos ao ano. Um dos sites mais consultados é o *Cidades@*, que consiste num sistema agregador das informações estatísticas e geográficas sobre os municípios brasileiros. Em outras palavras, é onde se disponibiliza, de forma organizada, tudo sobre um município, ou um estado, ou o país! Então o que mudou? O usuário não está mais presente fisicamente dentro da biblioteca e nem as informações estão somente nas prateleiras físicas nas estantes da biblioteca ou em um CD-ROM, mas em um banco de dados digital disponibilizado na Internet. E as dificuldades de acesso à informação diminuem ou desaparecem? Obviamente que não! Pois o usuário, aquele que quer tudo sobre algo, continua existindo! E o documento, seja em que formato for (livro, fita, disquete, CD-ROM ou qualquer outro suporte) é que vai permitir a comunicação de uma informação, de novos conhecimentos que se não forem registrados e preservados não poderão ser transmitidos às gerações futuras.

As formas de buscar e atender aos usuários dos dados mudou. Com isso, o papel do bibliotecário também mudou. Na realidade, a função do profissional da informação foi sendo reconfigurada em virtude também das mudanças tecnológicas, e o bibliotecário passou do modo analógico para o digital, ou seja, as demandas de informação começaram a chegar mais pelos meios digitais como correio eletrônico, telefone e serviços de mensagens (pelo celular). Mesmo que o modo de busca da informação estatística oficial, produzida pelo IBGE, venha sendo alterado pela tecnologia, é papel estratégico das SDIs promover uma cultura de atenção aos usuários e como previa Senra (2005):

com vistas em aumentar-lhes a satisfação, liberando-os da mediação de especialistas [...] há de se mudar as relações temporal e espacial dos usuários com as informações, elegendo o autoatendimento como modo ideal. Entretanto, como o autoatendimento dificilmente assumirá proporção universal, [devemos] cuidar das formas clássicas de atendimento: atendimento padronizado, na forma de produtos e serviços ajustados a uma tipologia de usuários e atendimento personalizado, na forma de produtos e serviços ajustados aos desejos de usuários preferenciais (SENRA, 2005, p. 244, grifo nosso)

Mesmo com tantos recursos de acesso à informação além da Web e das redes sociais (Facebook, Instagram, Twitter), os usuários não dispensam o atendimento de um técnico do IBGE que possa dar cor ao conteúdo das inúmeras tabelas geradas pelos sistemas de recuperação na Internet. Entra em ação o trabalho das SDIs, onde o bibliotecário, mais uma vez, atua como o mediador e o promotor destes relacionamentos. Não somente o bibliotecário é o agente nestas situações, mas todos aqueles que se responsabilizam pela disseminação de informações. Não só os servidores que atuam junto às SDIs, mas todos os que percebem o quanto é importante divulgar o trabalho do IBGE.

Quando entrei na SDI para atuar como bibliotecária documentalista – era esse o meu título de graduação – não fazia ideia de como atuava a SDI/RS e como seria minha participação. Mesmo já tendo alguns anos de experiência como bibliotecária de um sistema de bibliotecas universitárias, e tendo o IBGE como importante fonte de informações, restavam muitas expectativas. Encontrei um setor nos moldes dos centros de documentação especializados, com livreria, biblioteca e atendimento ao público reunidos em um mesmo ambiente, mas não integrados necessariamente, sob a supervisão de um chefe. Naquela época havia servidores responsáveis para cada uma dessas áreas, os processos eram todos *offline*, não havia ainda a rede como conhecemos atualmente. O Sistema de Bibliotecas do IBGE também engatinhava, embora o catálogo das publicações estivesse implementado de maneira pioneira na Rede de Bibliotecas do Sistema Bibliodata/CALCO<sup>3</sup>. Porém, na SDI não havia um tratamento catalográfico de forma uniformizada, mesmo estando em funcionamento há mais tempo.

<sup>3</sup> Em 1977, a Fundação Getúlio Vargas desenvolveu o projeto com vistas a otimizar os serviços de controle bibliográfico nacional e o IBGE foi uma das instituições pioneiras a integrar a rede (LOPES, 2010).

A efetiva catalogação dos itens bibliográficos aconteceu com a implementação gradativa dos sistemas de registro bibliográficos desenvolvidos pelo próprio IBGE, como o InfoBib, e atualmente com o Sistema Pergamum<sup>4</sup>. A organização e o processamento técnico do acervo proporcionaram, não apenas o controle patrimonial, mas também uma maior visibilidade do trabalho e dos acervos das SDIs.

Dominados, ou ao menos pacificados, os problemas e domínios tecnológicos relacionados aos acessos e aos controles bibliográficos, ao menos do ponto de vista das publicações impressas, a SDI tem atualmente mais e novos desafios situados no campo da disseminação das informações produzidas pelo IBGE. As mudanças de hábitos de acesso à informação e à leitura, surgiram na sociedade como um todo, evoluíram com as novas tecnologias da informação. E da mesma forma as bibliotecas devem evoluir sem perder a razão de ser um espaço do cidadão cujo objetivo principal é permitir o acesso ao conhecimento e à informação do modo mais igualitário possível, principalmente quando vivemos em um país ainda repleto de desigualdades. Promover o conhecimento estatístico e por consequência o conhecimento da nossa realidade socioeconômica passa pela necessidade de alfabetização estatística, desafio ainda maior nesses novos tempos de predomínio tecnológico. Ou seja, será necessário seguirmos comprometidos com o desenvolvimento de produtos e serviços de informação que visem o ensino além do acesso os dados. Como destaca Wallmann (1993) *apud* Sachi (2017) o letramento ou a alfabetização em estatísticas é promover habilidades de compreensão e avaliação crítica dos resultados estatísticos que permeiam nossas vidas diárias, juntamente com a capacidade de apreciar as contribuições que o pensamento estatístico pode trazer para o desenvolvimento e a tomadas de decisões públicas e privadas, profissionais e pessoais. Em outras palavras, é desenvolver nos usuários a capacidade de compreender e usar diferentes representações de dados para entender e transformar o mundo ao seu redor. É dar ao cidadão as ferramentas necessárias para que ele se aproprie do conhecimento da sua realidade e com isto possa ser ele próprio um agente de mudanças.

Mesmo diante dos desafios de mudanças tecnológicas cada vez mais rápidas, o essencial do que fazemos no IBGE continua existindo, ou seja, o compromisso de produzir informações estatísticas confiáveis que possibilitem aos cidadãos o reconhecimento das suas realidades econômicas e sociais. Assim como é primordial que o desenvolvimento de novos serviços e a preservação dos bons relacionamentos já conquistados entre as SDIs e os usuários das informações produzidas pelo IBGE sejam otimizados, visto que são as portas das SDIs nas Unidades Estaduais do IBGE que se abrem para os cidadãos locais.

## **Relato de experiência: Biblioteca da Unidade Estadual de São Paulo<sup>5</sup>**

O presente relato parte do pressuposto de que a Biblioteca da Unidade Estadual de São Paulo do IBGE tem o compromisso de possibilitar aos seus usuários o acesso às fontes de informações de natureza estatística e geográfica produzidas pelo Instituto e, por conseguinte, contribuir para a disseminação dessas informações e democratização do conhecimento.

De maneira mais geral as atividades realizadas pelas bibliotecárias nesta Unidade compreendem: selecionar, analisar, organizar, atender ao público, realizar pesquisas e levantamentos de fontes de informação, intercâmbio com outras bibliotecas e orientar usuários no uso dos bancos e bases de dados disponíveis no portal – atividades estas que propiciam o acesso, o uso e a disseminação de informações. O empréstimo das publicações é restrito aos funcionários e servidores que trabalham na Instituição, contudo o usuário externo poderá solicitar o empréstimo entre bibliotecas.

<sup>4</sup> <https://www.pergamum.pucpr.br/redepergamum/index.php>

<sup>5</sup> Por Denísia de Oliveira Martins e Nadya Maria Deps Miguel.

Criada em 1958, esta Biblioteca mantém sob sua guarda um patrimônio documental, acervo que reúne publicações produzidas e editadas pela Instituição desde a sua criação, sintetizando a trajetória do órgão e as atividades desenvolvidas no espaço do território brasileiro, que compreende as áreas temáticas: estatística, demografia, geociências, geografia, cartografia, geodésia, meio ambiente e áreas correlatas. Além desse acervo físico, atualmente a Biblioteca dispõe de computadores com acesso à Internet e rede *wireless*, onde o usuário poderá realizar pesquisas no *site* institucional.

Nesse cenário, podemos dizer que a Biblioteca sempre desempenhou um papel importante como fonte de informação para as atividades de pesquisas. Com a intenção de aprimorar o conhecimento e atender da melhor forma as demandas dos nossos usuários, as bibliotecárias estão atentas às divulgações e modernizações ocorridas no *site*.

Encaramos como tarefa rotineira a capacitação dos usuários. O objetivo é contribuir para que eles se tornem autônomos na utilização dos recursos informacionais, disponíveis no acervo da Biblioteca da nossa Unidade, na Biblioteca Virtual e no Portal do IBGE, como, por exemplo, as orientações para acesso às informações disponíveis em banco de dados: SIDRA - Banco de Tabelas Estatísticas, Banco Multidimensional de Estatística - BME, Base de Setores Censitários, Portal de Mapas, Banco de Dados Geodésicos, entre outros. A capacitação dos usuários pode ocorrer de modo formal (planejado e agendado previamente) e informal (orientação rápida e pontual sobre os produtos oferecidos).

Após a realização da capacitação, a grande maioria dos usuários consegue realizar buscas nas bases de dados por eles próprios, sem a nossa intermediação. O intuito deste treinamento é desenvolver a competência informacional. A partir desse conhecimento adquirido, espera-se que o usuário possa, inclusive, ser multiplicador dos dados produzidos pelo IBGE.

Nesses 61 anos de existência, a Biblioteca tem atendido um público diversificado: indivíduos, órgãos públicos, organizações não governamentais, professores, pesquisadores de empresas públicas e privadas, estudantes, universitários, estrangeiros, empresários, representantes de associações, entre outros.

As necessidades de informação dos usuários são diferenciadas, com níveis de complexidades e objetivos que variam segundo a demanda, tais como: a) dados estatísticos para embasar políticas públicas e sociais, planejar ações que beneficiem a sociedade, projetos empresariais para estudos de prospecção no mercado; b) históricos de localidades para realizar pesquisas históricas ou por mera curiosidade, e, até mesmo, desvendar suas origens familiares; c) consultas ao acervo cartográfico para realização de passeios em trilhas ou canoagens, localizações de propriedades ou cursos d'água, limites municipais; d) dados estatísticos e geográficos para realização de pesquisas escolares, dissertações e teses para multiplicar o conhecimento em diversas áreas; e) dados estatísticos, microdados, setores censitários, bases cartográficas para conhecer as características de determinada região, município ou comunidade e exercer a cidadania.

Dentre os serviços prestados pelas bibliotecárias dessa unidade, além do auxílio para realização de pesquisas ao acervo físico, os consulentes recebem orientações e instruções por telefone ou *e-mail*, com o propósito de facilitar a localização e o acesso às fontes de informação em ambiente virtual, otimizando assim o tempo do usuário.

A partir de nossa experiência profissional nesta Unidade, percebemos que oferecer um atendimento diferenciado, requer bom conhecimento das ferramentas digitais utilizadas nos sistemas de informações geográficas e estatísticas. O que, certamente, demanda capacitação dos bibliotecários no uso dessas tecnologias, já que ultrapassa os limites técnicos da organização do acervo impresso.

Como agentes disseminadores de informações, nós, bibliotecárias da UE/SP, buscamos acompanhar os processos de inovação tecnológica, com o intuito de orientar o acesso dos usuários e otimizar o uso dos recursos informacionais. É importante estarmos preparadas para auxiliar, identificar e fornecer um conjunto de informações, pois mesmo

que elas estejam disponíveis para livre acesso, as orientações, muitas vezes, são necessárias para que a informação desejada seja localizada e todas as funcionalidades do portal possam ser exploradas.

Mas este relato não estaria completo se deixássemos de mencionar outras atividades nas quais nos envolvemos, tais como a revisão dos históricos de formação dos municípios do Estado de São Paulo e o projeto História Oral nas Unidades Estaduais, em conjunto com a Memória IBGE/CDDI. A primeira visa atualizar os históricos de criação dos municípios paulistas, para embasar são efetuadas pesquisas em *sites* oficiais e fontes de informações confiáveis. A segunda tem como objetivo resgatar a memória da instituição a partir da coleta de depoimentos dos servidores. Esses fragmentos de memórias produzem rica fonte de informação, registram acontecimentos da história do Instituto, ao mesmo tempo em que valorizam a contribuição dos servidores, histórias pessoais, profissionais, além de curiosidades sobre o cotidiano das épocas relatadas e buscam disseminar as diversas visões da trajetória ibgeana.

Enfim, este relato de experiência buscou descrever as ações realizadas pelas bibliotecárias na Biblioteca da UE/SP e demonstrar o seu papel na preservação da memória institucional, recuperação, disseminação e usabilidade das informações estatísticas e geográficas produzidas pelo IBGE em tempos de crescente utilização das mídias sociais.

## **O bibliotecário e a biblioteca do futuro no IBGE: desafios do presente e um olhar para a história<sup>6</sup>**

O ano era 1978. Pisei em solo IBGEANO! Por quase cinco anos trabalhei na Área Técnica com as pesquisas da indústria, comércio, serviços e agropecuária. Foi quando adentrei ao mundo fabuloso das siglas ibgeanas.

Apaixonada por livros e leitura, mais bibliófila do que leitora, prestei vestibular para Biblioteconomia, graduando-me em 1981 pela Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC. Formada, fui ao Gabinete da Delegacia do IBGE em Santa Catarina - DEGE-SC e coloquei-me à disposição para trabalhar no Setor de Distribuição e Biblioteca - SEDIBI, deixando o delegado muito satisfeito. Disse-me sim imediatamente.

O Setor trazia em sua estrutura duas seções, a Seção de Biblioteca - SEDEBI e a Seção de Distribuição - SEDIST, e estava ligado diretamente ao Gabinete da DEGE-SC. A Biblioteca, com seus móveis escuros de madeira. Armários com vidros, fechados à chave, guardavam os livros e periódicos, mostrando todo um cuidado e zelo pelo acervo que perfilados lado a lado, detinham toda a informação produzida pelo IBGE. A mesa grande, retangular no canto da sala, recebia os usuários para as suas pesquisas que muitas vezes duravam dias. Na parede, o quadro de Mário Augusto Teixeira de Freitas, que dera nome à Biblioteca.

Uma biblioteca pública? Especializada? Um Centro de Informação? De Documentação? Diferente de uma biblioteca tradicional, penso que tinha um pouco de cada. Simplesmente uma Biblioteca! Local que o IBGE, como o principal provedor de informações estatísticas e geocientíficas do Brasil e sobre o Brasil, tomava como repositório de sua produção e ambiente onde recebia os seus usuários, em sua maioria estudantes.

Era 1982. Foi aqui o “marco zero” para o meu desenvolvimento profissional; para pensar Biblioteconomia e fazer Biblioteconomia. Realizar algo a mais, diferente do que se aprende nos bancos da universidade. Com ações menos voltadas para as técnicas; mais proativa! A equipe lá encontrada consistia de quatro pessoas. Nossas frentes de trabalho ainda muito focadas na catalogação, no tombamento dos livros, nos registros, para que nada se perdesse. A arrumação das estantes, o cuidado para que tudo estivesse na mais perfeita ordem, davam a tônica dos serviços prestados. Sem dúvida tudo isso era (e ainda é) muito importante e

<sup>6</sup> Por Sueni Juraci de Mello dos Santos.

necessário para que se chegue com maior precisão à recuperação da informação. Mas cabe ressaltar que tais atividades não devem ocupar a maior parte do tempo do bibliotecário.

Às vezes nos víamos envolvidas em papéis que vinham das Agências de Coleta do IBGE. Recortes de jornais sobre os municípios, leis que eram pesquisadas na Assembleia Legislativa sobre criação de municípios e distritos, mudança de nomes, alterações de grafias e limites. Um pouquinho do que hoje chamamos de Base Territorial. As leis eram encaminhadas, a pedido, ao CDDI. Tudo isso formava uma coletânea para compor as “*Pastas dos Municípios*” preparada especialmente para atender aos nossos usuários. Serviam também para produzir as *Monografias Municipais* e juntamente com a Enciclopédia dos Municípios Brasileiros traçavam um grande perfil dos municípios catarinenses.

O dia a dia do trabalho, o aprendizado, a experiência, as demandas dos usuários, tudo isso nos foi mostrando que muito mais poderia ser feito. Que ser bibliotecária do IBGE nos conduz a uma interminável viagem a linha do tempo do Brasil. É maravilhoso! Temos a nossa disposição um mundo de informações que podem nos levar a semear em outras searas. Que não devemos ficar somente no ambiente da Biblioteca, mas sim, levar a Biblioteca ao alcance do nosso usuário. Que ao bibliotecário não cabe só a organização, a catalogação, a classificação, mas acima de tudo o comunicar, o disseminar, divulgar a informação. Uma informação que produz conhecimento e que consolida a cidadania!

Nesse sentido, vale citar Silvio Minciotti, Presidente do IBGE de junho de 1993 a março de 1994: “*Digo mais: se você não disseminar, é tolo produzir. Produzir para quê? A disseminação é que dá sentido à produção.*” (SENRA; FONSECA; MILLIONS, 2016, p. 205, grifo nosso)

O que então era denominado SEDIBI passa a se chamar Supervisão de Documentação e Disseminação de Informações - SDI, ligada diretamente ao Gabinete da Unidade Estadual. Em sua estrutura traz a Biblioteca Mário Augusto Teixeira de Freitas, que é o “carro chefe” da Supervisão.

Com as mudanças ocorridas a partir de 2013, as bibliotecas do IBGE passam a ser consideradas bibliotecas públicas. A Resolução do Conselho Diretor CD nº 25 de 19.09.2016 dispõe em seu artigo 1º sobre a estrutura das bibliotecas do IBGE, definindo que as localizadas nas SDIs das Unidades Estaduais, fazem parte da Rede de Bibliotecas do IBGE. Como biblioteca pública, um dos seus grandes desafios é o reconhecimento de seu papel cultural, educacional e social, ou seja, sua identidade. É vista como a mais democrática de todos os tipos de biblioteca e passa a ter um papel fundamental quanto à “democratização do acesso à informação”. Ela precisa ser um grande centro disseminador de informações.

As bibliotecas do IBGE precisam atuar como uma poderosa ferramenta de comunicação e disseminação de informações, auxiliando no cumprimento da missão institucional que é a de retratar o Brasil com informações necessárias ao conhecimento de sua realidade e ao exercício da cidadania.

Dentre os serviços prestados pela Biblioteca da SDI-SC estão o atendimento ao usuário, presencialmente, por telefone, *e-mail* e correspondência; atendimento a jornalistas/impressão; levantamento bibliográfico; empréstimo, devolução e renovação de livros; pesquisa no acervo; fotocópias; visitas programadas a escolas e universidades; visitas recebidas de alunos, mediante agendamento; vendas de publicações editadas pelo IBGE; treinamento do SIDRA; prestação de orientação sobre o *site* do IBGE. Seus principais públicos são estudantes universitários, mestrands, doutorands, professores, consultores, empresários, engenheiros e outros. Destaca-se como principal demanda de seus usuários os pedidos de informações sobre a população, que são atendidos através das estatísticas sociodemográficas.

Hoje, no entanto, as bibliotecas do IBGE se veem a frente de vários desafios como a crescente inovação tecnológica, a velocidade com que as informações do IBGE são produzidas, a geração de novos produtos e serviços. Tudo isso impacta diretamente a área de atendimento ao público. Tudo ficou mais ágil. O disseminador das informações precisa se atualizar, conhecer novas formas e metodologias para melhor disseminar. Além disso,

precisa contar com uma equipe capacitada. Pronta para contribuir com as demandas do dia a dia.

A discussão sobre o futuro das bibliotecas e do profissional bibliotecário não é recente. Muito se tem escrito e falado sobre o tema, inclusive sobre a possibilidade de extinção ou mudanças da biblioteca tradicional. A biblioteca do século XX, com os seus móveis escuros, livros grandes, perfilados em ordem alfabética, deu lugar a um novo conceito de biblioteca no Século XXI.

Sendo perguntado sobre o futuro das bibliotecas, o renomado historiador inglês Peter Burke assim respondeu: *é sempre difícil prever o futuro*. Como será então a biblioteca do futuro? Quando será esse futuro? As novas tecnologias, a informação eletrônica e digital, vêm desafiando a biblioteca contemporânea, que precisa se reconstruir, ampliar seus serviços, produtos e ações, visando atender aos interesses de seu público usuário.

Então, há de se pensar, sim, sobre a importância da biblioteca como ferramenta de gestão de informação. Uma biblioteca onde a Comunicação, a Documentação e a Disseminação sejam três grandes pilares que trabalhem juntos, especialmente para o IBGE, uma instituição de 83 anos cuja fundação está sedimentada na produção de informações. Informações estas que geram novas fontes, novos conhecimentos. “A literatura científica menciona que o profissional bibliotecário é o responsável para tornar acessíveis as informações desejadas, seja em meio físico, seja digital, aos seus usuários, desenvolvendo papel de mediador”. (ASSIS, 2018, p. 16)

Nesse contexto de mudanças, ante as novas tecnologias de comunicação e informação, será necessário também refletir sobre o papel do bibliotecário. É fato que o bibliotecário de hoje não tem o mesmo perfil do bibliotecário do passado. Assim, diante desta afirmação, qual seria o perfil desejável para o “bibliotecário do futuro”? Quais atitudes tomaria, hoje, para ser o bibliotecário do amanhã? “Para Elkin (1994) o bibliotecário do futuro necessitará cada vez mais de habilidades específicas. O mercado necessitará de indivíduos flexíveis, adaptáveis, imaginativos e proativos, que reconheçam novas oportunidades e estejam preparados para os desafios”. (ESPANTOSO, 1999/2000, p. 6)

Diante deste novo mercado de trabalho e das tendências tecnológicas, o bibliotecário deverá estar em constante aprendizado, buscando se atualizar frente às novas soluções. Este profissional necessitará ser um agente da informação; buscar informações em outras fontes; ser um orientador, fazer gestão do conhecimento, ter bons relacionamentos, estar conectado, ser um disseminador que utiliza novas mídias. Será o guardião das informações. Deverá organizá-las, armazená-las e como missão, disseminá-las! Frente a tanta desinformação, de informação fragmentada, mudanças tecnológicas, mídias sociais, *fake news*, é quando mais se precisará desse profissional e das bibliotecas, sejam elas físicas ou digitais e que oferecem informações confiáveis de forma prática e acessível.

E você, o que pensa acerca disso?

## Referências

- ASSIS, T. B. de. Perfil profissional do bibliotecário: atual e desejado. In: RIBEIRO, A. C. M. L.; FERREIRA, P. C. G. *Bibliotecário do século XXI: pensando o seu papel na contemporaneidade*. Brasília: IPEA, 2018. Capítulo 1, p. 13-31. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8674>. Acesso em: 24 jun. 2019.
- ELKIN, J. The role of LIS Schools and department in continuing professional development. *Librarian Career Development*, v. 2, n. 4, p. 19-23, 1994.
- ESPANTOSO, J. J. P. O arquiteto da informação e o bibliotecário do futuro. *Revista de Biblioteconomia de Brasília*, Brasília: Universidade de Brasília – UnB, v. 23/24, n. 2, p. 135-146, especial 1999/2000. Disponível em: [http://www.brapci.inf.br/\\_repositorio/2010/02/pdf\\_4968c6969b\\_0008279.pdf](http://www.brapci.inf.br/_repositorio/2010/02/pdf_4968c6969b_0008279.pdf). Acesso em: 1 julho 2019.
- IBGE. *Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988*. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: IBGE, 1990. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv21431.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2019.
- IBGE. *Estatísticas do século XX*. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=237312>. Acesso em: 12 jun. 2019.
- LOPES, M. *Catálogo cooperativa em redes de informação: estudo de caso da Rede Bibliodata*. Brasília: UnB, 2010. Disponível em: [http://bdm.unb.br/bitstream/10483/959/1/2010\\_MarcosLuizLopes.pdf](http://bdm.unb.br/bitstream/10483/959/1/2010_MarcosLuizLopes.pdf). Acesso em: 10 jun. 2019.
- MACHADO, F. B.; SUAIDEN, E. J. O papel da biblioteca pública e seus desafios frente aos avanços tecnológicos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25., 2013, Florianópolis, SC. *Anais [...]*. Florianópolis, 2013. Disponível em: <https://portal.febab.org.br/anais/article/view/1284>. Acesso em: 13 jul. 2019.
- MINDLIN, J. *Memórias esparsas de uma biblioteca*. São Paulo, Escritório do Livro, 2004. (Coleção memória do livro, 3).
- PETER Burke explica o papel dos bibliotecários e das bibliotecas na história do conhecimento. In: UFMG. *Sistema de bibliotecas da UFMG*. Belo Horizonte, [2014]. Disponível em: <https://cerrado.bu.ufmg.br/bu/index.php/noticias/1038-peter-burke-explica-o-papel-dos-bibliotecarios-e-das-bibliotecas-na-historia-do-conhecimento>. Acesso em: 25 jun. 2019.
- RANGANATHAN, S. R. *As cinco leis da Biblioteconomia*. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2009. 336p.
- Sashi S. Definitions and models of statistical literacy: a literature review. *Open Review of Educational Research*, Claremont: Society for Educational Studies, v. 4, n. 1, p. 118-133, 2017. DOI: 10.1080/23265507.2017.1354313. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/23265507.2017.1354313>. Acesso em: 13 jul. 2019.
- SENRA, N. (org.). *O saber e o poder das estatísticas: uma história das relações dos estatísticos com os estados nacionais e com as ciências*. Rio de Janeiro: IBGE, 2005. (Estudos e análises. Documentação e disseminação de informações, 1). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv83121.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2019.
- SENRA, N.; FONSECA, S. M.; MILLIONS, T. C. *O desafio de retratar o país: entrevistas com os presidentes do IBGE no período de 1985 a 2015*. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv97302.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2019.

# Cronologia

- 1938 - Resolução nº 84 da Assembleia Geral do CNE, de 18 de julho, cria as bases para a formação de uma biblioteca de grande porte no instituto, a partir do material que compunha o acervo da antiga Diretoria Geral de Estatística
- 1939 - Resolução nº 31 do Diretório Central do CNG, de 8 de fevereiro, estabelece o regulamento do Serviço de Coordenação Geográfica, órgão executivo do CNG. O ato determinava que à Seção de Documentação e Informações caberia organizar e desenvolver uma biblioteca especializada em obras sobre Geografia do Brasil. A Biblioteca do CNG foi instalada pouco depois, no Palácio Silogeu (Rua Augusto Severo, n. 4), então sede do IHGB e do CNG.
- 1939 - Resolução nº 78 da Junta Executiva Central do CNE, de 1º de setembro, cria um setor de Biblioteca integrado à estrutura da Secretaria-Geral do CNE. A então chamada Biblioteca Central do CNE foi pouco depois instalada nas dependências do Edifício A Noite, na Praça Mauá, então sede do Conselho.
- 1939 - O demógrafo Giorgio Mortara doa a sua coleção particular de livros para a Biblioteca Central do CNE.
- 1940 - Abertura da Biblioteca Central do CNE ao público externo.
- 1940 - Com a morte de Bulhões Carvalho, um dos principais nomes das estatísticas oficiais no País, sua coleção particular de livros é doada para a Biblioteca Central do CNE.
- 1942 - Decreto-Lei nº 4.181, de 16 de março, cria as Seções de Estatística Militar e regulamenta as Agências Municipais de Estatística. Essas repartições municipais, base do Sistema Estatístico Nacional, deveriam organizar e manter uma biblioteca especializada na divulgação de informações estatísticas.
- 1944 - Com a criação das Inspetorias Regionais, representações do IBGE nas Unidades da Federação, novas unidades de biblioteca são construídas dentro da estrutura do IBGE.

- 1945 - Com a mudança da sede do CNE, a sua Biblioteca Central é transferida do Edifício A Noite, localizado na Praça Mauá, para prédio localizado na Avenida Presidente Wilson, nº316. Posteriormente o trecho foi transformado na Avenida Franklin Roosevelt.
- 1950 - A Biblioteca do CNG é transferida para a sobreloja de prédio localizado na Avenida Calógeras, nº6-B.
- 1953 - É criada, na estrutura do IBGE, a Escola Brasileira de Estatística - EBE, um ano depois renomeada Escola Nacional de Ciências Estatísticas - ENCE. Como instância voltada à formação de técnicos de nível superior em estatística, logo é dotada de uma biblioteca universitária, constituindo mais uma unidade mantida pelo IBGE.
- 1956 - A Biblioteca Central do CNE passa a se chamar Biblioteca Waldemar Lopes.
- 1956 - A Biblioteca da ENCE é instalada na nova sede da escola, localizada na Avenida Presidente Wilson, nº 210.
- 1968 - Com a transferência da sede da ENCE para novo prédio na Rua André Cavalcanti, a Biblioteca da ENCE é instalada na nova sede da escola, localizada na Rua André Cavalcanti.
- 1969 - Com a extinção das Inspetorias Regionais, são criadas as Delegacias de Estatística do IBE - DELESTs, que passam a constituir as representações da recém-criada Fundação IBGE em todas as Unidades da Federação. Cada DELEST apresentava em sua estrutura um setor de biblioteca.
- 1973 - A então chamada Biblioteca Geográfica do IBGE é transferida da Avenida Calógeras para a nova sede do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB, na Avenida Augusto Severo, nº 8.
- 1973 - Têm início no Complexo de Mangureira a microfilmagem de documentos administrativos do IBGE. Posteriormente a atividade seria estendida ao acervo bibliográfico.
- 1975 - Reforma estatutária cria a Diretoria de Formação e Aperfeiçoamento de Pessoal. A Biblioteca Waldemar Lopes e a Biblioteca Geográfica são fundidas, sendo criada a Biblioteca Central do IBGE - BICEN.
- 1977 - Estabelecida a estrutura da BICEN por meio da Resolução-PR nº 04, de 20 de maio.
- 1981 - Início do processo de informatização dos serviços prestados pela BICEN.
- 1981 - O IBGE, por intermediação da BICEN, começa a empregar ISBN e ISSN em suas publicações, integrando-se aos sistemas de Controle Bibliográfico Universal, então patrocinados pela UNESCO.
- 1982 - Após a assinatura de convênio com a Fundação Getúlio Vargas -, o IBGE passa a compor oficialmente a Rede Bibliodata/CALCO. Em cerca de um ano o Sistema de Catalogação Legível por Computador - CALCO já se encontrava plenamente operacional.
- 1986 - Criação do Projeto Memória do IBGE, voltado ao desenvolvimento de atividades de preservação da memória institucional e organização de um acervo histórico.
- 1986 - Com a reforma administrativa, os serviços prestados pela BICEN são integrados e distribuídos na estrutura do Departamento de Documentação e Atendimento - DEDAT. No mesmo processo ocorre a formalização e institucionalização da Rede de Bibliotecas do IBGE.

- 1990 - O acervo da principal biblioteca do IBGE é transferido do prédio da Av. Franklin Roosevelt para nova unidade do IBGE inaugurada no bairro do Maracanã (Complexo Canabarro).
- 1991 - A biblioteca do CDDI passa a ser chamada Biblioteca Isaac Kerstenetzky, em homenagem ao ex-presidente do IBGE.
- 1992 - Publicação do primeiro volume do catálogo do IBGE, sistema referencial voltado à reunião e disponibilização das informações produzidas pela instituição, incluindo estudos, pesquisas, publicações, documentos cartográficos, geodésicos e base de dados.
- 1993 - Início da disponibilização de informações básicas sobre a Biblioteca Isaac Kerstenetzky na Intranet do IBGE (horário de funcionamento, prazos de empréstimo e o sumário de periódicos correntes).
- 1994 - Parte do acervo particular do ex-presidente Isaac Kerstenetzky é doada à biblioteca que carregava seu nome, passando a compor uma de suas principais coleções.
- 1997 - Disponibilização do catálogo bibliográfico da Biblioteca Isaac Kertenezky na página *web* do IBGE.
- 1997 - Introdução do OrtoDocs, *software* de catalogação on-line compatível com o formato MARC. Seu uso permitiu a integração do fluxo de processamento técnico da informação (atividades de aquisição, registro patrimonial, catalogação, controle de autoridades e assuntos, etc).
- 2001 - Digitalização e disponibilização da primeira obra completa do acervo da Biblioteca Isaac Kertenezky, a Enciclopédia dos Municípios Brasileiros.
- 2001 - A Gerência de Serviços On-Line - GEON desenvolve o “Sistema Biblioteca *On-line*” (posteriormente denominado InfoBib). A nova ferramenta constituía uma solução para a gestão de acervos digitais, sendo posteriormente aprimorado para atender às demais necessidades da Rede de Bibliotecas do IBGE. Inicialmente, foi publicada uma versão somente para Intranet.
- 2005 - Disponibilização do InfoBib na Internet. Além da consulta ao acervo, oferecia informações institucionais da Biblioteca Isaac Kerstenetzky, estrutura das coleções físicas e digitais e informações sobre a rede de bibliotecas depositárias.
- 2005 – Primeira página *web* da Biblioteca Isaac Kerstenetzky é disponibilizada. Além da consulta ao acervo, oferecia informações institucionais da Biblioteca Isaac Kerstenetzky e sobre a rede de bibliotecas depositárias.
- 2009 - Tendo em vista o atendimento de necessidades próprias a uma biblioteca universitária, a Biblioteca da ENCE introduz um novo sistema de gerenciamento de bibliotecas, o *software* Pergamum.
- 2012 - Integração do acervo digital de fotografias e instrumentos de coleta com os sites “Brasil em Síntese” (Cidades@) e “Conceitos e Métodos: Metadados”.
- 2013 - Página *web* da Biblioteca Isaac Kerstenetzky é reformulada para acompanhar a disseminação de informações produzidas pelo IBGE.
- 2013 - Reformulação do *site* da biblioteca introduz a busca integrada de todas as bases, além de permitir o acesso dos usuários à coleção digital.
- 2016 - Reinaugurada Sala de Leitura e Atendimento da Biblioteca Isaac Kerstenetzky.

- 2016 - A Biblioteca Isaac Kerstenetzky promove uma mesa redonda sobre Repositórios Digitais na 3ª Conferência Nacional de Produtores e Usuários de Informações Estatísticas, Geográficas e Ambientais - INFOPLAN.
- 2017 - Elaborado um relatório de análise de *softwares* de gerenciamento de bibliotecas, para embasar a contratação de um novo sistema que possibilitasse um processamento técnico mais adequado às necessidades dos usuários e à rotina das bibliotecas da Rede.
- 2017 - Elaboração da Política de Desenvolvimento de Coleções da Biblioteca Isaac Kerstenetzky e do Manual de Atendimento da Biblioteca.
- 2018 - Início do processo de migração do sistema InfoBib para o sistema de gerenciamento de bibliotecas Pergamum.
- 2019 - Disponibilização do Catálogo *On-Line* do Pergamum para usuários internos na Intranet.
- 2019 - Criação da identidade visual da Rede de Bibliotecas do IBGE.

## Memória visual



**Foto 1**

Fachada do Edifício A Noite, sede do CNE entre 1936 e 1945. A Biblioteca Central do CNE, oficialmente criada em 1º set. 1939, foi inicialmente instalada no 8º andar do prédio. Rio de Janeiro, s.d.

Autor: Osvaldo Gilson Fonseca Costa. Acervo IBGE.

**Foto 2**

Aspecto externo do Palácio Silogeu nos anos 1920. O prédio abrigou o Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica, órgão executivo do CNG, entre 1939 e 1943. Em suas instalações foi montada a Biblioteca do CNG. Por um curto período nos anos 1940 o prédio também abrigou a Biblioteca Central do CNE. Rio de Janeiro, s.d.

Fonte: Portal do IHGB <<https://www.ihgb.org.br/ihgb/historico.html>> (domínio público).

**Foto 3**

Aspecto da fachada de imóvel que comportava a Câmara Municipal e a Agência Municipal de Estatística do Município de Barreiras-BA. Na agência também estava instalada a Biblioteca Mário Barbosa. 1951.

Fonte: Acervo IBGE.

**Foto 4**

Inauguração das novas instalações da Biblioteca Central do CNE. Waldemar Lopes, Sr<sup>a</sup> Elmano Cardim, Sr. Elmano Cardim (presidente do IBGE), Antônio Paulino Limpo Teixeira de Freitas, Aparecida Gomes de Moura e Valdemar Cavalcanti, Rio de Janeiro, 29 maio 1955.

Fonte: Acervo IBGE.

**Foto 5**

Inauguração da placa "Waldemar Lopes" na Biblioteca que agora levava o seu nome (antiga Biblioteca Central do CNE). Discurso de inauguração proferido pelo orador Sr. Milton Rodrigues. Rio de Janeiro, 1956.

Fonte: Acervo IBGE.

**Foto 6**

Biblioteca Waldemar Lopes. Sra. Milton Rodrigues. Rio de Janeiro, 1956

Fonte: Acervo IBGE.

**Foto 7**

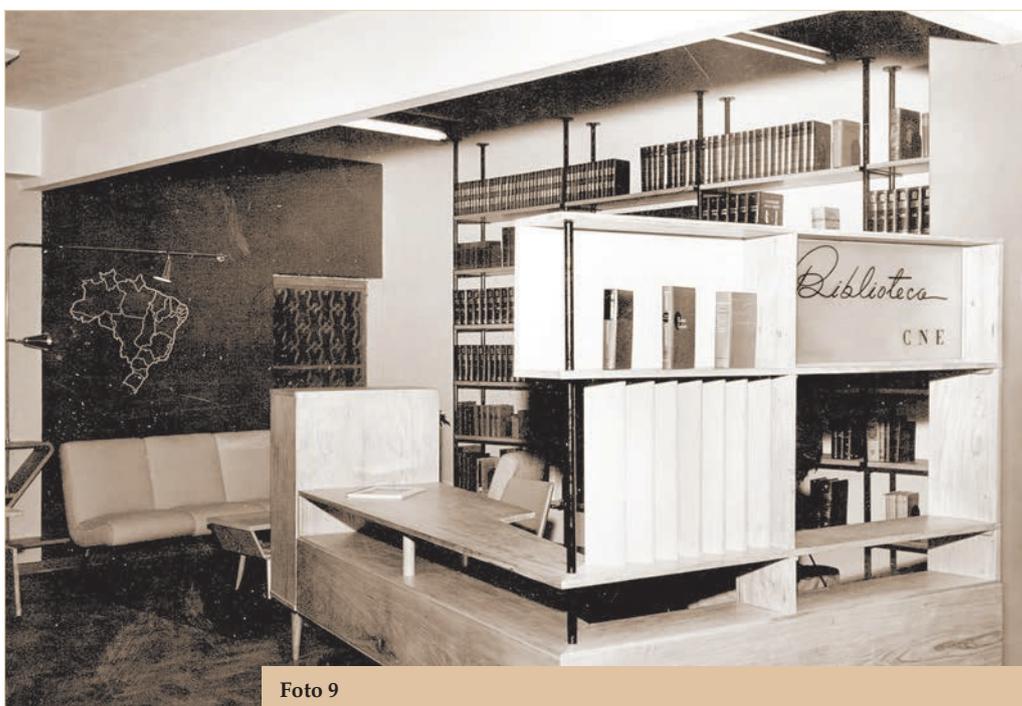
Inauguração da placa "Waldemar Lopes" nas dependências do CNE (Av. Franklin Roosevelt, 146). Rio de Janeiro, 1956.

Fonte: Acervo IBGE.

**Foto 8**

Biblioteca Waldemar Lopes: Vê-se um sofá e uma mesa de centro, parte do balcão de atendimento, estantes com livros ao fundo e um mapa do Brasil gravado em uma das paredes. Rio de Janeiro, 1960.

Fonte: Acervo IBGE.

**Foto 9**

Aspecto da Biblioteca Waldemar Lopes. Vê-se o balcão de atendimento, estantes com livros ao fundo e um mapa do Brasil gravado em uma das paredes. Rio de Janeiro, 1960.

Fonte: Acervo IBGE.

**Foto 10**

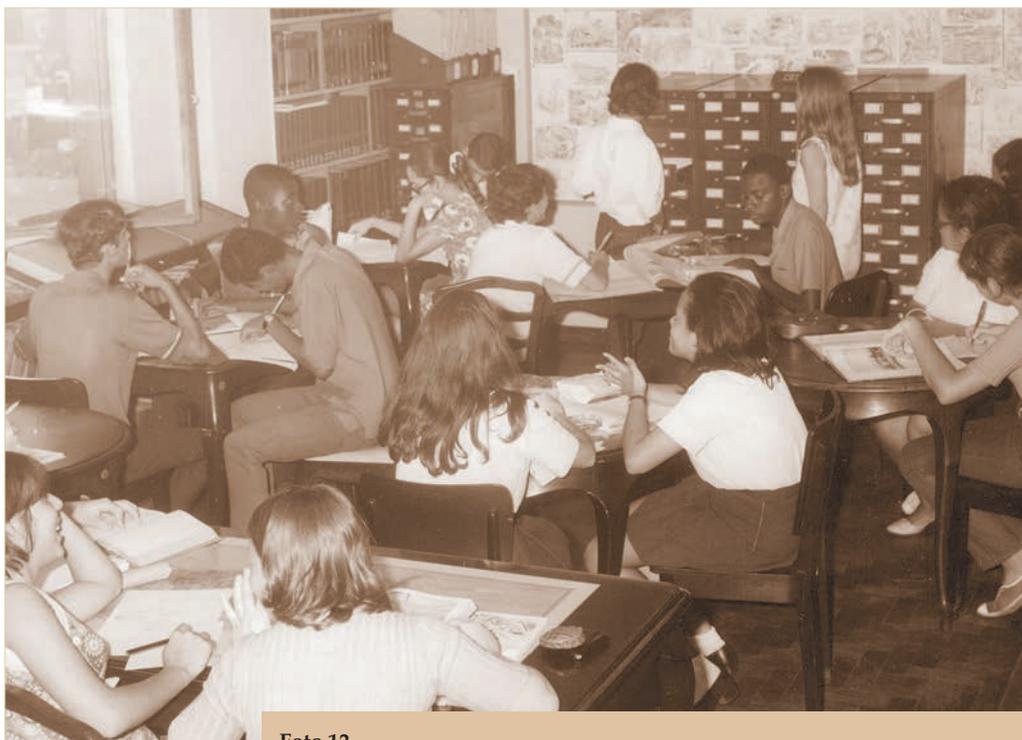
Biblioteca Waldemar Lopes. Vê-se mural e estante com documentos expostos e estantes com livros ao fundo. Rio de Janeiro, 1960.

Fonte: Acervo IBGE.

**Foto 11**

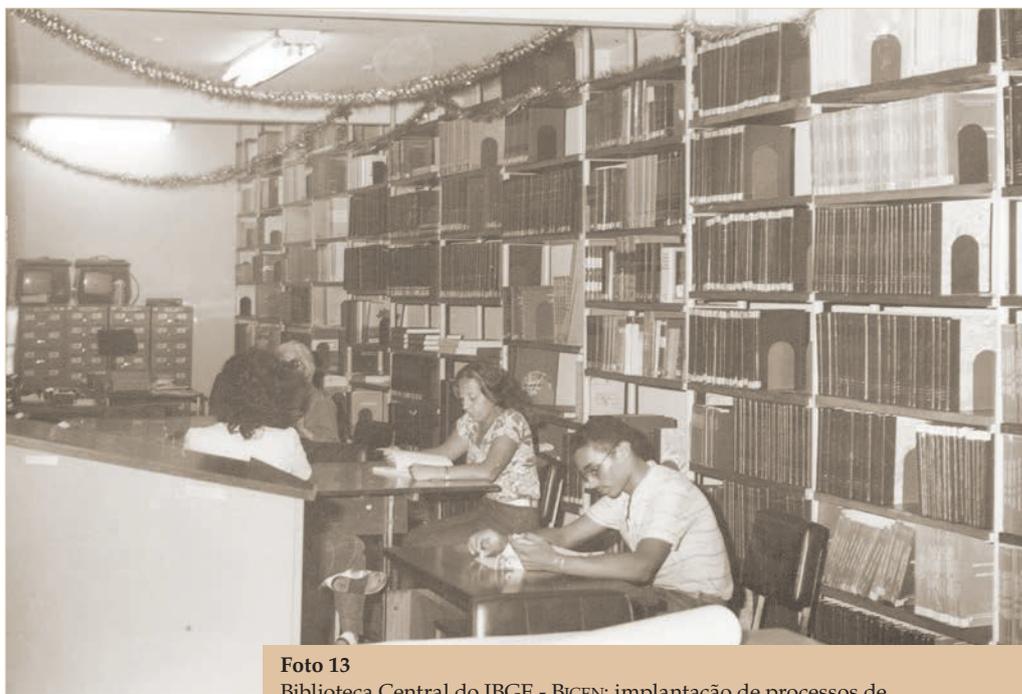
Exposição censitária inaugurada na Biblioteca do CNE, como parte das comemorações do 24º aniversário do órgão. Esq./Dir.: Rubens Porto, Francelino Gomes, Hildebrando Martins da Silva (Sec. Geral), Carlos Cesar (desenhista), Valdemar Cavalcanti. Rio de Janeiro, 24 maio 1960.

Fonte: Acervo IBGE.

**Foto 12**

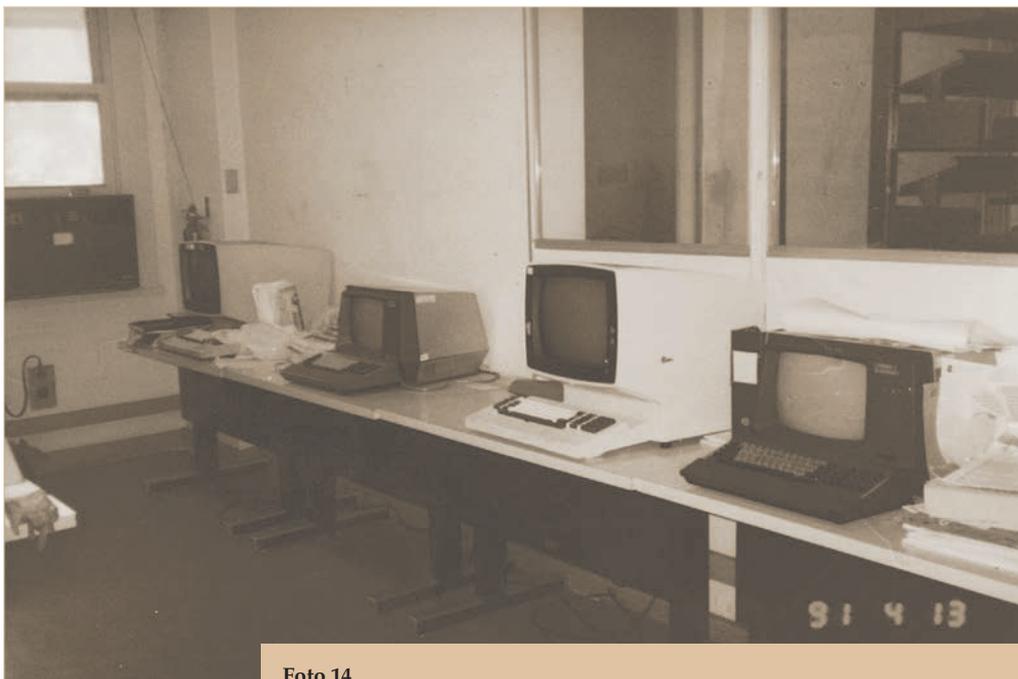
Salão de consulta da Biblioteca do CNG, com a presença de estudantes uniformizados e outros consulentes. Ao fundo catálogos e painéis com ilustrações de Percy Lau ao fundo. Rio de Janeiro, [19--].

Fonte: Acervo IBGE.

**Foto 13**

Biblioteca Central do IBGE - BICEN: implantação de processos de automação. Vê-se Belita Argo Alarcon, Maria da Penha (DPE) e Benedito. Ao fundo: catálogos de fichas e estantes com livros. Decoração natalina ao teto. Rio de Janeiro, 1981.

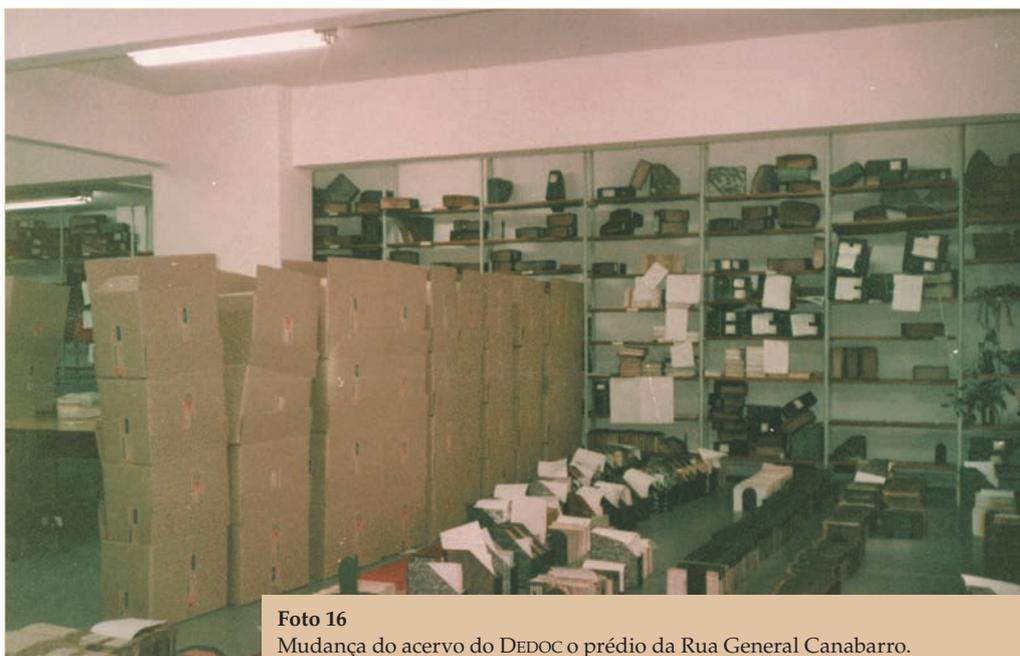
Fonte: Acervo IBGE.



**Foto 14**  
Organização da mudança do acervo do Departamento de Documentação e Biblioteca - DEDOC da Avenida Franklin Roosevelt para a Rua General Canabarro. Vê-se quatro computadores. Rio de Janeiro, 13 abr. 1991.  
Fonte: Acervo IBGE.



**Foto 15**  
Mudança do acervo do DEDOC para o prédio da Rua General Canabarro. Vê-se servidoras organizando o acervo para mudança, documentos no chão e estantes com documentos ao fundo. Esq./Dir.: Edna Moraes, Roseli Baptista, Fátima Mattos e Marisa Marcello. Rio de Janeiro, 19 abr. 1991.  
Fonte: Acervo IBGE.

**Foto 16**

Mudança do acervo do DEDOC o prédio da Rua General Canabarro. Organização do material. Vê-se caixas de papelão, documentos separados no chão e estantes com documentos ao fundo. Rio de Janeiro, 1991.

Fonte: Acervo IBGE.

**Foto 17**

Mudança do acervo do DEDOC o prédio da Rua General Canabarro. Vê-se o Prof. Henrique de Azevedo Sant'anna, servidor da biblioteca, e caixas de papelão. Rio de Janeiro, 18 abr. 1991.

Fonte: Acervo IBGE.

**Foto 18**

Mudança do acervo do DEDOC o prédio da Rua General Canabarro. Esq./Dir.: Fátima Mattos e Edna Moraes: 1991. Organização da mudança da Biblioteca Central da Avenida Franklin Roosevelt, 146, Centro, RJ para a Rua General Canabarro, Maracanã, RJ. Rio de Janeiro, 18 abr. 1991.

Fonte: Acervo IBGE.

**Foto 19**

Sede do Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI, local ocupado pela Biblioteca Isaac Kerstenetzky desde 1990.

Autor: Spoladore. Rio de Janeiro, 12 de dez. 2007. Fonte: Wikimedia Commons <[https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Sede\\_do\\_CDDI\\_-\\_IBGE.JPG](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Sede_do_CDDI_-_IBGE.JPG)> (CC BY-SA 3.0)

**Foto 20**

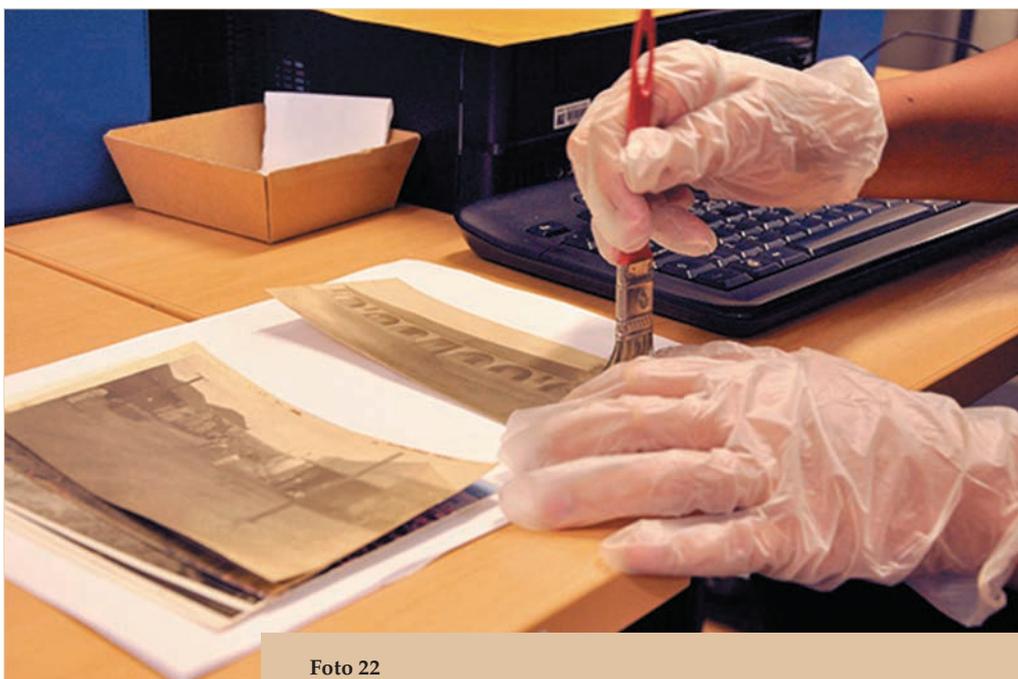
A bibliotecária Suzane Lima Conceição, servidora lotada na Biblioteca Isaac Kerstenetzky, analisa o acervo. Rio de Janeiro, 14 mar. 2018.

Fonte: Agência IBGE de Notícias.

**Foto 21**

A bibliotecária Luciana Ferreira Lau, servidora lotada na Biblioteca Isaac Kerstenetzky, analisa o acervo. Rio de Janeiro, 14 mar. 2018.

Fonte: Agência IBGE de Notícias.



**Foto 22**  
Aspecto do tratamento dado ao acervo da Biblioteca Isaac Kerstenetzky.  
Rio de Janeiro, 14 mar. 2018.  
Fonte: Agência IBGE de Notícias.



**Foto 23**  
Parte do acervo museológico guardado pela Memória IBGE.  
Rio de Janeiro, 14 mar. 2018.  
Fonte: Agência IBGE de Notícias.

# Equipe técnica

## **Centro de Documentação e Disseminação de Informações**

Marise Maria Ferreira

### **Gerência de Biblioteca e Acervos Especiais**

Claudia Rodrigues do Prado

#### **Memória Institucional**

Claudio Faria Marques

Fábio Mauro de Carvalho Leite

Leandro M. Malavota

Vera Abrantes

Laura Souza Faria (estagiária)

#### **Setor de Produção e Tratamento do Acervo Digital**

Alexandre Carlos da Silva

Gardel Moreira Delfino

Paulo Roberto dos Santos Lindesay

Vanderlei de Assis Sabino

#### **Setor de Tratamento e Disseminação de Informações**

Antonio Silva Rêgo Filho

Catarina Felix dos Santos Soares

Danielle Sampaio Barreiros

Gerlaine da Rocha Braga

Luciana Ferreira Lau

Suzane Lima Conceição

#### **Equipe de pesquisa nas Unidades Estaduais**

Denísia de Oliveira Martins - SDI-SP

Nádia Maria Deps Miguel - SDI-SP

Rita de Cássia Alencar - SDI-CE

Sônia Regina Zanotto - SDI-RS

Sueni Juraci de Mello dos Santos - SDI-SC

#### **Equipe de pesquisa na Escola Nacional de Ciências Estatísticas**

Antonio Sergio Loyola Polo

Marcelo Reis Lobato

#### **Equipe de pesquisa na Diretoria de Pesquisas**

Ricardo da Silva Lopes

## **Projeto Editorial**

### **Centro de Documentação e Disseminação de Informações**

#### **Coordenação de Produção**

Marisa Sigolo Barcelos

#### **Gerência de Editoração**

##### **Estruturação textual**

Fernanda Jardim  
Leonardo Martins

##### **Diagramação textual**

Mônica Cinelli Ribeiro

##### **Programação visual da publicação**

Luiz Carlos Chagas Teixeira

#### **Gerência de Gráfica**

Ednalva Maia do Monte  
Newton Malta de Souza Marques

##### **Impressão e acabamento**

Helvio Rodrigues Soares Filho

### **Série Documentos para Disseminação**

ISSN 0103-6335

1 – O IBGE e o atendimento à sociedade: (prefácio ao projeto técnico CDDI), de Nelson de Castro Senra e Lídia Vales de Souza.

ISBN 85-240-0329-4. 1990. 43 p.

2 – Projetos de disseminação: contribuição ao estabelecimento de uma metodologia, de Cláudio Alex Fagundes da Silva.

ISBN 85-240-0355-3. 1990. 29 p.

3 – Pensando a disseminação de informações: (o caso do IBGE), de Nelson de Castro Senra.

ISBN 85-240-0459-2. 1993. 39 p.

4 – Memória institucional do IBGE: em busca de um referencial teórico, de Icléia Thiesen Magalhães Costa.

ISBN 85-240-0446-0. 1992. 40 p.

### **Subsérie Memória Institucional**

ISSN 0103-6459

1 – Teixeira de Freitas: pensamento e ação, de Mario Augusto Teixeira de Freitas. Organizado pelo Setor de Memória Institucional.

ISBN 85-240-0351-0. 1990. 140 p.

3 – Pró-censo: algumas notas sobre os recursos para o processamento de dados nos recenseamentos do Brasil, de Francisco Romero Feitosa Freire.

ISBN 85-240-0460-6. 1993. 53 p.

4 – A criação do IBGE no contexto da centralização política do Estado Novo, de Eli Alves Penha.

ISBN 85-240-0463-0. 1993. 123 p.

5 – IBGE: um retrato histórico, de Jayci de Mattos Madeira Gonçalves.

ISBN 85-240-0542-4. 1995. 61 p.

6 – Síntese histórica da formação dos Estados, Distrito Federal e Território da República Federativa dos Estados Unidos do Brasil e divisas inter-estaduais, de Ildefonso Escobar.

ISBN 85-240-0545-9. 1995. 144 p.

7 – O pensamento de Fábio de Macedo Soares Guimarães: uma seleção de textos.

Organizado por Nelson de Castro Senra.

ISBN 85-240-3868-3. 2006. 282 p.

8 – Isaac Kerstenetzky: legado e perfil.

Organizado por Nelson de Castro Senra.

ISBN 85-240-3900-0. 2006. 213 p.

9 – Giorgio Mortara: ampliando os horizontes da demografia brasileira.

Organizado por Nelson de Castro Senra.

ISBN 85-240-3937-9. 2007. 105 p.

10 – A estatística brasileira e o Esperanto: uma história centenária: 1907-2007.

Organizado por Nelson de Castro Senra.

ISBN 85-240-3944-7. 2007. 161 p.

11 – Bulhões Carvalho, um médico cuidando da estatística brasileira.

Organizado por Nelson de Castro Senra.

ISBN 978-85-240-3982-9. 2007. 433 p.

12 – Embaixador Macedo Soares: um príncipe da conciliação: recordando o primeiro presidente do IBGE.

Organizado por Nelson de Castro Senra.

ISBN 978-85-240-4008-5. 2008. 331 p.

13 - O IBGE na história do municipalismo e sua atuação nos municípios: o pensamento de Teixeira de Freitas e de Rafael Xavier.

Organizado por Nelson de Castro Senra.

ISBN 978-85-240-4017-7. 2008. 432 p.

14 - Lyra Madeira, um mestre da demografia brasileira.

Organizado por Nelson de Castro Senra.

ISBN 978-85-240-4032-0. 2008. 134 p.

15 - Teixeira de Freitas, Um Cardeal da Educação Brasileira: sua atualidade intelectual.

Organizado por Nelson de Castro Senra.

ISBN 978-85-240-4052-8. 2008. 266 p.

16 - Geografia e Geopolítica: a contribuição de Delgado de Carvalho e Therezinha de Castro.

Organizado por Marco Aurelio Martins Santos

ISBN 978-85-240-4084-9. 2009. 432 p.

17 - Evolução da divisão territorial do Brasil 1872-2010.

ISBN 978-85-240-4208-9. 2011. 264 p.

18 - Christovam Leite de Castro e a Geografia no Brasil.

Organizado por Leandro Malavota.

ISBN 978-85-240-4274-4. 2013. 340 p.

19 - ENDEF

Organizado por Leandro Malavota.

ISBN 978-85-240-4330-7. 2014. 340 p.

20 - PNAD

Organizado por Leandro Malavota, Luigi Bonafé e Vera Abrantes.

ISBN 978-85-240-4364-2. 2015. 202 p.

21 - Indicadores Sociais: passado, presente e futuro

Organizado por André Simões e

Antônio Carlos Alkmim.

ISBN 978-85-240-4424-3. 2017. 174 p.

22 - 40 anos da unidade de métodos estatísticos do IBGE

Organizado por Sonia Albieri e

Antonio José Ribeiro Dias.

ISBN 978-85-240-4430-4. 2017. 214 p.

23 - O Centro Brasileiro de Estudos Demográficos:

Uma trajetória dos estudos populacionais no IBGE

Organizado por Leila Regina Ervatti,

Antônio Tadeu Ribeiro de Oliveira e

Antonio de Ponte Jardim.

ISBN 978-85-240-4431-1. 64 p.

24 - Desbravar, Conhecer, Mapear:

Memórias do Projeto RADAM/RADAMBRASIL

Organizado por Leandro M. Malavota e

Therence Paoliello de Sarti

ISBN 978-85-240-4471-7. 364 p.

25 - Bibliotecas do IBGE : 80 anos de disseminação e democratização de informações sobre o Brasil

Organizado por Claudia Rodrigues do Prado,

Gerlaine Braga e Leandro M. Malavota

ISBN 978-85-240-4501-1. 192 p.

### **Subsérie Fontes de Documentação**

ISSN 0103-6459

1 – A indexação do banco de metadados do IBGE, de Philippe Jean Damian, Marília de Almeida March e Vera Lucia Cortes Abrantes.

ISBN 85-240-0475-4. 1993. 25 p.

Se o assunto é **Brasil**,  
procure o **IBGE**.



/ibgecomunica



/ibgeoficial



/ibgeoficial



/ibgeoficial

**[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)** 0800 721 8181

# BIBLIOTECAS DO IBGE

## 80 anos de disseminação e democratização de informações sobre o Brasil

Na presente publicação, é abordada a história da Biblioteca Isaac Kerstenetzky, desde a criação da primeira unidade que lhe deu origem, em 1939, até suas perspectivas para o futuro, passando pelo desenvolvimento de suas coleções. Também é retratada a trajetória da Biblioteca da Escola Nacional de Ciências Estatísticas - ENCE, subordinada ao IBGE, e as experiências de ibgeanos que trabalham nas bibliotecas presentes em quatro das 27 Unidades Estaduais do IBGE.

Além disso, é proposta a discussão do papel das bibliotecas e dos bibliotecários no contexto do Século XXI, em que sua atuação é ampliada. Por um lado, a biblioteca deixa de ser tomada apenas como um conjunto de acervos bibliográficos em suporte físico e passa a atuar no tratamento das informações, independentemente de seu suporte e formato. Por outro, o bibliotecário assume-se como o profissional responsável pela organização, sistematização e disseminação de toda essa gama variada de informações, que tem um crescimento exponencial a partir do grande desenvolvimento tecnológico que começa no final do Século XX e se estende à atualidade.

A publicação também está disponível no portal do IBGE na Internet.

